SOCIALIST REGISTER 2004

socialist 2004 brasil2.indd 1 3/29/06 12:41:08 PM

SOCIALIST REGISTER
FUNDADA EN 1964

EDITORES:
LEO PANITCH
COLIN LEYS

EDITORES FUNDADORES:
RALPH MILIBAND (1924-1994)
JOHN SAVILLE

EDITORES ADJUNTOS:

GREGORY ALBO
HUW BEYNON
VARDA BURSTYN
PAUL CAMMACK
VIVEK CHIBBER
DAVID COATES
GEORGE COMNINEL
TERRY EAGLETON
DIANE ELSON
BARBARA EPSTEIN
BILL FLETCHER (H)
SAM GINDIN
BARBARA HARRIS-WHITE
JUDITH ADLER HELLMAN
URSULA HUWS
STEVE JEFFERYS
SHEILA ROWBOTHAM
JOHN S. SAUL
HILARY WAINWRIGHT
ELLEN MEIKSINS WOOD
ALAN ZUEGE

EDITORES EXTERNOS:

Aijaz Ahmad, Nueva Delhi
Atilio Boron, Buenos Aires
Elmar Altvater, Berlín
Patrick Bond, Johannesburgo
Gerard Greenfield, Hong Kong
Michael Spourdalakis, Atenas

Website:
<http://www.yorku.ca/socreg/>
para maiores detalhes de nosso catálogo, formularios de pedidos e uma seleção on-line
de nossas ediçoes anteriores.

Para ser incluído em nossa lista de contatos, escrever para:
<socialist-register@yorku.ca>
para uma discussão dos artigos deste volume e de temas relevantes para os socialistas.

SOCIALIST REGISTER 2004

O NOVO DESAFIO IMPERIAL

Editado por Leo Panitch e Colin Leys

MERLIN PRESS
CLACSO

socialist 2004 brasil2.indd 3 3/29/06 12:41:08 PM

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
CLACSO
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Programa de Edición y Distribución Cooperativa de CLACSO
Socialist Register
Edición en portugués

Editor responsable Atilio A. Boron
Secretario Ejecutivo de CLACSO

Traducciones Rodrigo Rodrigues
Edición en Portugués Sérgio Duarte Julião Da Silva

Area de Difusión y Producción Editorial de CLACSO

Coordinador Jorge A. Fraga
Edición Florencia Enghel
Revisión de Pruebas Mariana Enghel / Ivana Brighenti
Diseño Editorial Miguel A. Santángelo / Lorena Taibo / Marcelo Giardino
Divulgación Editorial Marcelo F. Rodriguez / Sebastián Amenta / Daniel Aranda
Impresión Cromosete Gráfica e Editora Ltda

Programa de Publicaciones en Portugués

Editor Académico del Programa Javier Amadeo
Divulgación Editorial en Brasil Gonzalo A. Rojas

Rua Artur de Azevedo 736, Pinheiros, São Paulo, Brasil
Telefone (55 11) 3082 7677 / Endereço eletrônico <publicarbr@campus.clacso.edu.ar>

CLACSO
Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales / Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
Av. Callao 875, piso 3º C1023AAB Ciudad de Buenos Aires, Argentina
Tel (54 11) 4811 6588 - Fax (54 11) 4812 8459 - e-mail <clacso@clacso.edu.ar> - web <www.clacso.org>

The Merlin Press Ltd.
PO Box 30705 - Londres - WC2E 8QD

Primera edición en inglés: julio de 2003
Primera edición en español: enero de 2005
Primera edición en portugués: marzo de 2006

ISBN-10: 987-1183-39-9 / ISBN-13: 978-987-1183-39-5
© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
Queda hecho el depósito que establece la ley 11.723

ISBN: 0-85036-535-X
© The Merlin Press, 2003

La catalogación de la British Library en Publication Data está disponible en la British Library

Socialist register 2004 : O novo desafio imperial / edición a cargo de: Leo Panitch y Colin Leys - 1a ed. - Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2006.
280 p. ; 24x16 cm.

Traducido por: Rodrigo Rodrigues

ISBN 987-1183-39-9

1. Imperialismo. 2. Globalización. 3. Neoliberalismo. I. Panitch, Leo, ed. II. Leys, Colin, ed.
III. Rodrigues, Rodrigo, trad. IV. Título
CDD 320.5

Não é permitida a reprodução total ou parcial deste livro, nem seu armazenamento em um sistema informático, nem sua transmissão em qualquer formato ou por qualquer meio eletrônico, mecânico, fotocópia ou outros meios, sem a autorização do editor.

A responsabilidade pelas opiniões expressadas nos livros, artigos, estudos e outras colaborações incumbe exclusivamente os autores firmantes, e sua publicação não necessariamente reflete os pontos de vista da Secretaria Executiva do CLACSO.

ÍNDICE

Atílio A. Boron	**Prefácio à edição brasileira**	7
	Prefácio	13
Leo Panitch e Sam Gindin	**Capitalismo global e império norte-americano**	19
Aijaz Ahmad	**Imperialismo do nosso tempo**	71
David Harvey	**O "novo" imperialismo: acumulação por espoliação**	95
Gregory Albo	**A velha e a nova economia do imperialismo**	127
Noam Chomsky	**Verdades e mitos sobre a invasão do Iraque**	161
Amy Bartholomew e Jennifer Breakspear	**Os direitos humanos como espadas do império**	175
Michael T. Klare	**Sangue por petróleo: a estratégia energética de Bush e Cheney**	201
John Bellamy Foster e Brett Clark	**Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo**	225
John S. Saul	**Globalização, imperialismo, desenvolvimento: falsas dicotomias e resoluções radicais**	245

socialist 2004 brasil2.indd 6 3/29/06 12:41:10 PM

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Há pouco mais de quarenta anos aparecia em Londres o *Socialist Register*. Seus fundadores eram dois marxistas britânicos que, com o passar do tempo, se converteram em luminosos referenciais do pensamento contemporâneo: o historiador John Saville e o sociólogo e politólogo Ralph Miliband. O propósito da revista era, segundo eles, promover o exame crítico do capitalismo contemporâneo mediante a utilização da mais rigorosa metodologia de análise social. A revista se distanciava, portanto, das diversas versões do pensamento de esquerda que condenaram a tradição teórica socialista ao que parecia um lento, porém irreversível, ocaso. Em suas páginas não haveria espaço algum para a *vulgata* estalinista e para as esquematizações que fizeram do marxismo um *corpus* de agrupamentos altissonantes, mas sem vida. Não teriam melhor sorte aquelas reverberações do assim chamado "marxismo ocidental", esse desdobramento do marxismo na direção dos territórios rebuscados da epistemologia e da filosofia contemplativa, com seu arrogante desdém pelos problemas terrenos da política e da economia, para não falar da revolução. Certamente, tampouco teriam espaço as contribuições daqueles que, no fervor otimista do *boom* do pós-guerra, louvavam o capitalismo e abandonavam definitivamente o projeto de sua superação.

Mas então, quem seriam os animadores da revista? Aqueles que, de diversas perspectivas teóricas dentro e fora da tradição marxista, propusessem uma crítica radical à sociedade de seu tempo. A linha de demarcação passava

pelo repúdio intransigente da sociedade capitalista: aqueles que pensavam que esta havia mudado, que existia um "novo capitalismo" que se despojou definitivamente de sua natureza inerentemente exploradora e que, portanto, havia chegado a hora de arquivar os sonhos da transformação radical, esses nada tinham a fazer na *Socialist Register*. Os que, pelo contrário, continuavam crendo, a favor de uma assombrosa evidência histórica e contemporânea, que a essência profunda da sociedade capitalista permanecia inalterada apesar das mudanças que se observavam na superfície, teriam as portas abertas de par em par para exporem suas idéias.

Deste modo, a revista iniciou e manteve de maneira bem-sucedida um esforço que já tem quatro décadas –e que quatro décadas!– de promoção da melhor tradição do pensamento socialista. Uma tradição que combina a crítica implacável de todo o existente, como dizem Marx e Engels, com um compromisso de uma só vez ético e político com a criação de uma nova sociedade que deixe para trás a inumanidade da sociedade capitalista, cuja natureza predatória em todas as esferas da vida, do social até o ambiental, é hoje mais que evidente. Os anos subseqüentes à criação do *Socialist Register* demonstraram que o marxismo britânico era um terreno fecundo no qual podia prosperar uma reflexão crítica sobre a sociedade atual. Felizmente, essa influência original não se cristalizou em uma visão paroquial e anglocêntrica, mas foi o foco onde haveria de convergir uma genuína reflexão internacional e, além do mais, internacionalista, em torno dos grandes desafios teóricos e práticos do pensamento socialista contemporâneo. Foi assim que junto a nomes como o de E. P. Thompson, somado aos de Saville e Miliband, encontramos desde suas primeiras edições autores como Isaac Deutcher, Georg Lukács, Ernest Mandel, Harry Magdoff, A. Abdel-Malek, Jean-Marie Vincent, K. S. Karol, Marcel Leibman, André Gorz y Hamza Alavi, entre tantos outros notáveis. Tamanha amplitude de convocatória correspondia a uma igual atitude com relação à temática abordada nas páginas da revista, onde temas como o imperialismo, as lutas de libertação nacional, o destino da União Soviética e os socialismos do Leste Europeu, o curso do desenvolvimento capitalista, os problemas da estratégia socialista e a emergência de novas formas de luta popular ocupavam reiteradamente sua atenção. Em um brilhante trabalho de história intelectual e política publicado na edição de 1994 do *Socialist Register* para comemorar seus trinta anos de existência, Ralph Miliband dizia que a característica mais notável da revista era a consistência da perspectiva teórico-política que a linha editorial da mesma, ao longo desses anos, havia dado forma. "Não necessariamente a consistência é a mais admirável das virtudes", dizia Miliband, "porque pode revelar a obstinada negação em reconhecer as mudanças que ocorrem no mundo. Mas, por outro lado, pode indicar um repúdio saudável das modas e dos tiques

da época. E nós os evitamos". E é verdade: uma revisão panorâmica dos trabalhos que vieram à luz ao longo destes quarenta anos deixaria o leitor assombrado diante da consistência de suas orientações teóricas gerais e de um marxismo amplo e aberto que não fazia concessão alguma às modas de seu tempo. Um pensamento que se vangloria por uma riqueza analítica e uma originalidade extraordinárias, evidenciando uma vitalidade teórica insuspeitada e, lamentavelmente, pouco conhecida inclusive nos círculos da esquerda e suas organizações sociais e políticas.

Uma das chaves que explica este resultado notável é a combinação pouco freqüente de razão e paixão. Razão, porque o que caracterizou a revista foi o respeito inevitável pelos cânones mais estritos da análise científica da realidade social. Paixão, porque essa análise, em consonância com a célebre Tese XI de Marx, está posta a serviço de um projeto de transformação radical da sociedade capitalista, de sua definitiva superação histórica como forma inumana de organização da vida social. Por isso, os escritos publicados ao longo de todos esses anos reúnem a rara condição de ser textos de indubitáveis méritos acadêmicos, produzidos por algumas das mais renomadas figuras internacionais da história e das ciências sociais, que ao mesmo tempo possuem um valor não menos relevante como instrumentos políticos de uma crítica radical de nosso tempo e, portanto, iluminadora de novos caminhos para a construção de um mundo melhor.

É precisamente esta feliz combinação de excelência no plano teórico e científico aliada a um compromisso irrenunciável com o projeto de construir uma sociedade mais livre, igualitária e plural, justa, democrática e emancipada o que nos tem incentivado a propiciar a edição em língua portuguesa do *Socialist Register*. A conjuntura atual da América Latina e do sistema internacional reclama com urgência o aporte teórico indispensável para que nossas sociedades possam avançar o mais rapidamente possível por um caminho que as distancie das perspectivas do holocausto nuclear, ecológico ou social que nos aguarda no final do caminho do capitalismo global. Se não se puser um ponto final na irracionalidade suicida da lógica capitalista, será isto e não o bem-aventurado "fim da história" de Francis Fukuyama e o "pensamento único" o que imporia um fim violento à história da espécie humana no planeta Terra. Para impedir desenlace tão funesto exige-se a atividade prática de homens e mulheres conscientes e organizados, capazes de lutar por esse outro mundo que sabemos possível e necessário. No entanto, falta algo mais: um mapa adequado para transitar pelo campo minado do capitalismo neoliberal, que nos permita conhecê-lo minuciosamente, em todos os seus detalhes. Que se ponham às claras todos os seus mecanismos de dominação, dos mais sutis e subliminares –profusamente utilizados no terreno da cultura e dos meios de comunicação de massas– até os outros, mais descarados,

empregados na economia e na política contemporâneas. A história recente reafirmou mais uma vez a verdade contida naquele velho *dictum* que dizia que "não há prática revolucionária sem teoria revolucionária". Poder-se-ia parafrasear essa sentença, em consonância com o caráter "brando" do discurso político atual, e dizer, com palavras mais agradáveis para o espírito de nossa época, que "sem teoria emancipatória não há prática emancipatória". Trata-se da mesma coisa em ambos os casos: a fusão entre as lutas práticas dos sujeitos sociais com uma teoria que lhes permita conhecer adequadamente o terreno onde decidem suas batalhas e a direção pela qual devem marchar para sua libertação. Uma teoria, seja dito de passagem, que não surge da cabeça olimpicamente isolada de um intelectual ressentido com a sociedade atual, mas uma criação coletiva, o famoso Príncipe gramsciano, sintetizada por alguns autores a partir da experiência prática das lutas populares.

O *Socialist Register* tem realizado contribuições importantíssimas para a elaboração desta verdadeira cartografia para a libertação. O volume com o qual iniciamos a divulgação da revista em língua portuguesa ocupa-se do "novo desafio imperial", e nele examinam-se os mais diversos aspectos que caracterizam o imperialismo contemporâneo, oferecendo uma visão fresca e renovada do tema crucial de nosso tempo e sobre o qual se joga o destino da humanidade. A preocupação do CLACSO em recuperar as raízes do pensamento crítico latino-americano e em enriquecê-lo com os grandes aportes universais, dentre os quais o marxismo ocupa um lugar não único, mas sem dúvida destacadíssimo, encontra na revista um aliado formidável para tão nobre tarefa. As coincidências não poderiam ser mais profundas: excelência teórica e científica com paixão transformadora e compromisso com as lutas emancipatórias de nosso tempo. Estamos seguros de que a difusão dos materiais do *Socialist Register* servirá de fonte fecunda de inspiração aos estudiosos das ciências sociais latino-americanas. Esperamos também que sua publicação em língua portuguesa possa servir para que a rica produção das ciências sociais de nossos países se incorpore ativamente ao debate das esquerdas nos capitalismos metropolitanos.

Não posso fechar este breve e esperançoso prefácio sem expressar minha gratidão com os editores atuais do *Socialist Register*: Leo Panitch, Professor de Economia Política Comparada da Universidade de York, no Canadá, e Colin Leys, Professor Emérito de Ciência Política na Queen's University de Ontário, Canadá, dois destacados cientistas sociais de nosso tempo e dignos herdeiros da tradição teórica e política instituída por Saville e Miliband ao fundarem a revista. Sua solidariedade, confiança e generosa ajuda tornaram possível pôr à disposição dos estudiosos brasileiros as agudas contribuições reunidas nas páginas da revista. Quero agradecer também a Anthony Zurbrugg e Adrian Howe, da Merlin Press de Londres,

uma casa editorial intimamente vinculada às lutas emancipatórias em todo o mundo e especialmente na África, por sua colaboração fraternal para levar adiante este projeto. Finalmente, a Rodrigo Rodrigues, que teve como incumbência a difícil tarefa de traduzir os textos de sua versão original em língua inglesa; a Javier Amadeo e Gonzalo Rojas, que colaboraram com infinita paciência e grande dedicação ao verdadeiro "trabalho de Sísifo" de revisar as traduções e assegurar que os textos conservassem seu brilhantismo expositivo e o total respeito às fontes bibliográficas e documentais que traziam em suas versões originais. A Sérgio Duarte Julião da Silva, responsável pela revisão final. E a Jorge Fraga, coordenador da Área de Difusão do CLACSO, Miguel Santángelo e Lorena Taibo por assegurar que este trabalho fosse apresentado ao público.

Atílio A. Boron
Editor
Socialist Register

socialist 2004 brasil2.indd 12 3/29/06 12:41:13 PM

PREFÁCIO

Este, o volume 40 do *Socialist Register*, foi originalmente concebido na primavera de 2001, consideravelmente antes do 11 de setembro de 2001, e muito mais da invasão do Iraque de 2003. Parecia-nos que uma limitação cada vez mais séria do pensamento socialista contemporâneo era a sua falta de ferramentas conceituais capazes de analisar a natureza do imperialismo de hoje, em vez de reciclar teorias desenvolvidas em uma etapa muito anterior. Nosso objetivo era produzir um volume que ajudasse a tornar a teoria e a análise socialistas realistas, e o ativismo socialista mais enfocado e coerente, uma necessidade mais urgente do que nunca nos primeiros anos do novo século marcado pela globalização liderada pelos Estados Unidos (EUA) e por uma forma nova e mais descarada de imperialismo.

A necessidade de uma teoria que pudesse dar conteúdo à prática é especialmente urgente em tempos de transformações rápidas e abrangentes como as que experimentamos atualmente. Talvez a divisão arbitrária do tempo em séculos faz com que qualquer "mudança de século" pareça um momento de mudança excepcional, mas é curioso que tantos pensadores socialistas tenham tido exatamente a mesma sensação há cem anos, quando o imperialismo também era um foco principal de suas preocupações. Muitos não-marxistas e marxistas consideraram naquele momento que o capitalismo mundial estava em estado de refluxo, ou de crise, e que o imperialismo era o momento que o redefinia. A gama de pensadores partici-

pantes daquele momento, e a amplitude do trabalho que empreenderam, deviam ter-nos advertido para não nos aproximarmos de modo leviano da tarefa similar que nos propomos enfrentar cem anos mais tarde, porém foi somente quando começamos a pedir contribuições que nos demos conta de até que ponto esta era uma tarefa para muitos volumes e para muitos autores. Nossa resposta foi decidir que ao menos poderíamos dedicar dois volumes sucessivos ao tema.

O título do *Socialist Register 2004*, "O novo desafio imperial", refere-se não apenas aos novos desafios ao bem-estar e à autodeterminação humanos postulados pelo imperialismo dos EUA hoje, mas também ao desafio para a esquerda de desenvolver uma teoria melhor do imperialismo e de sua relação com o capitalismo globalizado. O *Socialist Register* de 2005, experimentalmente intitulado "O império reloaded", explorará a cartografia do imperialismo contemporâneo –sua natureza e seu impacto em diversas regiões do mundo– com ênfase especial nas finanças e na cultura.

Nossa decisão de nos aproximarmos do tema do imperialismo tornou-se mais que oportuna devido aos fatos que se sucederam. A declaração de "guerra contra o terror" de Bush depois da destruição do World Trade Center, seguida pela auto-atribuição, por parte dos EUA, do direito de iniciar "guerras antecipatórias", reflete o seu poder militar sem rival, expresso por um governo de direita com ambições globais sem antecedente e disposto a empregar tal poder sem pensar nem um pouco nas conseqüências de seus atos. Isto exige uma avaliação urgente e realista, especialmente, uma vez que os EUA também estão desenvolvendo rapidamente armamentos cada vez mais devastadores, incluindo armas baseadas no espaço que, como friamente assinala Noam Chomsky em seu ensaio neste volume, "bem podem conduzir os experimentos da biologia com a inteligência humana a um final ignominioso". Na verdade, fazer guerra –seja por parte dos próprios EUA como dos estados para os quais se exportam armas dos EUA– parece quase ter-se transformado em uma manifestação "natural" do capitalismo estadunidense.

Sua lógica não é nova. Em seu estudo do bombardeio em massa aliado da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, *On the Natural History of Destruction*, W. G. Sebald descreve como a campanha de bombardeio foi produto de uma vasta mobilização técnica e organizativa que adquiriu seu impulso próprio e implacável, descartando a crescente evidência que dizia que, apesar de seu custo incontável em vidas civis e da destruição total de cidades alemãs, seria militarmente ineficaz. O pessoal implicado, de trabalhadores de fábricas de armamentos até as próprias tripulações dos bombardeiros, somente podia inserir-se naquelas operações sobre a base de aceitar, de um modo ou de outro, que todo o processo era de alguma maneira natural. Sebald cita a reação de um oficial da Força Aérea dos EUA, Brigadier Frederick L. Anderson, entre-

vistado por um jornalista alemão em Halberstadt em 1952. Ao ser perguntado se teria feito alguma diferença se a cidade tivesse hasteado uma gigantesca bandeira branca de rendição no alto da torre mais elevada de suas igrejas, Anderson respondeu que as bombas eram "artigos caros"; "na prática", disse, "não se podia tê-las jogado sobre montanhas, ou sobre campo aberto, depois de se ter tido tanto trabalho para fabricá-las em nosso país". Ninguém que contemplasse a concentração de um avassalador poder militar estadunidense no Golfo Pérsico, em 1991 e novamente em 2003, poderia duvidar que uma lógica similar estivesse novamente presente hoje. Não é fácil fingir que não se entende a pergunta final de Sebald: se as catástrofes humanas produzidas tão regular e previsivelmente por esta lógica impulsionada pela indústria não deveriam ser consideradas "antecipações" do "ponto em que abandonaremos o que durante tanto tempo pensamos que era nossa história autônoma e retornaremos à história da natureza".

Não cremos que um desenlace tão cataclísmico seja inevitável. Dá-nos alento o artigo muito citado sobre o novo império estadunidense que Eric Hobsbawm desenvolveu no número de junho de 2003 do *Le Monde Diplomatique*, o qual conclui com a idéia de que "a única coisa de que estamos absolutamente seguros é que historicamente será um fenômeno temporário, como todos […] os demais impérios o foram". Obviamente, derrotá-lo em seu devido momento dependerá da capacidade da esquerda de identificar as contradições –econômicas, políticas e ambientais– do imperialismo do século vinte e um, e de desenvolver contra-estratégias eficazes à luz de tais contradições. A menos que a esquerda possa fazer isso, a resposta principal pode se originar cada vez mais –e cada vez mais tragicamente– em elementos reacionários e atávicos. Isto se deve a que, apesar de seu aparente poder avassaladoramente opressivo, o imperialismo estadunidense é afetado por sérios problemas. Um deles é o simples custo, mesmo para os EUA, de manter o poderio militar exigido por suas novas ambições imperiais. Outro é a parca probabilidade de constituição de uma ordem mundial total –pró-EUA, consumista, apoiada de maneira estável sobre um verniz de democracia eleitoral– que o governo de Bush parece ter em vista, e a natureza contraproducente do emprego da força bruta para conseguir este objetivo político pouco provável. Ainda mais importante, talvez, seja a deslegitimação que cada vez com maior probabilidade afetará todos os governos nos quais os EUA devem apoiar-se para governar seu império mundial. Encontrar formas de intervir de modo eficaz à luz destas contradições, e desenvolver as capacidades para fazê-lo, é o verdadeiro desafio imperial à humanidade.

Entre nossos colaboradores, Sam Gindin ocupa a Cátedra visitante Packer e Justiça Social na York University, Toronto; Aijaz Ahmad leciona na Faculdade de Estudos Políticos da Universidade Jawaharlal Nehru, Nova Deli.

David Harvey forma parte do Centro para o Lugar, a Cultura e a Política da City University de Nova Iorque. Greg Albo ensina Ciência Política na York University, e Noam Chomsky é Professor Emérito de Lingüística no Massachusetts Institute of Technology. Amy Bartholomew leciona no Departamento de Direito; e Jennifer Breakspear é estudante de pós-graduação no programa de Estudos Jurídicos do referido Departamento na Carleton University, Ottawa. Michael Klare ensina Estudos sobre a Paz e Segurança Mundial no Hampshire College em Amherst, Massachusetts; e John Saul é Professor Emérito de Ciência Política na York University.

Cada prefácio do *Register* nos últimos quarenta anos tem incluída a advertência de que nem os editores nem os colaboradores estão necessariamente de acordo com tudo o que se publica no volume. Ao apresentarem essa advertência em seu prefácio ao volume de 1964, Ralph Miliband e John Saville explicaram que consideravam necessário esclarecer que o "ponto de vista definido e comprometido" dos próprios editores, que evidentemente coloria sua escolha de colaboradores assim como aquilo que eles próprios escreviam, de nenhuma maneira iria "aprisionar o debate dentro de um marco estreito". Agrada-nos que a "ampla gama de idéias e argumentos" que esta política tinha como objetivo promover continue caracterizando o *Register*, e em uma não menor medida em seu volume 40, e agradecemos a todos os nossos colaboradores por tornar isto possível.

Queremos também agradecer a Tony Zurbrugg e Adrian Howe na Merlin Press, não apenas por seu árduo trabalho e perícia na edição deste volume, mas por continuar, e inclusive incrementar, a íntima relação entre Merlin Press e o *Socialist Register* estabelecida pelo fundador da Merlin, Martin Eve. Entre as numerosas melhoras que introduziram contam-se desenhos de capa novos e imaginativos, e estamos especialmente agradecidos a Louis Mackay por desenhar uma para este volume que capta brilhantemente aquilo que talvez constitua a característica mais distintiva, mas também mais problemática, do novo império dos EUA: a de procurar governar através de outros estados. Uma nota que ele nos enviou com relação ao tema e a quais bandeiras nacionais deviam ser incluídas na capa expressava-o com bastante justeza: "Parece-me que a ordem imperial a qual se aspira é uma na qual o poder dos EUA não é desafiado, e não é desafiável... Seria preciso que a Coréia do Norte e sua companheira de rota no eixo do mal, França, se curvassem. Creio que a imagem será mais eficiente se incluir países que ainda não são aliados, mas estão destinados a transformar-se em aliados, em um mundo em que os EUA *somente* possuem aliados no nível de estados nacionais. Então os inimigos somente podem estar do lado de dentro".

Que o *Register* tenha prosperado durante quatro décadas deveu-se ao fato de ter recebido sangue novo com regularidade, em particular com a

inovação de 1996 de incorporar editores adjuntos. Queremos agradecer particularmente a nossos editores tanto adjuntos como externos –incluindo Bill Fletcher Jr, atualmente Diretor Executivo do Fórum Trans-Africano em Washington DC, que se juntou a nós ano passado como novo editor adjunto– por seus conselhos a respeito deste volume. Também estamos especialmente agradecidos a Alan Zuege, um dos nossos editores adjuntos na York University, por manifestar neste volume mais uma vez seu talento excepcional como assistente editorial. Finalmente, gostaríamos de agradecer nosso editor adjunto George Comninel por monitorar a list-serv <socialist-register@yorku.ca> (onde quotidianamente são expostas notas de interesse relativas a temas da atualidade), e Marsha Niemeijer por manter o website do *Socialist Register* <http://www.yorku.ca/socreg/>

O quadragésimo aniversário do *Socialist Register* ocorre imediatamente depois do 160º do *The Economist*. Muito antes que o *Register* chegue a essa venerável idade confiamos que tenha se transformado em uma revista do *mainstream* da opinião popular. Ao ingressar em sua quinta década, isso é o que nos mantem a todos firmes na brecha.

Julho de 2003
L. P.
C. L.

socialist 2004 brasil2.indd 18 3/29/06 12:41:16 PM

CAPITALISMO GLOBAL E IMPÉRIO NORTE-AMERICANO

Leo Panitch y Sam Gindin*

"O imperialismo americano... tornou-se plausível e atrativo em parte graças a sua alegação de que não é imperialista"

Harold Innis, 1948[1]

O império norte-americano já não está mais oculto. Em março de 1999, a capa do *New York Times* exibia um grande punho fechado pintado com as estrelas e as listas da bandeira estadunidense sobre a frase: "Do que o mundo necessita hoje: para que a globalização funcione, os Estados Unidos (EUA) não podem temer atuar como a potência todo-poderosa que é". É desta forma que foi imaginado o "Manifesto for a Fast World" de Thomas Friedman, que exigia que a América do Norte aceitasse seu papel de responsável pela ordem capitalista global: "a mão invisível do mercado nunca funcionará sem um punho invisível [...] O punho invisível que mantém o mundo seguro para as tecnologias de Silicon Valley chama-se exército dos EUA, força aérea, a armada e a infantaria da marinha". Quatro anos mais tarde, em janeiro de 2003, quando já não havia mais necessidade de continuar fingindo que o punho estava oculto, o *Magazine* apresentou um ensaio de Michael Ignatieff intitulado "The Burden": "que palavra a

* Gostaríamos de agradecer Greg Albo, Cenk Aygul, Patrick Bond, Dan Crow, Robert Cox, Bill Fletcher, Stephen Gill, Gerard Greenfield, Khashayar Khooshiyar, Martijn Konings, Colin Leys, Eric Newstadt, Chris Roberts, Donald Swartz e Alan Zuege por suas observações sobre a versão preliminar deste ensaio. Uma grande quantidade de seus comentários foi incorporada; os outros deixamos para o livro que pretendemos publicar sobre este tema.

não ser 'império' descreve melhor a coisa imponente em que a América do Norte está se convertendo? [...] Ser um poder imperial [...] significa fortalecer esta ordem mundial e fazê-lo em função do interesse norte-americano"[2]. A frase "O Império Americano (Acostume-se a ele)" ocupou toda a capa do *Magazine*.

Evidentemente, os estrategistas geopolíticos do estado norte-americano já estavam orientados nesse sentido. Entre aqueles mais próximos da ala do Partido Democrata do estado, Zbigniew Brzezinski não poupou palavras em seu livro "*The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*, de 1997, ao afirmar que "os três grandes imperativos orientadores da estratégia geopolítica norte-americana são impedir a coalizão e preservar a dependência dos vassalos mais poderosos em questões de segurança, manter a submissão e a obediência das nações tributárias e prevenir a unificação dos bárbaros"[3]. No mesmo ano, os intelectuais republicanos, os quais casualmente escreveriam a Estratégia de Segurança Nacional para a Casa Branca de Bush, fundaram o Projeto para um Novo Século Americano com o objetivo de converter a expansão imperial no princípio orientador explícito da política estadunidense[4].

A maior parte do que hoje geralmente se considera uma análise séria da justificativa do uso do termo "império" com relação aos EUA de hoje é, na verdade, somente uma analogia, implícita ou explícita, com a Roma imperial. Diante disso, não é nem um pouco absurdo uma vez que a "Romanização", como coloca um excelente livro sobre o Império Romano, poderia ser, de fato,

> entendida como a assimilação da cultura e da visão de mundo política romanas por parte dos povos conquistados. Os conquistados se tornavam parceiros na condução do império. Tratava-se de um processo seletivo que se aplicava diretamente apenas ao nível mais alto das sociedades submetidas, mas afetava a todas as classes, com benefícios para algumas e conseqüências negativas para outras [...] A supremacia romana estava baseada na combinação magistral de violência e persuasão psicológica –os castigos mais duros para aqueles que a desafiavam, a percepção de que seu poder não conhecia limites e os prêmios eram concedidos apenas para aqueles que se conformavam[5].

No entanto, uma analogia não é uma teoria. É surpreendente a falta de uma análise séria da economia política ou dos padrões históricos de determinação que expliquem o surgimento e reprodução do império norte-americano atual, e das dimensões estruturais da opressão e exploração pertencentes a ele. Esta serve como uma incisiva lembrança das razões que levaram o marxismo a assumir a dianteira na teorização do imperialismo durante a maior par-

te do século XX. Não obstante, como assinalou o destacado marxista hindu Prabhat Patniak em seu ensaio "Whatever happened to Imperialism?", por volta de 1990 o tema também "tinha desaparecido virtualmente das páginas das revistas marxistas" e os próprios marxistas pareciam "aturdidos" cada vez que se mencionava o termo. Os custos disso foram severos para a esquerda. O conceito de imperialismo sempre foi especialmente importante tanto por suas qualidades emotivas e mobilizadoras como por seu caráter analítico. Na verdade, do ponto de vista de Patniak, ao invés de um "silêncio teórico auto-consciente", o "próprio fato de que o imperialismo tenha se tornado tão apto para 'administrar' qualquer desafio potencial a sua hegemonia tornou-nos indiferentes frente à sua onipresença"[6]. Ainda assim, o silêncio da esquerda com relação ao imperialismo reflete também sérios problemas analíticos dentro da própria teoria marxista do imperialismo. De fato, isto estava óbvio no começo dos anos setenta –a última vez que o conceito de imperialismo teve grande circulação– ante as reclamações de que o tratamento marxista do imperialismo, "como um produto global indiferenciado de uma determinada etapa do capitalismo", refletia sua carência de "dimensões históricas e sociológicas sérias"[7]. Como assinalou Giovanni Arrighi em 1978, "por volta do final dos anos sessenta, o que alguma vez havia sido o *orgulho* do marxismo –a teoria do imperialismo– havia-se convertido em uma torre de Babel, na qual nem sequer os marxistas sabiam mais como encontrar seu caminho"[8].

A confusão era evidente nos debates do início dos anos setenta a respeito da localização das contradições do capitalismo contemporâneo. Havia aqueles que se centravam quase exclusivamente no "Terceiro Mundo" e que viam sua resistência ao imperialismo como a única fonte de transformação[9]. Outros enfatizavam as contradições crescentes dentro do mundo capitalista desenvolvido, promovendo a visão de que a "hegemonia" norte-americana estada em declínio. Esta se converteu na perspectiva predominante e por volta de meados dos anos oitenta a noção de que "a erosão do poder econômico, político e militar dos EUA é inconfundível" converteu-se em um lugar comum[10]. Apesar de que somente uns poucos tenham retomado essa dimensão da teoria marxista da rivalidade interimperialista que sugeria a possibilidade de um confronto militar, todos esperavam uma era de intensa rivalidade econômica regional. Como assinalaram Glyn e Sutcliffe, a única coisa certa de prever era que sem um poder hegemônico "a economia mundial continuaria sem um líder claro"[11].

Havia, na realidade, não pouca ironia no fato de que tantos continuassem dando as costas ao que consideravam uma noção de imperialismo fora de moda, no preciso momento em que se criavam as condições para colocá-la novamente em voga no *New York Times*. Inclusive, depois da Guerra do Golfo de 1990-1991, a qual, nos termos de Bruce Cumings, "tinha o objetivo

fundamental de assegurar o controle norte-americano sobre [...] o petróleo do Oriente Médio", fazia falta um "microscópio eletrônico para encontrar o uso do termo 'imperialista' como descrição do papel dos EUA no mundo". A Guerra do Golfo, assinalava, "desenvolveu-se sobre a virtual eliminação de qualquer discurso crítico, que era incitado por meios de comunicação complacentes no marco de uma atmosfera que somente pode qualificar-se de totalitarismo liberal"[12]. Como documentou amplamente o recente livro do conservador Andrew Bacevich, isto continuou durante os anos noventa, inclusive quando a Administração Clinton havia ido além de seus predecessores republicanos em aplicar o poder militar para sufocar a resistência à busca agressiva dos EUA de uma "ordem internacional aberta e integrada, baseada nos princípios do capitalismo democrático". Citando Madeleine Albright, Secretária de Estado de Clinton, que dizia em 1998: "Se temos de usar a força é porque somos a América. Somos a nação indispensável"; e também Richard Hass, o Diretor de Planejamento de Políticas do Departamento de Estado da iniciante Administração Bush, quando em 2000 convocava os estadunidenses a redefinir o "papel global de seu estado de um estado-nação tradicional, para o de um poder imperial", Bacevich argumentava que o ato de evitar continuamente o uso do termo imperialismo não poderia durar por muito mais tempo. No melhor dos casos, tratava-se de um "astigmatismo"; no pior, de "uma preferência constante para desviar o olhar das grandes ambições e interesses egoístas que subjazem a toda a política dos EUA"[13].

Na virada do século, e mais claramente quando os autores do Projeto para um Novo Século Americano foram investidos de poder em Washington DC, o termo imperialista havia finalmente retornado, até mesmo à boca de muitos liberais. A popularidade do livro *Império* de Hardt & Negri já havia captado a nova conjuntura antes inclusive da segunda guerra no Iraque. Todavia, sua insistência (refletindo a noção muito difundida de que o poder de todos os estados-nação havia-se dissipado na era da globalização) em que "*os EUA não constituem –e, na verdade, nenhum estado-nação pode hoje fazê-lo– o centro de um projeto imperialista*", estava em bizarra contradição com os tempos que correm[14].

A esquerda necessita de uma nova teorização do imperialismo, que transcenda as limitações da antiga teoria marxista da rivalidade interimperialista "por etapas", e permita uma apreciação mais completa dos fatores históricos que conduziram à formação de um singular império informal norte-americano. Isto requer compreender como o estado norte-americano desenvolveu a capacidade de incorporar eventualmente seus rivais capitalistas e vigiar e policiar a "globalização" –isto é, a difusão das relações sociais capitalistas a todos os recantos do mundo. A teoria deveria ser capaz de responder às questões de que tornou plausível a insistência do estado norte-americano

em declarar que não era imperialista, e de como isto foi institucionalizado e posto em prática; e, ao contrário, o que torna tudo isso inverossímil hoje e quais são as conseqüências que esta falta de ocultação poderia ter em termos de seu atrativo e sua capacidade para manejar o capitalismo global e manter seu império global.

REPENSAR O IMPERIALISMO

Há uma lógica estrutural do capitalismo que tende à sua expansão e internacionalização. Isto foi celebremente captado pela descrição de Marx no *Manifesto Comunista* de um futuro que se parece assombrosamente com nosso presente: "A necessidade de expansão constante de mercados para seus produtos persegue a burguesia pelo mundo inteiro. Necessita habitar todas as partes, estabelecer-se em todas as partes, criar vínculos em todas as partes [...] forja um mundo à sua imagem e semelhança." Mas, ao se afirmar esta previsão de Marx, corre-se o risco de tratar o que chamamos hoje de globalização como um processo inevitável e irreversível. Devemos recordar que as palavras de Marx também pareciam aplicar-se à realidade do final do século XIX, quando, nos termos de Karl Polanyi, "apenas um louco poria em dúvida que o sistema econômico internacional constituía o eixo da existência material da raça humana"[15]. Ainda assim, como o próprio Polanyi assinalou, que longe de continuar ininterruptamente, já havia indicações de que o sistema econômico internacional da época estava nos primeiros estágios de dissolução, e logo entraria em colapso via duas horríveis guerras mundiais e a implosão da Grande Depressão.

A reconstrução da ordem mundial capitalista do pós-guerra foi uma resposta direta da parte dos estados capitalistas avançados ao fracasso prematuro da globalização. Mediante a infra-estrutura de Bretton Woods, que estabelecia uma nova ordem liberal de comércio, a lógica dinâmica da globalização capitalista foi desencadeada mais uma vez. Durante a breve "idade de ouro" do pós-guerra, a globalização capitalista foi reavivada –mediante a aceleração do comércio, do investimento estrangeiro direto e da crescente internacionalização financeira– e ainda reforçada com a resposta neoliberal à crise econômica dos anos setenta. O resultado desta crise demonstrou que os efeitos internacionais das crises estruturais de acumulação não são previsíveis *a priori*. Das três grandes crises estruturais do capitalismo, a primeira (pós década de 1870) acelerou a rivalidade interimperialista e conduziu à Primeira Guerra Mundial e à revolução comunista, enquanto que a segunda (a Grande Depressão) na verdade reverteu a trajetória internacionalista do capitalismo. Ainda assim, a crise do início dos setenta foi seguida por um aprofundamento, aceleração e extensão da globalização capitalista. E ainda

que esta tenha promovido a competição econômica inter-regional, não produziu nada parecido à antiga rivalidade interimperial.

O que esta trajetória errática desde o século XIX até o XXI sugere é que o processo de globalização não é nem inevitável (como se assumiu convencionalmente na etapa final do século XIX e como é assumido novamente hoje), nem impossível de sustentar (como Lênin e Polanyi, de modos distintos, sustentavam). O ponto é que devemos distinguir entre a tendência expansiva do capitalismo e sua história real. Uma ordem global capitalista sempre é uma construção social contingente: o desenvolvimento efetivo e a continuidade de tal ordem devem ser problematizados. Há uma tendência dentro de certas correntes do marxismo, como na maior parte das análises burguesas, de escrever teoria no tempo presente. Não devemos teorizar a história de maneira que a trajetória do capitalismo seja vista como uma derivação simples de leis econômicas abstratas. Pelo contrário, como Philip McMichael assinalou, é crucial aderir ao princípio metodológico marxista que insiste na necessidade de "*historicizar a teoria*, isto é, problematizar a globalização como uma relação imanente ao capitalismo, mas com relações materiais (sociais, políticas e ambientais) bastante distintas no tempo e no espaço [...] A globalização não é simplesmente a exibição das tendências capitalistas, mas um projeto histórico específico configurado, ou complicado, pelas relações contraditórias de episódios anteriores de globalização"[16].

Sobretudo, a realização –ou frustração– das tendências globalizantes do capitalismo não pode ser compreendida independentemente do papel exercido pelos estados que historicamente constituíram o mundo capitalista. O surgimento do capitalismo é inconcebível sem o papel que os estados europeus exerceram ao estabelecerem os marcos legais e infra-estruturais para a propriedade, contrato, moeda, competição e trabalho assalariado dentro de suas próprias fronteiras ao mesmo tempo em que geravam um processo de desenvolvimento desigual (acompanhado pela construção da raça) no mundo moderno. Isto tinha ido tão longe na segunda metade do século XIX que, quando o capital se expandiu para além das fronteiras de determinados estados europeus, pôde fazê-lo dentro de novas ordens sociais capitalistas que haviam sido ou estavam sendo estabelecidas por outros estados, ou se expandiu dentro de um marco de um império formal ou informal. Mesmo assim, isto não foi suficiente para sustentar a tendência do capital de expandir-se globalmente. Nesse momento, não existia nenhum mecanismo adequado de regulação global capitalista, deixando fragmentados a economia internacional e seus padrões de acumulação, e alimentando, portanto, a rivalidade interimperial que conduziu à Primeira Guerra Mundial.

As teorias clássicas do imperialismo desenvolvidas nesse período, desde Hobson a Lênin, estavam fundadas em uma teorização das crises e das fases

econômicas do capitalismo. Este foi um erro fundamental que, desde então, tem impedido um entendimento adequado da questão[17]. As teorias clássicas eram defeituosas em sua leitura histórica do imperialismo, em seu tratamento da dinâmica de acumulação do capital e em sua tendência a elevar um momento conjuntural de rivalidade interimperial ao nível de uma lei imutável da globalização capitalista. Como argumentaremos mais adiante, uma versão capitalista distinta do imperialismo não surgiu subitamente da chamada fase monopolista ou financeira do capitalismo do final do século XIX. E mais ainda, a teoria da crise que se deriva da interpretação clássica deste período foi usada erroneamente para explicar as tendências expansionistas do capitalismo. Se os capitalistas se voltaram para a exportação de capitais e para o comércio em mercados estrangeiros, não foi tanto devido ao fato de a centralização e concentração do capital terem anunciado uma nova etapa marcada pela queda da taxa de lucro, pela sobreacumulação e/ou pelo subconsumo. Pelo contrário, dado o processo que anteriormente havia permitido às unidades individuais de capital sair de suas locações originais em determinados povoamentos ou cidades, foi mais a aceleração das pressões competitivas e das oportunidades, acompanhada pelas estratégias e pelas capacidades emergentes dos capitalismos em desenvolvimento, o que deu impulso, e facilitou, o expansionismo internacional do final do século XIX e início do XX.

As teorias clássicas do imperialismo fracassaram também em apreender adequadamente as dimensões espaciais desta internacionalização. Acentuaram excessivamente a exportação de bens e capitais para o que chamamos hoje de "Terceiro Mundo" que, devido a seu subdesenvolvimento, tinha uma capacidade limitada para absorver tais fluxos. Daí que estas teorias falharam em compreender dois elementos-chave do desenvolvimento dos próprios países capitalistas avançados. Ao invés do esgotamento das possibilidades de consumo dentro dos países capitalistas avançados –a premissa baseada no que o panfleto de Lênin, *Imperialismo*, denominara como "o nível de semi-inanição das massas"– as classes operárias ocidentais iam adquirindo níveis cada vez mais altos de consumo público e privado[18]. A desigualdade da competição em marcha e do desenvolvimento tecnológico estava introduzindo novas perspectivas para a acumulação interna, em vez da concentração de capital nesses países, que limitaria a introdução de novos produtos a tal ponto que "o capital não poderia encontrar uma área de investimento rentável"[19]. Havia um aprofundamento do capital no nível interno e não apenas uma expansão do capital para o exterior.

Longe de ser a fase superior do capitalismo, o que estes teóricos estavam observando (e é hoje óbvio para nós) era uma fase relativamente *precoce* do capitalismo. Não somente em termos de padrões de consumo, fluxos

financeiros e de competição, mas também com relação ao grau limitado de investimento estrangeiro direto da época e com os meios muito rudimentares que haviam sido desenvolvidos para manejar as contradições associadas à internacionalização do capitalismo.

De todo modo, o aspecto mais defeituoso destas teorias era sua visão reducionista e instrumentalista do estado[20]. O imperialismo não é redutível a uma explicação econômica, mesmo quando as forças econômicas constituem um aspecto fundamental do mesmo. Neste sentido, é necessário manter o imperialismo e o capitalismo como conceitos distintos. A competição entre capitalistas na arena internacional, o intercâmbio e o desenvolvimento desiguais todos são aspectos próprios do capitalismo e sua relação com o imperialismo somente pode ser entendida mediante uma teorização do estado. Quando os estados preparam o terreno para a expansão de seus capitais nacionais para o exterior, inclusive se a dirigem, isto só pode ser entendido nos termos de seu papel relativamente autônomo de manter a ordem social e assegurar as condições de acumulação do capital. Portanto, qualquer explicação sobre o imperialismo deve incluir uma análise das capacidades administrativas do estado, como também de suas determinações de classe, culturais e militares.

O imperialismo capitalista, portanto, precisa ser compreendido mediante uma extensão da teoria do estado capitalista e não como uma derivação direta da teoria econômica das fases ou da crise. E tal teoria necessita compreender não apenas a rivalidade interimperial, e a supremacia conjuntural de um estado imperial determinado, mas também a penetração estrutural dos antigos rivais por parte de um estado imperial em particular. Isto quer dizer que é necessário historiar a teoria, começando por romper com a noção convencional de que a natureza do imperialismo moderno está determinada de uma vez e para sempre pelo tipo de rivalidades econômicas próprias da fase de concentração industrial e financiamento associada ao "capital monopolista" da virada do século.

De fato, a transição do antigo imperialismo pode ser situada na articulação do antigo império formal mercantilista do estado britânico com o império informal que se expandiu na metade do século XIX durante a era do "livre comércio". O problema é que tanto a teoria do imperialismo de Schumpeter, que fazia referência ao papel atávico das classes pré-capitalistas guerreiras e exploradoras dentro do capitalismo, como as concepções de Kaustky e Lênin, que supunham que o capital industrial britânico de meados do século XIX e suas políticas de livre mercado representavam um capitalismo "puro" antiético ou ao menos "indiferente" à expansão imperial[21], derivam-se de uma interpretação demasiado crua da separação entre o político e o econômico dentro do capitalismo. Isto se encontra na raiz da noção segundo a qual a substituição de uma era de livre competição pela

do capital financeiro poria fim a tal separação, conduzindo assim à expansão imperialista, à rivalidade e à guerra entre os estados capitalistas avançados.

Do mesmo modo que as discussões contemporâneas sobre a globalização no contexto de políticas de "livre-mercado" neoliberais, a interpretação marxista clássica da era de livre comércio do século XIX seguida por uma era de rivalidade interimperial opunha confusamente "estado" a "mercado". Em ambos os casos há uma grande dificuldade na hora de apreciar o papel crucial que desempenha o estado em tornar possível o "livre mercado" e fazê-lo funcionar. Assim como o surgimento do *laissez-faire* dentro do capitalismo industrial de meados do século XIX supunha um estado fortemente ativo para realizar a separação formal entre política e economia, e para definir e controlar as relações sociais domésticas de uma ordem plenamente capitalista, a política externa do livre mercado supunha uma extensão do papel imperial em todas estas dimensões por parte do primeiro estado que "havia criado uma forma de imperialismo impulsionada pela lógica do capitalismo"[22].

Como demonstraram Gallagher e Robinson cinqüenta anos atrás em seu fecundo ensaio intitulado "The Imperialism of Free Trade", a noção convencional (compartilhada por Kautsky, Lênin e Schumpeter), segundo a qual o livre comércio britânico e o imperialismo não estavam intercalados, foi refutada por inumeráveis ocupações e anexações, pela incorporação de novas colônias e especialmente pela importância que teve a Índia para o Império entre 1840 e 1870. Estava em contradição ainda mais pela imensa expansão –por razões econômicas e estratégicas– do império "informal" britânico via investimentos estrangeiros, comércio bilateral, tratados de "amizade" e diplomacia dos canhões. Deste modo, "em meados da era vitoriana, as técnicas mercantilistas do império formal eram empregadas ao mesmo tempo em que as técnicas informais do livre comércio na América Latina. É por esta razão que será em vão qualquer tentativa de se fazer corresponder as fases do imperialismo diretamente com as fases do crescimento econômico das economias metropolitanas"[23]. Gallagher e Robinson definiram o imperialismo em termos de uma *função política variável* "que integra novas regiões dentro da economia em expansão; seu caráter define-se majoritariamente pelas relações variadas e mutáveis entre os elementos políticos e econômicos de expansão em cada região e tempo particulares".

> Em outras palavras, é tanto a política como a economia do império informal o que temos que levar em consideração [...] O tipo de vínculo político entre a economia em expansão e suas dependências formais e informais [...] tem tendido a variar de acordo com o valor econômico do território, a força de sua estrutura política, a predisposição de seus governantes em colaborar com

> os propósitos estratégicos e comerciais britânicos, a capacidade da sociedade nativa para efetuar as mudanças econômicas sem controle externo, o grau em que as situações políticas doméstica e externa permitiram a intervenção britânica e, por último, até que ponto os rivais europeus deixavam o caminho livre para a política britânica[24].

Isto não quer dizer que não haja diferenças importantes entre o império formal e o informal. O império informal requer que a penetração econômica e cultural de outros estados seja sustentada pela coordenação política e militar com outros governos independentes. O principal fator que determinou a mudança da extensão dos impérios formais logo após 1880 não foi a insuficiência de relações britânicas com seu próprio império informal, nem o surgimento da fase monopolista ou "financeira" do capital, mas, sobretudo, *a incapacidade britânica para incorporar as novas potências capitalistas como a Alemanha, os EUA e o Japão dentro do "imperialismo de livre comércio"*. Foram vários os fatores que determinaram esta situação, incluindo: as forças sociais pré-capitalistas que, de fato, persistiam em alguns destes países; sentimentos nacionalistas que acompanharam o desenvolvimento dos estados-nação capitalistas; as respostas estratégicas tanto às lutas de classe domésticas como às rivalidades geopolíticas e militares; e, em especial, à capacidade limitada do estado britânico –que por sua vez refletia a crescente separação entre o capital industrial britânico e o capital financeiro– para evitar que estes outros estados revertessem as conseqüências do desenvolvimento desigual. O que se seguiu foi uma corrida pela conquista de colônias e a crescente organização da competição comercial mediante medidas protecionistas (as taxas constituíam a base tributária fundamental desses estados, assim como também instrumentos de proteção para as nascentes burguesias industriais e classes operárias). Neste contexto, os aparatos institucionais internacionais da diplomacia e das alianças, a supremacia da marinha britânica e o padrão-ouro foram muito frágeis para garantir um tratamento eqüitativo entre o capital estrangeiro e o capital nacional no interior de cada estado (um pré-requisito chave para a globalização), para não falar da mediação dos conflitos e do manejo das contradições associadas ao desenvolvimento do capitalismo global do final do século XIX.

Até 1914, Kautsky, não menos que Lênin, havia aceitado, seguindo o livro de Hilferding *Finance Capital*, que a forma "violenta e brutal" de competição imperialista era "um produto do alto nível de desenvolvimento do capitalismo industrial"[25]. No entanto, Kautsky tinha razão ao perceber que mesmo quando a rivalidade interimperialista havia conduzido a uma guerra entre as principais potências capitalistas, esta não era um aspecto inevitável da globalização capitalista. O que tanto irritava Lênin nesta lei-

tura excessivamente politizada da teoria do imperialismo era que Kautsky pensava que "havendo aprendido a lição da guerra mundial", as principais classes capitalistas dominantes podiam eventualmente reavivar a globalização capitalista através de uma colaboração "ultra-imperialista" em vista da força crescente de um proletariado industrial que, não obstante, não contava ainda com as capacidades para efetuar uma transformação socialista. Mas o próprio Kautsky caiu no reducionismo ao conceber sua noção de ultra-imperialismo, como ele mesmo repetiu várias vezes, de "um ponto de vista puramente econômico", em vez de fazê-lo a partir de uma teoria séria do estado. Ainda mais, se Kautsky tivesse posto mais ênfase em sua percepção anterior (de 1911) segundo a qual os "EUA são o país que nos mostra nosso futuro social no capitalismo" e em vez de antecipar uma aliança eqüitativa entre os países avançados tivesse reconhecido a capacidade do novo império informal emergente dos EUA de penetrar e coordenar eventualmente tais países, se tivesse estado muito mais próximo do que, na verdade, aconteceu logo após 1945. Contudo, o que dificilmente poderia ter sido então antecipado foram os desenvolvimentos, tanto no interior da formação social norte-americana como no papel do estado no plano internacional, que permitiram aos governantes estadunidenses pensar tão confiantemente que "somente os EUA tinham o poder de apropriar-se da história e acomodá-la a seus interesses"[26].

A REPÚBLICA NORTE-AMERICANA: "IMPÉRIO EXTENSIVO E AUTOGOVERNO"

O lugar central que os EUA ocupam atualmente dentro do capitalismo global deve-se a uma convergência específica entre estrutura e história. Em termos abstratos, podemos identificar determinadas instituições como o reflexo do poder estrutural do capitalismo. Mas o que impede que tais instituições surjam ou abram caminho para que se desenvolvam é uma questão de conjunturas históricas. A etapa crucial na reconstrução do capitalismo global –logo após os fracassos iniciais e antes da reconstituição do último quarto do século vinte– ocorreu durante e depois da Segunda Guerra Mundial. Foi apenas depois dos desastres da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial (e graças à resposta de um estado que aprendeu a lição) que a globalização obteve nova vida. Isto dependeu, no entanto, do surgimento e da evolução histórica desigual de um conjunto de estruturas desenvolvidas sob a liderança de um *agente* único: o estado imperial norte-americano.

O papel que os EUA vieram a exercer dentro do capitalismo mundial não foi inevitável, mas tampouco foi puramente acidental: não foi uma questão de teleologia, mas de história capitalista. A capacidade que estes desen-

volveram para "conjugar" seu "poder *particular* com uma tarefa *geral* de coordenação" de forma tal que refletissem, como expressou recentemente Perry Anderson, "a matriz particular de sua própria história social", está baseada "no poder de atração dos modelos de produção e cultura norte-americanos [...] crescentemente unificados na esfera de consumo". Aqui convergem, por um lado, a invenção norte-americana da moderna corporação, o *management* científico do processo de trabalho e da linha de montagem de produção em massa; e, pelo outro, "os esquemas narrativos e visuais" ao estilo de Hollywood atraindo e congregando massas de imigrantes por meio "da simplificação e da repetição dramática"[27]. O dinamismo do capitalismo estadunidense e seu atrativo mundial combinado com a linguagem universalista de sua ideologia democrático-liberal falam-nos de uma capacidade para gerenciar um império informal que vai muito mais além da que possuía a Grã-Bretanha no século XIX. Ainda mais, graças à expansão da corporação multinacional, com investimento estrangeiro direto na produção e serviços, o império informal ia demonstrar uma capacidade de penetração muito maior que outras formações sociais precedentes.

Todavia, não foi apenas a formação econômica e cultural do capitalismo norte-americano o que facilitou a expansão deste novo império informal, mas também a formação do estado norte-americano. Contra a percepção de Anderson, segundo a qual as estruturas do estado norte-americano carecem do "poder de atração" de suas estruturas econômicas e culturais (por estarem "ancoradas nos arranjos constitucionais do século XVIII")[28], levantam-se as afirmações de Thomas Jefferson em 1809 quando dizia que "nunca antes uma constituição havia sido tão bem calculada para um império extensivo e autogoverno" [29]. Hardt e Negri tinham razão em rastrear a pré-configuração do que hoje chamam "Império" na noção de "poder em rede" (*network power*) de Madison incorporada à constituição norte-americana[30]. Esta supunha que não apenas os freios e contrapesos dentro do aparelho de estado, mas também uma maior pluralidade de interesses incorporados dentro de um estado expansivo e estendido, garantiriam que as massas não tivessem nem o motivo nem a capacidade para unir-se e controlar a classe dominante[31]. No entanto, longe de antecipar o tipo de poder descentralizado e amorfo que Hardt e Negri crêem que caracterizou os EUA historicamente (o que para eles caracteriza hoje o "Império"), o marco constitucional do novo estado norte-americano deu grandes poderes ao governo central para expandir o comércio e fazer a guerra. O que em 1783 George Washington caracterizava ambiciosamente como um "império em ascensão"[32] foi bem captado pela imagem do Paper XI d'*O Federalista* de "um grande sistema americano superior ao controle de toda força ou influência transatlântica e capaz de impor as condições da relação entre o velho e o novo mundo!"[33].

A noção de império aqui utilizada foi concebida, obviamente, em relação aos outros impérios mercantis do século XVIII. Contudo, o estado que surgiu a partir das ambições da "elite colonial expansionista"[34] formada por comerciantes do Norte (com o apoio dos artesãos e dos agricultores comerciais) e pelos donos das plantações do Sul em aliança contra o império formal mercantil da Grã-Bretanha, evidenciou, desde suas origens, uma tendência no sentido do desenvolvimento capitalista e do império informal. Em sua forma inicial, caracterizou-se pela expansão territorial para o Oeste, principalmente mediante o extermínio da população nativa, e da exploração descarada e agressiva não apenas da população de escravos negros, mas também dos agricultores de subsistência endividados e, ao menos de 1820 em diante, de uma classe operária industrial emergente. Apesar disso, o novo estado norte-americano concebia-se como uma encarnação dos princípios da liberdade republicana, e aspirava ser amplamente admirado por isso, devido fundamentalmente ao vínculo entre "império extensivo e autogoverno" que sua constituição federal articulava. Nos termos de Bernard DeVoto, "o império americano não seria mercantilista, mas algo totalmente novo: o Oeste não seria formado por colônias, mas por estados"[35].

E os "direitos estatais" destes estados não eram uma miragem: refletiam os dois diferentes tipos de relações sociais –escravos e livres– que formavam cada onda sucessiva de estados e que até 1830 limitavam o papel ativo do estado federal. Logo após as lutas domésticas entre os estados que eventualmente conduziram à guerra civil, a derrota da "plantocracia" e a abolição da escravidão, a constituição federal ofereceu um marco para a dominação sem peias de um capitalismo industrial com o maior mercado interno do mundo, eliminando qualquer tentação de estabelecimento de um império formal via conquista territorial externa[36]. O desenlace da guerra civil permitiu recompor a relação entre o capital industrial, o financeiro e o estado federal, orientando assim as capacidades administrativas do estado e suas políticas para a reprodução capitalista ampliada e não para o mercantilismo[37]. Aqui podemos apreciar a importância que o próprio Anderson adjudicara à cambiante forma jurídica do estado norte-americano, pela qual "os direitos ilimitados de propriedade, o litígio sem peias e a invenção da corporação" conduziram ao que Polanyi mais temia:

> um sistema jurídico que liberava o mercado das ataduras do costume, da tradição ou da solidariedade o tanto quanto fosse possível. A libertação de todos esses entraves tinha que demonstrar –tanto no caso das empresas como dos filmes norte-americanos– ser exportável e reproduzível ao redor do mundo, de um modo que nenhum outro competidor poderia igualar. A firme transformação internacional do direito mercantil e da

> arbitragem em conformidade com os padrões norte-americanos é o testemunho do processo[38].

As tendências expansionistas do capitalismo norte-americano na segunda metade do século XIX (refletindo as pressões tanto dos agricultores comercializados como dos industriais e financistas da era posterior à guerra civil) eram ainda mais propensas a adotar formas informais de imperialismo que o capitalismo britânico, inclusive apesar de não estarem sujeitas a uma política de livre comércio. No princípio, as modalidades foram similares e começaram muito antes da guerra hispano-americana de 1898, a qual é habitualmente considerada como o ponto de partida da expansão imperial dos EUA. Isto foi documentado amplamente em um artigo descaradamente intitulado "Indicadores do Império Informal", preparado pelo Centro de Análises Navais da América do Norte: entre 1869 e 1897, a marinha norte-americana tocou nada menos que 5980 portos para proteger os envios comerciais dos EUA para a Argentina, Brasil, Chile, Nicarágua, Panamá, Colômbia e demais lugares da América Latina[39]. Ainda assim, o estabelecimento de colônias em Porto Rico e nas Filipinas e a anexação do Havaí "foi um desvio [...] com relação às formas típicas de dominação econômicas, políticas e ideológicas já características do imperialismo norte-americano"[40]. Pelo contrário, foi mais através do investimento estrangeiro direto e da forma corporativa moderna –exemplificada pela Singer Company estabelecendo-se como a primeira corporação multinacional a superar a barreira tarifária canadense para estabelecer uma sucursal com o intuito de produzir máquinas de costura para os prósperos plantadores de trigo de Ontário– que o imperialismo norte-americano informal logo assumiu uma forma claramente distinta da do britânico[41].

A articulação do novo império informal norte-americano com intenções militares foi expressa por Theodore Roosevelt em 1904, em termos do exercício de "um poder de polícia internacional", na ausência de outros mecanismos internacionais de controle, com o propósito de estabelecer regimes que saibam "como atuar com razoável eficiência e decência em assuntos políticos e sociais" e garantir que cada um destes regimes "mantenha a ordem e pague suas obrigações": "Uma nação desejosa tanto de garantir o respeito para si mesma como de fazer o bem para as demais [declarou Teddy Roosevelt em uma linguagem que hoje nos é familiar outra vez] deve ter a força adequada para realizar a tarefa que sente que lhe foi encarregada como parte de seu dever com o mundo... Um grande povo livre tem o dever frente a si mesmo e a toda a humanidade de não cair na impotência diante dos poderes do mal"[42].

O gênio norte-americano de apresentar seu império informal no marco dos direitos universais alcançou seu apogeu com Woodrow Wilson. A hipocrisia também alcançou seu apogeu, especialmente na Conferência de Paz de Paris, onde Keynes concluiu que Wilson era "a maior fraude do mundo"[43]. De fato, não foram apenas as tendências isolacionistas do Congresso norte-americano, mas também a incapacidade dos aparatos presidenciais, militares e do Tesouro estadunidenses, o que em boa medida explicou o fracasso dos EUA em chamar a si a responsabilidade da reconstrução européia após a Primeira Guerra Mundial. A expansão administrativa e reguladora do estado norte-americano sob o impacto do liberalismo corporativo na era progressista[44] e a difusão do investimento direto durante os anos vinte (exemplificada pela aquisição da Opel por parte da General Motors justo antes da Grande Depressão, completando assim a "divisão virtual" da indústria automotora alemã entre GM e Ford)[45] foram desenvolvimentos muito significativos. No entanto, foi logo com o *New Deal* que o estado norte-americano começou a desenvolver as capacidades modernas de planejamento que, uma vez exercidas na Segunda Guerra Mundial, transformariam e estenderiam amplamente o imperialismo informal norte-americano[46].

No marco das extraordinárias lutas de classe da era da depressão, estas capacidades estavam limitadas "pela fragmentação política, a qual se expressava fundamentalmente no conflito executivo-legislativo combinada com fortes tensões entre empresários e governo"[47]. Não obstante, a entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial não apenas resolveu "o *impasse* da construção estatal (*state building*) do final dos anos trinta", bem como também proporcionou "as vigas fundamentais para a *governança* do pós-guerra dos EUA". Como assinala Brian Waddell em seu notável estudo da transição da construção estatal da Depressão para a Segunda Guerra Mundial:

> Os requisitos de uma guerra total ressuscitaram as influências políticas das corporações permitindo aos gerentes das grandes empresas dentro e fora do estado exercer uma ampla influência sobre as políticas de mobilização em tempos de guerra [...] Os executivos determinados das corporações e os oficiais militares formaram uma aliança muito efetiva nesses momentos que não somente bloqueou qualquer crescimento da autoridade do *New Deal*, mas que também organizou uma poderosa alternativa ao mesmo. O ativismo internacional deslocou e suplantou o ativismo doméstico do *New Deal*.

Foi este, então, o cenário finalmente montado para um império informal norte-americano, muito mais estendido e poderoso, lançado para além de seu próprio hemisfério.

A RECONSTRUÇÃO NORTE-AMERICANA DE UMA ORDEM MUNDIAL CAPITALISTA

A transição "das capacidades do estado norte-americano para a obtenção de metas intervencionistas internacionais *versus* o intervencionismo doméstico"[48] foi crucial para o renascimento das tendências globalizantes do capitalismo logo após a Segunda Guerra Mundial. Isto não apenas ocorreu através da reconstrução do estado norte-americano em tempos de guerra, como também da reconstrução mais radical de pós-guerra de todos os estados que constituíam o núcleo da rivalidade interimperialista. Por sua vez, este processo conduziu à proliferação de novos estados fora dos antigos impérios coloniais. Entre as várias dimensões deste novo vínculo entre o capitalismo e o imperialismo, a mais importante era que *as redes e entrelaçamentos institucionais imperiais mais densos que anteriormente articulavam as relações Norte-Sul entre os estados imperiais e suas colônias formais ou informais agora estruturavam os vínculos entre os EUA e os principais estados capitalistas*.

O que o império informal da Grã-Bretanha havia sido incapaz de manejar (na verdade, inclusive de contemplar) no século XIX era obtido agora pelo império informal norte-americano, que de maneira bem-sucedida conseguia integrar todas as outras potências capitalistas dentro de um sistema efetivo de coordenação sob sua égide. Independentemente das ocupações militares dos EUA, a devastação das economias européia e japonesa e a débil legitimidade política de suas classes dominantes até o fim da guerra criaram uma oportunidade única e sem precedentes que o estado norte-americano estava agora pronto para aproveitar... e desejoso de assim o fazer. Mais ainda, nestas condições, a expansão do império informal norte-americano logo após a Segunda Guerra Mundial não foi tanto uma imposição unilateral (ou meramente coercitiva), mas majoritariamente um "imperialismo por convite"[49].

Por mais importante que tenha sido o desenvolvimento dos aparatos estatais de segurança nacional e de planejamento geoestratégico que marcou a divisão do mundo com a União Soviética em Yalta[50], não menos importante foi a estreita atenção que, durante a guerra, os Departamentos de Estado e do Tesouro prestaram aos planos destinados a relançar um regime coordenado e liberal de comércio e uma ordem financeira regulada. Isto foi possível graças à manipulação da condição de devedor dos principais aliados dos EUA, favorecidos pelo absoluto domínio do dólar como moeda de troca internacional, e ao fato de 50% da produção mundial estar naquele momento em mãos da economia norte-americana. O estado norte-americano havia aprendido bem a lição de sua incapacidade posterior à Primeira Guerra Mundial de combinar a retórica internacionalista liberal com o compromisso institu-

cional de manejar a ordem capitalista internacional. Mediante o intricado planejamento conjunto dos tesouros norte-americano e britânico durante a guerra[51] –isto é, mediante o processo que conduziu a Bretton Woods– os estadunidenses não apenas se asseguraram de que os britânicos "aceitassem alguma obrigação de modificar sua política doméstica em vista de seus efeitos internacionais sobre a estabilidade", mas também de que se liquidasse o império britânico "atirando a Grã-Bretanha nos braços dos EUA como um suplicante, e, portanto, um subordinado; uma subordinação mascarada pela ilusão de 'uma relação especial' que dura até hoje"[52].

Todavia, de nenhuma maneira os dólares norte-americanos foram o único fator decisivo, nem a Grã-Bretanha o único objetivo do novo império informal norte-americano. Um panfleto publicado na revista *Fortune*, em maio de 1942, intitulado "EUA em um Novo Mundo: Relações com a Grã-Bretanha", propunha um programa para "a integração dos sistemas econômicos britânico e americano como o fundamento para uma integração de pós-guerra mais ampla":

> se uma ordem mundial há de surgir desta guerra, não é realista pensar que vá sair pronta e direto de uma conferência de cinqüenta países sustentada numa data determinada com o fim de redigir uma Constituição Mundial. É mais provável que seja um porvir gradual dos procedimentos de tempos de guerra atualmente em desenvolvimento [...] Se os EUA rechaçam um imperialismo de "lobo solitário" e encaram o fato de que nem uma Liga das Nações nem outro parlamento internacional podem estabelecer-se em um futuro próximo... [isto] não impede que os EUA se aproximem da Grã-Bretanha com uma proposta de integração econômica como primeiro passo no sentido de um mecanismo de reconstrução geral. A menos que cheguemos a um acordo com a Grã-Bretanha e seus Domínios sobre estas questões, seria utópico pensar em um acordo mais amplo entre todas as Nações Unidas[53].

Este panfleto estava acompanhado por uma extensa declaração coletiva[54] dos editores das revistas *Fortune*, *Time* e *Life* que começava com a premissa de que "A América vai surgir como a potência mais poderosa do mundo do pós-guerra e, portanto, depende dela decidir que tipo de ordem de pós-guerra quer". Neste contexto, e depois das tensões do New Deal, invocavam "a confiança mútua entre empresários e o governo" a fim de que este pudesse exercer suas responsabilidades tanto "para usar a política fiscal como instrumento equilibrador, como seus poderes legislativos e administrativos para promover e fortalecer a empresa privada, removendo os obstáculos à sua expansão natural...". Isto produziria "um contexto expansionista no qual tarifas, subsídios, monopólios, legislações trabalhistas,

feudalismo 'plantacionista', impostos, atraso tecnológico, leis impositivas obsoletas e todo tipo de barreiras à expansão possam ser removidos". Ainda que reconhecessem que "a ascensão do proletariado internacional"...fosse "...o fato mais importante dos últimos vinte anos...", também entendiam que isto "significava que o livre comércio internacional irrestrito, que Codben pregava e a Grã-Bretanha praticava, já não era uma possibilidade política imediata". No entanto, o livre comércio entre os EUA e a Grã-Bretanha podia ser "o empurrão que ambas as economias necessitavam" e sobre esta base "propagar-se-ia gradualmente a área de liberdade, dos domínios britânicos até a América Latina e talvez algum dia até o resto do mundo. O livre comércio universal, e não um exacerbado nacionalismo, é o objetivo *último* de um mundo racional". E em termos muito diretos, os editores chamaram-no de novo imperialismo:

> Portanto, um novo "imperialismo" americano, se há de chamá-lo assim, será –ou poderá ser– muito distinto do britânico. Pode também ser diferente com relação ao tipo americano prematuro que seguiu nossa expansão na guerra com a Espanha. O imperialismo americano pode completar a tarefa que os britânicos começaram; e em lugar de vendedores e plantadores, seus representantes podem ser cérebros e tratores, técnicos e máquinas, ferramentas. O imperialismo americano não precisa de extraterritorialidade, pode se sair melhor na Ásia se os *tuans* e os *sahibs** ficam em casa [...] os EUA tampouco têm medo de ajudar a reconstruir rivais industriais [...] porque sabemos que a industrialização não limita, mas sim estimula o comércio internacional... Este imperialismo americano parece sóbrio e grandiloqüente. De toda maneira, é uma política factível para a América, dado que não é comida, mas amizade o que mais necessitamos do resto do mundo.

Em nenhum lugar foi confirmada mais claramente esta imensa capacidade gerencial que o estado norte-americano havia desenvolvido para converter esta perspectiva em realidade que na conferência de Bretton Woods em 1944. A comissão responsável por criar o FMI foi dirigida, e atentamente controlada, por um homem do New Deal, Harry Dexter White, para o Tesouro norte-americano, e ainda que Keynes tenha dirigido a comissão que planejou o que logo seria o Banco Mundial e várias comissões sob seu comando não terem sido de responsabilidade de norte-americanos, todas "tinham secretários e relatores nomeados e atuando sob instruções

* N. da T.: ambas as expressões são utilizadas na Malásia e na Índia respectivamente para denominar ao Senhor/Cavalheiro.

de White", que também criou "uma publicação da conferência que devia circular todos os dias a fim de informar a todos sobre as decisões mais importantes". White tinha à sua disposição um exército de taquígrafos trabalhando dia e noite e os *boy scouts* atuando como acompanhantes e distribuindo os artigos – os quais estavam escritos em uma "linguagem legal que tornava tudo mais difícil de ser compreendido entre tanta variedade de idiomas incompreensíveis". Este era o tipo de "manicômio controlado"* que o Tesouro norte-americano queria, a fim de "tornar mais fácil a imposição de um *fait accompli*". Foi neste contexto que todas as delegações decidiram finalmente que "era melhor estar com o Tesouro norte-americano que com seus críticos mal-humorados, 'já que estes [segundo as palavras de Keynes] não sabem o que querem nem possuem o poder necessário para implementar suas próprias promessas'". A conferência culminou com a homenagem de Keynes a um processo no qual 44 países "estavam aprendendo a trabalhar juntos para que 'a irmandade do homem se convertesse em algo mais que uma mera frase'. Os delegados aplaudiram vivamente enquanto se executava o hino dos EUA"**[55].

Ao se radicarem as centrais do FMI e do Banco Mundial, por insistência dos EUA, em Washington DC, estabeleceu-se um padrão internacional de administração econômica entre todos os países capitalistas avançados que continua até nossos dias. Assim, cada vez que os ministros de finanças e/ou os bancos centrais europeus ou do Japão propõem, são o Tesouro norte-americano e a Reserva Federal que dispõem[56]. Além deste entrelaçamento institucional, o vínculo entre estes estados e o império norte-americano se institucionalizou através da OTAN, sem mencionar as redes de inteligência que ligavam cada um dos estados capitalistas avançados aos aparatos de segurança norte-americanos como parte da estratégia de contenção do comunismo durante a Guerra Fria. Tudo isto interagia com as redes econômicas assim como com as redes intelectuais, midiáticas e de propaganda para explicar, justificar e promover a nova realidade imperial.

Muitos daqueles que põem ênfase no vínculo entre o exército e os serviços de inteligência do estado norte-americano e nos aparatos coercitivos da Europa e Japão tendem a ver a chave explicativa deste processo na dinâmica da Guerra Fria[57]. No entanto, analisando as políticas estadunidenses da perspectiva do colapso da URSS, Bacevich argumentou recentemente que:

---

* N. da T.: no original "controlled Bedlam".

** N. da T.: no original "The Star Spangled Banner".

> Conceber a grande estratégia dos EUA desde 1940 até 1980 exclusivamente em termos de "contenção" –sem outro motivo que o de resistir à expansão do poder soviético– não é errôneo, mas sim incompleto [...] Uma concepção tão limitada da estratégia da Guerra Fria nos impede de compreender a política limitada atual norte-americana [...] Nenhuma estratégia que mereça se chamar assim é exclusivamente passiva ou defensiva em sua orientação [...] A grande estratégia dos EUA durante a Guerra Fria exigiu não apenas conter o comunismo, mas também tomar medidas ativas para abrir o mundo política, cultural e, sobretudo, economicamente –que é precisamente o que os governantes e formuladores de políticas disseram ter intenção de fazer[58].

Ao concentrar-se exclusivamente na política exterior e nos aparatos coercitivos e de inteligência, esta literatura não pode dar conta de até que ponto o "Sistema de Protetorado" norte-americano (para usar uma expressão de Peter Gowan) estava "alterando o caráter dos capitalismos centrais". Porque isto implicou a "transformação interna das relações sociais dentro dos protetorados no sistema norte-americano de acumulação 'fordista', o qual abriu a possibilidade de estender seus *mercados internos* de modo tal que suas classes trabalhadoras passaram a ser não apenas a fonte de extração de mais-valia, mas também a base crescente do consumo para a *realização* da mais-valia"[59]. Enquanto o novo império informal ainda deixava espaço para que os outros estados do centro capitalista atuassem como "entidades autônomas na organização da acumulação capitalista", a imitação das formas de tecnologia norte-americanas e administração "fordista" (no princípio organizadas e canalizadas através dos "conselhos de produtividade" do pós-guerra) foram maciçamente reforçadas através do investimento estrangeiro direto estadunidense. Aqui também o centro das redes do império norte-americano se transladou para os países capitalistas avançados de modo que, entre 1950 e 1970, a proporção total de investimento direto norte-americano na América Latina caiu de 40 para 20% enquanto a da Europa Ocidental se duplicou até igualar a participação de mais de 30% do Canadá[60]. Não é, portanto, surpreendente que observadores externos tão agudos como Raymond Aron e Nicos Poulantzas vissem na Europa uma tendência para a "canadanização" como modelo de integração com o império norte-americano[61].

Nada de tudo isso implicou, evidentemente, que a dimensão Norte-Sul do imperialismo tenha se tornado irrelevante. Significou, sim, que as relações dos outros países capitalistas centrais com o Terceiro Mundo, incluindo suas ex-colônias, foram imbricadas pelas regras do imperialismo informal norte-americano. Os países capitalistas centrais poderiam continuar se beneficiando da clivagem Norte-Sul, mas qualquer intervenção teria de

ser iniciada, ou ao menos aprovada, pelos EUA (como o demonstra Suez). Somente os EUA podiam, então, arrogar-se o direito de intervenção contra a soberania de outros estados (o que foi feito repetidas vezes ao redor do mundo) e somente o estado norte-americano reservaria para si próprio o direito "soberano" de rechaçar normas e leis internacionais quando fosse necessário. É neste sentido que apenas o estado norte-americano foi ativamente "imperialista".

Considerando que as regras do império informal pareciam situar o "Terceiro Mundo" e os países capitalistas avançados no mesmo escalão político e econômico, tanto o legado do velho imperialismo como o grande desequilíbrio de recursos entre o Plano Marshall e a ajuda ao desenvolvimento do Terceiro Mundo tenderam a reproduzir e reforçar as desigualdades globais. Na era do pós-guerra, isso permitiu aos estados europeus desenvolver uma coerência econômica interna e mercados internos crescentes. Nos termos de Alan Milward, a integração econômica européia foi explicitamente promovida pelos EUA como um mecanismo europeu para "resgatar o estado-nação europeu"[62]. Contudo, isto contrastava com a aversão norte-americana pelas estratégias de industrialização por substituição de importações adotadas pelos estados do sul, para não mencionar a hostilidade dos EUA com relação ao tipo de planos de desenvolvimento de base econômica autocentrados que os países capitalistas avançados haviam utilizado antes de adotar a ordem liberal internacional. Ao contrario dos interesses geoestratégicos que predominaram nas guerras da Coréia e do Vietnam, o que determinou a participação dos EUA no derrocamento de numerosos governos do Irã ao Chile, foi sua oposição ao nacionalismo econômico. O resultado previsível –dadas as limitações da maioria dos mercados internos do Terceiro Mundo e as limitações de todos os estados do Terceiro Mundo competindo para entrar no mercado internacional– foi que as desigualdades globais aumentaram, mesmo quando alguns poucos estados do Terceiro Mundo, como Coréia do Sul, foram capazes de aproveitar o espaço geoestratégico que o novo império lhes concedeu para desenvolverem-se rapidamente e diminuir a lacuna.

Mesmo assim, em termos gerais, a nova modalidade informal de dominação imperial estava caracterizada, tanto nos países capitalistas avançados como no Terceiro Mundo, pela penetração de suas fronteiras mais que por sua dissolução. A nova ordem capitalista internacional estava agora organizada e regulada não mais por um império formal, senão por meio da reconstrução dos estados como elementos integrais do império informal norte-americano. Os estados-nação constituíam o veículo principal através do qual (a) as relações sociais e as instituições de classe, a propriedade, a moeda, os contratos e os mercados se estabeleciam e se reproduziam; e (b) a acumulação internacional

de capital se levava adiante. A grande expansão do investimento estrangeiro direto em todo o mundo implicou que, longe de abandonar o estado, o capital aumentou sua dependência de *muitos* estados. Ao mesmo tempo, como força social efetiva dentro de qualquer estado dado, o capital agora tendia a integrar o capital estrangeiro e o doméstico nas ambições e conexões internacionais. Sua interpenetração fez com que a noção de diferentes burguesias nacionais –sem mencionar o tipo de rivalidades entre elas que conduziu à Primeira Guerra Mundial– se tornasse crescentemente anacrônica.

Outra dimensão desta nova relação entre capitalismo e imperialismo era, por então, a *internacionalização do estado*, entendida como a aceitação por parte do estado de responsabilizar-se pelo manejo da ordem capitalista doméstica de modo tal que contribuísse ao manejo da ordem capitalista internacional[63]. Para o estado imperial norte-americano, de todo modo, a internacionalização do estado tinha uma qualidade especial dado que permitia aos EUA definir e exercer seu interesse nacional não apenas em benefício de sua própria classe capitalista, mas fundamentalmente em benefício da extensão e reprodução do capitalismo global. Isto tinha a ver não apenas com a particularidade do estado e com a formação social estadunidense, mas também com a crescente inclinação em conceber o papel do estado norte-americano como fiador da sobrevivência da "livre iniciativa" dentro dos EUA através da promoção do livre comércio e da livre iniciativa no nível internacional. Assim o expressava o presidente Truman em seu famoso discurso contra o isolacionismo, em março de 1947, na Universidade de Baylor:

> Agora, como em 1920, alcançamos um ponto de inflexão em nossa história. As economias nacionais foram desorganizadas pela guerra. Em todos os lados, o futuro é incerto. As políticas econômicas são muito cambiantes. Nesta atmosfera de dúvida e vacilação, o fator decisivo será o tipo de liderança que os EUA ofereçam ao mundo. Somos o gigante da economia mundial. Gostemos ou não, o futuro padrão de relações econômicas depende de nós [...] Nossas relações exteriores, políticas e econômicas são indivisíveis[64].

A internacionalização do estado norte-americano estava totalmente marcada pelo documento NSC-68 do Conselho de Segurança Nacional de 1950, o qual (ainda que tenha permanecido como *top secret* até 1975) foi definido por Kolko como "o mais importante de todos os documentos políticos do pós-guerra". O mesmo articulava muito claramente o objetivo de construir um "ambiente mundial no qual o sistema norte-americano possa sobreviver e florescer... Mesmo se não existisse a União Soviética enfrentaríamos o grande problema... [de que] a ausência de uma ordem entre as nações é cada vez menos tolerável"[65].

A RECONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO NORTE-AMERICANO NA ERA NEOLIBERAL

Este padrão de domínio imperial estabeleceu-se durante a reconstrução do pós-guerra, um período que considerando seu dinamismo econômico foi inerentemente transitório. A própria noção de "reconstrução" já postulava a pergunta do que iria ocorrer logo depois que as economias européias e a do Japão se reconstruíssem e se tornassem competitivas com relação à norte-americana e uma vez que as condições benignas dos anos do pós-guerra estivessem esgotadas[66]. Ademais, as lutas operárias e camponesas e o crescente nacionalismo econômico no Terceiro Mundo, e a militância da classe operária em ascensão nos países capitalistas centrais, teriam um forte impacto tanto sobre a taxa de lucro do capital como sobre a ordem institucional do pós-guerra.

Em menos de uma geração, as contradições inerentes a Bretton Woods estavam à vista. Quando as moedas européias se tornaram totalmente conversíveis em 1958, praticamente todas as premissas de 1944 encontravam-se questionadas. O tipo de câmbio fixo estabelecido no tratado dependia dos controles do capital que a maioria dos países, com exceção dos EUA, mantinha depois da guerra[67]. Não obstante, a própria internacionalização do comércio e do investimento estrangeiro direto que Bretton Woods promovera (junto a inovações domésticas e a competição em hipotecas, créditos, bancos de investimento e corretagem de ações, títulos e moedas que fortaleceram a capacidade do setor financeiro dentro dos EUA), contribuiu para restaurar um mercado financeiro global com a erosão correspondente dos controles de capital e a vulnerabilidade dos tipos de câmbio fixo[68].

Até o inicio dos anos setenta já se anunciavam sérios temores de um retorno ao colapso e fragmentação econômica internacional do período do entre-guerras na medida em que a economia norte-americana passava de credora a devedora, o dólar deixava de ser uma moeda escassa e abundava, e o padrão ouro-dólar no qual se enquadrava Bretton Woods começava a cambalear[69]. Contudo, apesar de novas tensões entre os EUA, Europa e Japão, o passado não se repetiu. Pelo contrário, o domínio estadunidense, que nunca foi seriamente desafiado, pode se reorganizar sobre novas bases e o processo de integração internacional não retrocedeu, mas sim se intensificou. Esta reconstrução da ordem global, da mesma forma que nos desenvolvimentos anteriores do capitalismo global, não era inevitável. O que a tornou possível –ou seja, o que deu ao estado norte-americano o tempo e o espaço político para renovar suas ambições globais– foi que para o momento da crise dos anos setenta, a penetração ideológica e material dos EUA e sua integração com a Europa e o Japão eram suficientemente fortes para descartar qualquer

isolamento da economia internacional ou qualquer desafio sério à liderança do estado norte-americano.

Obviamente, os EUA haviam estabelecido a si próprios como o protetorado militar da Europa e do Japão, o que se manteve enquanto ambas as economias faziam sua entrada nos mercados estadunidenses. Todavia, o fator determinante para fortalecer os novos laços imperiais durante o pós-guerra foi o investimento estrangeiro direto como mecanismo principal da exportação de capital e integração internacional. As corporações norte-americanas, em particular, estavam se convertendo em redes de conexão transnacionais entre provedores, financistas e mercados de consumo (fortalecendo assim uma ordem comercial liberalizada como meio de assegurar redes internacionais de produção ainda mais estreitas). Inclusive quando a resposta inicial ao desenvolvimento deste tipo de investimentos estadunidenses havia sido hostil, em geral deu lugar à competição para atrair tais investimentos e, logo, à imitação dos efeitos de enfrentar "o desafio norte-americano" mediante contra-investimentos nos EUA.

Diversamente do comércio, o investimento estrangeiro direto norte-americano afetou diretamente as estruturas de classe e as formações estatais dos outros países capitalistas centrais[70]. As tensões e alianças dentro das classes capitalistas locais já não podiam ser entendidas em termos puramente "nacionais". As companhias automotoras alemãs, por exemplo, iam a reboque das norte-americanas na busca de mercados europeus e compartilhavam interesses mútuos dentro da Alemanha, como o preço do aço europeu. Tinham motivos para ser muito cautelosas com relação às políticas discriminatórias em favor de companhias européias, dado que podiam, como conseqüência, afetar seus interesses crescentes nos mercados e nos investimentos nos EUA. E se a instabilidade na América Latina ou outro "ponto problemático" ameaçava seus próprios investimentos internacionais, pediam ajuda principalmente aos EUA antes que a seus próprios estados para defendê-los.

Com o capital norte-americano atuando como uma força social dentro de cada estado europeu, o capital local tendeu a ser "desarticulado" e não mais representado por uma burguesia nacional coerente e independente[71]. A probabilidade de que o capital doméstico pudesse desafiar o domínio estadunidense –como algo oposto à mera busca de renegociar os termos da liderança norte-americana– diminuiu consideravelmente. Ainda que as economias da Europa Ocidental e do Japão haviam sido reconstruídas no período do pós-guerra, a natureza de sua integração à economia global tendeu a sujeitar a reprodução bem-sucedida de suas próprias formações sociais às regras e estruturas da ordem global liderada pelos EUA. Por muito que os estados europeus e japoneses pudessem haver querido renegociar os acor-

dos contraídos em 1945, agora que apenas 25% da produção global estava localizada nos EUA, nem eles nem suas burguesias estavam remotamente interessados em desafiar a hegemonia que o império informal estadunidense havia estabelecido sobre eles. Como afirmava Poulantzas no início dos anos 70, "Para eles, a questão é mais de reorganizar uma hegemonia que ainda aceitam...; o que na verdade disputam é a divisão do bolo"[72].

Foi neste contexto que a internacionalização do estado se tornou particularmente importante. Nos anos setenta, no transcurso das prolongadas, e às vezes confusas, renegociações dos termos que desde o final da Segunda Guerra Mundial ligavam a Europa e o Japão ao império norte-americano, todos os estados-nação envolvidos aceitaram a responsabilidade de criar as condições *internas* necessárias para sustentar a acumulação *internacional*, como a estabilidade dos preços, as limitações à militância operária, o tratamento nacional aos investimentos estrangeiros e a saída irrestrita de capitais. Para citar novamente Poulantzas, a tendência real que surgiu a partir da crise dos anos setenta foi a de "transformações internalizadas do próprio estado a fim de assumir a responsabilidade da internacionalização das funções públicas em benefício do capital"[73]. Portanto, os estados-nação não estavam desaparecendo, mas somando responsabilidades.

Não é que tenham visto com clareza exatamente o que era necessário fazer. As estruturas estabelecidas da ordem posterior a 1945 não resolveram por si próprias as pressões generalizadas sobre as taxas de lucro nos EUA e na Europa. Tampouco sugeriram como os EUA poderiam reavivar sua base econômica de maneira que consolidasse sua dominação. E tampouco davam respostas a respeito de como se manejariam as tensões e instabilidades de um mundo em que o estado norte-americano não era onipresente, mas que dependia para seu domínio de poder funcionar através de outros estados. A natureza contingente da nova ordem ficou demonstrada no fato de que a "solução" somente apareceu no final dos anos setenta, isto é, duas décadas depois dos primeiros sinais de problema, quase uma década depois da crise do dólar do início dos anos 70 e logo após um período sustentado por falsas iniciativas, confusões e experiências incertas[74].

A primeira e mais crucial resposta do governo de Nixon, isto é, o fim dramático da conversibilidade do dólar em 1971, restaurou a autonomia econômica do estado norte-americano diante da corrida para o ouro; e a conseqüente desvalorização do dólar corrigiu, ao menos temporariamente, o déficit na balança comercial dos EUA. De todas as maneiras, esta resposta estava muito longe de ser uma solução às questões mais amplas que estavam em jogo. O estado norte-americano tirou vantagem de sua posição ainda dominante para defender suas próprias bases econômicas, mas esta postura defensiva não pôde gerar uma solução geral para os problemas que

enfrentavam todas as economias capitalistas desenvolvidas, nem tampouco criar as bases para renovar o dinamismo econômico dos EUA[75]. Até o final dos anos setenta, quando a economia estadunidense enfrentava uma fuga de capitais (domésticos e estrangeiros), um informe presidencial ao Congresso (que se definia a si mesmo como "a análise mais detalhada e compreensiva da posição competitiva dos EUA") confirmava um declínio considerável na competitividade –o qual aconselhava que *poderia* ser revertido por uma reorientação radical da política econômica destinada a corrigir a inflação persistente e a ter maior acesso às poupanças a fim de acelerar o investimento[76].

A preocupação em reter e atrair novo capital foi especialmente crucial para o que viria. A abertura dos mercados de capitais nas ordens doméstica e global representou tanto uma oportunidade como uma restrição para o estado norte-americano. A liberalização financeira permitira transladar um aspecto importante da competição para o terreno onde a economia estadunidense havia tido potencialmente suas maiores vantagens comparativas. No entanto, essas vantagens não podiam se converter em instrumentos efetivos de poder sem certas mudanças políticas e econômicas. A ambivalência do estado norte-americano com relação à maneira de manejar a força crescente do capital financeiro se refletia em suas políticas: os controles do capital foram introduzidos em 1963, mas estavam sujeitos a "exceções" importantes; o mercado de eurodólares era uma fonte de preocupação, mas, ao mesmo tempo, se reconhecia que tornava a posse de dólares mais atrativa e, conseqüentemente, era um propulsor importante da reciclagem de petrodólares do Terceiro Mundo. A liberalização financeira fortaleceu enormemente Wall Street durante os anos 70 e, como mostraram muito persuasivamente Duménil e Lévy, demonstrou ser crucial para as mudanças mais amplas que se seguiram[77]. Contudo, isto não deve ser visto como à custa do capital industrial. O que estava em jogo não era um "golpe financeiro", mas sim um (tardio) reconhecimento por parte do capital norte-americano de que o fortalecimento do poder financeiro era um preço essencial, ainda que às vezes doloroso, a pagar para a reconstrução do poder econômico norte-americano[78].

O "ponto de inflexão" crítico em matéria de orientação política veio em 1979 com o "shock de Volcker" –o programa auto-imposto de ajuste estrutural do estado norte-americano. A determinação da Reserva Federal de estabelecer uma disciplina econômica interna através de um aumento inédito das taxas de juros conduziu a uma reestruturação vital do trabalho e da indústria e atraiu a confiança necessária que os mercados de dinheiro e os bancos centrais estavam procurando. Junto às políticas neoliberais mais gerais que evoluíram para um paradigma de políticas capitalistas relativamente

coerente durante a década de oitenta, o novo impulso do capital financeiro reforçado pelas políticas estatais assentou as bases para o que comumente se conhece como "globalização" –o impulso acelerado em direção a um mundo sem fronteira nem restrições para a acumulação do capital.

Os mecanismos do neoliberalismo (a expansão e aprofundamento dos mercados e das pressões competitivas) podem ser econômicos, mas estes foram essencialmente uma resposta *política* às conquistas democráticas que haviam sido alcançadas previamente pelas classes subordinadas e que, do ponto de vista do capital, representavam um obstáculo à acumulação. O neoliberalismo não apenas conseguiu reverter essas conquistas, mas também debilitar seus fundamentos institucionais –incluindo uma mudança na hierarquia dos aparelhos do estado norte-americano até o Tesouro e a Reserva Federal à custa das antigas agências do New Deal. Portanto, os EUA não foram o único país a introduzir políticas neoliberais, mas uma vez que o próprio estado norte-americano se moveu nesta direção, adquiriu um novo status: o capitalismo agora operava sob uma "nova forma de domínio social"[79] que prometia, e de fato produziu, (a) o ressurgimento da base produtiva do predomínio estadunidense; (b) um modelo universal para restaurar as condições da rentabilidade em outros países desenvolvidos; e (c) as condições econômicas para a integração do capitalismo global.

No transcurso da reestruturação econômica que veio depois, as condições trabalhistas nos EUA foram seriamente debilitadas, proporcionando ao capital norte-americano uma maior flexibilidade competitiva com relação à Europa. As empresas ineficientes foram depuradas –um processo que havia sido limitado nos anos setenta– e as sobreviventes foram reestruturadas internamente, terceirizando processos para fornecedores mais baratos e especializados, transferindo-se para os estados cada vez mais urbanizados do sul, e fundindo-se com outras empresas –tudo isto como parte de um acelerado processo de redistribuição do capital dentro da economia estadunidense. A nova confiança dos investidores globais (incluindo a própria Wall Street) na economia norte-americana e no estado deu aos EUA um acesso relativamente barato às poupanças globais e tornou o capital eventualmente mais barato nos EUA. Os capitais de risco disponíveis impulsionaram o investimento em desenvolvimento de novas tecnologias (o qual também se beneficiou dos subsídios públicos via programas de responsabilidade militar), as quais, por sua vez, foram integradas às estratégias de reestruturação das gestões e disseminadas em setores que estavam além da *high-tech*. A proporção estadunidense da produção mundial não continuou declinando, mas continuou por volta de um quarto do total até o início do século vinte e um.

Na década de oitenta, a economia norte-americana não apenas reverteu seu deslize, mas também assentou as bases para que os capitais europeus e

japoneses fizessem o mesmo[80]. A confiança renovada por parte do capital norte-americano consolidou o capitalismo como projeto global através do desenvolvimento de mecanismos formais e informais de coordenação internacional. O neoliberalismo reforçou as condições materiais e ideológicas para garantir o tratamento "nacional" do capital externo dentro de cada formação social e para "constitucionalizar", por meio do NAFTA, a OMC e a União Econômica e Monetária Européia, a livre circulação de bens e capital (a OMC era uma versão mais ampla do GATT, mas com mais dentes)[81]. O acesso privilegiado da economia estadunidense às poupanças globais, graças ao lugar central de Wall Street dentro dos mercados monetários globais, permitiu-lhe importar livremente sem comprometer outros objetivos. Isto deu ao estado norte-americano o papel não necessariamente intencional de "importador de último recurso", que limitava o impacto de qualquer desaceleração econômica em outros lugares ao mesmo tempo em que reforçava a dependência dos investidores e exportadores estrangeiros dos mercados e políticas estatais norte-americanas. A Reserva Federal, apesar de estar somente preocupada com as políticas domésticas, mantinha um olho bem aberto sobre o contexto internacional. E o Tesouro, cuja posição relativa dentro do estado variou ao longo da era do pós-guerra, assumiu crescentemente o papel de administrador macroeconômico global durante as décadas de oitenta e noventa, reforçando assim seu status no topo da hierarquia dos aparatos de estado norte-americano[82].

O G-7 surgiu como um fórum de ministros de finanças e funcionários do Tesouro para discutir os desenvolvimentos globais, estabelecer consensos na direção de certas questões e dirigir de maneira concreta e controlada qualquer ajuste necessário do tipo de mudança. Os EUA permitiram ao Bank for International Settlements ressurgir como a principal agência de coordenação internacional, no contexto de maior protagonismo dos crescentemente "independentes" banqueiros centrais, a fim de melhorar os padrões de funcionamento do capital dentro dos sistemas bancários. O FMI e o Banco Mundial também foram reestruturados. O FMI deixou de atender os problemas de "ajuste" da balança de pagamentos para ocupar-se das crises econômicas estruturais dos países do Terceiro Mundo (ao longo das linhas impostas sobre a Grã-Bretanha em 1976) e se converteu no veículo central para impor certo tipo de "condicionantes", em troca de empréstimos, que levavam em conta as preocupações do capital global. O Banco Mundial apoiou isto, ainda que até os anos noventa tenha centrado também sua atenção na construção do estado capitalista –o que se conhece como "estados efetivos"[83].

Que o império norte-americano tenha se reconstituído de maneira tão bem-sucedida através das últimas décadas do século XX não significa

que o capitalismo global tenha alcançado um novo plano de estabilidade. Na verdade, é possível afirmar que as dinâmicas de instabilidade e contingência são sistematicamente incorporadas à forma reconstituída do império. Em boa medida, porque a competição intensificada própria ao neoliberalismo e a hipermobilidade da liberalização financeira agravam o desenvolvimento desigual e a extrema volatilidade inerentes à ordem global. E mais, esta instabilidade se vê dramaticamente amplificada pelo fato de que o estado norte-americano somente pode dominar este sistema através de outros estados, e converter todos em estados "efetivos" para o capitalismo global não é um assunto simples. É precisamente na tentativa por parte do estado norte-americano de enfrentar estes problemas, especialmente *vis-à-vis* com aquilo que denomina "estados canalhas" do Terceiro Mundo, o que tem levado o imperialismo estadunidense a apresentar-se hoje de maneira cada vez mais aberta.

PARA ALÉM DA RIVALIDADE INTERIMPERIAL

Não podemos entender o imperialismo na atualidade como se fosse uma crise não resolvida da década de setenta caracterizada por uma sobre-acumulação e um excesso de competição, dando lugar novamente a uma rivalidade interimperial. Distintamente do período anterior, que se caracterizava pela força econômica relativa da Europa e do Japão, o momento histórico atual mostra, pelo contrário, sua relativa *debilidade*. A preocupação pelo déficit comercial dos EUA parece se sobrepor em ambos os períodos, mas o contexto e o conteúdo de tal preocupação mudaram radicalmente. Anteriormente, o déficit norte-americano estava apenas surgindo, era geralmente visto como insustentável inclusive no curto prazo e era caracterizado tanto pelos banqueiros centrais estrangeiros como pela exportação da inflação estadunidense para o exterior. Hoje, a economia global não apenas tem convivido com o déficit norte-americano por quase um quarto de século como a estabilidade global tornou-se dependente desse déficit e é, em todo caso, sua tentativa de "corrigi-lo" o que representa uma ameaça –desta vez, uma ameaça deflacionária. No período anterior, os mercados financeiros globais só estavam emergindo, e o que isto punha em discussão naquele momento era seu impacto sobre o solapamento das formas de macro-gerenciamento nacionais e internacionais existentes, incluindo o papel internacional do dólar norte-americano. O conseqüente desenvolvimento explosivo dos mercados financeiros resultou em estruturas financeiras e fluxos de circulação que fizeram hoje das próprias "finanças" um ponto central do macro-gerenciamento global –seja reforçando a disciplina de acumulação, realocando capital através de setores e regiões, outorgando créditos a investidores/consumido-

res para sustentar até os mais modestos níveis de crescimento, ou apoiando a capacidade da economia estadunidense para atrair as poupanças globais necessários para reproduzir o império norte-americano.

Neste contexto, o nível de inconsciência teórica com que se emprega o termo "rivalidade" para qualificar a competição econômica entre a União Européia, o Japão (ou, mais genericamente, o Sudeste Asiático) e os EUA é notável. O significado específico que este conceito tinha no contexto anterior à Primeira Guerra Mundial, quando a competição econômica entre estados europeus estava de fato articulada com as capacidades militares comparáveis e Lênin podia afirmar que as "guerras imperialistas são absolutamente inevitáveis"[84], é praticamente inexistente no contexto contemporâneo de extensivo domínio militar americano. Mas, além disso, o sentido que este conceito tinha no passado está em contradição com a distinta integração econômica e militar que existe atualmente entre as potências capitalistas.

O termo "rivalidade" tende a exagerar a competição econômica entre estados muito mais do que esta significa no mundo real. Assim como a concepção de uma classe capitalista transnacional, liberada de qualquer restrição estatal ou a ponto de engendrar um estado global supranacional, é demasiadamente extravagante[85], também o é qualquer noção de um retorno à rivalidade entre burguesias nacionais. As relações de poder assimétricas que surgiram da penetração e integração entre os principais países capitalistas sob a tutela do império informal norte-americano não se dissolveram com a crise da idade de ouro do pós-guerra e do aumento da competição comercial e da mobilidade de capital que a seguiu. Pelo contrário, essas relações de poder reformaram-se e se reconstituíram através da era da globalização neoliberal. Obviamente, nada disso quer dizer que o estado e as estruturas econômicas se tenham tornado homogêneos ou que não haja divergência em muitas áreas de políticas, ou que os conflitos e as contradições estejam ausentes da ordem imperial. Contudo, estes conflitos e contradições não se localizam tanto nas relações entre os estados capitalistas avançados, mas *dentro* desses mesmos estados, na medida em que estes tentam manejar seus processos internos de acumulação, legitimação e luta de classes. Isto é igualmente certo para o caso do estado norte-americano em sua tentativa de manejar e fazer frente às complexidades da globalização neoliberal.

A evolução da União Européia tampouco torna a teoria da rivalidade interimperial relevante para nosso tempo[86]. Impulsionada em suas origens pelo estado norte-americano, seu recente desenvolvimento através da união econômica e monetária, incluindo o lançamento do euro e do Banco Central Europeu, nunca teve a oposição do capital estadunidense dentro da Europa nem do estado norte-americano. O que a União Européia conseguiu em termos de livre mercado e mobilidade do capital dentro de sua própria

região não desafia, mas se ajusta, à "nova forma de domínio social" liderada pelos EUA que o neoliberalismo representa. O que conseguiu em termos de integração dos mercados de capitais europeus não apenas implicou em uma maior penetração do investimento bancário estadunidense, como também, como demonstrou John Grahl, "baseou-se na desregulação e internacionalização do sistema financeiro estadunidense"[87].

Os passos vacilantes no sentido de uma postura militar européia independente, sem contar o terrível custo econômico que esta envolveria (muito mais no contexto de um crescimento relativamente lento), foram rapidamente neutralizados pela guerra de Kosovo na ex-Iugoslávia –apoiada por todos os governos europeus– através da qual os EUA deixaram bem claro que a OTAN continuaria sendo a polícia suprema da Europa[88]. Todavia, isto somente colocou em seu lugar uma questão a respeito da qual nenhum político pragmático da Europa tinha alimentado nenhuma ilusão. A dependência com relação à tecnologia militar norte-americana e de seus serviços de inteligência seria ainda tal que os próprios EUA a vêem como "uma força da UE que sirva como extensão efetiva, ainda que não oficial, da OTAN e não como um substituto"[89]. E do lado europeu, Joschka Fischer, ministro de Relações Exteriores da Alemanha, reconheceu de maneira similar que "a relação transatlântica é indispensável. O poder dos EUA é um fator decisivo para a paz e a estabilidade do mundo. Não creio que a Europa possa alguma vez ser suficientemente forte para defender-se sozinha"[90]. Provavelmente, esta apreciação da realidade dentro dos círculos da elite européia está no próprio coração de suas expressas frustrações com relação à tendência atual da liderança estadunidense em tratar a Europa simplesmente como um sócio "menor". Ainda que se tenha dito que o fim da Guerra Fria deixou a Europa em um estado de menor dependência do guarda-chuva militar norte-americano e, portanto, mais livre para perseguir seus próprios interesses, este mesmo processo tornou os EUA mais indiferentes diante das sensibilidades européias.

Com relação ao Leste Asiático, ainda que se possa pensar que o alto nível de centralização do estado do Japão poderia dar o potencial imperial do qual a União Européia necessita, este mostrou muito menor capacidade de liderança regional, para não mencionar de liderança global, independente dos EUA. E mais, sua capacidade de penetrar economicamente no Leste Asiático foi e continua sendo mediada pelas relações imperiais norte-americanas[91]. Isto foi cruamente sublinhado pelas ações do Tesouro norte-americano (especialmente através da intervenção direta de Rubin e Summers) na crise do Leste Asiático de 1997-98, quando ditou um conjunto de duros condicionamentos precisamente no quintal do Japão[92]. Aqueles que interpretavam a penetração comercial do Japão nos mercados norte-americanos e seus inves-

timentos diretos em massa nos EUA durante a década de 80 em termos de rivalidade interimperial estão influenciados por uma perspectiva economicista errônea. O Japão continua dependendo dos mercados estadunidenses e da segurança de seus investimentos dentro dos EUA, e seu banco central está ansioso por comprar dólares para limitar a queda do mesmo e seu impacto sobre o Yen. E mesmo quando a China possa eventualmente surgir como um pólo de poder interimperial, levaria muitas décadas para alcançar semelhante estatuto. O fato de certos setores do estado norte-americano estarem preocupados em certificarem-se de que seu poder "unipolar" seja usado hoje para prevenir o possível surgimento de rivais imperiais no dia de amanhã, não pode ser utilizado como evidência de que tais rivais já existam.

Durante os anos noventa, não apenas a deflação literal da economia japonesa, mas também o crescimento lento e o alto desemprego na Europa contrastaram seriamente com o *boom* americano. Tanto é assim que se Donald Sassoon estava certo quando afirmava que "a questão política real da década de cinqüenta era a de como conseguir uma versão européia da sociedade estadunidense"[93], o mesmo pareceu acontecer nos anos noventa, ao menos em termos de imitação das políticas econômicas dos EUA e dos valores dos acionistas. Agora, com o fim de tal *boom* e o crescente déficit fiscal e comercial dos EUA, novas predições sobre a decadência estadunidense e a rivalidade interimperial se converteram em um lugar comum. No entanto, a questão da sustentabilidade do império norte-americano não se pode analisar hoje da perspectiva economicista e de curto prazo como a dos anos setenta, como quando Poulantzas desdenhava:

> as diversas análises futurológicas da relativa "força" ou "debilidade" das economias norte-americana e européias, análises que formulam a questão das contradições interimperialistas em termos de "competitividade" e efetiva "competição" entre "economias nacionais". Em geral, estes argumentos se reduzem a "critérios econômicos" que não significam muito, ...e [tais análises] generalizam a partir deles de uma maneira bastante arbitrária[94].

Isto não quer dizer que a conjuntura econômica atual não revele problemas econômicos genuínos para cada estado do capitalismo global, incluindo o estadunidense. Estes problemas não refletem uma continuidade da crise dos anos setenta, mas sim anunciam novas contradições engendradas pelo neoliberalismo na dinâmica global do capitalismo, incluindo a sincronização das recessões, a ameaça de deflação, a dependência do mundo com relação aos mercados norte-americanos e à dependência dos EUA da entrada de capitais para cobrir seu déficit comercial. Há de fato uma complexidade sistêmica no capitalismo global de hoje que inclui instabilidades e crises, inclusive nos

países centrais. De todo modo, isto tem de ser visto não tanto em termos das antigas tendências às crises estruturais e seus desenlaces, mas como as dimensões quotidianas do funcionamento do capitalismo contemporâneo e, de fato, como sustentamos previamente, inclusive de seu êxito.

A questão para os estados capitalistas não é prevenir as crises episódicas – estas vão ocorrer inevitavelmente– mas contê-las. Até hoje, o estado imperial estadunidense demonstrou uma notável capacidade para limitar a duração, profundidade e contágio das crises. E até agora existem poucos motivos para pensar que inclusive as pressões sobre o valor do dólar tenham se tornado inadministráveis. Isto é o que subjaz à confiança de Andrew Crokett, diretor geral do Banco Internacional de Pagamentos e presidente do Fórum de Estabilidade Financeira (que compreende os representantes dos bancos centrais, ministros de finanças e reguladores de mercado provenientes dos estados do G7) de que "eles têm as redes de contatos, [e] os planos de contingência para manejar os 'shocks' do mercado"[95]. É evidente que tal confiança não garante por si mesma que o Tesouro norte-americano e a Reserva Federal, que trabalharam muito próximos de seus equivalentes de outros países capitalistas centrais durante a guerra do Iraque (para além das diferenças de seus próprios governos com relação à guerra) da mesma forma como fizeram imediatamente depois do 11 de Setembro[96], terão sempre a capacidade para resolver todas as contingências. Argumentaremos, de todo modo, que o desenvolvimento futuro de tais capacidades não está descartado por nenhuma contradição *econômica* em si mesma.

Portanto, a crise que hoje produziu um império norte-americano descarado não consiste em um processo de sobreacumulação que esteja conduzindo a algo parecido a uma rivalidade interimperialista, mas sim se assenta nos limites que um império informal que domina através de outros estados encontra para fixar uma estratégia de crescimento econômico coordenado, inclusive dentro dos países capitalistas avançados. Nestes estados democrático-liberais, a fortaleza das forças sociais domésticas –apesar da internacionalização do capital doméstico e do estado nacional e, por vezes, devido a ela– limitou a adoção do neoliberalismo (como se pode observar, por exemplo, nas dificuldades experimentadas pelo estado alemão para introduzir mercados de trabalho flexíveis, ou a inércia do estado japonês na reestruturação de seu sistema bancário). Isto frustrou as "reformas" que o capital considera necessárias, alinhadas com a própria reestruturação prévia do estado norte-americano, para reavivar o crescimento econômico nestes países a fim de compartilhar o peso da absorção das importações globais e aliviar a pressão do déficit comercial estadunidense. Apesar da energia que os capitalistas de cada país investiram em assegurar tais "reformas", não é nada óbvio tampouco que estas por si próprias vão renovar magicamente o cres-

cimento. Além do mais, a total implementação de tais reformas poderia em qualquer caso gerar uma maior intensidade de lutas de classe vindas de baixo –ainda que deva se dizer que estas terão que produzir algo próximo a uma transformação fundamental nas estruturas de classe e do estado se querem gerar uma nova alternativa ao neoliberalismo e quebrar os vínculos com o império estadunidense.

O IMPÉRIO MANIFESTO: "ESSA COISA IMPONENTE EM QUE A AMÉRICA DO NORTE ESTÁ SE CONVERTENDO"

Se há hoje uma crise do imperialismo convém interpretá-la como o fazia Poulantzas no início dos anos setenta:

> O que está atualmente em crise não é diretamente a hegemonia americana, sob o impacto do "poder econômico" das outras metrópoles, cuja ascensão as terá, de acordo com alguns estudiosos, elevado automaticamente à categoria equivalente de "contra-imperialismo", mas sim o imperialismo como um todo, como resultado da luta de classes a nível mundial que já alcançou até as zonas metropolitanas. Em outras palavras, não é a hegemonia do imperialismo norte-americano o que está em crise, mas a totalidade do imperialismo sob esta hegemonia[97].

A noção de "luta mundial de classes" é muito vaga e restrita com relação à diversidade das forças sociais hoje em jogo para captar até que ponto as contradições entre o Terceiro Mundo e o império estadunidense estão manifestando-se atualmente. No entanto, tampouco é certo que os problemas mais sérios para o "imperialismo como um todo" surjam em relação aos estados que estão fora do coração capitalista. No caso destes estados capitalistas subdesenvolvidos, ainda crescentemente situados dentro da órbita do capital global –como na maior parte do Terceiro Mundo e do antigo bloco soviético– as instituições financeiras internacionais e os estados capitalistas centrais, seja atuando em conjunto ou por conta própria, intervieram com o propósito de impor "reformas" estruturais "economicamente corretas". No marco da liberalização financeira, isto implicou numa firme seqüência de crises econômicas. Algumas destas crises poderiam ser vistas como um componente funcionalmente necessário do êxito do neoliberalismo (como pode se dizer talvez da Coréia do Sul logo após a crise asiática de 1997-1998). Contudo, a maior parte destas não resolveram, mas sim agravaram ainda mais os problemas devido à universalidade abstrata do remédio. Qualquer que seja o êxito do neoliberalismo com relação ao fortalecimento de uma economia capitalista já desenvolvida, cada vez mais parece ser uma estratégia

errônea para o desenvolvimento capitalista em si mesmo. No caso dos "estados canalhas" –aqueles que não estão dentro da órbita do capitalismo global de modo que nem a penetração das forças econômicas externas nem as instituições internacionais podem reestruturá-los eficazmente–, a intervenção direta unilateral por parte dos EUA se tornou cada vez mais tentadora. É isso o que trouxe de volta o termo "império" para o centro do debate, e tal intervenção está carregada com todo tipo de ramificações imprevisíveis.

Neste contexto, o colapso do mundo comunista que permaneceu fora da esfera do império estadunidense e do capitalismo global durante a maior parte da era do pós-guerra tornou-se particularmente importante. Por um lado, foi realmente extraordinária a rápida penetração e integração do capitalismo global e das instituições do império informal norte-americano (como a OTAN) em boa parte do que foi o bloco soviético, como também a abertura da China, Vietnam e inclusive Cuba para o capital estrangeiro e sua integração aos mercados mundiais (mesmo sob o amparo das elites comunistas). Isto também eliminou o perigo de que qualquer intervenção direta dos EUA em estados fora do hemisfério americano conduzisse a uma terceira guerra mundial e a guerra nuclear do *Armagedom*. O fato de que até os defensores liberais dos direitos humanos e instituições tenham invocado repetidas vezes os EUA para atuar como poder de polícia internacional durante a década de noventa refletia a nova conjuntura. Mas, por outro lado, a arrogância e a sensação de sobrecarga que tornaram presentes com o agora evidente poder único do estado norte-americano conduziu-o a perguntar-se se mesmo os limitados compromissos que tinha de cumprir ao operar através de instituições multilaterais não estavam restringindo desnecessariamente suas opções estratégicas, especialmente com relação aos "estados canalhas" fora da órbita do império informal.

A "solidão do poder" teve muito a ver com isso. O peso sentido da responsabilidade última (e desde o 11 de Setembro, uma maior suscetibilidade à vulnerabilidade dos EUA como alvo de terrorismo tanto em casa como no exterior), promove o desejo de reter a "soberania" total de atuar como seja necessário. É isso o que subjaz abaixo da natureza crescentemente manifesta do imperialismo estadunidense. O problema que agora enfrenta em termos de "combinar seu poder particular com a tarefa geral de coordenação" (para citar a frase incisiva de Anderson), pode-se observar não apenas em relação às contradições econômicas do neoliberalismo discutidas anteriormente, mas também nas crescentes contradições entre natureza e capitalismo (como se revela, por exemplo, não apenas através dos sérios problemas das emissões de carbono que o acordo de Kyoto supostamente deve resolver, mas também na questão das reservas de petróleo pronunciada pelo Informe Cheney, analisada por Michael Klare em outro ensaio deste volume).

Todas estas questões se multiplicam pelo papel que o estado imperial norte-americano veio a desempenhar agora (e habitualmente se espera que o faça) na tarefa de manter a ordem social do mundo inteiro. Do ponto de vista da criação de "um meio ambiente mundial no qual o sistema estadunidense possa sobreviver e florescer", o documento NSC-68 do Conselho Nacional de Segurança de 1950, segundo o qual "mesmo se não houvesse a União Soviética enfrentaríamos o grande problema [...] que a ausência de ordem entre as nações está se tornando cada vez menos tolerável", antecipava aquilo que finalmente se tornou totalmente claro para os que manejam o império norte-americano. O próprio documento da Estratégia de Segurança Nacional de George W. Bush de setembro de 2002 (imitações do que estava saindo à superfície dentro do estado norte-americano tão logo se produziu o colapso do bloco soviético)[98] tinha uma grande linhagem.

Assim como o neoliberalismo em casa não implicou num estado menor ou mais débil, mas muito pelo contrário num em que floresceram aparatos coercitivos (à medida que os escritórios do estado de bem-estar esvaziavam e as prisões enchiam-se), também o neoliberalismo teve como efeito o fortalecimento dos aparatos coercitivos que o estado imperial necessita para manter a ordem social no mundo. A transformação das forças armadas estadunidenses e os aparatos de segurança durante a década de noventa de maneira a facilitar esta última (como analisa Paul Rogers neste mesmo volume) somente podem ser interpretados neste sentido. O unilateralismo norte-americano no uso internacional destes aparatos é pouco surpreendente, tendo em conta que as atividades dos aparatos coercitivos dos estados a nível doméstico estão a salvo de escrutínios extensivos das legislaturas e de ter que negociar o que fazem com os aparelhos não coercitivos do estado.

Tudo isto já era evidente nas respostas aos "estados canalhas" dos governos de Bush I e de Clinton. Os EUA trabalharam duro para conseguir o apoio das Nações Unidas para a Guerra do Golfo de 1990-1991 e prestaram muita atenção ao longo regime de sanções que, diante da insistência dos EUA, aplicou-se contra o Iraque durante os anos noventa. Todavia, outros governos pressentiam o crescente unilateralismo norte-americano, o que os deixava bastante nervosos, por mais que este fosse apenas em termos de manter a legitimidade dentro de seus próprios estados. A Guerra do Golfo demonstrou que as Nações Unidas puderam ser feitas para servir "como um imprimátur para uma política que os EUA queriam seguir, e perseguir ou coagir todos a apoiar", como apontou o embaixador canadense das Nações Unidas naquele momento. Esta "manipulação das disposições da Carta das Nações Unidas" acovardou "muitos países em desenvolvimento, que se sentiam privadamente assombrados e escandalizados pelo que estava acontecendo, mas também to-

talmente impotentes para fazer algo a respeito –uma prova do enorme poder e influência da América do Norte quando ele é desatado"[99].

Contudo, ao mesmo tempo, isto fez os estrategistas estadunidenses compreenderem quão pouco podiam confiar nas Nações Unidas para aprontar as suas. As Nações Unidas, por sua própria natureza diplomática e semi-parlamentar composta de todos os estados do mundo, não podiam ser tão facilmente reestruturadas como o foram as instituições de Bretton Woods logo após a crise dos anos setenta. Como demonstraria o uso repetido do veto norte-americano no Conselho de Segurança desde então, isto foi uma fonte de constante irritação. E enquanto podia fiar-se na OTAN como um veículo muito mais confiável para a guerra estadunidense em Kosovo na ex-Iugoslávia (com o benefício agregado de deixar bem claro para os europeus quem continuaria exercendo o poder de polícia internacional em seu próprio quintal), mesmo aqui os esforços realizados para manter todos e cada um dos membros da OTAN do mesmo lado foram visivelmente mal acolhidos dentro do próprio estado norte-americano.

A retórica isolacionista de Bush em sua campanha eleitoral de 2000, na qual questionava a necessidade de envolver as tropas americanas em pontos remotos do mundo, estava condenada a ser reformulada uma vez que Bush se encarregou do (e foi apropriadamente socializado no) escritório de uma Presidência que é hoje tão inevitavelmente imperial como doméstica em sua natureza. Por isso, a política explicitamente imperial que os estrategistas geopolíticos próximos ao partido Republicano já haviam desenhado, estava pronta e aguardando seu momento. O 11 de setembro por si só não determinou sua ascensão no estado, mas sim reforçou sua posição. Sua resposta revelou todas as tensões na combinação do estado americano de sua função imperial de coordenação geral com o uso de seu poder para proteger e promover seus interesses nacionais. Defender os interesses de segurança do capitalismo global de modo tal que sirva ao mesmo tempo às necessidades do estado e à formação social americana se tornou particularmente complicado desde que os interesses de segurança em questão se apresentam antes de tudo como interesses norte-americanos. Isto quer dizer que enquanto as ameaças aos EUA forem vistas por estes últimos como um ataque ao capitalismo global em geral, o estado estadunidense terá cada vez menos paciência para fazer concessões que se interponham no caminho de sua conduta guiada por sua própria definição do interesse do capitalismo global e do uso ilimitado de seu poder estatal para resolver tais ameaças.

Talvez a mudança mais importante na estrutura administrativa do império norte-americano na transição do governo de Clinton para o de Bush II tenha sido o deslocamento do Tesouro do topo da hierarquia estatal. Os ramos do estado estadunidense que controlam e dispõem dos meios de vio-

lência estão agora no banco do motorista. Em uma administração que representa um partido republicano que sempre foi formado por uma coalizão de defensores do livre mercado, conservadores sociais e falcões militares, desde o 11 de setembro a balança se inclinou decisivamente para este último[100]. No entanto, a face imperial não dissimulada que o estado norte-americano está hoje disposto a mostrar ao mundo tem a ver, sobre todas as coisas, com as crescentes dificuldades para manejar um verdadeiro império informal global –um problema que vai muito mais além de qualquer mudança de governo.

Isto poderia se converter em um desafio tão grande como o que enfrentaram anteriormente os impérios formais com seus aparatos estatais coloniais. Hoje, o problema central para o estado norte-americano está relacionado com a necessidade de reformar todos os estados do mundo para que sejam minimamente compatíveis com a administração da ordem global –e isto é visto também como uma condição geral para a reprodução e extensão do capitalismo global. Todavia, a imensa dificuldade de construir na periferia as densas redes semelhantes à que o novo imperialismo estadunidense havia forjado de maneira bem-sucedida com os outros estados capitalistas avançados é clara se é reparado o progresso apenas vacilante que foi feito na tarefa de estender o G7 para o G8, para não mencionar o G20. Para o estrato geopolítico do estado norte-americano, isto põe em evidência os limites do enfoque dos "estados efetivos" fora do centro baseado exclusivamente em vínculos econômicos.

Isto explica não apenas a extensão das bases militares dos EUA e a integração mais estreita dos aparatos de inteligência e polícia de todos os estados do império depois do 11 de setembro, mas também o retrocesso ao momento fundador do império norte-americano pós-1945 nas ocupações militares da Alemanha e do Japão como provendo o modelo para reestruturar o Iraque dentro do marco do império estadunidense. A lógica desta postura aponta para muito mais além do Iraque, para todos os estados "desconectados da globalização", como expressou tão friamente um professor da Escola de Guerra Naval dos EUA aconselhando o Secretário de Defesa:

> Mostrem-me onde a globalização é densa com redes de conectividade, transações financeiras, meios de comunicação liberais e segurança coletiva, e eu lhes mostrarei regiões com governos estáveis, elevados níveis de vida e mais mortes por suicídio que por homicídio. A estas partes do mundo as chamo de Centro de Funcionamento (*Functioning Center*). No entanto, mostrem-me onde a globalização está desaparecendo ou está simplesmente ausente e lhes mostrarei regiões cheias de regimes políticos repressivos, pobreza e enfermidades muito difundidas, assassinatos em massa rotineiros e –o mais importante– os conflitos crônicos que incubam a próxima geração de ter-

> roristas globais. A estas partes do mundo chamo de a Brecha não integrada (*non-integrating Gap*) [...] A verdadeira razão pela qual adiro a uma guerra semelhante é que o compromisso militar que resulte dela no longo prazo forçará finalmente os EUA a lidarem com "estes países não integrados" em sua totalidade como uma ameaça estratégica global[101].

Na Brecha não integrada se encontram Haiti, Colômbia, Brasil, Argentina, a ex-Iugoslávia, o Congo, Ruanda-Burundi, Angola, África do Sul, Israel-Palestina, Arábia Saudita, Iraque, Somália, Irã, Afeganistão, Paquistão, Coréia do Norte e Indonésia –aos quais podem se juntar China, Rússia e Índia como "novos integrantes/membros do centro [que] podem se perder nos próximos anos". O problema para o império norte-americano ao inclinar-se nesta direção estratégica é que muito poucos estados do mundo "periférico", dadas suas estruturas econômicas e políticas e às forças sociais, poderão ser reestruturados na linha do Japão e Alemanha do pós-guerra, mesmo se (ou especialmente se) são ocupados pelo exército estadunidense, ou inclusive se são penetrados mais que margeados pela globalização. O que é pior, um imperialismo norte-americano que é tão descaradamente imperialista corre o risco de perder sua aparência específica de não parecer imperialista –aquela aparência que o tornou historicamente plausível e atrativo.

O desacordo aberto entre os governos da França, Alemanha e inclusive do Canadá, de um lado, e o governo de Bush, do outro, em torno da guerra do Iraque, deve ser analisado neste marco. Tais tensões têm pouco a ver com "rivalidades" econômicas. Referem-se mais a uma preferência por parte destes mesmos estados (em parte, reflexo de sua falta relativa de capacidade militar autônoma) por utilizar instituições financeiras internacionais, a OMC e a ONU para criar os "estados efetivos" ao redor do mundo que o capitalismo global necessita. Contudo, as burguesias de outros estados capitalistas estão muito menos inclinadas a desafiar a hegemonia norte-americana do que estavam na década de setenta. De fato, muitos capitalistas nos outros estados dentro do império estavam visivelmente preocupados –e se queixavam crescentemente– porque seus respectivos estados não cantavam a mesma canção que os norte-americanos. Em todo caso, as classes capitalistas de cada país, incluindo os EUA (onde muitas das figuras principais do capital financeiro, como Rubin ou Volcker, estavam abertamente perturbadas pela postura do governo de Bush tanto com relação à guerra como às políticas econômicas) foram incapazes de expressar uma posição unificada seja a favor ou contra a guerra. Mais uma vez, podemos observar que na conjuntura atual o que está em jogo não são as contradições entre as burguesias nacionais, mas as contradições do "imperialismo em sua totalidade", envolvendo todas as burguesias que funcionam sob o guarda-chuva imperial dos EUA.

Estas contradições acima de tudo fazem referência ao perigo colocado para a legitimidade mais ampla dos outros estados capitalistas agora que estão situados no marco de um imperialismo estadunidense que é tão manifesto. Se bem que o império norte-americano desde cedo foi hegemônico *vis-à-vis* esses estados, suas classes capitalistas e suas diversas elites do *establishment*, não conseguiram nunca, mesmo com sua penetração cultural e econômica nessas sociedades, uma transferência de lealdade popular direta ao próprio estado norte-americano. De fato, a forma de governo estadunidense –baseada no princípio constitucional do "império extensivo e autogoverno"– nunca demandou isso. A imitação econômica e cultural do *American way of life* por parte de tanta gente comum no estrangeiro talvez possa ser qualificada corretamente de hegemonia em termos de Gramsci. No entanto, por mais estreita que tenha sido a relação entre o estado norte-americano e as classes capitalistas e suas contrapartes dentro do império informal, isto nunca obteve um sentido de apego patriótico ao estado norte-americano entre os cidadãos de outros estados. O estado norte-americano tampouco se responsabilizou, no sentido gramsciano de hegemonia, pela incorporação das necessidades das classes subordinadas de outros estados dentro de sua própria construção de domínio imperial informal. O consentimento ativo desses estados a seu domínio imperial informal foi sempre mediado pela legitimidade que cada estado podia reter para si próprio e reunir em nome de qualquer projeto particular do estado norte-americano –e em geral isto foi difícil de conseguir no caso das intervenções coercitivas dos EUA ao redor do mundo nos últimos cinqüenta anos. Uma boa quantidade desses estados, portanto, distanciaram-se das constantes intervenções dos EUA na América Latina e no Caribe desde 1945, e particularmente desde 1975, para não mencionar a subversão de governos em qualquer lugar ou a Guerra do Vietnã.

Neste sentido, a impopularidade da intervenção militar norte-americana –e mesmo a falta de aprovação dos outros países capitalistas avançados– não é nada nova. Contudo, este aspecto da ordem imperial está demonstrando ter conseqüências particularmente importantes para a conjuntura atual. A guerra de agressão do estado estadunidense no Iraque –tão notoriamente imperial e abertamente ligada a uma doutrina que expressa o mais amplo interesse em assegurar uma ordem capitalista neoliberal em escala global– evocou uma oposição sem precedentes, inclusive dentro dos estados capitalistas centrais. Não obstante, mesmo quando a oposição na França e Alemanha é mais intensa, a maioria das pessoas hoje atribui "o problema com os EUA majoritariamente a Bush" mais que aos "EUA em geral". Isto sugere que a possibilidade de um "império benigno" ainda subsiste nos outros países capitalistas avançados[102]. Mas as condições que criam a intervenção militar estadunidense transcendem em tanto uma administração particular e, portanto,

um império benigno não pode provar ser menos estável que o dólar. Isto é particularmente significativo: como o império norte-americano somente pode governar através de outros estados, o maior perigo que pode enfrentar é que os estados que estão dentro de sua órbita se tornem ilegítimos em virtude de sua articulação com o império. Para estarem seguros, somente uma mudança fundamental no equilíbrio doméstico de forças sociais e a transformação da natureza do papel desses estados poderia desarticulá-los com o império, mas pode ser que se esteja abrindo agora o espaço ideológico para o tipo de mobilizações de baixo, combinando os interesses domésticos das classes subordinadas e outras forças sociais oprimidas com os movimentos antiglobalização e antiguerra, que poderia eventualmente conduzir a isto.

É o medo desta possibilidade que alimenta, por um lado, as alegações daqueles que suplicam que o império seja mais benigno e se apresente de um modo mais multilateral, ao menos simbolicamente; e, pelo outro, as ações daqueles que estão utilizando o medo do terrorismo para fechar o espaço da oposição pública dentro de cada estado. Isto é particularmente assim dentro dos próprios EUA. O antigo problema colocado por aqueles que, na fundação do estado norte-americano, questionavam se um império estendido podia ser compatível com a liberdade republicana –retomado vez por outra por aqueles nos EUA que durante os últimos dois séculos estiveram contra o imperialismo norte-americano– está novamente na agenda. A necessidade de sustentar intervenções no exterior mobilizando o apoio e limitando a oposição, difundindo medo e repressão dentro dos EUA, aumenta a probabilidade de que o estado norte-americano se torne cada vez mais autoritário internamente na medida em que se torna mais descaradamente agressivo externamente. No entanto, a falta de atrativo de um império cuja natureza coercitiva, tanto interna como externamente, já não está oculta, sugere que as lutas antiimperialistas terão cada vez mais força e atração de massas –mesmo nos países capitalistas ricos do centro do império como nos mais pobres, em suas extremidades.

NOTAS

1 "Great Britain, The United States and Canadá", Twenty-First Cust Foundation Lecture, Universidade de Nottingham (21/05/1948) em H. Innis, *Essays in Canadian Economic History*, Toronto: University of Toronto Press, 1956, p. 407.

2 O Manifesto de Friedman apareceu no *New York Times Magazine* em 28/03/1999 e o ensaio de Ignatieff em 05/01/2003. Ignatieff acrescenta:"[ser um poder imperial] significa estabelecer as regras que a América

quer (em tudo, desde mercados até armas de destruição em massa), ao mesmo tempo em que se excetua a si própria de outras regras que vão contra seus interesses (como o Protocolo de Kyoto, sobre as mudanças climáticas, e a Corte Criminal Internacional)".

3 *The Grand Chessboard*, New York: Basic Books, 1997, p. 40.

4 Ver "Rebuilding America's Defenses: Strategy, Forces and Resources for a New Century", Informe do Projeto para um Novo Século Americano <http://www.newamericancentury.org/publicationsreports.htm>; e *The National Security Strategy of the United States of America*, Falls Village, Connecticut: Winterhouse, 2002.

5 Antonio Satosuosso, *Storming the Heavens: Soldiers, Emperor, and Civilians in the Roman Empire*, Westview: Boulder, 2001, pp. 151-2.

6 *Monthly Review*, 42(6), 1990, pp. 1-6. Para dois daqueles que insistiram a partir de diferentes perspectivas na importância de manter o termo imperialismo, ver Susan Strange, "Towards a Theory of Transnational Empire", em E-O Czempiel e J. Rosenau, eds., *Global Changes and Theoretical Challenges*, Lexington Books, 1989; e Peter Gowan, "Neoliberal Theory and Practice for Eastern Europe", *New Left Review*, 213, 1995.

7 Gareth Stedman Jones, "The Specificity of US Imperialism", *New Left Review*, 60 (primeiras séries), 1970, p. 60.

8 Giovanni Arrighi, *The Geometry of Imperialism*, London: NLB, 1978, p. 17. O que em boa parte subjazia sob o desencantamento da esquerda com o conceito de imperialismo era o grau em que as palavras que abriram aquele ensaio infame de Kautsky em 1914 –esse que despertou a ira de Lênin– progressivamente tornaram-se verdade: "Antes de mais nada, devemos ser claros no que entendemos por imperialismo. Esta palavra se usa em todos os sentidos, mas quanto mais discutimos e falamos a seu respeito, a comunicação e entendimento da mesma se debilitam". "Der Imperialismus", *Die Neue Zeit*, Ano 32, XXXII/2 (11/09/1914) p. 908. Apenas a última parte deste famoso ensaio foi traduzida e publicada na *New Left Review* em 1970. Agradecemos a Sabine Neidhardt por nos fornecer uma tradução completa. Deve-se notar que Arrighi usa, em 1990, palavras quase idênticas: "O que ocorreu com o termo imperialismo é que para o tempo em que prosperou, início dos anos setenta, passou a significar tudo e, portanto, nada". Ver "Hegemony and Social Change", *Mersham International Studies Review*, 38, 1994, p. 365.

9 Bob Rowthorn, "Imperialism in the Seventies: Unity or Rivalry", *New Left Review*, 69, 1971.

10 "Em anos recentes não há nenhum tema que tenha ocupado tanto a atenção dos especialistas em relações internacionais como o da de-

cadência da hegemonia americana. A erosão do poder econômico, político e militar dos EUA é inconfundível. Os recursos e capacidades historicamente sem precedentes para a diplomacia norte-americana no pós-guerra, e que conduziram a Henry Luce nos anos quarenta a predizer um 'século americano', deram lugar a uma não menos notável e rápida redistribuição da riqueza e do poder internacional. Em vista das teorias da 'estabilidade hegemônica', os especialistas têm debatido o nível da decadência hegemônica e suas conseqüências". G. John Ikenberry, "Rethinking the Origins of American Hegemony", *Political Science Quarterly*, 104(3), 1989, p. 375. Entre os poucos críticos desta perspective, ver Bruce Russett, "The Mysterious Case of Vanishing Hegemony. Or is Mark Twain Really Dead?", *International Organization*, 39(2), 1985; Stephen Gill, "American Hegemony: Its limits and Prospects in the Reagan Era", *Millenium*, 15(3), 1986; e Susan Strange, "The Persistent Myth of Lost Hegemony", *International Organization*, 41(4), 1987.

11 Andrew Glyn e Bob Sutcliffe, "Global But Leaderless", *Socialist Register 1992*, London: Merlin, 1992, p. 93.

12 Bruce Cummings "Global Realm with no Limit, Global Realm with no Name", *Radical History Review*, 57, 1993, p. 47-8. Este número da revista se dedicou ao debate sobre "Imperialism: A Useful Category of Analisys?".

13 Andrew L. Bacevich, *American Empire: The Realities and Consequences of US Diplomacy*, Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002, pp. x, 3, 219.

14 Michael Hardt e Antonio Negri, *Empire*, Cambridge, MA: Harvard Univerity Press, 2002, p. xiv, ênfase do original. Ver também nosso ensaio crítico, "Gems and Bubbles in Empire", *Historical Materialism*, 10, 2002, pp. 17-43.

15 *The Great Transformation*, Beacon, Boston: 1957, p. 18.

16 Philip McMicheal, "Revisiting the Question of the Transnational State: A Comment on William Robinson's 'Social Theory and Globalization'", *Theory and Society*, 30, 2001, p. 202.

17 Um indício de quanto este erro fundamental continua infestando a esquerda pode se observar no fato de que inclusive aqueles que insistem hoje em que a antiga teoria do imperialismo não pode ser aplicada ao contexto contemporâneo do capitalismo global, aceitam-na, no entanto, como teoria válida para entender o imperialismo anterior à Primeira Guerra Mundial. Isto pode ser encontrado mais recentemente no modo em que Hardt e Negri seguem Rosa Luxemburgo e Lênin para argumentar que o capitalismo por sua

própria natureza entra em contradição em sua tentativa de realizar a mais-valia: os trabalhadores recebem menos do que produzem (subconsomem), e, portanto, o capital deve buscar mercados fora de suas fronteiras. Dado que este é um problema em cada país capitalista, a "solução" requer um constante acesso a mercados em formações sociais *não capitalistas*. A ênfase em mercados não capitalistas se vê reforçada pela necessidade de conseguir matérias-primas para alimentar os trabalhadores e efetuar a produção em casa. Mas a realização bem-sucedida do excedente e a expansão da produção simplesmente recriam a contradição ou a crise de subconsumo com crise de superprodução. Isto força o capital "a ir para o estrangeiro" para encontrar mercados para seu excedente. Essa busca em conjunto de mercados estrangeiros, materiais e oportunidades de investimento envolve a extensão da soberania nacional para além de suas fronteiras –imperialismo– e ao mesmo tempo tende a trazer o mundo externo para "dentro" (ou seja, dentro do capitalismo). Daí que a crise de subconsumo/superprodução é simplesmente recriada em uma escala maior.

18 "Se o capitalismo pudesse elevar os níveis de qualidade de vida das massas, as que apesar do extraordinário progresso técnico estão por todos os lados mortas de fome e condenadas à pobreza, não poderia haver questionamento com relação a um excedente de capital... No entanto, se o capitalismo fizesse estas coisas não seria capitalismo; dado que o desenvolvimento desigual e um nível de existência das massas de semi-inanição são condições essenciais e inevitáveis e constituem as premissas deste modo de produção". V. I. Lênin, *Imperialism: The Highest Stage of Capitalism*, em Selected Works, Vol. I, Moscou: Progress Publishers, 1970, p. 716.

19 *Ibid*.

20 Ver John Willoughby, *Capitalist Imperialism: Crisis and the State*, New York: Hardwood Academic Publishers, 1986, especialmente pp. 7-8; e, anteriormente postulado de maneira mais prudente, Harry Magdoff, *The Age of Imperialism*, New York: Monthly Review Press, 1969, especialmente p. 13.

21 Ver John Kautsky, "J. A. Schumpeter and Karl Kautsky: Parallel Theories of Imperialism", *Midwest Journal of Political Science*, V(2), 1961, pp. 101-128; e Lênin, *Imperialism*, p. 715.

22 Ellen Meiksins Wood, *Empire of Capital*, London: Verso, 2003, p. 72.

23 John Gallagher e Ronald Robinson, "The Imperialism of Free Trade", *The Economic History Review*, VI(1), 1953, p. 6. Os autores desafiaram explicitamente a visão de Lênin segundo a qual o fato de que a mu-

dança para governos responsáveis nas colônias que coincidiram com a era do livre mercado significou que a política de "livre competição" supôs "que a libertação das colônias e sua completa separação da Grã-Bretanha era inevitável e desejável", na opinião dos principais políticos burgueses. Segundo os autores, isto refletia o erro convencional de que o livre comércio fazia do império algo "supérfluo", o que transformou de maneira severa a significação das mudanças nas formas constitucionais. Como argumentaram Gallagher e Robinson: "Longe de ser um dispositivo separatista, o governo responsável era simplesmente uma mudança de métodos diretos para indiretos de manter os interesses britânicos. O fato de moderar os laços políticos formais no momento apropriado tornou possível confiar na dependência econômica e nos bons sentimentos mútuos para manter as colônias atadas à Grã-Bretanha ao mesmo tempo em que as continuava usando como agentes para futura expansão britânica". *Ibid.*, p.2

24 *Ibid.*, p. 6-7.

25 Todas as citações de Karl Kautsky aqui são de John Kautsky, "J. A. Schumpeter and Karl Kautsky", pp. 114-116, exceto aquela sobre seu reducionismo econômico onde usamos a fraseologia da tradução parcial do *New Left Review* de 1970 de "Der Imperialismus", p. 46. Para a melhor exposição da concepção de Kautsky do "ultra-imperialismo", ver Massimo Salvadori, *Karl Kautsky and the Socialist Revolution, 1880-1933*, London: NLB, 1979, pp. 169-203.

26 Estas são as palavras de um biógrafo de Dean Acheson, citado por William Appleman Williams, *Empire as a Way of Life*, New York: Oxford University Press, 1980, p. 185.

27 Perry Anderson, "Force and Consent", *New Left Review*, 17, 2002, p. 24.

28 *Ibid.*, p. 25. Ver também Daniel Lazare, *The Frozen Republic*, New York: Harcourt Brace, 1996, que fracassa em distinguir as restrições internas e os entraves políticos domésticos que o antigo sistema elitista de freios e contrapesos produz e o extraordinário "poder [informal] de atração" imperial da constituição americana.

29 Citado em Williams, *Empire as a Way of Life*, p. 61. Naquele momento, Jefferson havia chegado a aceitar a perspectiva "expansionista" de Madison segundo a qual a liberdade republicana não era incompatível nem com um estado estendido nem com um governo federal forte. Resumindo a trajetória de Jefferson, DeVoto afirma "...logo após 1803, a frase 'os Estados Unidos' nos escritos de Jefferson, por mais geral e plural até o momento, começou a adquirir um sentido singular". Bernard DeVoto, *The Course of Empire*, Lincoln: University of Nebraska Press, 1983 (1952), p. 403.

30 Ver Hardt e Negri, *Imperio*, capítulo 8.
31 Ver John F. Manley, "The Significance of Class in American History and Politics", em L. C. Didd e C. Jilson, eds., *New Perspectives on American Politics*, Washington DC: Congresional Quarterly Press, 1994, especialmente pp. 16-19.
32 Citado em Williams, *Empire as a Way of Life*, p. 43.
33 *The Federalist Papers*, N° 11 (Hamilton), Clinton Rossier, ed., New York: Mentor, 1999, p. 59.
34 Ver Marc Engel, *A Mighty Empire: The Origins of the American Revolution*, Ithaca: Cornell University Press, 1988.
35 DeVoto, *The Course of Empire*, p. 275.
36 Ver Charles C. Bright e S. Harding, eds., "The State in the United States During the Nineteenth Century", em C. Bright e S. Harding, *Statemaking and Social Movements*, Ann Arbor: University of Michigan Press, 1984.
37 Ver os dois primeiros capítulos de Gabriel Kolko, *Main Currents in Modern American History*, New York: Harper & Row, 1976; e Bright, "The State", especialmente pp. 145-153.
38 Perry Anderson, "Force and Consent", *New Left Review*, 17, 2002, p. 25.
39 S. S. Roberts, "An Indicator of Informal Empire: Patterns of US Navy Cruising Overseas Stations, 1869-1897", Center for Naval Analysis, Alexandria, Virginia, n. d., citado em Williams, p. 122.
40 Stedman Jones, "The Specificity", p. 63.
41 Ver Leo Panitch, "Class and Dependency in Canadian Political Economy", *Studies in Political Economy*, 6, 1980, pp. 7-34; W. Clement, *Continental Corporate Power*, Toronto: McLelland & Stewart, 1977; e M. Wilkins, *The Emergence of Multinational Enterprise*, Cambridge, Mass: 1970. Jefferson havia justificado a Guerra de 1812 (movido pela preocupação de que os britânicos estavam apoiando a resistência indígena contra a expansão para o oeste) nos seguintes termos: "Se os britânicos não concedem nossas demandas tomaremos o Canadá, que quer entrar na União; e quando, junto do Canadá tivermos a Flórida, já não teremos problemas com nossos vizinhos; é a única maneira de evitá-los". A passagem da expansão continental do império interno e a expansão por meio de um império informal externo, com o Canadá representando o modelo do imperialismo norte-americano bem-sucedido no século XX, foram assinalados, exatamente quase cem anos depois, quando o presidente Taft falou em termos de "maiores laços econômicos" que fariam do Canadá "somente um adjunto dos EUA". Ver Williams, pp. 63-4, 132.
42 Citado em G. Achcar, *The Clash of Barbarisms*, New York: Monthly Review Press, 2002, p. 96.

43 Carta a Duncan Grant, Citada em Nicholas Fraser, "More than Economist", *Harper's Magazine*, Novembro, 2001, p. 80. O assunto em questão aqui era a negativa do estado norte-americano de perdoar as dívidas de guerra dos aliados, com todas as conseqüências que isto significava para a imposição de pagamentos consideráveis por reparações alemãs. Ver Michael Hudson, *Super Imperialism: The Economic Strategy of American Empire,* New York: Holt, Rinchart e Winston, 1971.

44 Ver Jeffrey Lustig, *Corporate Liberalism: The Origins of American Political Theory 1890-1920*, Berkeley: University of California Press, 1982; e Stephen Skowronek, *Building a New American State: The Expansion of National Administrative Capacities 1877-1920*, New York: Cambridge University Press, 1982.

45 Ver Kees van der Pijl, *The Making of an Atlantic Ruling Class*, London: Verso, 1984, p. 93.

46 Isto o vislumbraram Charles e Mary Beard, inclusive antes da Guerra, em sua análise da passagem do antigo "imperialismo isolacionista" para o novo "Internacionalismo Coletivo", *America in Midpassage*, New York: Mcmillan, 1939, vol. I, capítulo X e vol. II, capítulo XVII.

47 Esta citação e as seguintes desta seção são todas de Brian Waddell, *The War against the New Deal: World War II and American Democracy*, De Kalb: Northern Illinois University Press: 2001, pp. 4-5. Ver também Rhonda Levine, *Class Struggles and the New Deal*, Lawrence: University Press of Kansas, 1988.

48 Brian Waddell, "Corporate Influence and World War II: Resolving the New Deal Political Stalemate", *Journal of Political History*, 11(3), 1999, p. 2.

49 Geir Lundestad, "Empire by Invitation? The United States and Western Europe 1945-52", *Journal of Peace Research*, 23(3), setembro de 1986; e ver também van del Pijl, *The Making*, capítulo 6.

50 Ver Gabriel Kolko, *The Politics of War: The World and United States Foreign Policy 1943-1945*, New York: Random House, 1968.

51 Ver Eric Helleiner, *States and the Reemergence of Global Finance*, Ithaca: Cornell, 1994.

52 Robert Skidelsky, *John Maynard Keynes: Fighting for Freedom, 1937-1946*, New York: Viking, 2001, pp. xxiii.

53 *The United States in a New World: I. Relations with Britain. A series of reports on potential courses for democratic action. Prepared under the auspices of the Editors of Fortune*, maio, 1942, pp. 9-10.

54 "An American Proposal", *Fortune*, maio, 1942, pp. 59-63.

55 Todas as citações deste parágrafo são da palestra de Skidelsky, pp. 334, 348, 350-1, 355.

56 Estas são as mesmas palavras que usaram diretores do Bundesbank alemão numa entrevista que fizemos em outubro de 2002.

57 Martin Shaw, *Theory of the Global State*, Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2000.

58 Bacevich, *American Empire*, p. 4.

59 Peter Gowan, "The American Campaign for Global Sovereignty", *Socialist Register 2003*, London: Merlin, 2003, p. 5.

60 Michael Barrant Brown, *The Economics of Imperialism*, Middlesex, UK: Penguin, 1974, pp. 208-9.

61 Ver Raymond Aron, *The Imperial Republic: The United States and the World 1945-1973*, Cambridge, MA: Winthorp, 1974, especialmente pp. 168 e 217; e Nicos Poulantzas, *Classes in Contemporary Capitalism*, London: NLB, 1974, especialmente pp. 39 e 57.

62 Alan S. Milward, *The European Rescue of the Nation-State*, London: Routledge, 2000.

63 Ver Robert Cox, *Production, Power and World Order*, New York: Columbia University Press, 1987, especialmente p. 254. Cf. Nicos Poulantzas, *Classes*, p. 73.

64 Discurso sobre a Política Econômica Externa, pronunciado na Universidade de Baylor, 06/03/1947, Public Papers of the Presidents, <http://www.trumanlibrary.org/trumanpapers/pppus/1947/52.htm> Sobre a preparação deste discurso, ver Gregory A. Fossendal, *Our Finest Hour: Will Clayton, the Marshall Plan, and the Triunph of Democracy*, Stanford: Hoover Press, 1993, pp. 213-5.

65 Citado em Williams, p. 189; e ver Gabriel Kolko, *Century of War*, New York: The New Press, 1994, p. 397.

66 As condições especiais do pós-guerra incluíam a aplicação de tecnologias desenvolvidas durante a guerra; alcançar o nível dos métodos e da tecnologia norte-americana (a brecha já se havia dilatado durante os anos trinta e foi obviamente acelerada ainda mais durante a guerra); demanda reprimida, investimentos subsidiados para reconstrução e o efeito produtivo de novas instalações –tudo isto permitiu enormes escalas de acumulação logo após a destruição de tanto valor durante os anos da Depressão e da guerra. Ver Mosses Abramowitz, "Catching up, Forging Ahead, and Falling Behind", *Journal of Economic History*, 46(2) (06/1986) e também "Rapid Growth Potential and Realization: The experience of the Capitalist Economies in the Postwar Period", em Edmund Malinvaud, ed., *Economic Growth and Resources*, London: McMillan, 1979. Também foi crucial o papel único que desempenhou no estado norte-americano ao abrir seu mer-

cado fornecendo assistência financeira crítica e contribuindo para a economia e para a estabilidade política internacionais.

67 O colapso do padrão-ouro durante o entre-guerras havia demonstrado que a mobilidade do capital e as pressões democráticas vindas de baixo, que limitavam qualquer tipo de ajuste "automático", eram incompatíveis com tipos de câmbio estável.

68 Sobre a relação entre o colapso do padrão-ouro, a mobilidade do capital e o desenvolvimento das pressões democráticas, ver Barru Eichengreen, *Globalizing Capital: A History of the International Monetary System*, Princeton: Princeton University Press, 1996, capítulos 2-3. Sobre os desenvolvimentos dentro do próprio setor financeiro americano nos anos setenta e seu impacto no estrangeiro, ver Michael Moran, *The Politics of Financial Services Revolution*, London: Macmillan, 1991.

69 Voltando àquele período, dois vice-presidentes do Citibank observam: "não é surpreendente que os economistas no final dos anos sessenta e início dos anos setenta estivessem tão seguros de que o colapso dos tipos de câmbio fixo debilitariam mais tarde os laços econômicos entre os países". Ver H. Cleveland e R. Bhagavatula, "The Continuing World Economic Crisis", *Foreign Affairs*, 59(3), 1981, p. 600. Ver também a observação de Louis Pauly segundo a qual nesse momento "a desorganização monetária internacional parecia capaz de trazer novamente o mundo dos anos trinta". Louis B. Pauly, *Who Elected the Bankers?*, Ithaca: Cornell University Press, 1997, p. 100.

70 A "reprodução assistida do capitalismo monopolista norte-americano dentro das outras metrópoles... implica a reprodução ampliada das condições políticas e ideológicas necessárias dentro destas para o desenvolvimento do imperialismo norte-americano". N. Poulantzas, 1974, p. 47.

71 "É a desarticulação e heterogeneidade da burguesia doméstica que explicam a débil resistência, limitada às iniciativas intermitentes, que os estados europeus impuseram aos capital norte-americano", *Ibid.*, p. 75.

72 *Ibid.*, p. 87.

73 *Ibid.*, p. 81. Sobre a internacionalização do estado, ver também R. Cox, *Production, Power and World Order*, pp. 253-267.

74 Indistintamente, as políticas durante os anos setenta incluíam sobretaxa para as importações, tentativas de cooperação internacional em tipos de câmbio, salários e controle de preços, monetarismo e estímulos fiscais.

75 Um repórter do *New York Times* capturou a agressividade unilateralista em que se coloca a resposta estadunidense: "O que é completamente certo é que os EUA em um simples golpe dramático demonstraram

ao mundo o quanto ainda são poderosos... ao romperem o vínculo entre o dólar e o ouro e imporem um imposto às importações de 10%, a América do Norte demonstrou quem é Gulliver e quem são os Liliputianos... por "Liliputianos" entende-se não os nicaragüenses ou gabonenses, mas a Alemanha ocidental, o Japão, a Grã-Bretanha e as outras principais nações industriais". Citado em H. L. Robinson, "The Downfall of the Dolar", em *Socialist Register 1973*, London: Merlin Press, 1973, p. 417.

76 *Report of the President on US Competitiveness*, Washington: Office of Foreign Economic Research, US Department of Labour, setembro de 1980.

77 G. Duménil e D. Lévy, "The Contradictions of Neoliberalism", em *Socialist Register 2002*, London: Merlin Press, 2002.

78 Nossas entrevistas com figuras industriais e financeiras chave, que incluem Richard Wagoner, Diretor Executivo da General Motors, em setembro de 2001, e Paul Volcker, ex-presidente da Reserva Federal, que também liderava as negociações com a Chrysler, em março de 2003, nos confirmaram esta visão. Ainda que a indústria automotiva tenha sido duramente castigada pelas altas taxas de juros, o dólar alto e a redução da demanda de consumo acompanhada pela liberalização financeira, os executivos industriais consideraram que esta direção era a única alternativa nos anos oitenta e noventa.

79 Esta expressão é do artigo do G. Albo e T. Fast, "Varieties of Neoliberalism", apresentado na Conferência sobre a Convergência de Econômias Capitalistas, Wake Forest, Carolina do Norte (27-29/09/2002).

80 Ver S. Gindin e L. Panitch, "Rethinking Crisis", *Monthly Review* (11/2002).

81 Ver Stephen Gill, *Power and Resistance in the New World Order*, London: Palgrave-Macmillan, 2003, pp. 131 e seguintes, e pp. 174 e seguintes.

82 Ver Leo Panitch, "The New Imperial State", *New Left Review*, 2, 2002.

83 Ver Leo Panitch, "'The State in a Changing World': Social-Democratizating Global Capitalism?", *Monthly Review,* (10/1998).

84 Lênin, prefácio às edições francesa e alemã de *Imperialism*, p. 674.

85 Compare-se W. Ruigrok e R. Van Tulder, *The Logic of International Restructuring*, London: Routledge, 1995 (especialmente capítulos 6 e 7) com W. I. Robinson, "Beyond Nation-State Paradigms", *Sociological Forum*, 13(4), 1998; e ver o debate sobre o artigo de Robinson, "Towards a Global Ruling Class?", *Science and Sociology*, 64(1), 2000 em "Symposium", 65(4) dessa revista, 2001-2.

86 Este argumento está muito mais desenvolvido em L. Panitch e S. Gindin, "Eurocapitalism and American Empire", em *Studies in Political Economy*, outono de 2003.

87 John Grahl, "Globalized Finance: The Challenge to the Euro", *New Left Review*, 8, 2001, p. 44. Ver também seu destacado artigo, "Notes on Financial Integration and European Society", apresentado na Conferência sobre a Emergência de um Novo Euro-Capitalismo, Marburg (10/2002). Sobre a crescente adoção de práticas de administração norte-americanas na Europa, ver M. Carpenter e S. Jeffreys, *Management, Work and Welfare in Western Europe*, London: Edward Elgar, 2000.

88 Ver Peter Gowan, "Making Sense of NATO's War in Yugoslavia", *Socialist Register 2000*, London: Merlin Press, 2000.

89 W. A. Hay e H. Sicherman, "Europe's Rapid Reaction Force: What, Why, and How?", *Foreign Policy Research Institute* (02/ 2001).

90 *Economist* (27/05/2003).

91 Ver Dan Bousfield, "Export-Led Development and Imperialism: A Response to Burkett and Hart-Landsberg", *Historical Materialism*, 11(1), 2003, pp. 147-160. O melhor contra-argumento sobre a "liderança de atrás" do Japão foi exposto em G. Arrighi e B. Silver, eds., *Chaos and Governance in the World System*, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

92 Ver Panitch, "The New Imperial State".

93 Donald Sassoon, *One Hundred Years of Socialism*, London: I. B. Taurus, 1996, p. 207.

94 Poulantzas, *Classes*, pp. 86-7.

95 *Financial Times* (26/03/2003).

96 Nossas entrevistas no Bundesbank e no Tesouro do Reino Unido em outubro de 2002 confirmam-no. Embora freqüentemente parecesse que há contato através do Atlântico entre estes burocratas e suas contrapartes nos EUA do que há entre os distintos departamentos dentro destas instituições.

97 *Classes in Contemporary Capitalism*, p. 87.

98 Ver Peter Gowan, "The American Campaign", pp. 8-10.

99 "The United Nations after the Golf War: A Promise Betrayed", Stephen Lewis entrevistado por Jim Wurst, *World Policy Journal*, verão de 1991, pp. 539-49.

100 A crescente influência adquirida pelos aparatos coercitivos, militares e de segurança logo após o 11 de setembro poderia ser observada no fato de que a primeira vitória da nova guerra foi ganha em casa, contra o Tesouro norte-americano. Isto implicou romper a antiga resistência deste último (para que não demonstrasse a contínua viabilidade dos controles de capital) em congelar contar bancárias supostamente conectadas a organizações terroristas (cujos mecanismos o estado norte-americano sempre conheceu muito bem, dado que estava envolvi-

do em facilitar a transferência de dinheiro a muitos de seus terroristas prediletos no passado).

101 Thomas P. M. Barnett, "The Pentagon's New Map: It Explains Why We're Going to War and Why We'll Keep Going to War", *Esquire* (03/2003), disponível no website da Escola da Armada de Guerra dos EUA <http://www.nwc.navy.mil/newrules/ThePentagonsNewMap.htm>

102 Ver o informe sobre Pew Global Attitudes Survey no *Financial Times* (04/06/2003), que mostra que na França e na Alemanha, onde apenas 43% e 45% apresentam hoje uma "imagem favorável dos EUA", 74% dos que responderam à pesquisa em cada país atribui o problema da América do Norte "majoritariamente a Bush" em oposição a somente 25% que o atribui aos "EUA em geral" ou a "ambos". É interessante notar que, naqueles países capitalistas avançados onde a imagem dos EUA é mais positiva (no Canadá 63%, Reino Unido 70%) existe, no entanto, uma maior porcentagem que a França e Alemanha dos que crêem que "o problema com a América do Norte" deve-se aos "EUA em geral" ou a "ambos" (32%) e não "majoritariamente a Bush" (60%). Enquanto países como Indonésia e Turquia, onde a imagem favorável dos EUA caiu hoje de 75% e 53% respectivamente a apenas 15% em ambos os países, vale a pena ressaltar que enquanto 45% dos turcos atribuem o problema aos "EUA em geral" ou a "ambos", apenas 27% dos indonésios o vêem assim, em contraste com os 69% que vêem o problema como "majoritariamente Bush".

O IMPERIALISMO DO NOSSO TEMPO

Aijaz Ahmad

Inicio com a frase "o imperialismo do nosso tempo" em homenagem ao seminal ensaio "Fascismo de Nosso Tempo" que Michael Kalecki escreveu no momento crítico em que a extrema direita americana ascendia à presidência nas eleições de 1964 através do candidato republicano Barry Goldwater. Kalecki não faz referência direta a Benito Mussolini, ainda que devia fazê-lo, dado que este foi o primeiro a definir o fascismo como aquela forma de governo unida às "corporações", termo cujo significado não era tão distinto do que lhe dava o presidente Dwight D. Eisenhower quando advertia sobre a convergência entre o governo norte-americano e o "complexo industrial-militar". De todo modo, o que a análise de Kalecki sugeria era que, em sua forma extrema, o capitalismo industrial possui uma tendência inerentemente fascista, ao mesmo tempo em que se perguntava como seria o fascismo no caso de apresentar-se nos Estados Unidos em condições de prosperidade e democracia eleitoral estável. Mas, nem a intenção de Kalecki era de sugerir que os EUA estavam se tornando fascistas, nem a minha era implicar que estamos vivendo em tempos de fascismo. No entanto, uma das características mais sobressalentes da conjuntura atual é que os EUA, o país imperialista, cujo poder global não encontra precedentes históricos, são hoje governados pela direita mais extrema. Os germes das formas mais delirantes de autoritarismo que os EUA têm exportado ao longo do globo parecem haver mudado e se desenvolvido no

interior de suas próprias fronteiras, o que é acompanhado por toda uma série de conseqüências globais, nacionais e militares.

Também uso a expressão simples "imperialismo de nosso tempo" com o fim de evitar o uso de termos como "Novo Imperialismo", que por estar em voga em diversos momentos, tomou significados distintos. O imperialismo tem estado conosco durante longo tempo, tomando diversas formas e reinventando-se na medida em que, para dizê-lo de algum modo, as estruturas do capitalismo global foram mudando. O que oferecemos aqui é uma série de indicações provisórias que tendem a facilitar a compreensão de uma conjuntura, "nosso tempo", que em si mesma é um complexo de continuidades e descontinuidades –e como tal, algo muito mais novo. Assim, exporei uma série de proposições que serão elaboradas mais extensamente ao longo do artigo.

I

A novidade fundamental do imperialismo de nosso tempo é que emerge depois da dissolução das duas grandes rivalidades que marcaram a política global do século XX, ou seja, o que Vladimir I. Ulianov (Lênin) chamava de "rivalidade interimperialista" da primeira metade do século XX, e o que podemos chamar, na falta de um termo melhor, rivalidade intersistêmica entre os EUA e a União Soviética durante cerca de setenta anos. O fim de tais rivalidades fecha a era política inaugurada pela Primeira Guerra Mundial, permitindo, assim, ao único vencedor, os EUA, partir de modo mais agressivo para saquear os possíveis espólios da vitória e a desfazer à vontade as conquistas que as classes trabalhadoras e as nações oprimidas do mundo haviam conseguido naquele período.

Esta nova face do imperialismo surge não apenas depois da dissolução dos grandes impérios coloniais (principalmente o britânico e o francês) e das ambições de outros países capitalistas rivais (basicamente Alemanha e Japão), mas também depois da derrota definitiva do nacionalismo das burguesias locais em grande parte do chamado Terceiro Mundo (o anticolonialismo, as guerras de libertação nacional, o projeto Bandung, o não alinhamento, o estado protecionista em industrialização), o qual havia sido sustentado de forma considerável pela existência de um pólo alternativo sob a forma dos países comunistas. Os três grandes objetivos pelos quais os EUA travaram a guerra de posições ao longo do século XX –contenção/desaparecimento dos estados comunistas, supremacia sobre outros países líderes e derrota do nacionalismo do Terceiro Mundo– foram alcançados.

Longe de ser um imperialismo enrolado em um nó de rivalidades interimperiais, trata-se do imperialismo da era na qual (a) os capitais nacionais têm sido interpenetrados de tal modo que o capital ativo em qualquer ter-

ritório dado se compõe em proporções variáveis tanto de capital nacional como de transnacional; (b) o capital financeiro predomina sobre o capital produtivo numa extensão tal que nem a tese de Lênin sobre "exportação de capitais" nem as advertências de John M. Keynes sobre a rapacidade dos rentistas puderam vislumbrar; e (c) tudo, dos mercados de bens até os movimentos financeiros, está globalizado a tal nível que o estado global, com capacidades militares globais, converteu-se em uma necessidade objetiva do próprio sistema, muito além das ambições dos grupos dominantes norte-americanos que, para impor suas estruturas e disciplinas, têm que expor o complexo como um todo a fissuras tremendas e quebras potenciais.

Ao longo da história do capital têm havido impérios sem colônias, em um ou outro rincão do globo, em alguns casos precedendo conquistas militares (impérios comerciais), em outros como conseqüência do processo de descolonização (América Latina depois da dissolução do domínio espanhol e português), e às vezes assumindo a forma daquilo que Lênin chamava de "semi-colonial" (Egito, Pérsia, etc.). No entanto, este é o primeiro imperialismo totalmente pós-colonial, não apenas por carecer de governo colonial, mas por ser sua antítese. Neste sentido, é pouco provável que a atual ocupação do Iraque se converta em uma dominação colonial de longa duração por mais tempo que dure este lodaçal e mesmo se os superfalcões do Pentágono levem tropas dos EUA para a Síria, Irã ou onde quer que seja. Como Leo Panitch e Sam Gindin argumentam neste volume, não se trata de uma preferência ideológica pelo império "informal" sobre o "formal", mas de um imperativo estrutural da atual composição do próprio capitalismo global. O movimento de bens e capitais deve ser o mais livre possível, mas a forma do estado-nação tem que ser sustentada em toda a periferia, não apenas por razões históricas, mas também para complementar a internacionalização das leis capitalistas com regimes trabalhistas sustentados localmente, dando vigência, assim, ao que Stephen Gill chama de "neoliberalismo disciplinar" em condições específicas a cada unidade territorial.

Distintamente de Rudolf Hilferding, Lênin ou Nicolai I. Bukharin, a teoria do imperialismo de Rosa Luxemburgo tinha o mérito singular de estar fundada sobre uma teoria mais ampla do modo de produção capitalista e, portanto, centrava-se na relação entre produção industrial e agrícola que havia sido um aspecto muito importante da teoria marxista do modo de produção capitalista. Uma de suas proposições centrais postulava que o colonialismo não era um aspecto conjuntural, mas necessário para a globalização da lei do valor, já que as zonas capitalistas necessitam daquelas não capitalistas para a realização plena da mais-valia. Contudo, também argumentava que uma vez que o capitalismo alcançasse os limites mais longínquos do globo, necessariamente sobreviria uma crise devido ao crescente desaparecimento

de zonas não-capitalistas. Esta última inferência parece lógica e historicamente injustificada. O desenvolvimento desigual e combinado não exige necessariamente que as periferias permaneçam "não-capitalistas", ou seja, fora da operação global da lei do valor. Na história real, a era clássica do colonialismo dividiu o mundo num centro industrial e numa vasta região agrícola. Enquanto certos países e continentes dividiam-se entre enclaves das formas mais avançadas de produção industrial e financeira por um lado, e pelo outro das formas mais atrasadas de produção agrícola, a dissolução dos grandes impérios coloniais e a reestruturação do capital global do pós-guerra inauguraram uma nova era na qual o mundo se dividia progressivamente entre zonas industriais avançadas e atrasadas. Nos pólos extremos do chamado "Terceiro Mundo", podia-se observar o assombroso avanço capitalista (Taiwan ou Coréia do Sul) e, em contraposição, o retrocesso até níveis inclusive inferiores aos alcançados durante a etapa de descolonização de zonas como a África Subsaariana. Esta produção transcontinental de fortes desigualdades constituiu uma fonte permanente de violência, daí a necessidade de que os sistemas estatais possam garantir formas extremas de coerção extra-econômica. Enquanto isso, em boa parte da Ásia e África pode-se observar o processo completo de acumulação primitiva e proletarização forçada que Marx descreveu em relação, principalmente, à Inglaterra em seu famoso capítulo sobre a questão, o qual nos lembra do papel central do estado em tal processo de "gerar", em suas palavras, as condições para o crescimento acelerado da produção capitalista. Processos relativamente similares foram duplicados a tal ponto em numerosos países sob regimes combinados de estado-nação e administração globalizada –via o Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC), etc.– em um sistema transnacional, onde uma autoridade supervisora supranacional tornou-se novamente uma necessidade objetiva do sistema como um todo; daí a firme articulação entre as instituições multilaterais, o estado norte-americano e administradores locais de outros estados.

Num nível mais amplo de generalização, poder-se-ia dizer que foram necessárias duas guerras mundiais para se decidir se os EUA ou a Alemanha herdaria os impérios coloniais da Inglaterra ou da França e, por fim, transformar-se-ia no centro do império global. É chamativo que enquanto a visão alemã se fundava na noção primitiva dos impérios coloniais mundiais, os EUA, já com Woodrow Wilson, hasteavam a bandeira da dissolução do colonialismo e do "direito das nacionalidades", como precursor ideológico do imperialismo atual da "democracia" e dos "direitos humanos". E foi precisamente após a Primeira Guerra Mundial, quando o centro financeiro global se mudou de Londres para Nova Iorque, e a Revolução Bolchevique desafiava o capitalismo global como um todo, que os EUA se posicionaram

como líderes do "Mundo Livre" (como já era evidente a partir da presença dominante de Wilson em Versalhes e a liderança que os EUA exerceriam sempre nas cruzadas para conter o comunismo, especialmente após a Segunda Guerra Mundial).

Precisamente no momento em que os EUA alcançaram seus objetivos a longo prazo, incluindo o domínio completo sobre seus sócios do mundo capitalista avançado, em certos círculos surgiu a expectativa de uma nova "rivalidade interimperialista" entre os EUA e a União Européia (EU), dado o tamanho da economia desta última. Isto também foi estendido a outros centros competitivos da produção global capitalista devido às projeções futuristas do poder do Sudeste Asiático, seja do Japão, China ou um bloco de estados dessa região. Isto parece muito fantasioso. O máximo a que aspiram os europeus no Terceiro Mundo é buscar mercados e oportunidades de investimento. Neste caso, não há projeções de poder pela simples razão de que não há nenhum poder. Não apenas o poder militar dos EUA é muito maior do que o de toda Europa junta, além disso, sua presença militar em mais de uma centena de países contrasta tão nitidamente com a da Alemanha ou da França que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) apenas se move para onde os EUA indiquem. Esta supremacia militar sobre os que seriam seus possíveis rivais se complementa por sua vez com o arrebatador poder financeiro de sua moeda, tanto por seu domínio sobre a produção tecnológica, científica e intelectual como também seu alcance cultural e ideológico em escala global devido ao poder que exerce sobre os meios de entretenimento e (des)informação de massa.

Durante a segunda metade do século, os EUA enfrentaram com a mesma tenacidade os nacionalismos radicais do Terceiro Mundo e o comunismo. Tendo defendido a descolonização como condição necessária para o surgimento de um império globalmente integrado sob seu próprio domínio, opôs-se aos movimentos de libertação nacional, fossem eles liderados por comunistas (como na Indochina) ou por nacionalistas radicais (como na Argélia); ao não-alinhamento (a retórica de "conosco ou contra nós" de George Bush filho vem diretamente dos discursos de John Foster Dulles dos anos cinqüenta); assim como a certos regimes nacionalistas, seja o de Nasser, o de Nkrumah, o de Sukarno ou mesmo o do Príncipe Sihanouk no Camboja. Por sua vez, manteve monarquias onde pôde e impôs ditadores onde fosse necessário. Ainda que o fracasso do projeto nacional-burguês no Terceiro Mundo responde a todo tipo de fatores internos, foi decisivo o desgaste implacável que os EUA impuseram sobre estes processos. Tende-se a esquecer que em sua visão do pós-guerra, o próprio Keynes havia recomendado não apenas restrições estatais aos rentistas nos países capitalistas avançados, mas também transferências de capital a longo prazo para os países

subdesenvolvidos com o fim de garantir o crescimento real e, portanto, a paz interior e a estabilidade dos mercados mais prósperos para os bens dos próprios países capitalistas desenvolvidos. Esta última recomendação foi rechaçada pelos EUA, que mantinham naquele momento um firme controle da arquitetura de Bretton Woods. O desgaste do projeto nacional-burguês (dado que o mesmo requeria altos níveis de protecionismo, tarifas, poupança interna e industrialização assistida pelo estado, com pouco espaço para a penetração imperialista) de fato tendeu a debilitar esses estados com relação ao domínio externo, ao mesmo tempo em que os tornou muito mais voláteis e, eventualmente, suscetíveis a todo tipo de irracionalidade, minando assim sua própria legitimidade popular. Este fenômeno tornou necessária não apenas uma supervisão globalizada, mas também um progressivo estado global *intervencionista*; como repetem Bush e Blair, agora todo o sistema tem que ser "reordenado". A Guerra Fria nunca foi fria para aqueles fora da OTAN e das zonas do Pacto de Varsóvia, dado que as intervenções militares diretas ou indiretas dos EUA no Terceiro Mundo foram moeda corrente ao longo de tal período. Assim, ter ganho a Guerra Fria não abriu um processo de paz mas uma ideologia do intervencionismo permanentes por parte dos EUA. Como expressou Bush dez dias antes depois da catástrofe do 11 de Setembro: "uma tarefa que nunca termina".

A derrota de todas as forças que Hobsbawm felizmente batizou de "esquerda ilustrada" –comunismo, socialismo, movimentos de libertação nacional e a ala radical das socialdemocracias– produziu uma profunda crise ideológica em nível mundial. Ainda que raça, religião e etnicidade –rotuladas como "identidades"– ocupam agora o lugar que antes tinham as lutas de classe e as solidariedades inter-religiosas, inter-raciais e trans-étnicas, e uma política da "Diferença infinita" se erige sobre as ruínas da política da *igualdade*. O pós-modernismo está na mesma corrente que as temáticas provenientes do irracionalismo europeu e a nostalgia pelo pré-moderno. De fato, esta idéia do pré-moderno como solução pós-moderna aos problemas da modernidade foi difundida com conseqüências nefastas nas periferias do sistema capitalista, seja como ideologia da extrema direita hindu na Índia, dos diversos fundamentalismos islâmicos ou das ideologias milenares daqueles que nos trouxeram o 11 de Setembro. O terrorismo substituiu a libertação nacional e hoje os EUA perseguem grupos de terroristas com a mesma perseverança com que até pouco perseguia falanges de revolucionários. Mas tampouco é uma questão exclusiva das periferias. Os próprios EUA aderem hoje a uma combinação peculiar de fundamentalismo cristão, sionismo, neoconservadorismo de extrema direita e militarismo.

É aqui onde se pode observar a especificidade do regime atual de Bush nos EUA. Vale a pena recordar que, durante o século XX, os EUA não ape-

nas lutaram a guerra de posições contra o comunismo e os nacionalismos radicais, como também, e de maneira crucial, por seu próprio domínio sobre seus rivais capitalistas a fim de conseguir um papel preponderante com o único arquiteto do sistema capitalista global. Neste sentido, a administração atual continua um projeto cujas políticas mais agressivas não se remontam exclusivamente às administrações de Bush pai ou Reagan, mas também às de Clinton e Carter. A primeira especificidade subjacente a este regime é que, devido à dissolução do bloco soviético, pela primeira vez na história da humanidade um único poder imperial é tão dominante sobre seus rivais que na verdade não possui nenhum rival, próximo ou longínquo, que o possa desafiar no preciso momento em que tem a máxima capacidade para dominar o mundo. Neste quadro, Clinton aparece como uma figura de transição, enquanto que a presidência de Bush filho parece coincidir plenamente com este momento histórico em que a máxima concentração de forças pode ser exercida sem impedimentos. Esse é o momento objetivo desta presidência. A segunda especificidade é que, desde 1914 até agora, nunca houve uma concentração tão forte da extrema direita que pudesse monopolizar as instituições governamentais dos EUA; uma força tão sobredeterminada em seus projetos e ideologia globais. A seu modo, este governo é tão milenarista como o membro mais irracional da Al Qaeda ainda que, distintamente desta última, tenha mais poder que qualquer outro na terra. É por isso que ainda que suas ações sejam conformes à lógica do capital, também podem excedê-la.

II

Para entender apropriadamente onde se localiza hoje o imperialismo, é necessário começar em reconsiderar a concepção lêninista –apenas uma teoria, cabe esclarecer– da "rivalidade interimperialista". Seu pensamento nesta matéria surgiu no curso de uma análise conjuntural no interior do intenso debate sobre a iminência ou não da Primeira Guerra Mundial, assim como também sobre a linha de ação que a socialdemocracia européia devia tomar neste caso: a questão do voto sobre os créditos de guerra (particularmente na Alemanha), a questão das possibilidades revolucionárias que o advento da guerra podia abrir como conseqüência, que classe de bloco de poder (alianças de classe) deviam construir os partidos revolucionários chegado o caso, e onde as probabilidades de uma revolução –se havia alguma– eram maiores. O notável desta concepção é que não estava baseada na dinâmica do modo de produção capitalista nem em uma análise histórica das formas de competição que davam lugar a conflitos recorrentes entre poderes coloniais. Não obstante, como análise conjuntural, a posição de Lênin acabou sendo inexpugnável. Contrariamente àquilo em que Kautsky –o grande teórico da

socialdemocracia alemã– acreditava, a Primeira Guerra Mundial logo conduziu à Segunda, ao mesmo tempo em que se criavam as condições para uma Revolução Bolchevique bem-sucedida. Até o final da guerra, países como a Alemanha e Itália experimentaram níveis altíssimos de militância revolucionária, que nunca seriam igualados durante o período do pós-guerra. E foi precisamente como conseqüência de tal guerra e da Revolução Bolchevique que surgiram os movimentos de massas anticoloniais em numerosos países da Ásia e África. Como Lênin havia recomendado em seu devido momento, as alianças entre proletários, camponeses e a *intelligentsia* de esquerda haviam se convertido no denominador comum de tais movimentos, liderados ou não por comunistas. Tampouco cabiam dúvidas sobre o interesse da Alemanha em uma redivisão do mundo colonial, "recém chegada" ao capitalismo avançado e sem ser um "estado possuidor de colônias", para usar uma expressão de Luxemburgo.

A acuidade da análise *conjuntural* de Lênin, e das recomendações estratégicas que daí se derivavam, não têm nada a ver com a veracidade ou não de outros elementos de seu pensamento, como a exportação de capitais, etc. Na verdade, a idéia da "rivalidade interimperialista" tinha muito mais a ver com a do "elo mais fraco" (por exemplo, mais possibilidades revolucionárias na Rússia que na Alemanha), a estratégia política de alianças multiclassistas basicamente entre proletários e camponeses (e uma grande inovação na teoria revolucionária marxista para países atrasados –o crime fatal de Stalin foi o de ter rompido tais alianças), e a questão colonial-nacional (a possibilidade de revoluções anticoloniais devido ao enfraquecimento das burguesias colonizadoras, o levantamento de movimentos de massas anticoloniais após a Primeira Guerra Mundial e a descolonização geral depois da Segunda). É possível apreciar os méritos desta análise conjuntural e da teoria política que a acompanhava sem por isso ter de aderir à teoria econômica em que se sustentava.

De qualquer modo, a concepção da "rivalidade interimperialista" pressupunha uma fase dentro da evolução global do modo de produção capitalista em que os capitais nacionais eram essencialmente discriminados por natureza e com escassa interpenetração. Portanto, pressupunha um tipo de estado que representava as burguesias nacionais como tais em competição com outras burguesias nacionais e seus respectivos estados. Ao estar arraigada no debate sobre a iminência e inevitabilidade da guerra entre tais estados organizados discricionalmente, o sentido do termo "rivalidade" excede *naquelas circunstâncias* o de mera competição. A idéia de uma guerra iminente necessariamente pressupunha alguma equivalência, ou ilusão de equivalência, nos níveis de capacidade militar, ou seja, os rivais eram percebidos como capazes de lutar entre si em função de suas estruturas militares potenciais.

Este breve *excursus* sobre a concepção de Lênin nos permite assinalar uma questão: hoje não é possível extrapolar um conceito de "rivalidade interimperialista" que reflita a situação conjuntural de um século atrás. Na medida em que se revisam aqueles textos clássicos, evidencia-se seu pertencimento a uma época totalmente distinta. A especificidade da conjuntura em que se desenvolve o imperialismo de nosso tempo, distintamente da época de Lênin, é que seu centro –composto pelos países capitalistas avançados– não está constituído nem por rivais nem por iguais. A população total e o PNB combinado da UE são iguais aos dos EUA, na verdade marginalmente maiores. Mas aqui termina a comparação. A UE não tem uma estrutura estatal centralizada nem remotamente comparável à dos EUA, nem um idioma comum, nem um exército vigente ou estruturas de segurança próprias, nem política exterior que sujeite os estados-membros, nem leis que transcendam a esfera nacional para além de alguns temas específicos. A constituição proposta em 2003 está tão atada a uma série de condicionamentos que, mais que uma constituição, parecia uma declaração de princípios e pontos de vista. Os fatores unificadores parecem se reduzir à burocracia de Bruxelas, o novo Euro e um monte de outras boas intenções.

Tudo isso ficou em evidência durante o processo de tomada de decisões referente à invasão do Iraque. A Grã-Bretanha se lançou nos braços dos EUA sem sequer dar a mínima consideração procedimental para a UE, mas sim mantendo o papel de subordinado leal que os EUA lhe impuseram desde a Segunda Guerra Mundial e do qual nem Wilson, nem Margaret Thatcher nem Tony Blair se desviaram jamais. Logo, na medida em que a França e a Alemanha procuraram diferenciar-se e o secretário de Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, tachou-as com desprezo como "a velha Europa", todos desde Derrida até Habermas desfilaram pelos programas de televisão expressando seu espanto em nome da Europa. Eventualmente, Rumsfeld pode se alinhar com a Grã-Bretanha, Itália, Espanha, Portugal e um conjunto de pequenos novos países da "Europa", e foi precisamente em Açores que Bush tomou a decisão final de ignorar o Conselho de Segurança antes de começar a invasão, a aliança franco-alemã propunha uma advertência de trinta dias a Saddam (e aos inspetores), depois da qual a invasão seria tolerada. Bush ostensivamente desprezou a proposta de manter a agenda estabelecida pelo Pentágono e ignorar o Conselho de Segurança. Os EUA ordenaram retirar imediatamente os inspetores das Nações Unidas, para o que Kofi Annan, o secretário geral das Nações Unidas, nem sequer teve o trabalho de convocar a seção do Conselho de Segurança mesmo quando os inspetores haviam sido enviados não pelos EUA, mas pela resolução do próprio Conselho. Deste modo, Annan simplesmente ordenou aos inspetores que cumprissem as ordens dos EUA. Algum tempo depois, Hans Blix, o inspetor geral, diria

que sempre tinha acreditado que não havia armas de destruição de massa no Iraque e que todo o assunto nada mais era que uma grande farsa. Uma vez que a invasão estava em marcha, até a aliança franco-alemã começou a rezar publicamente por um final rápido em favor dos EUA e, um pouco mais privadamente, a rogar por contratos para as empresas européias no processo de "reconstrução" do Iraque. Quando os EUA se afiançaram como a única força de ocupação e não concederam nenhuma participação efetiva às Nações Unidas, a aliança franco-alemã baixou a cabeça.

Enquanto isso, na questão da lei belga que concedia a suas cortes a jurisdição para julgar estrangeiros por crimes de guerra, a severa ameaça de Rumsfeld de transladar a central da OTAN para fora de Bruxelas se a lei não fosse modificada suscitou um repentino gesto de condescendência por parte do governo belga. Outro tanto ocorreu com os protestos por parte dos intelectuais europeus "bem-pensantes" pelos direitos humanos como aspecto integral da identidade européia emergente. Ao que parece, a Bélgica não tem direito a possuir leis próprias para assuntos tais como os crimes de guerra, mesmo que tais leis não tenham nenhuma relevância para o comércio global ou para os contratos financeiros e comerciais. A doutrina da soberania limitada que promove a política exterior norte-americana e seus efeitos sobre o novo constitucionalismo imperial pareciam ser aplicáveis não apenas aos países do Terceiro Mundo, mas também, ainda que seletivamente, à própria capacidade da Europa de promulgar leis autonomamente.

No plano teórico, este tipo de desenvolvimentos põe em dúvida a concepção da "soberania" supranacional ao estilo Negri-Hardt, a qual, segundo estes autores, globalizou-se tão plenamente que é impossível de localizar em algum lugar em particular, ao mesmo tempo em que somente uma "multidão" sem limites de classe ou outras identidades ou fronteiras pode se opor a ela. O que acontece na verdade é que os EUA fazem valer seu direito soberano de atuar em seu próprio interesse (o que chama de "defesa") zombando da soberania de outros, e daí que a soberania do estado imperial parecia não ter fronteiras. De fato, foi a senhora Albright, antiga professora da universidade de Georgetown e secretária de Estado da administração Clinton, quem sustentaria que "soberania" e "nacionalidade" eram noções fora de moda e, por conseguinte, deviam ser abandonadas em vista das novas estruturas da globalização e dos imperativos da "intervenção humanitarista".

Com a afirmação do direito soberano de guerrear contra qualquer estado que se apresente como ameaça –a chamada "guerra antecipatória"–, reservando-se obviamente o direito de julgar o que é que constitui uma ameaça, o governo de Bush dá continuidade de fato a uma doutrina já posta em prática por administrações anteriores. O que estamos presenciando, em todo caso, é a construção de uma soberania imperial que pela primeira vez é

reclamada por um estado que ao mesmo tempo é o estado de uma nação e um estado globalizado do capitalismo contemporâneo. Os EUA atribuem-se uma soberania ilimitada que é arbitrária por natureza, e que só pode existir na medida em que seu poderio é tão superior ao dos demais que sua ação não pode ser desafiada por nenhum outro componente do sistema de estados, por ressentidos que estes possam estar.

Dentro da perspectiva da "rivalidade interimperialista", na medida em que é oposta à soberania global do império americano, ainda há outra idéia mais futurista, mesmo que menos verossímil, que situa esta rivalidade não tanto no Atlântico, mas na zona do Pacífico, de onde surge que o rival não seria a Europa, mas o Leste Asiático. Em uma primeira versão, a rivalidade viria do Japão, mas a tendência recorrente às crises em sua economia, contrastada com as significativas taxas de crescimento mantidas pela economia chinesa durante mais que uma década, parece ter voltado as atenções para a China. No entanto, esta também parecia ser uma opção inviável. Quaisquer sejam suas taxas de crescimento, a escalada da economia chinesa não é nada comparada com a da EU e, além do considerável tamanho de suas forças armadas terrestres, a tecnologia avançada de suas capacidades militares é ainda muito inferior inclusive à da Rússia. O papel preponderante de sua cúpula militar é, sobretudo, interno e está relacionado com o controle de sua sociedade civil e com o domínio de outras instituições estatais; portanto, suas capacidades para fazer a guerra são majoritariamente de caráter defensivo. Seu próprio crescimento econômico agravou suas contradições sociais internas, tanto nas clivagens de classe como regionais, e seria sorte se a China sobrevivesse a este difícil e entrecortado período de crescimento, dada sua atual configuração territorial, sem enfrentar o crescente mal-estar das massas. Do que, sim, podemos estar seguros é de que os EUA vão explorar esse mal-estar social para manter movimentos separatistas, especialmente nas regiões periféricas como Xinjiang, ao mesmo tempo em que põem o Tibet na mira como possível área de controle territorial. Enquanto isso, a indiscutível orientação exportadora de sua economia serviu para integrá-la profundamente no mercado de consumo dos EUA, e, portanto, a China estaria hoje ameaçada por um pesadelo no caso de que houvesse uma grande recessão nos EUA e suas exportações declinassem dramaticamente e, conseqüentemente, sua economia seria lançada na direção de um estancamento. Integrar a China dentro do sistema global dominado pelos EUA como forma de aumentar sua dependência era um imperativo que Bush pai e Clinton já haviam compreendido muito bem. A atual administração poderia perseguir políticas que forcem a China a gastar enormes quantidades recursos provenientes de seu crescimento econômico para investir em defesa militar (para cuja finalidade a Índia desempenharia um papel chave) e assim exacerbar

ainda mais os conflitos internos. De qualquer modo, a China se tornou extremamente vulnerável aos EUA, militar e economicamente, daí que vê-la como competidor é fantasioso sob todos os aspectos.

III

Distintamente da rivalidade interimperial, a questão do colonialismo é –ou deveria ser– central para nosso entendimento do presente. Na história do imperialismo, o papel do colonialismo –hoje em dia conceituado de maneira geral como um contraste entre impérios "formais" e "informais"– sempre foi um assunto controvertido. Sem medo de nos contradizer, exceto para os círculos devotamente "Eurocêntricos" (*Westocentric*), podemos oferecer quatro observações básicas. Primeiro, o colonialismo não é um aspecto incidental, episódico ou epifenomênico do desenvolvimento capitalista, e a negação deste fato empobreceu boa parte da teoria marxista do capitalismo. Desde o princípio, o colonialismo foi uma parte intrínseca da acumulação primitiva do capital e as ex-colônias continuam desempenhando seu papel em tal processo de acumulação que ainda hoje continua se dando no imperialismo pós-colonial de escala global (como argumenta David Harvey neste volume, a acumulação primitiva é uma constante ao longo de toda a história do capitalismo até nossos dias). Segundo, há um profundo contraste entre os distintos tipos de colonialismo, por exemplo, entre o levado a cabo pelos colonos (que foi bem-sucedido na América e Austrália, mas que falhou na Ásia e na África) e as assim chamadas colônias que foram ocupadas, administradas e exploradas por burguesias externas, mas que nunca fincaram raízes nas terras conquistadas (como é o caso da maior parte das colônias da Ásia e África). Alguns dos assentamentos de brancos nas zonas temperadas conseguiram uma transição ao capitalismo avançado (América do Norte e até certo ponto Austrália e Nova Zelândia), enquanto que outros não (América Latina e Caribe). Tampouco conseguiram aquelas colônias ocupadas, mas não colonizadas, ainda que a Índia tivesse potencial no momento da colonização. A maior parte do capital e da tecnologia foram transferidos às "colônias de colonos", e às outras praticamente não transferiram quase nada. Isto trouxe consigo efeito diretos sobre a estrutura de classes dos respectivos subsistemas. As colônias de assentamento que fizeram a transição para o capitalismo avançado se caracterizaram pelo domínio da indústria sobre a agricultura, e, portanto, mantinham um equilíbrio demográfico no qual o número de empregados superava o de desempregados. No caso daqueles que não fizeram tal transição, o exército de desempregados tendia a exceder os setores da classe operária.

Terceiro, os chamados impérios "informais" (imperialismo sem colônias) foram recorrentes desde o princípio, e as conquistas coloniais em grande escala foram geralmente precedidas por outras formas de exploração imperialista. Os destacamentos no litoral da África Ocidental, combinados com ataques e incursões no interior, foram suficientes para dizimar boa parte de suas populações via tráfico de escravos e o desmantelamento de suas redes econômicas: a conquista do interior viria muito depois. Inclusive o início da conquista territorial da Índia foi posterior ao estabelecimento dos fortes costeiros destinados ao imperialismo comercial, e a conquista territorial completa levou cerca de cem anos –sem mencionar que passou de uma possessão da Companhia das Índias Orientais a uma colônia da coroa. Por contraste, iriam transcorrer noventa anos entre a conquista completa e a descolonização.

Quarto, a história global dos impérios "formais" e "informais" –sem mencionar as conquistas coloniais e a descolonização– é paralela, mas não sincrônica. A América Latina estava completamente descolonizada muito antes que os interiores da Ásia e da África estivessem plenamente colonizados. A história da rivalidade anglo-americana sobre o império "informal" da América Latina posterior à descolonização precedeu o surgimento de movimentos anticoloniais em massa na Ásia e África por quase um século. O fato de que as formações estatais latino-americanas tenham sua origem nos assentamentos de colonos enquanto que a maior parte dos estados da Ásia e da África nem sequer experimentaram algo parecido produziu como conseqüência um desenvolvimento diferenciado de línguas, culturas, religiões, composição demográfica, etc. nos respectivos continentes. E no que diz respeito aos territórios colonizados e nos "semi-colonizados" (nos termos de Lênin), algumas das conseqüências do imperialismo foram mais similares para os impérios "formais" e "informais". A Índia mudou seu estatuto de colônia da coroa na década de 1830. Nesse momento, a Turquia, que nunca havia sido colonizada, levava adiante reformas burguesas modernas –período de Tanzimat; e até a década de 1920, ambos haviam desenvolvido relações de propriedade, estruturas legais e movimentos reformistas similares, para não mencionar as formas de dependência da Europa (por exemplo, a servidão ocasionada pela dívida), com a diferença de que a Índia havia sido colonizada e Turquia não.

Em toda esta história do colonialismo, os EUA ocupam um lugar único. Foi a única ex-colônia que se converteu em império; e inclusive quando no século XIX estava na moda na Europa a colonização, os EUA não buscavam colonizar, mas dominar a América Latina. Nascidas do genocídio que produziu a anexação de seus vastos territórios, as Treze Colônias fizeram uma revolução, converteram-se em uma nação e deram a si próprias uma

constituição que combinava uma comovedora retórica sobre o que hoje chamamos "direitos humanos" com a defesa da escravidão. Deste modo, os colonos puderam continuar fazendo o que já faziam de fato –escravidão baseada na raça para as plantações, os lucros comércio triangular, comércio e indústria concentrados majoritariamente na costa leste, pequena produção na Nova Inglaterra–, mas agora sem ter que compartilhar os lucros com "a pátria mãe". A ideologia expansionista que surgiu disto era mais anexacionista que colonialista no sentido europeu: tudo que havia além das fronteiras estava ai para ser tomado, daí que estas se expandiram durante a maior parte do século XIX. Até o oeste o único limite era o Pacífico; até o norte e o sul, as fronteiras com o Canadá e o México foram disputadas através de guerras e foram anexadas sem necessidade de colonização. Distintamente dos estados europeus que "possuíam colônias", os EUA nunca tiveram o problema do trabalho excedente (*surplus labour*); dado que acumulava continuamente em uma grande quantidade de recursos excedentes por si próprios. Enquanto os europeus exportavam sua própria população para as colônias a fim de alcançar um equilíbrio demográfico favorável, os EUA puderam prosperar graças à importação de escravos, mão-de-obra qualificada e uma grande quantidade de recursos intelectuais de outros países. Seu primeiro império "informal" foram as próprias Américas, e na medida em que os territórios anexados eram incorporados progressivamente como parte do território nacional, império e nação eram, em sua gênese, uma coisa e outra.

IV

Como os EUA não entraram na Primeira Guerra Mundial para redividir o mundo colonial, mas para arbitrar as disputas entre os europeus, converteram-se no *primus inter pares*. Os nazis haviam iniciado a Segunda Guerra Mundial com a ambição de converter o mundo inteiro em uma grande colônia alemã. Uma vez que os EUA entraram no conflito, adotaram a política explícita de persuadir –ou forçar– os estados "que possuíam colônias" a desfazer-se delas e juntar-se num império capitalista unificado em escala global. Mais adiante, os EUA travariam muitas batalhas, das quais a mais prolongada e sangrenta provavelmente tenha sido a da Indochina, mas nunca com o fim de colonizar e sim de conseguir regimes subordinados e fazer do mundo um lugar seguro para o capitalismo.

A arquitetura do poder posterior à Segunda Guerra Mundial combinava uma clara liderança dos EUA com uma complexa rede de instituições multilaterais. As mais importantes eram aquelas que os EUA podiam controlar mais firmemente –a OTAN e as instituições financeiras internacionais (IFIs). As Nações Unidas eram consideradas um mal necessário dado que a URSS

tinha poder de veto no Conselho de Segurança e o número de membros na Assembléia Geral era tão grande que conseguir maiorias fazia-se difícil. Até houve um fugaz momento nos anos setenta em que as Nações Unidas haviam se tornado um fórum para promover projetos nacionalistas para o Terceiro Mundo mediante os subsídios de organismos como a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Agora que os velhos adversários foram derrotados, há uma situação paradoxal com relação à crescente docilidade das Nações Unidas: os EUA estão hoje tão determinados a controlar as redes do capitalismo mundial que terminam solapando não apenas o poder das Nações Unidas, mas também eventualmente o do FMI e do BM, os quais foram até pouco tempo seus principais instrumentos de governança, especialmente no Terceiro Mundo. Em retrospectiva, pode-se observar que tanta ênfase no multilateralismo era em si mesma funcional à necessidade de fazer frente ao desafio do comunismo e do nacionalismo do Terceiro Mundo dentro de um marco institucional que permitisse sustentar a unidade e o consentimento dos principais aliados sob a asa de sua própria liderança. Hoje em dia, sem esses desafios, com uma liderança firme e uma administração muito mais beligerante, muitos aspectos daquele multilateralismo foram deixados de lado. As afirmações exaltadas de Bush filho sobre a soberania imperial dos EUA são diametralmente opostas ao trilateralismo de seu pai.

Um aspecto muito subestimado da hegemonia global que os EUA estabeleceram depois da Segunda Guerra Mundial foi o papel que a indústria do conhecimento exerceu no treinamento e na cooptação de amplos segmentos das elites do Terceiro Mundo, seja de maneira direta em suas próprias instituições ou indiretamente através de instituições "nacionais" do Terceiro Mundo, mediante o abastecimento de professores, programas de estudo, subvenções, equipamento de pesquisa, bibliotecas e outras coisas mais. Marx uma vez disse que uma classe dominante somente é estável na medida em que incorpora a seu serviço os melhores cérebros das classes subalternas. No momento em que os impérios da Ásia e África se dissolviam e os EUA perfilavam-se com o líder claro dos países capitalistas, estes desenvolveram o *establishment* acadêmico maior, mais rico e melhor financiado jamais visto na história da humanidade. Também se dispuseram sistematicamente a incorporar dentro de seu próprio âmbito acadêmico intelectuais chave dos países recentemente descolonizados provenientes dos diversos campos da física e das ciências técnicas, das ciências sociais e das humanidades, da arte, da diplomacia, da jurisprudência, etc. Muitos dos que permaneceram nos EUA passaram a formar parte de seu *establishment* intelectual e, certamente, foi a partir dos anos sessenta que a grande "fuga de cérebros" do Terceiro Mundo (principalmente da Ásia) teve seu grande momento (o que contrasta

notavelmente com os intelectuais europeus que não queriam emigrar de seu continente próspero e recentemente estabilizado).

Aqueles que regressavam convertiam-se em economistas, cientistas, diplomatas, burocratas, professores, políticos e empresários de seus respectivos países. Em comparação, a influência dos países europeus na formação intelectual da *intelligentsia* do Terceiro Mundo pós-colonial se reduziu intensamente, e as instituições domésticas foram reformadas à imagem e semelhança das dos EUA. O projeto imperialista americano foi em boa medida facilitado pelo fato de que o inglês havia se convertido, então, no idioma universal, dado que era o idioma dos dois impérios mais importantes dos séculos XIX e XX. Como resultado, a maior parte das instituições estatais nas dependências do Terceiro Mundo foi conquistada simplesmente através da conquista intelectual de seu pessoal mais importante. Para esse pessoal estatal, o ponto de vista americano converteu-se em seu senso comum básico. Mas não se tratava de um mero assunto prático. Isto estava acompanhado de todo um treinamento do sentido e da sensibilidade, do gosto artístico e literário, de pautas de consumo, televisionamento e absorção de notícias que se reproduzem nas formas da indústria do entretenimento. A maior parte dos intelectuais europeus hoje é conhecida na Ásia e África através de sua reconversão americana; a única literatura latino-americana que chega às livrarias de Nova Delhi é aquela que foi traduzida, comentada e publicada nos EUA. Por sua vez, as únicas formas musicais que hoje são "universais" provêm dos EUA ou são variantes locais da forma americana. Definitivamente, é possível dizer que, mesmo que com um grau considerável de cor local e originalidade imitativa, a pós-modernização do mundo é, na verdade, a americanização do mundo.

V

No entanto, este não é o único impacto que o imperialismo moderno apresenta sobre as esferas culturais e ideológicas do Terceiro Mundo. Uma explosão geral de irracionalidade ao longo de grande parte das antigas colônias e semicolônias foi outra conseqüência do fracasso do projeto original anticolonial.

Os movimentos de libertação nacional contra o colonialismo e o imperialismo surgiram dentro de um campo de forças determinado e contraditório. Por um lado, estavam constituídos pelas hierarquias anacrônicas de suas próprias sociedades e pelo domínio externo que era, por si próprio, cúmplice dessas hierarquias. Por outro, estavam inspirados pelo aspecto radical da Modernidade: as idéias iluministas da razão secular e do direito de qualquer entidade social de emancipar-se a si própria por meio do exercício de tal

razão; o exemplo prático dentro das sociedades industriais avançadas de relativa expansão social; as idéias da Revolução Bolchevique, que se expandiram pelo mundo no preciso momento em que surgiam esses movimentos de massa e inspiraram novos movimentos de massa. Em linhas gerais, estes foram ao mesmo tempo movimentos seculares de reforma –a secularização da religião era quase sempre um objetivo– e movimentos anticoloniais. Como movimentos de massa, conseguiram incorporar dentro da arena política atores sociais coletivos que nunca antes haviam participado politicamente. E como movimentos pela independência nacional e pela transformação social, buscavam integrar diversos elementos da sociedade, o que de outro modo não teria sido possível, dado que pertenciam a diferentes grupos étnicos, religiosos e lingüísticos.

Obviamente, esta não foi a única forma de oposição ao colonialismo que se desenvolveu. Comumente, era hostil tanto aos movimentos de reformas seculares como ao colonialismo. No entanto, de uma perspectiva mais ampla, é surpreendente quão dominantes eram as tendências secularizantes, modernizadoras e inclusive revolucionárias –da África do norte, passando pelo oeste e pelo sul da Ásia até a Indochina. Isto podia incluir tanto o nacionalismo árabe como o movimento anticolonial da Índia e grande parte dos regimes reformistas como o de Ataturk, que fundou o estado moderno turco. Os partidos comunistas de massa eram um fenômeno em nada restrito a países como Vietnam, onde triunfou a libertação nacional liderada pelo comunismo, mas também presente em todo um conjunto de países do Iraque e Sudão até a Índia, Malásia e Indonésia. As sociedades muçulmanas parecem ter sido bastante receptivas às idéias comunistas, enquanto que entidades como o Rastelo Swayamsewak Sangh (RSS) da Índia e a Irmandade Muçulmana do Egito permaneceram marginalizadas até o último quarto do século XX. Poder-se-ia acrescentar que, de 1950 em diante, em todas estas sociedades o Islã político era sustentado e mantido pelos EUA como bastião contra o comunismo, o que teria depois efeitos desastrosos no Afeganistão. Por sua vez, em termos de classe, tais movimentos representavam uma aliança entre o campesinato e a classe média urbana e eram liderados pela *intelligentsia* desta última, por sua vez, alinhada com o projeto nacional burguês.

O que aconteceu, então, com este projeto após a independência? A resposta é complexa, mas, como ampla generalização, pode-se dizer que todos os regimes de burguesias nacionais que surgiram depois da descolonização nas sociedades agrárias tiveram que escolher entre o imperialismo e o campesinato, e em todos os casos traíram o campesinato. Este é um tema muito significativo. Gramsci já argumentava que as burguesias européias que haviam experimentado a Revolução Francesa tornaram-se tão temerosas do fantasma de um campesinato levando a revolução às últimas conseqüências,

que a burguesia nunca mais exerceria um papel revolucionário contra a classe proprietária. Efetivamente, nas economias agrárias das antigas grandes colônias, a revolução camponesa era a única via para sair da dependência imperialista. A falta de tal revolução foi decisiva na hora de decidir o fracasso do projeto nacional burguês, a conseqüente aceitação dos ditames imperialistas e a formação de regimes neoliberais por parte das burguesias locais. Este fator interno foi certamente decisivo no caso da Índia, onde o estado pós-colonial "engendrou" aceleradamente uma poderosa burguesia industrial e financeira e criou uma extensa classe de agricultores ricos no campo, mas nunca emancipou a grande massa de camponeses pobres e sem terra. Este tipo de estado começou a decair até meados dos anos setenta, e quanto chegou o momento certo a burguesia desarticulou o projeto de estratégias de crescimento assistidas pelo estado em favor de um estatuto majoritariamente subordinado às estruturas do capitalismo global. O grande fator externo que havia contribuído anteriormente com o projeto nacional burguês era a existência do bloco soviético que fornecia ajuda chave em termos tecnológicos, financeiros e de mercado, de modo que sua queda também significou o fim do pouco que restava desse projeto. De qualquer modo, as pressões imperialistas constituíram o fator fundamental na morte de tal projeto.

Em vários países, da Índia até a Argélia e o Egito, o fracasso e/ou a queda do nacionalismo democrático, secular e anticolonial deu lugar a formas irracionais de nacionalismo cultural e delírio atávico. Em outros de meus artigos argumento que em toda a história do nacionalismo moderno, do início do século XIX em diante, tem havido uma luta feroz entre o projeto do Iluminismo de uma cidadania igual e auto-emancipada racional, por um lado, e o nacionalismo romântico, identitário, racista e religiosamente intolerante por outro. O que vemos hoje é que o fracasso do projeto do Iluminismo conduziu necessariamente ao surgimento de identidades selvagens baseadas na raça ou na religião. Nos termos de Clara Zetkin, o fascismo foi a "recompensa" pelo fracasso em fazer a revolução.

Isto nos leva à Al Qaeda. No mundo árabe, o projeto nacionalista radical do nasserismo entrou em colapso durante a Guerra dos Seis Dias em 1967 –a invasão "antecipatória" do Egito por Israel, a destruição instantânea de sua força aérea e a ocupação do Sinai– ali onde o estado sionista era um claro instrumento do império americano. Foi a partir dessa catástrofe que as monarquias se estabilizaram novamente e ressurgiu o Islã político no mundo árabe. Na Palestina, a derrota da esquerda e das forças secular-democráticas de libertação nacional dão conta do posterior surgimento do Hamas e dos homens-bomba suicidas. No Irã, a destruição do movimento comunista e das forças nacionalistas seculares, graças ao esforço conjunto da CIA e da polícia secreta do Xá, deu lugar para que regimes islâmicos preenchessem

o vazio e se apropriassem dos sentimentos antimonárquicos e reformistas do povo iraniano. No Afeganistão, os EUA apoiaram uma elaborada e feroz guerra contra os regimes reformistas instalados pelas forças comunistas, congregando o extremismo islâmico internacional para combater o comunismo e por em cena os chamados "mujaidins", o Talibã, Osama Bin Laden e companhia. Esse é o monstro de sua própria obra que veio encurralar os EUA no 11 de Setembro de 2001.

VI

É necessário retomar a pergunta do começo, isto é, onde reside a especificidade do regime de Bush filho. Em primeiro lugar, não reside nas invasões ao Afeganistão e Iraque. No caso do Afeganistão, os EUA simplesmente voltaram a se beneficiar com a guerra iniciada por Carter em 1978 contra o então novo regime secular do Partido Democrático do Povo do Afeganistão (PDPA) por meio de seus associados islâmicos que se chamavam "mujaidins" ("lutadores da fé"). Brzezinski, o conselheiro de Segurança Nacional de Carter, afirmou ter apoiado tal guerra com o objetivo explícito de atrair os soviético –e conduzi-los até a armadilha. Os Talibãs (literalmente, "estudantes") surgiram entre os meninos mais jovens que cresceram nos campos de refugiados que a própria guerra havia gerado e foram treinados em seminários com o propósito expresso de produzir mais "lutadores da fé" ao serviço dos estadunidenses. Sobre a desgraça desse país ensangüentado, o regime da fração islâmica foi implantado pelas agências de inteligência paquistanesas e com o conselho dos EUA. Os chamados "afegãos árabes", dos quais Osama era um dos líderes, eram agentes da CIA recrutados para combater os soviéticos. Quando os Talibãs se recusaram a cooperar plenamente com os EUA com seus desígnios de controlar o petróleo da Ásia Central, os EUA decidiram invadir. Niaz Naik, o diretor das forças diplomáticas paquistanesas, disse à BBC que os norte-americanos anunciaram que a invasão começaria em outubro. Os eventos do 11 de setembro ocorreram entre o desenho e sua execução.

A guerra contra o Iraque não começou em 2003, mas no curso da chamada "Guerra do Golfo" em 1991, a qual se estendeu durante uma década através de sanções e restrições do espaço aéreo em determinadas zonas –mais do que duraram somadas a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais– e sob três presidentes norte-americanos consecutivos, dois republicanos (pai e filho) e um democrata (Clinton, o "Novo Democrata" que inspirou ao "Novo Trabalhismo" do outro lado do Atlântico). Foi durante a presidência de Clinton que o Congresso dos EUA aprovou a Ata de Libertação do Iraque em 1998. Quando certas agências das Nações Unidas estimaram que

as sanções ao regime haviam causado a morte de meio milhão de crianças iraquianas, e os jornalistas perguntavam à secretária de Estado de Clinton, Madeleine Albright, se tais sanções haviam valido o preço dessas mortes, ela respondeu: "o preço valeu a pena". Dado que as chamadas zonas de proibição de vôo no norte e leste do Iraque foram declaradas ilegais por Boutros Boutros-Ghali, o secretário geral da ONU, o esquema de bombardeio anglo-americano do Iraque converteu-se na maior campanha aérea desde a Segunda Guerra Mundial. Somente em 1999 foram lançados 1.800 bombas e foram alcançados 450 alvos. Cumulativamente, ao longo de doze anos, a tonelagem lançada sobre o Iraque equivale a sete Hiroshimas.

"Mudança de regime" é uma frase contagiosa e, indubitavelmente, o governo de Bush a elevou à categoria de direito legítimo da soberania imperial. Os EUA, no entanto, vem fazendo isso durante décadas. Isso foi feito no Iraque mesmo quando a CIA ajudou a derrocar o regime progressista de Abd al-Karim Kassem em 1964 e colocou em seu lugar o regime do partido de Ba'ath ("Chegamos ao poder no trem da CIA", regozijava-se o secretário geral do partido antecessor do de Saddam), abrindo assim o caminho para a ditadura de Saddam Hussein, que foi um aliado próximo dos EUA durante a década de oitenta, quando lutou na guerra contra o Irã. "Mudança de regime" é o que trouxe a CIA para o Irã em 1953 e o exército dos EUA para Granada e Panamá mais recentemente. E a história do devir dos EUA como "libertador" e posterior ocupador data do fim do século XIX nas Filipinas.

O que é específico do regime de Bush é a combinação da intensificação dessas antigas tendências com um agregado de novidades que, tomadas em conjunto, representam uma quebra histórica. A intensificação de tendências é o suficientemente óbvia. Mas, quais são as novidades internas próprias à presidência de Bush? Primeiro, a maneira em que foi eleito: converteu-se em presidente por uma decisão judicial de duvidosos méritos, combinada com uma grande desfiliação (*disenfranchisement*) eleitoral de um considerável setor do eleitorado negro no estado da Flórida que, *casualmente*, era governado por seu irmão Jeb*. Outra grande contribuição de Jeb Bush à campanha de seu irmão foi haver congregado a maquinaria de neoconservadores, composta pelos *think-tanks* da extrema direita e supervisionada por Dick Cheney, que logo iria definir a política doméstica e exterior e ocupar as estruturas civis e militares depois das eleições. Quando os irmãos Bush conquistaram a Casa Branca, a extrema direita cooptou o Pentágono e, portanto, o aparato militar.

* N. da T.: este artigo foi escrito antes da reeleição de George W. Bush.

A segunda novidade de sua presidência, e que a distingue das anteriores, é sua vontade de reconstruir radicalmente os EUA em seu afã de redefinir o mapa global. Tanto as previsões de Dick Cheney de que a guerra contra o terrorismo duraria cerca de cinqüenta anos ou mais, como as do general Tommy Frank que antes da invasão do Iraque asseguravam que as tropas norte-americanas teriam que permanecer ali quase indefinidamente (como o modelo coreano), estão em sintonia com uma política interna de histeria permanente que invoca uma combinação de insegurança extrema com patriotismo atávico. A população geral está sendo persuadida a sacrificar muitos de seus próprios direitos fundamentais e avalizar distinções entre os nascidos em solo americano e os cidadãos naturalizados, entre imigrantes de uma parte do mundo e os de outra, entre membros "bons" e "maus" do Islã –tudo isto sustentado por uma nova aliança entre o sionismo extremo e o fundamentalismo cristão. O assalto contra as liberdades americanas foi codificado como Atos Patrióticos I e II. Esta união entre patriotismo delirante e uma população dócil, cujos direitos estão sendo limitados é em si mesma uma configuração quase-fascista. Enquanto isso, as políticas de redistribuição de renda regressivas com prosperidade imposta aos ricos e às corporações que põem em falência o estado social se aprofundaram a tal ponto que um governo sucessor não teria (mesmo que quisesse) os recursos necessários para manter o sistema de segurança social.

Portanto, o que foi inventado não é apenas a chamada "síndrome do Vietnam", mas também aspectos chave da vida social americana que datam do *New Deal*. No informe "Reconstruindo as Defesas da América: Estratégia, Forças e Recursos para um Novo Século" (*Re-Building America's Defenses: Strategy, Forces and Resources For a New Century*) editado pelo "Projeto para um Novo Século Americano" (*The Project for a New American Century*) em setembro de 2000 e que foi preparado por uma grande seção transversal da elite neoconservadora, incluindo Paul Wolfowitz, os autores ressaltavam que as mudanças drásticas propostas levariam algum tempo a menos que uma catástrofe ou evento catalizador, com um novo Pearl Harbour, ocorresse. O 11 de setembro de 2001 foi o evento que estavam esperando. Na manhã seguinte, Condoleeza Rice sugeriu a seus colegas para "capitalizar esta oportunidade", enquanto Donald Rumsfeld exigia a imediata invasão do Iraque.

Como podemos compreender esta mistura peculiar de continuidades e descontinuidades dentro de um todo? Uma maneira de vê-la seria que a reação da direita que começou no final dos anos setenta (em resposta por um lado às derrotas militares que estavam enfrentado os EUA na Indochina e, pelo outro, ao enorme êxito do movimento contra a guerra do Vietnã, à radicalização da política afro-americana e a expansão do movimento femi-

nista) finalmente cresceu e amadureceu ao ponto de capturar o poder estatal. Esta ofensiva foi preparada por mais de um quarto de século, mas a presidência de Bush filho representa uma quebra histórica na medida em que previamente essas tendências haviam se mantido limitadas e subordinadas a outras exigências de poder, e seus representantes, ainda que ocupassem posições nos governos de Reagan e de Bush pai, não estavam a cargo de todas as instituições chave do aparato estatal como estão agora. Uma característica notável desta contra-ofensiva é o papel que desempenharam as fundações e *think-tanks* da extrema direita de financiar, treinar e facilitar o pessoal necessário a fim de transformar, no momento apropriado, o clima intelectual nos EUA e, agora, no aparelho de estado. Ouro aspecto notável foi o papel quase messiânico que desempenhou o cristianismo evangélico em preparar a sensibilidade receptiva da população para todas essas transformações.

Um grupo de intelectuais de Nova Iorque começou a argumentar que desde a presidência de Richard M. Nixon, a Nova Esquerda, o movimento contra a guerra, o nacionalismo negro e os movimentos de liberação das mulheres, entre outros, compunham uma minoria disruptora, mas ruidosa e que, portanto, a verdadeira tarefa era organizar e mobilizar a "maioria silenciosa" que a ela se opunha. Na Universidade de Chicago, Milton Friedman formulou um ataque contra o estado social e avançou na ideologia do mercado como árbitro final do bem-estar social. Seu colega Alan Bloom escreveu livros que foram *best-sellers* sobre a "destruição da mentalidade americana" devido às reformas que as pressões da esquerda, os negros e as feministas haviam forçado sobre o sistema de educação, incluindo as universidades de elite. O professor de Bloom, Leo Strauss, treinou vários dos que na última década seriam membros destacados da elite intelectual neoconservadora. Centenas de grandes e pequenos enclaves e organizações neoliberais hoje predominam na paisagem americana e apareceram um sem fim de fundações de direita não muito conhecidas –Carthage Foundation, Henry M. Olin Foundation, Philipe M. McKenna Foundation, Henry Salvatori Foundation, etc.– que financiam aquelas fundações mais influentes e prestigiosas: American Enterprise Institute, Heritage Foundation, Cato Institute, e a elite de todos os *think-tanks* neoconservadores. The Project for New American Century, cujos fundadores constituem o coração do governo de Bush: o vice-presidente Dick Cheney, o secretário de Defesa Donald Rumsfeld, o chefe de gabinete (*chief staff*) de Cheney, Lewis I. Libby, o secretário de educação de Reagan, Willian Bennet e Zalmay Khalilzad, o sombrio representante de Bush no Afeganistão e Iraque.

Um comentário sobre o cristianismo evangélico. Quando Reagan foi reeleito com a maior base eleitoral da história, perdendo apenas em um estado, descobriu-se que, na verdade, apenas 27% do potencial de votantes havia

ido votar em seu favor; a maioria havia ficado em casa. Ao mesmo tempo, uma pesquisa do Gallup mostrou que 27% dos norte-americanos aderiram a alguma variedade de cristianismo evangélico e que, de acordo com especialistas, de ser mobilizada para votar em bloco, os EUA teria permanentemente governos de extrema direita. Mesmo que nem todos tenham sido mobilizados, este tipo de governo já foi estabelecido. Enquanto Reagan nos deleitava com a economia da oferta e a Guerra nas Estrelas, a esquerda considerava-o o pior e a direita do partido republicano um Roosevelt democrático. Essa mesma direita hoje está no poder.

Talvez estejamos presenciando um transbordamento imperialista. Determinados por seus próprios delírios ideológicos, os neoconservadores de Bush estariam executando políticas que em boa medida excedem a lógica do capitalismo global ou as necessidades do estado imperial americano. Até George Soros parece vê-lo assim. Dois ex-presidentes, incluindo o pai do atual, se opuseram à invasão do Iraque antes que ocorresse. O trilateralista presbiteriano Bush pai sempre ressaltou que os EUA necessitavam de uma aliança com a Europa e que a guerra poderia solapá-la. Como observamos, a aliança franco-alemã, ainda que com ressentimento, aceitou as conseqüências. No entanto, o Iraque ainda pode se converter em uma espécie de cura contra qualquer apetite da população americana de lutar guerras reais além de suas telas de televisão. Os norte-americanos estão em tempo de compreender a ameaça que representa o atual governo para sua própria segurança e para a de seus filhos. Por sua vez, a oposição global contra o imperialismo estadunidense que foi observada durante a véspera da invasão ao Iraque poderia recuperar força, e este momento de extremismo neoconservador pode ainda passar à história como um episódio a mais entre os tantos momentos sanguinários da história do imperialismo.

socialist 2004 brasil2.indd 94 3/29/06 12:41:49 PM

O "NOVO" IMPERIALISMO: ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO

David Harvey

A longa sobrevivência do capitalismo, apesar de suas múltiplas crises e reorganizações e dos presságios sobre sua iminente derrota provenientes tanto da esquerda como da direita, é um mistério que exige esclarecimento. Henry Lefebvre pensava que havia encontrado a chave do mesmo, em sua famosa idéia de que o capitalismo sobrevive através da produção do espaço, mas não explicou exatamente como isso ocorria[1]. Tanto Lênin como Rosa Luxemburgo, por razões muito distintas, e utilizando também argumentos diferentes, consideravam que o imperialismo –uma forma determinada de produção do espaço– era a resposta para o enigma, ainda que ambos postulassem que esta solução estava limitada por suas próprias contradições.

Nos anos 70, tratei de abordar o problema mediante a análise dos "ajustes espaço-temporais" e de seu papel nas contradições internas da acumulação de capital[2]. Este argumento só tem sentido com relação à tendência do capitalismo de produzir crises de sobreacumulação, a qual pode se entender teoricamente mediante a noção de queda na taxa de lucro de Marx[3]. Estas crises se expressam como excedentes de capital e de força de trabalho que coexistem sem que pareça haver maneira em que possam se combinar de forma rentável com o intuito de realizar tarefas socialmente úteis. Se não se produzem desvalorizações sistêmicas (e inclusive a destruição) de capital e de força de trabalho, é necessário que

se encontrem maneiras de absorver estes excedentes. A expansão geográfica e a reorganização espacial são opções possíveis. Mas estas tampouco podem se divorciar dos ajustes temporais, já que a expansão geográfica implica freqüentemente investimentos de longo prazo em infra-estruturas físicas e sociais (por exemplo, em redes de transporte e comunicações, educação e pesquisa), cujo valor leva muitos anos para se realizar através da atividade produtiva à qual contribuem.

Desde os anos 70, o capitalismo global experimentou um problema crônico e duradouro de sobreacumulação. Considero que os dados empíricos coletados por Robert Brenner para documentar este tema são, em geral, convincentes[4]. De minha parte, interpreto a volatilidade do capitalismo internacional durante estes anos em termos de uma série de ajustes espaço-temporais que fracassaram, inclusive no médio prazo, em enfrentar os problemas de sobreacumulação. Como coloca Peter Gowan, foi através da orquestração da volatilidade que os Estados Unidos (EUA) buscaram preservar sua posição hegemônica no capitalismo global[5]. Por conseguinte, a recente virada para um imperialismo aberto respaldado pela força militar norte-americana pode ser entendida como um sinal do debilitamento de sua hegemonia frente às sérias ameaças de recessão e desvalorização infligidos previamente em outros lugares (América Latina nos anos 80 e início dos anos 90, e as crises ainda mais sérias que consumiram o Leste e Sudeste Asiático em 1997 e que logo abateram a Rússia e parte da América Latina). Mas também quero colocar que a incapacidade de acumular através da reprodução ampliada sobre uma base sustentável foi acompanhada por crescentes tentativas de acumular mediante a espoliação[6]. Esta, segundo minha conclusão, é a marca do que alguns chamam "o novo imperialismo"[7].

O AJUSTE ESPAÇO-TEMPORAL E SUAS CONTRADIÇÕES

A idéia básica do ajuste espaço-temporal é bastante simples. A sobreacumulação em um determinado sistema territorial supõe um excedente de trabalho (crescente desemprego) e excedente de capital (expresso como uma superabundância de mercadorias no mercado que não pode se vender sem perdas, como capacidade produtiva inutilizada, e/ou excedentes de capital, dinheiro que carece de oportunidades de investimento produtivo e rentável). Estes excedentes podem ser absorvidos por: (a) o deslocamento temporal através dos investimentos de capital em projetos de longo prazo ou gastos sociais (tais como educação e pesquisa), os quais jogam para o futuro a entrada em circulação dos excedentes de capital atual; (b) deslocamentos espaciais através da abertura de novos mercados,

novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos e trabalho em outros lugares; ou (c) alguma combinação de (a) e (b).

A combinação de (a) e (b) é particularmente importante quando analisamos o capital fixo independente imobilizado no ambiente construído. Este oferece as infra-estruturas físicas necessárias para que a produção e o consumo se realizem no espaço e no tempo (dos parques industriais, portos e aeroportos, sistemas de transporte e comunicações, até o fornecimento de água e esgotos, habitação, hospitais e escolas). Claramente, este não é um setor menor da economia, e é capaz de absorver enormes quantidades de capital e trabalho, particularmente em condições de rápida expansão e intensificação geográfica.

A realocação dos excedentes de capital e trabalho nestes investimentos exige a mediação das instituições financeiras e/ou estatais capazes de gerar crédito. Cria-se uma quantidade de "capital fictício" que pode transcender o consumo atual para ser atribuído a projetos futuros, como construção ou educação, que revigoram a economia (talvez incluindo o aumento da demanda do excedente de mercadorias como camisas e sapatos por parte dos professores e trabalhadores da construção)[8]. Se os gastos no ambiente construído ou as melhoras sociais provam ser produtivos (isto é, facilitam no futuro formas mais eficientes de acumulação de capital) os valores fictícios se amortizam (seja diretamente através da dívida ou indiretamente sob a forma de maiores receitas de impostos que permitam pagar a dívida pública). Se não, a sobreacumulação de valor no ambiente construído ou na educação pode se manifestar nas desvalorizações destes ativos (habitações, escritórios, parques industriais, aeroportos, etc.) ou em dificuldades para o pagamento da dívida estatal originada na infra-estrutura física ou social (crise fiscal do estado).

O papel deste tipo de investimento na estabilização e desestabilização do capitalismo foi significativo. Refiro-me, por exemplo, ao fato da origem da crise de 1973 ter sido o colapso mundial dos mercados imobiliários (começando com o Herstatt Bank na Alemanha que arrastou o Franklin National nos EUA), seguido quase imediatamente pela virtual bancarrota da cidade de Nova Iorque em 1975 (um caso clássico de gastos sociais que superam os impostos); ao fato da década de estancamento no Japão iniciada no início dos anos 90 ter começado com o colapso da bolha especulativa sobre terras, propriedades e outros ativos, que pôs em risco o conjunto do sistema bancário; ao fato do início do colapso asiático de 1997 ter sido a explosão da bolha de propriedade na Tailândia e na Indonésia; e ao fato do impulso mais importante para as economias estadunidense e britânica, após o início da recessão generalizada em todos os outros setores, a partir de meados de 2001, ter sido o vigor especulativo

sustentado pelos mercados imobiliários. Desde 1998, os chineses mantiveram o crescimento de sua economia e trataram de absorver o excedente de trabalho (e controlar a ameaça de descontentamento social) mediante investimentos em mega-projetos que apequenaram a já enorme Represa das Três Gargantas (13.600 quilômetros de novas estradas de ferro, auto-estradas e projetos urbanísticos, massivos trabalhos de engenharia para desviar a água do rio Yang-Tsé para o Amarelo, novos aeroportos, etc.) financiados com o endividamento. É muito surpreendente que a maioria das análises da acumulação do capital (incluída a de Brenner) ignorem completamente estes temas, ou os tratem como epifenômenos.

O termo "*fix*"* tem um duplo sentido. Por um lado, uma certa porção do capital total fica literalmente fixada em alguma forma física por um tempo relativamente grande (dependendo de sua duração física e econômica). Os gastos sociais também se territorializam e se mantêm geograficamente imóveis através do compromisso estatal (no entanto, não vou considerar explicitamente a infra-estrutura social já que o tema é complexo e exigiria muito espaço). Parte do capital fixo é geograficamente móvel (como a maquinaria que pode ser deslocada facilmente de suas localizações originais e levadas a outros lugares), mas o resto está fixo de modo tal que não pode ser movido sem ser destruído. Os aviões são móveis, mas os aeroportos para onde estes voam não.

O "ajuste" espaço-temporal, por outro lado, é uma metáfora das soluções para as crises capitalistas através da suspensão temporal e da expansão geográfica. A produção do espaço, a organização de novas divisões territoriais de trabalho, a abertura de novos e mais baratos complexos de recursos, de novos espaços dinâmicos de acumulação de capital e de penetração de relações sociais e arranjos institucionais capitalistas (regras contratuais e esquemas de propriedade privada) em formações sociais preexistentes fornecem diversos modos de absorver os excedentes de capital e trabalho existentes. No entanto, estas expansões, reorganizações e reconstruções geográficas freqüentemente ameaçam os valores fixados em um local em que ainda não foram realizados. Vastas quantidades de capital fixo em um determinado local atuam como uma carga para a busca de um ajuste espacial em outro lugar. Os valores dos ativos fixos que constituem a cidade de Nova Iorque não eram, nem são, triviais, e a ameaça de desvalorização em massa ocorrida em 1975 (e novamente em 2003) era (e é) vista por muitos como um grande perigo para o futuro

* N. da T.: expressão intraduzível. Na versão original, a palavra *fix* é utilizada como ajuste e como fixo.

do capitalismo. Se o capital se move daí, deixa para trás um rastro de devastação (a experiência de "desindustrialização" dos anos 70 e 80 nos centros econômicos do capitalismo como Pittsburgh e Sheffield, assim como em muitas outras partes do mundo, como Bombaim, ilustra esta questão). Por outro lado, se o capital sobreacumulado não pode ou não quer se mover, permanece para ser diretamente desvalorizado. Usualmente ofereço o seguinte argumento resumido deste processo: o capital, em seu processo de expansão geográfica e deslocamento temporal que resolve as crises de sobreacumulação às quais está inclinado, cria necessariamente uma paisagem física à sua própria imagem e semelhança em um momento, para depois destruí-lo. Esta é a história da destruição criativa (com todas as suas conseqüências sociais e ambientais negativas) inscrita na evolução da paisagem física e social do capitalismo.

Geralmente surge outra série de contradições dentro da dinâmica das transformações. Se existem excedentes de capital e de força de trabalho dentro de um território determinado (como, por exemplo, um estado-nação) que não podem ser absorvidos internamente (seja mediante ajustes geográficos ou gastos sociais), devem ser enviados a outro lugar a fim de encontrar um novo terreno para sua realização rentável para não serem desvalorizados. Isto pode acontecer de várias maneiras. Podem se encontrar outros mercados para o excedente de mercadorias. Mas os espaços aos quais se enviam os excedentes devem possuir reservas de ouro ou dinheiro (por exemplo, dólares) ou bens intercambiáveis com meios de pagamento. Os excedentes de mercadorias saem em troca da entrada de dinheiro ou mercadorias. O problema da sobreacumulação se alivia somente no curto prazo, já que se trata meramente de uma troca do excedente de mercadorias por dinheiro ou por outra forma-mercadoria, ainda que o caso de que a troca se realize em matérias-primas ou outros insumos mais baratos é possível aliviar temporariamente a pressão sobre a queda da taxa de lucro no lugar. Se o território não possui reservas ou mercadorias para intercambiar, deve localizá-las (como foi o caso em que a Grã-Bretanha forçou a Índia a fazer, abrindo o comércio de ópio com a China no século XIX e extraindo o ouro chinês através do comércio hindu) ou deve receber crédito ou assistência. Neste último caso, um território recebe o empréstimo ou a doação de dinheiro com o qual comprar o excedente de mercadorias geradas no território em questão. Os britânicos o fizeram com a Argentina no século XIX, e durante a década de 90 os excedentes comerciais japoneses foram amplamente absorvidos mediante empréstimos para os EUA destinados a apoiar o consumismo que comprava os bens japoneses. Claramente, as transações mercantis e de crédito deste tipo podem aliviar os problemas de sobreacumulação,

ao menos no curto prazo. Elas funcionam muito bem em condições de desenvolvimento geográfico desigual nas que os excedentes disponíveis em um território se compensam pela falta de oferta em outro lugar. Mas simultaneamente, o recurso ao sistema de crédito torna os territórios vulneráveis aos fluxos de capital especulativo e fictício, que podem tanto estimular como minar o desenvolvimento capitalista e inclusive, como aconteceu recentemente, podem ser usados para impor desvalorizações selvagens em territórios vulneráveis.

A exportação de capital, particularmente quando esta é acompanhada pela da força de trabalho, opera de maneira bastante diferente e freqüentemente tem efeitos de mais longo prazo. Neste caso, os excessos de capital (no geral capital-dinheiro) e trabalho são enviados a outros lugares para pôr em movimento a acumulação de capital no novo espaço. Os excedentes gerados na Grã-Bretanha no século XIX encontraram seu lugar nos EUA e nas colônias da África do Sul, Austrália e Canadá, criando novos centros dinâmicos de acumulação nestes territórios, o qual gerou uma demanda de bens britânicos. Dado que podem passar muitos anos para que o capitalismo amadureça nestes territórios (se é que isso aconteça alguma vez) e se comece a produzir sobreacumulação de capital, o país de origem pode esperar ser beneficiado por um período considerável como resultado deste processo. Este é o caso particular dos bens que se demandam em outros lugares como infra-estruturas físicas fixas (como por exemplo, estradas de ferro e represas) exigidas como base para a futura acumulação de capital. Mas a taxa de retorno destes investimentos de longo prazo no ambiente construído depende da evolução de uma dinâmica sustentada de acumulação no país receptor. A Grã-Bretanha guiou a Argentina neste caminho durante a última parte do século XIX. Os EUA, através do Plano Marshall para a Europa (na Alemanha em particular) e Japão viram claramente que sua própria segurança econômica (deixando de lado o aspecto militar associado à guerra fria) residia na revitalização da atividade capitalista nestes lugares.

As contradições surgem porque os novos espaços dinâmicos de acumulação de capital terminam por gerar excedentes que devem ser absorvidos através da expansão geográfica. A partir do final dos anos 60, o Japão e a Alemanha transformaram-se em competidores dos EUA, de modo similar com que a América do Norte havia superado o capital britânico (e contribuído para derrubar seu império) durante o século XX. É interessante observar o momento em que o desenvolvimento interno forte transborda na busca de ajuste espaço-temporal. O Japão fez durante os anos 60, primeiro através do comércio, depois através da exportação de capital como investimento direto na Europa e nos

EUA, e mais recentemente através de investimentos em massa (diretos e de carteira) no Leste e Sudeste asiático, e finalmente através dos empréstimos ao exterior (particularmente aos EUA). A Coréia do Sul se voltou repentinamente para o exterior nos anos 80, seguida quase imediatamente por Taiwan nos anos 90. Ambos os países exportam não apenas capital financeiro, mas também algumas das mais desapiedadas práticas de administração do trabalho que se pode imaginar, como subcontratistas do capital multinacional ao redor do mundo (na América Central, África, e o resto do Sul e Leste da Ásia). Inclusive os países que tiveram sucesso em sua recente adesão ao desenvolvimento capitalista tiveram a urgente necessidade de encontrar um ajuste espaço-temporal para seu capital sobreacumulado. A rapidez com que certos territórios, como Coréia do Sul, Cingapura, Taiwan e agora também China, passaram de receptores liquidos a exportadores liquidos, foi bastante assombrosa se a comparamos com o ritmo mais lento em períodos anteriores. Assim, estes territórios bem-sucedidos devem se adaptar rapidamente à pressão interna de seus próprios ajustes espaço-temporais. A China, que absorve excedentes sob a forma de investimento estrangeiro direto do Japão, Coréia e Taiwan, está substituindo rapidamente estes países em muitas linhas de produção e exportações (particularmente as de baixo valor agregado e intensivas em trabalho, ainda que rapidamente esteja avançando na produção de mercadorias de maior valor agregado). O excesso generalizado de capacidade identificado por Brenner pode se desagregar em uma série expansiva de ajustes espaço-temporais, no Sul e Leste da Ásia em primeiro lugar, adicionalmente na América Latina –Brasil, México e Chile em particular–, acompanhados agora pela Europa oriental. E em uma sugestiva reversão, explicável em boa medida pelo papel do dólar como moeda de reserva global que confere o poder de senhoriagem, os EUA, com o enorme crescimento de sua dívida, absorveram os capitais excedentes do Leste e Sudeste asiático principalmente e também de outros lugares[9].

O resultado adicional, no entanto, é a competição internacional, que se intensifica crescentemente à medida que surgem múltiplos centros dinâmicos de acumulação de capital que competem no cenário mundial, num contexto de fortes correntes de sobreacumulação. Como nem todos podem ter sucesso no longo prazo, ou os mais fracos sucumbem e caem em sérias crises de desvalorização, ou estouram confrontações geopolíticas expressas através de guerras comerciais, monetárias ou inclusive militares (do tipo que produziu duas guerras mundiais entre as potências capitalistas no século XX). Neste caso, o que se exporta é a desvalorização e a destruição (por exemplo, aquela que as instituições financeiras

estadunidenses induziram no Leste e Sudeste asiático em 1997-1998), e os ajustes espaço-temporais assumem formas muito mais sinistras. Para entender como isto ocorre, é necessário destacar alguns outros aspectos desse processo.

CONTRADIÇÕES INTERNAS

Na *Filosofia do Direito*, Hegel apresenta como a dialética interna da sociedade burguesa, mediante a produção de sobreacumulação de riqueza em um extremo e uma multidão de indigentes no outro, leva a buscar soluções através do comércio e das práticas coloniais e imperiais. Rechaça, por outra parte, a idéia de que seja possível resolver os problemas de desigualdade social e instabilidade através de mecanismos internos de redistribuição[10]. Lênin cita Cecil Rhodes para dizer que o colonialismo e o imperialismo são as únicas formas possíveis de evitar a guerra civil[11]. As relações e a luta de classe dentro de uma formação social territorialmente circunscrita impulsionam a busca de ajustes espaço-temporais em outros lugares.

Neste sentido, é interessante a evidência do final do século XIX. Joseph Chamberlain (apelidado "Joe, o radical") se identificava estritamente com os interesses manufatureiros de Birmingham, e no início se opunha ao imperialismo (durante as guerras afegãs da década de 1850). Dedicou-se à reforma educativa e à melhora das infra-estruturas físicas e sociais para a produção e o consumo em sua cidade natal. Pensava que isto oferecia uma saída para a produção dos excedentes que no largo prazo seria rentável. Figura importante dentro do movimento liberal conservador, foi um observador direto da crescente onda de luta de classes na Grã-Bretanha. Em 1885, pronunciou um discurso no qual convocava as classes proprietárias para reconhecerem suas responsabilidades sociais (melhorarem as condições de vida dos menos favorecidos e investirem em infra-estruturas sociais e físicas em nome do interesse nacional) além da estrita promoção de seus direitos individuais como proprietários. O escândalo que originou entre as classes o forçou a retratar-se, e desde esse momento converteu-se no defensor mais ardente do imperialismo (no final, como o Secretário Colonial que levou a Grã-Bretanha ao desastre da guerra dos Boers). Mas esta trajetória era bastante comum para a época. Jules Ferry na França, outro defensor ardente da reforma interna, particularmente da reforma educativa durante a década de 1860, assumiu a defesa do colonialismo após a Comuna de 1871 (levando a França ao atoleiro do Sudeste asiático que culminou na derrota de Dien Bien-Phu em 1954); Francesco Crispi tratou de resolver o problema da terra no sul da Itália através da colonização da África; e até Theodore

Roosevelt nos EUA priorizou as políticas imperiais sobre as reformas internas, depois que Frederick Jackson Turner declarou, erroneamente, ao menos no que diz respeito às oportunidades de investimento, que a fronteira estadunidense estava fechada[12].

Em todos estes casos, a virada para uma forma liberal de imperialismo (associada a uma ideologia de progresso e a uma missão civilizatória) não resultou de imperativos econômicos absolutos, mas da falta de vontade política da burguesia de abrir mão de qualquer um de seus privilégios de classe, bloqueando assim a possibilidade de absorver a sobreacumulação mediante a reforma social interna. Atualmente, a forte oposição por parte dos proprietários do capital a qualquer política de redistribuição ou de melhora social interna nos EUA não deixa outra opção que olhar para o exterior para resolver seus problemas entre 1884 e 1945, e isto imprimiu seu tom particular às formas que adotou nesse momento o imperialismo europeu. Muitas figuras liberais e inclusive radicais se tornaram imperialistas orgulhosos durante estes anos, e boa parte do movimento operário se persuadiu de que devia apoiar o projeto imperial como um elemento essencial para seu bem-estar. Isto exigiu, no entanto, que os interesses burgueses comandassem amplamente as políticas estatais, os aparatos ideológicos e o poder militar. Em minha opinião, Hannah Arendt interpreta este imperialismo eurocêntrico corretamente como a "primeira etapa do domínio político da burguesia e não a última fase do capitalismo", como havia sido descrita por Lênin[13]. Considerarei esta idéia com mais detalhe na conclusão.

MEDIAÇÕES INSTITUCIONAIS PARA A PROJEÇÃO DO PODER NO ESPAÇO

Num artigo recente, Jeffrey Henderson assinala que a diferença entre Taiwan e Singapura (ambos os países escaparam da crise de 1997-98 relativamente ilesos exceto pela desvalorização da moeda) e Tailândia e Indonésia (que sofreram um colapso econômico e político quase total) explica-se pelas diferenças no estado e nas políticas financeiras[14]. Os primeiros se mantiveram isolados de fluxos especulativos em seus mercados imobiliários e financeiros através de fortes controles estatais, enquanto que os últimos não o fizeram. As diferenças deste tipo sem dúvida importam. A forma que as instituições mediadoras assumem é a de produtoras, ao mesmo tempo que de produto, da dinâmica de acumulação do capital.

Claramente, tanto o padrão de turbulência nas relações entre poder estatal, supra-estatal e financeiro como a dinâmica mais geral da acumulação de capital (através da produção e desvalorizações seletivas) foram

um dos mais claros e complexos elementos na narrativa do desenvolvimento geográfico desigual e da política imperialista do período iniciado em 1973[15]. Penso que Gowan tem razão quando vê a reestruturação radical do capitalismo internacional como uma série de apostas por parte dos EUA para tentar manter sua posição hegemônica na cena econômica internacional frente a Europa, Japão, e mais tarde frente ao Leste e Sudeste da Ásia[16]. Isto começou durante a crise de 1973, com a dupla estratégia de Nixon baseada nos altos preços do petróleo e desregulamentação financeira. Nesse momento, os bancos estadunidenses receberam o direito exclusivo de reciclar as grandes quantidades de petrodólares que estavam se acumulando na região do Golfo. Esta atividade financeira, que voltou a se centralizar nos EUA, junto com a desregulamentação do setor financeiro dentro deste país, ajudou a resgatar Nova Iorque de suas crise econômica local. Criou-se um poderoso regime financeiro baseado em Wall Street e na Reserva Federal[17] com poder de controle sobre as instituições financeiras globais (tais como o FMI) capaz de fazer e desfazer muitas economias mais débeis através da manipulação do crédito e das práticas de administração da dívida. Segundo o argumento de Gowan, este regime monetário e financeiro foi usado por sucessivas administrações norte-americanas "como um formidável instrumento de governança e controle econômico para impulsionar o processo de globalização e as transformações nacionais neoliberais associadas ao mesmo". O regime se desenvolveu através das crises. "O FMI cobre o risco e assegura que os bancos estadunidenses não percam (os países pagam mediante ajustes estruturais, etc.) e a fuga de capitais provenientes de crises localizadas no resto do mundo termina reforçando o poder de Wall Street"[18]. Como efeito disto, o poder econômico norte-americano se projetou para o exterior (em aliança com outros, sempre que fosse possível) e foram impostas outras práticas neoliberais (culminando com a OMC) sobre boa parte do mundo.

Há duas questões a destacar neste sistema. Primeiro, o livre comércio de mercadorias costuma ser descrito como a abertura do mundo a uma competição livre e aberta. Mas este argumento é desmentido, tal como Lênin havia assinalado muito tempo atrás, pelo poder monopolista ou oligopolista (seja na produção ou no consumo). Por exemplo, os EUA utilizaram repetidamente o fechamento do acesso a seu enorme mercado como arma para forçar outras nações a cumprir seus desejos. O caso mais recente (e tosco) desta linha de argumentação foi oferecido por Robert Zoellick, o atual Secretário de Comércio, ao considerar que se Lula, o presidente eleito do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores (PT), não se alinhar com os planos do livre mercado para a América, então seu país

se veria forçado a exportar para a Antártida[19]. Taiwan e Cingapura foram forçados a aderir à OMC e, conseqüentemente, a abrir seus mercados financeiros ao capital especulativo frente às ameaças norte-americanas de negar-lhes acesso a seu mercado. Diante da insistência da Reserva Federal, a Coréia do Sul foi obrigada a atuar no mesmo sentido como condição para obter a assistência do FMI em 1998. Os EUA planejam agora agregar uma cláusula de compatibilidade financeira institucional para conceder doações com contrapartida para países pobres. Em matéria produtiva, os oligopólios localizados majoritariamente nas regiões capitalistas centrais controlam efetivamente a produção de sementes, fertilizantes, produtos eletrônicos, programas de computação, produtos farmacêuticos e produtos do petróleo, entre muitos outros. Nestas condições, a maior abertura mercantil não amplia a competição, mas apenas cria oportunidades para a proliferação dos poderes monopolistas com todas as suas conseqüências sociais, ecológicas, econômicas e políticas. O fato de que quase dois terços do comércio exterior atual concentrar-se em transações dentro de e entre as maiores corporações transnacionais é um indicador desta situação. Existe consenso entre os analistas sobre que no sul e no leste da Ásia algo aparentemente tão benigno como a Revolução Verde foi acompanhada do incremento do produto agrícola com uma considerável concentração de riqueza no setor agrário e com maiores níveis de dependência com relação a insumos monopolizados. A penetração das empresas de tabaco estadunidenses no mercado chinês compensa as perdas que estas têm em seu próprio mercado e seguramente gerará uma crise de saúde pública na China nas próximas décadas. Neste sentido, que o neoliberalismo implica uma competição aberta antes que um controle monopolista ou competição limitada dentro de estruturas oligopolistas é uma idéia fraudulenta que, como de costume, o fetichismo da liberdade de mercado mascara. O livre comércio não significa comércio justo.

Como o reconhecem alguns de seus defensores, há também uma grande diferença entre o livre comércio de mercadorias e a liberdade de movimento para o capital financeiro[20]. Isto coloca imediatamente o problema de que tipo de liberdade de mercado é aquela da qual se está falando. Alguns, como J. Bhagwati, defendem ardentemente o livre comércio de mercadorias, mas resistem em aceitar que este necessariamente deva se aplicar a fluxos financeiros. A dificuldade aqui é a seguinte. Por um lado, os fluxos de crédito são vitais para os investimentos produtivos e para as redistribuições de capital de uma linha ou local de produção para outros. Também desempenham um papel importante em facilitar o equilíbrio das necessidades de consumo –de habitação, por exemplo– com as

atividades produtivas nos mercados mundiais espacialmente desagregados pela existência de excedentes em alguns lugares e déficit em outros. A esse respeito, o sistema financeiro, com ou sem participação estatal, é crítico para coordenar a dinâmica da acumulação de capital através do desenvolvimento geográfico desigual. Mas o capital financeiro abarca também uma grande quantidade de atividade improdutiva na qual o dinheiro é usado simplesmente para obter mais dinheiro mediante a especulação em mercados futuros, valores monetários, dívida e demais coisas. Quando se dispõe de grandes quantidades de capital para estes fins, os mercados abertos de capital se tornam veículos para a atividade especulativa, parte da qual se transforma em profecias auto-realizadas, como temos visto durante os anos 90 nos casos das "ponto.com" e das bolhas da bolsa de valores, ou dos fundos especulativos de cobertura (*hedge funds*), que contavam com bilhões de dólares à sua disposição, e forçaram a bancarrota da Indonésia e da Coréia do Sul sem que importasse a consistência de sua economia real. Boa parte do que passa em Wall Street não tem nada a ver com facilitar os investimentos em atividades produtivas. É puramente especulativo (daí as descrições de capitalismo de "cassino", "depredador" e até "abutre" –é o caso do desastre da Long Term Capital Management que necessitou de uma ajuda de US$ 2,3 bilhões, o que nos lembra que a especulação pode falhar facilmente). Esta atividade tem um forte impacto sobre a dinâmica geral da acumulação de capital. Sobretudo, facilitou que o poder político e econômico voltasse a centralizar-se primariamente nos EUA e nos mercados financeiros de outros países centrais (Tóquio, Londres, Frankfurt).

O modo com que isto ocorre depende da forma dominante das alianças de classe dos países centrais, das relações de força entre elas na negociação dos acordos internacionais (a nova arquitetura financeira internacional implementada após 1997-98 para substituir o denominado Consenso de Washington–CW de meados dos anos 90) e as estratégias político-econômicas postas em marcha pelos agentes dominantes com relação ao capital excedente. O surgimento de um complexo "Wall Street-Reserva Federal-FMI" dentro dos EUA, capaz de controlar as instituições globais e de projetar um vasto poder financeiro ao redor do mundo mediante uma rede de outras instituições financeiras e governamentais, desempenhou um papel determinante e problemático na dinâmica do capitalismo global nos últimos anos. Mas este centro de poder somente pode operar do modo em que o faz, porque o resto do mundo está interconectado e efetivamente aprisionado a um marco estruturado de instituições financeiras e governamentais (incluindo as supranacionais). É daqui que vem a importância da colaboração entre, por exemplo, bancos

centrais das nações do G7 e dos diversos acordos internacionais (temporários no caso das estratégias monetárias e mais permanentes no caso da OMC) desenhados para enfrentar dificuldades específicas[21]. E se o poder do mercado não é suficiente para alcançar determinados objetivos e para enquadrar os elementos recalcitrantes ou "estados canalhas" (*rogue states*), está disponível o inigualável poder militar estadunidense (aberto ou encoberto).

Este complexo de acordos institucionais deve, no melhor dos mundos capitalistas possível, colocar-se em marcha para sustentar e apoiar a reprodução ampliada (crescimento). Mas, de modo similar ao que acontece com a guerra em relação à diplomacia, a intervenção do capital financeiro respaldada pelo poder estatal freqüentemente pode se tornar acumulação por outros meios. Uma aliança *non sancta* entre os poderes estatais e os aspectos predatórios do capital financeiro forma a ponta de lança de um "capitalismo de rapina" dedicado à apropriação e desvalorização de ativos, mais que à sua construção através de investimentos produtivos. Mas, como devemos interpretar estes "outros meios" de acumulação ou desvalorização?

ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO

Na *Acumulação do capital*, Luxemburgo presta atenção ao caráter dual da acumulação de capital:

> De um lado tem lugar nos locais de produção da mais-valia –na fábrica, na mina, no fundo agrícola e no mercado de mercadorias. Considerada assim, a acumulação é um processo puramente econômico, cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados... Paz, propriedade e igualdade reinam aqui como formas, e era mister a dialética afiada de uma análise científica para descobrir como na acumulação o direito de propriedade converte-se em apropriação da propriedade alheia, a troca de mercadorias em exploração, a igualdade em domínio de classes. O outro aspecto da acumulação se realiza entre o capital e as formas de produção não capitalistas. Este processo se desenvolve no cenário mundial. Aqui reinam como métodos a política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados, a guerra. Aparecem aqui, sem dissimulação, a violência, o engano, a

> opressão e a rapina. Por isso, dá trabalho descobrir as leis severas do processo econômico nesta confusão de atos políticos de violência, e nesta disputa de forças.

Estes dois aspectos da acumulação, segundo seu argumento, estão "organicamente vinculados" e "a evolução histórica do capitalismo somente pode ser compreendida se os estudamos conjuntamente" [22].

A teoria geral da acumulação do capital de Marx se baseia em certos supostos iniciais cruciais que, em termos gerais, coincidem com os da economia política clássica e que excluem os processos de acumulação primitiva. Estes supostos são: mercados competitivos que funcionam livremente com acordos institucionais que garantem a propriedade privada, o individualismo jurídico, a liberdade de contratar, e estruturas legais e governamentais apropriadas garantidas por um estado "facilitador", o qual também assegura a integridade do dinheiro como reserva de valor como meio de circulação. O papel do capitalista como produtor e intercambiador está estabelecido, e a força de trabalho foi convertida em uma mercadoria que geralmente se troca por seu valor. A acumulação "primitiva" ou "originária" já ocorreu, e a acumulação se desenvolve como reprodução ampliada (através da exploração do trabalho vivo na produção) dentro de uma economia fechada que opera em condições de "paz, propriedade e igualdade". Estes supostos nos permitem ver o que aconteceria se o projeto liberal da economia política clássica ou, em nosso tempo, o projeto neoliberal dos economias neoclássicos, se realizasse. O brilho do método dialético de Marx está em mostrar que a liberalização mercantil –o credo dos liberais e neoliberais– não produzirá um estado de harmonia no qual todos estarão melhor, mas que produzirá maiores níveis de desigualdade social, como de fato aconteceu durante os últimos trinta anos de neoliberalismo, particularmente em países como a Grã-Bretanha e os EUA, que se ativeram mais estreitamente a esta linha política. Marx prediz que também produzirá crescente instabilidade, a qual culminará em crises crônicas de sobreacumulação do tipo da que agora estamos presenciando.

A desvantagem destes supostos é que relegam a acumulação baseada na depredação, na fraude e na violência a uma "etapa originária" que deixa de ser considerada relevante, ou, como no caso de Luxemburgo, é vista como algo "exterior" ao sistema capitalista. Uma revisão geral do papel permanente e da persistência de práticas depredatórias de acumulação "primitiva" ou "originária" ao longo da geografia histórica da acumulação de capital é muito pertinente, tal como o assinalaram recentemente muitos analistas[23]. Dado que denominar "primitivo" ou "originário" um

processo em curso parece equivocado, daqui em diante vou substituir estes termos pelo conceito de "acumulação por espoliação".

Uma observação mais atenta da descrição que Marx faz da acumulação primitiva revela uma ampla categoria de processos. Estas incluem a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade –comum, coletiva, estatal, etc.– em direitos de propriedade exclusivos; a supressão do direito aos bens comuns; a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos, incluindo os recursos naturais; a monetarização das trocas e a arrecadação de impostos, particularmente da terra; o tráfico de escravos; e a usura, a dívida pública e, finalmente, o sistema de crédito. O estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, desempenha um papel crucial ao respaldar e promover estes processos. Existem consideráveis evidências, como sugere Marx e confirma Braudel, de que a transição ao desenvolvimento capitalista foi amplamente submetida ao apoio do estado –apoio decisivo no caso da Grã-Bretanha, débil no da França e fortemente negativo até muito pouco tempo na China[24]. A referência ao caráter recente da virada para a acumulação primitiva na China indica que se trata de um processo em curso; e existem fortes evidências de que o estado e a política desempenharam um papel crítico na definição da intensidade e dos padrões das novas formas de acumulação de capital, particularmente no Leste e Sudeste da Ásia (por exemplo, no caso de Singapura). O papel do "estado desenvolvimentista" nas fases recentes de acumulação de capital foi objeto de intensa análise[25]. Só falta voltar os olhos para a Alemanha de Bismarck ou ao Japão de Meiji para reconhecer que foi este o caso desde muito tempo.

Todos os traços mencionados por Marx têm estado claramente presentes na geografia histórica do capitalismo. Alguns deles foram se adequando e hoje desempenham um papel ainda mais importante que o que haviam desempenhado no passado. Como ressaltaram Lênin, Hilferding e Luxemburgo, o sistema de crédito e o capital financeiro foram fatores que influíram significativamente na depreciação, na fraude e no roubo. As promoções bursáteis, os esquemas de ponzi*, a destruição estruturada de ativos através da inflação, o esvaziamento através de fusões e aquisições, a promoção de níveis de endividamento que mesmo nos países capitalistas

* N. da T.: trata-se de um mecanismo de fraude baseado em um esquema piramidal de investimentos, pelo qual se paga aos primeiros investidores com o dinheiro que colocam os últimos a ingressar no sistema, os quais não recuperam seu investimento.

avançados reduzem populações inteiras à servidão por dívidas, para não mencionar a fraude corporativa, a espoliação de ativos (o ataque dos fundos de pensão e sua liquidação pelos colapsos acionários e corporativos) mediante a manipulação de crédito e ações, todos são traços centrais do que é o capitalismo contemporâneo. O colapso da Enron espoliou os meios de vida de muita gente e de seus direitos de pensão. Mas, sobretudo, devemos prestar atenção aos ataques realizados pelos fundos especulativos de cobertura e outras grandes instituições do capital financeiro como a ponta de lança da acumulação por espoliação nos últimos anos. Ao criarem uma crise de liquidez no Sudeste asiático, os fundos especulativos de cobertura forçaram a falência de empresas. Estas empresas puderam ser adquiridas por preços de liquidação por capitais excedentes dos países centrais, dando lugar ao que Wade e Veneroso descrevem como "a maior transferência de ativos de proprietários domésticos (por exemplo, do Sudeste asiático) para estrangeiros (por exemplo, estadunidenses, japoneses e europeus) em tempos de paz nos últimos cinqüenta anos em qualquer lugar do mundo"[26].

Também surgiram mecanismos completamente novos de acumulação por espoliação. A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (o denominado acordo TRIPS) marca os caminhos através dos quais as patentes e licenças de materiais genéticos, plasma de sementes, e qualquer forma de outros produtos, podem ser usadas contra populações inteiras, cujas práticas de manejo ambiental desempenharam um papel crucial no desenvolvimento destes materiais. A biopirataria é galopante, e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos em benefícios de algumas poucas grandes empresas multinacionais está claramente em marcha. A recente depredação dos bens ambientais globais (terra, ar, água) e a proliferação da degradação ambiental, que impede qualquer coisa menos os modos de produção agrícolas com emprego intensivo de capital, foram resultado da total transformação da natureza em mercadoria. A mercantilização das formas culturais, as histórias e a criatividade intelectual pressupõe a total ausência de posse –a indústria da música se destaca pela apropriação e exploração da cultura e da criatividades populares. A transferência para as corporações e a privatização de ativos previamente públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatização da água e outros serviços públicos que arrasou o mundo, constitui uma nova onda do "cercamento dos bens comuns". Como no passado, o poder do estado é usado freqüentemente para forçar estes processos, inclusive contra a vontade popular. Como também aconteceu no passado, estes processos de espoliação estão provocando ampla resistência, disto se trata o movimento antiglobaliza-

ção[27]. O retorno ao domínio privado de direitos de propriedade comum ganhos através da luta de classes do passado (o direito a uma pensão estatal, ao bem-estar, ou ao sistema de saúde nacional) foi uma das políticas de espoliação mais ilustres realizadas em nome da ortodoxia neoliberal. O plano de governo de Bush para privatizar a seguridade social (e fazer com que as pensões estejam sujeitas às oscilações dos mercados acionistas) é um caso claro disto. Não surpreende, então, que boa parte da ênfase do movimento antiglobalizante tenha se centrado recentemente na exigência de bens comuns e no ataque ao papel conjunto do estado e do capital em sua apropriação.

O capitalismo internaliza práticas canibais, predatórias e fraudulentas. Mas, tal como Luxemburgo observou convincentemente, é "constantemente difícil determinar, dentro do emaranhado de violência política e disputas de poder, as duras leis do processo econômico". A acumulação por espoliação pode ocorrer de diversos modos e seu *modus operandi* tem muito de contingente e casual. Apesar disso, é onipresente, sem importar a etapa histórica, e se acelera quando ocorrem crises de sobreacumulação na reprodução ampliada, quando parece não haver outra saída a não ser a desvalorização. Arendt sugere, por exemplo, que para a Grã-Bretanha no século XIX, as depressões dos anos 60 e 70 deram o impulso inicial de uma nova forma de imperialismo na qual a burguesia tomou consciência de que "pela primeira vez, o pecado original do simples roubo, que séculos antes havia tornado possível "a acumulação primitiva do capital" (Marx) e que havia possibilitado toda a acumulação posterior, devia se repetir uma vez ou outra, sob pena de que o motor da acumulação subitamente se detivesse"[28]. Isto nos traz de volta às relações entre a busca de ajustes espaço-temporais, os poderes estatais, a acumulação por espoliação e as formas de imperialismo contemporâneo.

O "NOVO" IMPERIALISMO

As formações sociais capitalistas, freqüentemente constituídas mediante configurações territoriais ou regionais particulares e usualmente dominadas por algum centro hegemônico, estiveram incluídas por muito tempo em práticas quase-imperialistas que buscam ajustes espaço-temporais para seus problemas de sobreacumulação. É possível, no entanto, periodizar a geografia histórica destes processos tomando seriamente o argumento de Arendt de que o imperialismo centrado na Europa durante o período 1884-1945 constituiu a primeira tentativa de domínio político global por parte da burguesia. Os estados-nação envolveram-se em projetos imperiais próprios para enfrentar seus problemas de sobreacumu-

lação e conflitos de classe internos. Na virada do século, este primeiro sistema estabilizado sob a hegemonia britânica e construído em torno dos fluxos livres de capital e mercadorias no mercado mundial se decompôs em conflitos geopolíticos entre os principais poderes que tentavam obter autarquia em sistemas crescentemente fechados. Confirmando em boa medida a previsão de Lênin, este sistema explodiu em duas guerras mundiais. Parte do resto do mundo estava sofrendo o saque dos recursos (basta olhar a história do que o Japão fez em Taiwan ou o que a Grã-Bretanha fez em Witwatersrand na África do Sul) com o objetivo de que a acumulação por espoliação compensasse a incapacidade crônica de manter o capitalismo através da reprodução ampliada, o que se manifestaria nos anos 30.

Este sistema foi substituído em 1945 por um outro liderado pelos EUA no qual se tratava de estabelecer uma aliança global entre todos os principais poderes capitalistas para evitar a sobreacumulação que havia castigado a década de '30. Para que isto acontecesse, era necessário compartilhar os benefícios da intensificação de um capitalismo integrado nas regiões centrais (por isto o apoio estadunidense às iniciativas de formação da União Européia) e se envolver na expansão geográfica sistemática do sistema (daí a insistência estadunidense na descolonização e no "desenvolvimentismo" como um objetivo generalizado para o resto do mundo). Esta segunda fase do domínio global burguês foi possível em grande medida pela contingência da guerra fria. Esta pressupunha a liderança militar e econômica estadunidense como o único superpoder capitalista. O efeito foi a construção de um "superimperialismo" estadunidense hegemônico, que era mais político e militar que uma manifestação de necessidade econômica. Os EUA não eram muito dependentes de exportações ou importações. Podiam inclusive afrontar a abertura para outros mercados e assim absorver mediante ajustes espaço-temporais internos, como o sistema inter-estatal de auto-estradas, a suburbanização desordenada e o desenvolvimento de suas regiões sul e oeste, parte da capacidade excedente que começava a ser gerada na Alemanha e Japão durante os anos 60. Assim, foi produzido um sólido crescimento com a reprodução ampliada no mundo capitalista. A acumulação por espoliação esteve relativamente silenciada, ainda que países com capital excedente, como Japão e Alemanha Ocidental, tivessem uma crescente necessidade de buscar mercados externos, incluindo a competição pelo controle dos mercados em desenvolvimento pós-coloniais[29]. Apesar disto, na Europa foram instalados fortes controles sobre a exportação de capital (nem tanto sobre a exportação de mercadorias) e se mantiveram as restrições sobre as importações de capital na Ásia do Leste. Dominaram as lutas de

classe no interior dos estados-nação pela reprodução ampliada (como ocorreria e quem se beneficiaria). As principais lutas geopolíticas que surgiram foram as próprias da guerra fria (com o outro império construído pelos soviéticos) ou lutas residuais (freqüentemente atravessadas pela política da Guerra Fria que levou os EUA a apoiarem muitos regimes pós-coloniais reacionários) que resultaram da falta de vontade dos poderes europeus de se desvincular de suas posses coloniais (a invasão de Suez pelos britânicos e franceses em 1956, que não contou em absoluto com o apoio dos EUA, foi emblemática). O ressentimento crescente gerado por permanecerem em uma situação espaço-temporal de subordinação perpétua ao centro suscitou movimentos de liberação nacional e contra a dependência. O socialismo do Terceiro Mundo buscou a modernização sobre uma base política e de classe completamente diferente.

Esse sistema foi quebrado ao redor dos anos 70. Ficava difícil impor controles ao capital quando os dólares excedentes inundavam o mercado mundial. As pressões inflacionárias resultantes da tentativa dos EUA de ter ao mesmo tempo "canhões e manteiga" em meio à Guerra do Vietnam se tornaram muito intensas, uma vez que os níveis de luta de classe em muitos dos países centrais começaram a erodir os lucros. Os EUA, então, trataram de erigir um sistema distinto, baseado em uma combinação de novos acordos internacionais e financeiro-institucionais que resistiam às ameaças econômicas da Alemanha e do Japão e que voltaram a centralizar o poder econômico como capital financeiro operando a partir de Wall Street. A conivência entre o governo de Nixon e os sauditas para elevar o preço do petróleo a níveis siderais em 1973 causou muito mais estrago às economias européias e japonesa que à estadunidense, uma vez que esta última não era nesse momento dependente demais da oferta petrolífera do Oriente Médio[30]. Os bancos estadunidenses ganharam o privilégio de reciclar os petrodólares na economia mundial. Ameaçados na esfera da produção, os EUA contra-atacaram impondo sua hegemonia através das finanças. Mas para que este sistema funcionasse efetivamente, os mercados em geral, e os mercados de capital em particular, deviam ser forçados a abrirem-se para o comércio internacional –um processo lento que exigiu da pressão interna dos EUA respaldada pelo uso de fatores de influência internacional tais como o FMI e do compromisso igualmente intenso com o neoliberalismo como a nova ortodoxia econômica. Também implicou a transformação na correlação de poder dentro da própria burguesia, na qual os setores produtivos perderam poder frente às instituições do capital financeiro. Isto podia ser usado para combater os movimentos de trabalhadores na reprodução ampliada, seja diretamente, exercendo a supervisão discipli-

nadora na produção, seja indiretamente, facilitando a maior mobilidade geográfica de todas as formas de capital. Assim, o capital financeiro foi central para esta terceira fase do domínio global burguês.

Este sistema era muito mais volátil e depredador e conheceu vários períodos breves de acumulação por espoliação –usualmente mediante programas de ajuste estrutural administrados pelo FMI– que serviram de antídoto para as dificuldades na esfera da reprodução ampliada; em algumas instâncias, como é o caso da América Latina nos anos 80, economias inteiras foram assaltadas, e seus ativos recuperados pelo capital financeiro estadunidense. Em 1997, o ataque às moedas tailandesa e indonésia por parte dos fundos especulativos de cobertura (*hedge funds*), respaldado pelas ferozes políticas deflacionárias demandadas pelo FMI, levou à falência empresas que não necessariamente eram inviáveis e reverteu o destacado progresso econômico e social que se tinha alcançado em parte do Leste e Sudeste da Ásia. Como resultado, milhões de pessoas foram vítimas do desemprego e do empobrecimento. Além disso, a crise suscitou uma inclinação em favor do dólar, confirmando o domínio de Wall Street e gerando um assombroso boom dos valores dos ativos para os estadunidenses ricos. As lutas de classe começaram a confluir ao redor de temas como o do capital financeiro e da perda de direitos através da privatização.

As crises da dívida podem ser usadas para reorganizar as relações sociais de produção em cada país, sobre a base de uma análise que favoreça mercados internos e as empresas prósperas ficaram à mercê das empresas estadunidenses, japonesas ou européias. Deste modo, os baixos lucros nas regiões centrais puderam ser complementadas com parte dos maiores lucros obtidos no exterior. A acumulação por espoliação converteu-se em um traço muito mais central dentro do capitalismo global (com a privatização como um de seus principais mantras). A resistência a isto também se tornou mais central dentro do movimento anticapitalista e antiimperialista[31]. Mas o sistema centrado no complexo Wall Street-Reserva Federal tinha várias dimensões multilaterais com os centros financeiros de Tóquio, Londres, Frankfurt e muitos outros centros financeiros participantes. Estava associado com a emergência de corporações capitalistas transnacionais que, apesar de que pudessem ter uma base em um ou outro estado-nação, se estendiam ao largo do mapa mundial em formas que eram impensáveis em fases prévias do imperialismo (os cartéis e *trusts* descritos por Lênin estavam estreitamente relacionados a estados-nação concretos). Este era o mundo que a Casa Branca de Clinton, com seu todo-poderoso Secretário do Tesouro Robert Rubin, proveniente do setor especulativo de Wall Street, tratou de administrar mediante um multilateralismo centralizado (cuja síntese foi o denominado "Consenso

de Washington" de meados dos anos 90). Por um instante, pareceu que Lênin havia se equivocado e que Karl Kautsky tinha razão e que um ultra-imperialismo baseado na colaboração "pacífica" entre os maiores poderes capitalistas –agora simbolizado pelo agrupamento conhecido como o G7 e a denominada "nova arquitetura financeira internacional" sob a hegemonia dos EUA[32]– era possível.

Contudo, agora, este sistema encontra-se em sérias dificuldades. A extrema volatilidade e fragmentação caótica dos conflitos de poder torna difícil, como o havia notado precocemente Luxemburgo, discernir como estão funcionando as leis duras da economia atrás da cortina de fumaça e dos jogos de espelhos do setor financeiro. Mas, a crise de 1997-98 revelou que o principal centro com capacidade de produzir valor excedente localiza-se no Leste e Sudeste asiático (daí os EUA apontarem especificamente aí para a desvalorização), a rápida recuperação do capitalismo nesta região voltou a colocar o problema geral da sobreacumulação no centro dos assuntos internacionais[33]. Isto coloca a questão de como se poderia organizar uma nova forma de ajustes espaço-temporais (na China?) ou de quem suportará o impacto de uma nova rodada de desvalorização. A incipiente recessão norte-americana, após uma década ou mais de exuberância espetacular (ainda que "irracional") indica que os EUA podem não ser imunes. A maior instabilidade reside na rápida deterioração da balança de pagamentos dos EUA. Segundo Brenner, "a mesma explosão das importações que impulsionou a economia mundial", durante os anos 90, "elevou o comércio e os déficits em conta corrente dos EUA a níveis recorde, com o crescimento inédito das responsabilidades dos proprietários externos" e "a vulnerabilidade sem precedentes da economia estadunidense à fuga de capital e ao colapso do dólar"[34]. Mas esta vulnerabilidade afeta ambas as partes. Se o mercado estadunidense entra em colapso, as economias que se orientam nesse mercado como o receptor de sua capacidade produtiva excedente se arruinarão com ele. A rapidez com que os bancos centrais dos países como Japão e Taiwan enviam fundos para cobrir o déficit estadunidense tem um forte componente de auto-interesse. Deste modo, financiam o consumismo estadunidense, o qual constitui o mercado para seus produtos. Neste momento, podem estar financiando o esforço militar dos EUA.

Todavia, mais uma vez, a hegemonia e dominação dos EUA estão ameaçadas e desta vez o perigo parece mais agudo. Se, por exemplo, Braudel (seguido por Arrighi) está no caminho certo, e uma poderosa onda de "finançarização" pode ser o prelúdio de uma transferência do poder dominante de um hegemônico a outro, a virada dos EUA no sentido da "finançarização" nos anos 70 parecia exemplificar um padrão

histórico de autodestruição[35]. Os déficits, tanto internos como externos, não podem seguir crescendo descontroladamente por um tempo indefinido, e a habilidade e vontade de outros, primariamente da Ásia, para financiá-los, ao ritmo de US$ 2,3 bilhões por dia em taxa corrente, não é inesgotável. Qualquer outro país no mundo que exibisse as condições macroeconômicas da economia estadunidense estaria sujeito a uma desapiedada austeridade e a mecanismos de ajuste estrutural do FMI. Mas, como ressalta Gowan: "a capacidade de Washington de manipular o preço do dólar e de explorar o domínio financeiro internacional de Wall Street permitiu às autoridades estadunidenses evitar o que outros estados se viram obrigados a fazer: vigiar a balança de pagamentos; ajustar a economia doméstica para assegurar altos níveis de poupança e investimentos internos; vigiar os níveis de endividamento público e privado; assegurar um sistema interno de intermediação financeira para assegurar o forte desenvolvimento do setor produtivo interno". A economia estadunidense teve uma "rota de fuga de todas estas tarefas" e como resultado se tornou "profundamente distorcida e instável"[36]. Mais ainda, as sucessivas ondas de acumulação por espoliação, a marca distintiva do novo imperialismo centrado nos EUA, estão suscitando resistência e ressentimento onde quer que irrompam, gerando não apenas um ativo movimento antiglobalização mundial (cuja forma difere bastante da das lutas de classe imbricadas na reprodução ampliada), mas também uma ativa resistência à hegemonia dos EUA por parte dos poderes subordinados previamente maleáveis a sua influência, particularmente na Ásia (Coréia do Sul é um caso), e agora inclusive na Europa.

As opções para os EUA são limitadas. Os EUA poderiam se distanciar da atual forma de imperialismo, comprometendo-se com uma redistribuição massiva de riqueza dentro de suas fronteiras e buscando esquemas de absorção do excedente através de ajustes temporais internos (melhoras espetaculares na educação pública e reparo das infra-estruturas envelhecidas seriam bons pontos de partida). Uma estratégia industrial de revitalização da manufatura também poderia ajudar. Mas isto exigiria mais financiamento deficitário ou maiores impostos, assim como uma forte direção estatal, e isto é precisamente o que a burguesia se negará a contemplar, como ocorreu nos tempos de Chamberlain. Qualquer político que propusesse um pacote como este seria, quase sem dúvida, silenciado a gritos pela imprensa capitalista e seus ideólogos, e perderia qualquer eleição ante o poder assombroso do dinheiro. Apesar disso, ironicamente, um contra-ataque massivo dentro dos EUA assim como em outros países centrais do capitalismo (particularmente na Europa) contra as políticas do neoliberalismo e o recorte do estado e dos gastos sociais poderia ser

uma das poucas formas de proteger, de dentro, o capitalismo ocidental contra suas próprias tendências autodestrutivas.

Tratar de aplicar, mediante a autodisciplina, o tipo de programas de austeridade que o FMI usualmente impõe a outros, seria, dentro dos EUA, ainda mais suicida do ponto de vista político. Qualquer tentativa de fazê-lo por parte dos poderes externos (através da saída de capitais e o colapso do dólar, por exemplo) geraria, seguramente, uma feroz resposta política, econômica e até militar. É difícil imaginar que os EUA pudessem aceitar pacificamente e se adaptar ao crescimento fenomenal da Ásia do Leste e reconhecer, tal como Arrighi sugere, que estamos no meio de uma transição fundamental para a constituição da Ásia como o centro hegemônico do poder global[37]. É improvável que os EUA se despeçam tranqüila e pacificamente. Implicaria, em qualquer caso, que o capitalismo do Leste asiático sofra uma reorientação –da qual existem alguns sinais– de uma situação de dependência do mercado estadunidense até o florescimento de um mercado interno dentro da própria Ásia. Aqui é onde o enorme programa de modernização no interior da China –uma versão do ajuste espaço-temporal equivalente à que os EUA efetuaram internamente nos anos 50 e 60– pode desempenhar um papel importante na absorção dos capitais excedentes do Japão, Taiwan e Coréia do Sul e, portanto, diminuir os fluxos para os EUA. A diminuição do fluxo de fundos para os EUA poderia ter conseqüências calamitosas.

É neste contexto que vemos que setores das elites políticas estadunidenses buscam exercitar o músculo militar como o único poder que lhes restou, falando abertamente de Império como uma opção política (presumivelmente para obter tributos do resto do mundo) e buscando controlar a provisão de petróleo como um meio de neutralizar as ameaças de perda de poder da economia global. As tentativas dos EUA de incrementar o controle sobre as reservas petrolíferas iraquianas e venezuelanas –no primeiro caso, com a intenção de estabelecer a democracia e no segundo de destruí-la– adquirem pleno sentido. Buscam uma repetição dos acontecimentos de 1973, uma vez que a Europa e o Japão, bem como o Leste e Sudeste asiáticos, agora com a crucial inclusão da China, são ainda mais dependentes do petróleo do Golfo que os EUA. Se os EUA maquinam a derrubada de Chávez e de Saddam; se pode estabilizar ou reformar o regime saudita, armado até os dentes e atualmente assentado sobre as areias movediças do autoritarismo (com o risco iminente de cair nas mãos de muçulmanos radicalizados –isto era, depois de tudo, o objetivo básico de Osama bin Laden); se pode avançar, como parece provável, do Iraque ao Irã e consolidar sua posição na Turquia e Uzbequistão como uma presença estratégica em relação às reservas petrolíferas da bacia do

Cáspio, então, os EUA poderiam esperar manter o controle efetivo sobre a economia global e assegurar sua própria posição econômica pelos próximos cinqüenta anos através do controle firme do fornecimento global de petróleo[38].

Os perigos de uma estratégia deste tipo são imensos. A resistência será formidável na Europa e Ásia, e não menor na Rússia. Neste ponto, é ilustrativa a recusa de aprovar nas Nações Unidas a invasão militar dos EUA ao Iraque, particularmente por parte da França e da Rússia, as quais têm fortes conexões com a exploração de petróleo iraquiano. Particularmente, os europeus sentem-se muito mais atraídos por uma visão kautskiana do ultra-imperialismo na qual os principais poderes capitalistas supostamente colaborarão sobre uma base igualitária. Uma hegemonia estadunidense instável baseada na militarização permanente e em um aventureirismo tal que poderia ameaçar seriamente a paz global não é uma perspectiva atrativa para o resto do mundo. Isto não quer dizer que o modelo europeu seja muito mais progressista. Se Robert Cooper é crível, um consultor de Tony Blair, este modelo ressuscitaria as distinções entre estados civilizados, bárbaros e selvagens do século XIX, sob o disfarce de estados pós-modernos, modernos e pré-modernos, onde os pós-modernos, como guardiões da conduta civilizada descentralizada, esperaram induzir por meios diretos ou indiretos a obediência a normas universais (leia-se "ocidentais" e "burguesas") e às práticas humanistas (leia-se "capitalistas") ao redor do mundo[39]. Este foi exatamente o modo com que os liberais do século XIX, como John Stuart Mill, justificaram a manutenção da tutela da Índia e a cobrança de tributos externos ao passo que, internamente, celebravam os princípios do governo representativo. Na ausência de uma forte revitalização da acumulação sustentada através da reprodução ampliada, isto implicará num aprofundamento da política de acumulação por espoliação em todo o mundo, com o propósito de evitar a total paralisia do motor da acumulação.

Esta forma alternativa de imperialismo será dificilmente aceitável para amplas faixas da população mundial que têm vivido no marco da (e em alguns casos começando a lutar contra) acumulação por espoliação e das formas predatórias de capitalismo às quais enfrentaram durante as últimas décadas. O artifício liberal que propõe alguém como Cooper é familiar demais para os autores pós-coloniais para que seja atrativo[40]. E o militarismo flagrante que os EUA propõem de maneira crescente, sobre o pressuposto de que é a única resposta possível ao terrorismo global, não apenas está cheio de perigos (incluindo o arriscado precedente do "ataque preventivo"), mas também está sendo gradualmente reconhecido

como uma máscara para tratar de sustentar uma hegemonia ameaçada dentro do sistema global.

Mas talvez a pergunta mais interessante se refira à resposta dentro dos EUA. Neste ponto, uma vez mais, Hannah Arendt coloca um contundente argumento: o imperialismo não pode sustentar-se por muito tempo sem repressão ativa, ou inclusive sem tirania interna[41]. O dano infligido às instituições democráticas internas pode ser substancial (como aprenderam os franceses durante a luta pela independência da Argélia). A tradição popular dentro dos EUA é anticolonial e antiimperialista e durante as últimas décadas foram necessários muitos ardis, quando não o engano declarado, para dissimular o papel imperial da América do Norte no mundo, ou, ao menos, para revesti-lo de intenções humanitárias grandiloqüente. Não está claro que a população estadunidense apoiará no longo prazo uma virada aberta na direção de um imperialismo militarizado (não mais que aquele que acabou avalizando a guerra do Vietnam). Tampouco é provável que aceite por longo tempo o preço –já substancial, dadas as cláusulas repressivas incluídas nos atos patrióticos e de segurança interna– que deve pagar internamente em termos de direitos e liberdades civis e gerais. Se o Império supõe anular a Carta de Direitos, então não está claro que este trato será aceito facilmente. Mas a outra face da dificuldade é que, na ausência de uma revitalização espetacular da acumulação, sustentada através da reprodução ampliada, e com possibilidades limitadas de acumular por espoliação, a economia estadunidense provavelmente se afunde numa depressão deflacionária que fará que, por comparação, a experiência japonesa da última década se desvaneça na insignificância. E se é produzida uma fuga séria com relação ao dólar, a austeridade deverá ser intensa, a menos que surja uma política de redistribuição de riqueza e ativos inteiramente diferentes (uma perspectiva que a burguesia contemplará com o mais completo horror), centralizada na total reorganização das intra-estruturas físicas e sociais da nação, que absorva o capital e o trabalho ocioso em tarefas socialmente úteis, distintas daquelas puramente especulativas.

Pelo visto, a forma que tomará um novo imperialismo está por se definir. A única coisa certa é que estamos no meio de uma transição fundamental do funcionamento do sistema global e que há uma variedade de forças em movimento que poderiam facilmente inclinar a balança em uma ou outra direção. O equilíbrio entre acumulação por espoliação e reprodução ampliada já se voltou a favor da primeira e é difícil imaginar que esta tendência faça outra coisa que se aprofundar, transformando-se no emblema daquilo que é o novo imperialismo (incluindo postulados abertos de grande significado ideológico sobre o novo imperialismo e a necessidade do império). Também sabemos que a trajetória econômica

da Ásia é chave, e que os EUA ainda possuem o domínio militar. Como assinala Arrighi, esta é uma configuração única. Pode muito bem ser que estejamos vendo no Iraque a primeira etapa de como esta configuração poderia operar geopoliticamente no cenário mundial, em um contexto de recessão generalizada. Os EUA, cuja hegemonia durante o período imediatamente posterior ao pós-guerra baseava-se na produção, finanças e poder militar, perderam sua superioridade produtiva após os anos 70 e podem muito bem estar perdendo seu domínio financeiro ficando unicamente com o poderio militar. O que acontece dentro dos EUA é, portanto, um determinante de importância vital para definir como se poderia articular o novo imperialismo. E há, para começar, uma acumulação de forças de oposição ao aprofundamento da acumulação por espoliação. Mas as formas da luta de classes que esta provoca são de natureza radicalmente distinta que as clássicas lutas proletárias associadas à reprodução ampliada (que continuam se desenvolvendo, mesmo que de forma mais silenciosa) sobre as quais tradicionalmente repousava o futuro do socialismo. É vital impulsionar as alianças que começam a surgir entre estes diferentes vetores de luta, tanto que nelas podemos discernir os delineamentos de uma forma de globalização inteiramente diferente, não imperialista, que enfatiza o bem-estar social e os objetivos humanitários associados a formas criativas de desenvolvimento geográfico desigual acima da glorificação do poder do dinheiro, do valor do mercado acionário e da multiforme e incessante acumulação do capital através dos espaços variados da economia global por qualquer meio, mas que termina sempre por concentrar-se fortemente em uns poucos espaços de extraordinária riqueza. Este momento pode estar cheio de volatilidade e incerteza, mas isto significa que está também cheio de potencialidades e marcado pelo inesperado.

NOTAS

1 H. Lefebvre, *The Survival of Capitalism: Reproduction of the Relations of Production*, New York: St. Martin's Press, 1976.

2 A maioria destes ensaios dos anos 70 e 80 foram publicados novamente em David Harvey, *Spaces of Capital: Towards a Critical Geography*, New York: Routledge, 2001. A principal linha argumentativa também pode ser encontrada em Harvey, *The Limits to Capital*, Oxford: Basil Blackwell, 1982 (reimpresso em Londres:Verso Press, 1999).

3 Minha própria versão deste argumento teórico está detalhada em Harvey, *Limits to Capital*, capítulos 6 e 7.

4 R. Brenner, *The boom and bubble: the US in the world economy*, London: Verso, 2002. A teoria da sobreacumulação em Brenner é muito diferente da minha, mas acho sua evidência empírica útil, e em sua maior parte convincente.

5 P. Gowan, *The Global gamble: Washington's bid for world dominance*, London: Verso, 1999.

6 Como este assunto é complexo demais para ser argüido em um artigo, prosseguirei de modo esquemático e simplificado, deixando as elaborações mais detalhadas para uma publicação posterior. D. Harvey, *The New Imperialism*, Oxford: Oxford University Press, a ser publicado.

7 O tópico do "novo imperialismo" foi inserido na esquerda por L. Panitch, "The New Imperial State", *New Left Review*, 11(1), 2000; também confira P. Gowan, L. Panitch e M. Shaw, "The State, Globalization and the New Imperialism: A Round Table Discussion", *Historical Materialism*, 9, 2001. Outros comentários de interesse estão em J. Petras e J. Veltmeyer, *Globalization Unmasked: Imperialism in the 21st Century*, London: Zed Books, 2001; R. Went, "Globalization in the Perspective of Imperialism", *Science and Society*, 66(4), 2002-3; S. Amin, "Imperialism and Globalization", *Monthly Review*, 53(2), 2001; as perspectivas conservadora e liberal foram estabelecidas em M. Ignatieff, "The Burden", *New York Times Magazine*, 5 de Janeiro de 2003 e R. Cooper, "The New Liberal Imperialism", *The Observer* (07/04/2002).

8 Os conceitos de Marx de "capital fixo de tipo independente" e de "capital fictício" foram explorados em Harvey, *Limits*, capítulos 8 e 10 respectivamente, e sua importância geopolítica foi trabalhada em Harvey, *Spaces of Capital* (op. cit), capítulo 15, "The Geopolitics of Capitalism".

9 A importância da senhoriagem foi examinada em G. Carchedi, "Imperialism, Dollarization and the Euro", *Socialist Register 2002*, London: Merlin Press, 2002.

10 G.W. Hegel, *The Philosophy of Right*, New York: Oxford University Press, 1967.

11 V.I. Lênin, "Imperialism: The Highest Stage of Capitalism", in *Selected Works*, Volume 1, Moscow: Progress Publishers.

12 A história toda de uma mudança radical nas soluções dos problemas políticos e econômicos de internas para externas, como uma resposta à dinâmica da luta de classes em muitos países capitalistas, é contada em uma coleção pouco conhecida, mas muito fascinante, de C.A. Julien, J. Bruhat, C. Bourgin, M. Crouzet e P. Renouvin, *Les Politiques d'Expansion Imperialiste*, Paris: Presses Universitaires de France, 1949, na

qual os casos de Ferry, Chamberlain, Roosevelt, Crispi e de outros são todos examinados comparativamente.

13 H. Arendt, *Imperialism*, New York: Harcourt Brace, 1968. Há muitas semelhanças inquietantes entre a análise de Arendt da situação no século dezenove e nossa condição contemporânea. Considere-se, por exemplo, a seguinte passagem: "A expansão imperialista foi atingida por um tipo curioso de crise econômica: a superprodução de capital e a emergência de dinheiro 'supérfluo', resultado do excesso de poupança, que não podia encontrar mais investimento produtivo dentro das fronteiras nacionais. Pela primeira vez, os investimentos no poder não abriram caminho para os investimentos no dinheiro, mas as exportações de poder seguiram humildemente o caminho do dinheiro exportado, dado que os investimentos sem controle em países distantes ameaçavam transformar amplas camadas da sociedade em jogadores, mudar toda a economia capitalista de um sistema de produção para um sistema de especulação financeira, e a substituir os lucros da produção pelos lucros em comissões. A década imediatamente anterior à era imperialista, os anos setenta do ultimo século, testemunhou um aumento sem precedentes nas fraudes, escândalos financeiros, e jogadas no mercado de ações" (p. 15).

14 J. Henderson, "Uneven Crises: Institutional Foundations of East Asian Economic Turmoil", *Economy and Society*, 28(3), 1999.

15 Brenner, *The Boom* (op.cit.), tenta dar o relato mais geral e sintético dessa turbulência. Os detalhes da crise do Leste asiático podem ser encontrados em R. Wade e F. Veneroso, "The Asian Crisis: The High Debt Model versus the Wall Street-Treasury-IMF Complex", *New Left Review*, 228, 1998; Henderson, "Uneven Crises"; C. Johnson, *Blowback: The Costs and Consequences of American Empire*, New York: Henry Holt, 2000, capítulo 9; no número especial de *Historical Materialism*, 8, 2001, "Focus on East Asia after the Crisis" (particularmente P. Burkett e M. Hart-Landsberg, "Crisis and Recovery in East Asia: The Limits of Capitalist Development").

16 Gowan, *Global Gamble* (op.cit.).

17 Vários nomes foram propostos para tal. Gowan preferiu o de Regime Dólar-Wall Street, mas prefiro o de Complexo Wall-Street-Tesouro-FMI, sugerido por Wade e Veneroso, "The Asian Crisis".

18 Gowan, *Global Gamble* (op.cit.), pp. 23, 35.

19 Editorial, *The Buenos Aires Herald* (31/12/2002), p. 4.

20 J. Bhagwati, "The Capital Myth: The Difference Between Trade in Widgets and Dollars", *Foreign Affairs*, 77(3), 1998, pp. 7-12.

21 Gowan, *Global Gamble* e Brenner, *The Boom* oferecem interessantes relatos paralelos sem, contudo, referirem-se reciprocamente.

22 R. Luxemburgo, *The Accumulation of Capital*, New York: Monthly Review Press, 1968, pp. 452-3. Luxemburgo baseia sua perspectiva de uma teoria do subconsumo (falta de demanda efetiva), que possui implicações bem diferentes daquelas das teorias da sobreacumulação (falta de oportunidades para as atividades lucrativas) com as quais trabalho. Uma exploração completa do conceito de acumulação por espoliação e sua relação à sobreacumulação é apresentada na Parte Três de Harvey, *The New Imperialism* (op.cit.).

23 M. Perelman, *The Invention of Capitalism: Classical Political Economy and the Secret History of Primitive Accumulation*, Durham: Duke University Press, 2000. Há também um extensivo debate no *The Commoner* <www.thecommoner.org> sobre os novos cercamentos e sobre o momento em que a acumulação primitiva deve ser entendida como um processo continuado ou puramente histórico. DeAngelis <http://homepages.uel.ac.uk/M.DeAngelis/PRIMACCA.htm> fornece um bom resumo.

24 K. Marx, *Capital*, Volume 1, New York: International Publishers, 1967, Part 8; F. Braudel, *Afterthoughts on Material Civilization and Capitalism*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1977.

25 Wade e Veneroso, "The Asian Crisis" (op.cit.), p. 7 propõem a seguinte definição: " uma alta poupança familiar + altas taxas de endividamento corporativo + a colaboração entre empresas e bancos + estratégia industrial nacional + incentivos ao investimento condicionados à competitividade internacional = estado desenvolvimentista". O estudo clássico é C. Johnson, *MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-75*, Stanford: Stanford University Press, 1982; enquanto o impacto empírico das políticas estatais sobre as taxas relativas de crescimento econômico foi bem documentado em M. Webber e D. Rigby, *The Golden Age Illusion: Rethinking Post-war Capitalism*, New York: Guilford Press, 1996.

26 Wade e Veneroso, "The Asian Crisis" (op.cit.).

27 A extensão da resistência foi indicada em B. Gills, ed., *Globalization and the Politics of Resistance*, New York: Palgrave, 2000; veja também J. Brecher e T. Costello, *Global Village or Global Pillage? Economic Reconstruction from the Bottom Up*, Boston: South End Press, 1994. Um recente e muito interessante guia da resistência pode ser encontrado em W. Bello, *Deglobalization: Ideas for a New World Economy*, London: Zed Books, 2002. A idéia de globalização a partir de baixo foi apresentada o mais sucinta-

mente em R. Falk, *Predatory Globalization: A Critique*, Cambridge: Polity Press, 2000.

28 Arendt, *Imperialism* (op.cit.), p. 28.

29 De longe, a melhor apresentação é dada por P. Armstrong, A. Glyn e J. Harrison, *Capitalism Since World War II: The Making and Break Up of the Great Boom*, Oxford: Basil Blackwell, 1991.

30 Gowan, *Global Gamble*, pp. 21-2, apresenta evidências para a conivência entre Nixon e os Sauditas.

31 A esquerda, vinculada como estava (e em muitos aspectos ainda está) à política de reprodução expandida, lentamente reconheceu a importância das lutas anti-FMI e de outros movimentos contra a espoliação. Retrospectivamente, o estudo pioneiro de Walton sobre o padrão das lutas anti-FMI se distingue. Cf. J. Walton, *Reluctant Rebels: Comparative Studies on Revolution and Underdevelopment*, New York: Columbia University Press, 1984. Mas parece que também seria correto que fizéssemos uma análise muito mais sofisticada para determinar quem da miríade de movimentos contra a espoliação é regressivo e antimodernizadores num sentido socialista, seja qual for, e quem pode ser progressista ou ao menos ser levado à direção progressista por meio da formação de uma aliança. Como nunca, o modo com que Gramsci analisou a questão do Sul parece ter sido o estudo pioneiro desse tipo de estudos. Petras enfatizou recentemente este ponto em sua crítica de Hardt e Negri: veja J. Petras, "A Rose by Any Other Name? The Fragrance of Imperialism", *The Journal of Peasant Studies*, 29(2), 2002. Camponeses ricos que lutavam contra a reforma do campo não são os mesmo que os camponeses sem-terra que lutam pelo direito de subsistir.

32 P. Anderson, "Internationalism: A Breviary", *New Left Review*, 14, 2002, p. 20, nota como "algo como a visão de Kaustky" tenha acontecido e que os teóricos liberais, como Robert Keohane, também notaram a conexão. Sobre a nova arquitetura financeira internacional, ver S. Soederberg, "The New International Financial Architecture: Imposed Leadership and 'Emerging Markets'", *Socialist Register 2002*, London: Merlin, 2002.

33 Cf. Burkett e Hart-Landsberg, "Crisis and Recovery" (op.cit.).

34 Brenner, *The Boom* (op.cit.), p. 3.

35 G. Arrighi e B. Silver, eds., *Chaos and Governance in the Modern World System*, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999, pp. 31-3.

36 Gowan, *Global Gamble* (op.cit.), p. 123.

37 Arrighi não prevê nenhum desafio externo sério, mas ele e seus colegas concluem que os EUA "têm até maior capacidade de converter

sua hegemonia declinante em dominação exploratória que a Grã-Bretanha tinha um século atrás. Se o sistema eventualmente entra em colapso, isso ocorrerá primeiro devido à resistência dos EUA em ajustar e acomodar. E por outro lado, o ajustamento e acomodação dos EUA ao crescente poder econômico do Leste asiático é uma condição essencial para uma transição não catastrófica para uma nova ordem mundial". Cf. Arrighi e Silver, *Chaos and Governance* (op.cit.), pp. 288-9.

38 M. Klare, *Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict*, New York: Henry Holt, 2002.

39 Cooper, "New Liberal Imperialism" (op.cit.).

40 A crítica formulada por U. Mehta, *Liberalism and Empire*, Chicago: Chicago University Press, 1999, é simplesmente devastadora quando defrontada com as formulações de Cooper.

41 Arendt, *Imperialism* (op.cit.), pp. 6-9; curiosamente, esta tem sido uma fonte interna persistente de preocupação contra os riscos imperiais de parte dos EUA, como William Appleman Williams aponta em seu *Empire as a Way of Life*, Oxford: New York, 1980.

socialist 2004 brasil2.indd 126 3/29/06 12:42:06 PM

A VELHA E A NOVA ECONOMIA DO CAPITALISMO

Gregory Albo

Há quarenta anos, no primeiro volume do *Socialist Register*, Hamza Alavi assinalava que era necessário voltar-se para uma análise de um "novo imperialismo", porque o "fim do domínio colonial direto... ainda não havia precipitado aquela crise final que marcaria o fim do capitalismo monopolista e anunciaria a era do socialismo". O autor insistia que a dinâmica chave na economia mundial não poderia mais ser capturada pelas teorias clássicas do imperialismo de expansão territorial que tendia à busca de novos mercados, e concluiu que:

> "o propósito principal do... novo imperialismo não é a exportação de capital como meio de exploração de trabalho barato no exterior. Muito pelo contrário, representa um meio de concentrar o investimento doméstico para expandir a produção no país metropolitano e de buscar o domínio dos mercados mundiais, nos quais ele estabelece sua influência por uma variedade de modos..."[1].

Esta idéia, a um só tempo teórica e política, permanece central para a análise do novo imperialismo de hoje em termos da reprodução sistemática do desenvolvimento desigual e do arranjo organizativo hierárquico do mercado mundial, por meio de trocas econômicas e relações políticas entre estados que são formalmente iguais[2]. Por situar o imperialismo nos

termos da lei do valor e do império da lei, "o consenso" pode ser visto como tão importante quanto a "coerção" para a compreensão do imperialismo moderno.

A internacionalização do capital durante o longo período do neoliberalismo, desde os anos 80, fez surgir novos padrões e contradições no mercado mundial e teve profundos efeitos sobre a institucionalização do poder estatal, a organização dos aparatos estatais e sobre as relações entre os estados. Trouxe também à tona três conjuntos de temas que dizem respeito à teoria do imperialismo: (1) os padrões de competição e a distribuição de poder nos centros de acumulação de capital, ou seja, relações inter-imperiais; (2) os mecanismos e padrões de desenvolvimento desigual que reproduzem relações hierárquicas entre formações sociais dominantes e dominadas; e (3) as relações políticas e culturais entre, e a opressão de, diferentes povos; ou para colocar de outra maneira, a questão da soberania política *vis-á-vis* o desenvolvimento de instituições supranacionais de governança; enquanto os três temas permanecem fundamentais para a economia política do mercado mundial de hoje, é o primeiro e principal preocupação deste trabalho.

Uma característica deste período de neoliberalismo é que as alternativas políticas fora do bloco capitalista avançado foram marginalizadas. O novo imperialismo intensificou as relações de dominação, em termos tanto de marginalização econômica como de subordinação geopolítica dentro da cadeia imperialista. A emergência de três zonas político-econômicas é um desenvolvimento chave –além das zonas com grande variação de arranjos organizacionais, da grande integração da União Européia (UE), dos acordos de comércio preferenciais da América do Norte e dos vínculos comerciais formados por redes de subcontratantes no Leste da Ásia. No entanto, como a internacionalização do capital afeta as formas de organização, rivalidades competitivas e interdependências destes três blocos?, e, em particular, quais são seus efeitos na posição dos EUA como o pólo imperialista dominante?

Hoje existem, em grandes linhas, duas visões aparentemente contraditórias sobre o assunto, cada uma implica uma posição distinta sobre a natureza do novo imperialismo. A primeira enxerga os EUA em um declínio econômico e diante de uma rivalidade política cada vez maior, reivindicando a teoria de Lênin do imperialismo, de acordo com a qual os processos de valorização do capital e sua internacionalização logo encontram expressão em conflitos geopolíticos[3]. A derrota dos EUA no Vietnã, os distúrbios econômicos dos anos 70 e o fim do sistema monetário do pós-guerra de Bretton Woods, que foi construído sobre a força do dólar americano, todos foram vistos como indicações de que os limites do poder

dos EUA foram alcançados. Nessa perspectiva, o declínio relativo dos EUA continuou nos anos 80, como se pode observar no crescimento econômico *per capita* vacilante, no baixo avanço da produtividade, nos mercados de capital "impacientes", nos níveis de dívida crescendo em todos os setores, e na cada vez menor capacidade competitiva, que tomam a forma de enormes déficits estruturais de conta corrente. Os "capitalismos rivais" do Japão e da Alemanha, que ancoram os blocos comerciais do Leste da Ásia e da Europa respectivamente, foram vistos como zonas de produção ascendente e inovação organizacional –tecnologias e conglomerados em redes flexíveis, pós-fordistas, altamente organizados que superam a produção em massa dos EUA e as corporações integradas verticalmente. A oposição européia, e às vezes japonesa, ao unilateralismo dos EUA nos últimos anos (intervenção militar no Oriente Médio, agressividade nas relações comerciais e o descaso com a Rodada Doha, imprudência na administração do dólar) é tida como um sinal de crescente antagonismo político entre centros do capitalismo mundial em disputa.

A outra visão, oposta, enfoca a dinâmica econômica dos EUA (coincidente com o surgimento da "nova economia") e a compara com uma década de deflação japonesa e a incoerência da política econômica da UE, e especialmente da Alemanha, (aprisionada na camisa de força do Pacto de Crescimento e Estabilidade e disciplinada pelo Banco Central Europeu). A força relativa dos EUA, nessa perspectiva, está relacionada, como o *Financial Times* coloca, a "uma combinação de mercados de capital flexível e um clima econômico que leva à assunção de riscos [que foi] ao menos tão importante como os próprios investimentos [reais]... Os mercados financeiros devem tomar muito crédito para extrair o dinheiro das administrações tradicionais e corporações entrincheiradas"[4]. A financialização e o neoliberalismo juntos, desse ponto de vista, arrebentam a organização dos trabalhadores dos EUA e aumentam as condições para a extração e realização da mais-valia. E o "regime Dólar-Wall Street" não apenas exportou o modelo dos EUA de maneira bem-sucedida para as zonas dominadas pelos EUA, como também reestabeleceu as condições para a acumulação internacional favorável ao bloco capitalista avançado como um todo, e pressionou a UE e o Leste da Ásia para que tomassem os caminhos necessários de reestruturação.

Uma divisão de interpretação um pouco paralela ocorreu de forma similar sobre a forma de interdependência no novo "império". Uma das visões é a de que as classes capitalistas transnacionais agora transcenderam fundamentalmente os interesses nacionais, portanto, a soberania política e a coordenação econômica são efetivamente globais, um "ultra-imperialismo"[5]; a

outra é a de que o novo império é predominantemente uma reafirmação da hegemonia dos EUA, um "super-imperialismo"[6].

Estas teorizações sobre a ordem econômica mundial atual ao menos dispersaram a névoa criada pelo "debate da globalização", caracterizado por sua ênfase em um mercado mundial equalizador e uma democracia cosmopolita nascente. A atenção se reorientou para os interesses materiais e os processos econômicos que subjazem nos arranjos hierárquicos do mercado mundial. Mas deixaram sem resolver a oposição entre estas interpretações alternativas da trajetória do poder dos EUA e da justaposição entre rivalidade e unidade característica do novo imperialismo. Conseqüentemente, a persistência das contradições subjacentes à economia capitalista mundial, e ao papel dos EUA nessas contradições, continua sendo interpretada tanto como sinal da decadência terminal do poder dos EUA como do contrário. Na verdade, todavia, a internacionalização econômica durante este período de neoliberalismo foi marcada tanto pela rivalidade competitiva entre os principais poderes capitalistas como pela crescente interpenetração econômica das empresas capitalistas e pela interdependência política dos estados capitalistas. O imperialismo contemporâneo acaba sendo, assim, uma expressão das tendências expansionistas do capital para sua internacionalização e para a constituição de um mercado mundial com o propósito de sua valorização. Simultaneamente, este se concretiza de formas diferentes em unidades localizadas em estados onde se materializa o poder de classe e a produção de valor. Não pode haver acumulação de capital ou imperialismo sem estados, ou sem desenvolvimento desigual e relações de dominação entre estados no mercado mundial. O imperialismo capitalista, nesta leitura, implica intrinsecamente contradições entre conflito e cooperação –o que Harry Magdoff definia nos anos 90 como as "forças centrífugas e centrípetas... no próprio núcleo do processo capitalista"[7]– e entre rivalidade econômica competitiva e interdependência no mercado mundial.

EXPANSÃO CAPITALISTA E TEORIAS DO IMPERIALISMO

O capitalismo é definido, nas suas determinações mais simples, por um processo contínuo de transformação de mercadorias e relações sociais no tempo e no espaço em busca de mais-valia. Em uma das passagens dos *Grudrisse* freqüentemente citado, Marx nota que "enquanto o capital deve de um lado esforçar-se para romper toda barreira espacial ao intercâmbio, ou seja, às trocas, e conquistar toda a terra para seus mercados, esforça-se por outro lado em aniquilar tal espaço com o tempo... O resultado é: o desenvolvimento geral das forças produtivas tenden-

cialmente e potencialmente... como base; de maneira análoga, a universalidade da troca, tendo o mercado mundial como base"[8]. Para Marx, a apropriação e produção de valor e de mercadorias por meio da exploração do trabalho ocorrem em locais de produção espacialmente determinados, ainda que a circulação de mercadorias e a distribuição do valor em fluxos de troca não estejam potencialmente presas a nenhum lugar em particular. Estas duas proposições simples possuem duas conseqüências importantes. Primeira, o capitalismo é inerentemente expansionista em dois sentidos: a competição impulsiona as empresas continuamente a aumentar a produtividade do trabalho pelo desenvolvimento tecnológico dos meios de produção e reorganização do trabalho, e a buscar novos mercados e novos setores para a produção e realização do novo valor agregado. Segunda, os locais de produção particulares –tanto como relações de classe e formas de estado– estão sempre implicados em um conjunto mais amplo de relações sociais, fluxos de troca e imperativos de competição.

Marx insistia que a reprodução ampliada do capital não era uma conseqüência da interação harmoniosa de indivíduos autônomos e empresas agindo sobre uma inerente natureza humana baseada no auto-interesse mediante o surgimento das oportunidades de mercado. Ao contrário, os padrões de reprodução das relações sociais são sempre específicos, conflituosos e transitórios: surgem da exploração dos trabalhadores e da competição para a extração de valor no momento da produção, e da luta competitiva entre "muitos capitais" para a realização e distribuição de valor na circulação. Esta competição leva a uma revolução contínua nas forças de produção e de circulação de capital. É justamente isso que Marx quis dizer quando escreveu que "a tendência para criar o mercado mundial está diretamente relacionada ao próprio conceito de capital"[9]. Como David Harvey assinalou ao aprofundar este aspecto do pensamento de Marx, a tendência ao expansionismo levanta uma importante contradição real[10]. A reprodução ampliada do capital deve manter certa "coerência" e "materialização" no tempo e no espaço para que o capital possa se valorizar e acumular, mas o espaço do capital está se alterando continuamente no tempo através de mudanças nos processos de produção, "condensando" distâncias por meio de novos métodos de transporte e comunicação e pela busca incessante de novos mercados. Há um processo contínuo de valorização e desvalorização nos complexos de capital fixo e nas relações sociais em espaços sociais distintos na medida em que as capacidades produtivas, a posição competitiva e as relações de troca evoluem. Existe uma contradição inescapável nas relações sociais capitalistas entre a fixidez necessária

para a produção de valor e a fluidez da circulação de mercadorias e capital monetário em busca de um valor de troca maior.

Na abstração teórica de Marx, o imperativo da competição de acumular pelo "capital como um todo" está registrado na circulação de mercadorias no mercado mundial. As transformações dentro e entre os locais de produção como uma conseqüência da competição entre "muitos capitais" são, todavia, fontes de interdependências emergentes e tensões competitivas –e mesmo caos potencial– no mercado mundial, somente em contextos históricos específicos. Portanto, por exemplo, Marx argumentou que o comércio internacional e a exportação de capital reagem sob pressão sobre a taxa de lucros por meio da diminuição dos custos do material que compõe o capital constante, barateando as necessidades da vida e, logo, possibilitando a redução dos salários, e pelo aumento da escala de produção. Assim, os imperativos da competição forçam a internacionalização dos circuitos monetários, e de capital produtivo e comercial. A circulação internacional do capital, por sua vez, "dissolve" as sociedades pré-capitalistas em formas diferenciadas de colonialismo, variando em sua forma de coerção e estabelecimento, mas integrando-as em um mercado mundial crescentemente governado por imperativos capitalistas[11]. Marx considerava este processo como a "missão histórica da burguesia", mas não sem ambigüidades; na medida em que revela "uma divisão do trabalho nova e internacional, surge uma divisão adequada às exigências dos principais centros da indústria moderna, e converte uma parte do globo em um campo de produção predominantemente agrário, com o propósito de abastecer a outra parte, que permanece um campo predominantemente industrial"[12]. Além disso, "a troca desigual" dentro dessa divisão do trabalho emergente pode acentuar diferenças geográficas, na medida em que o comércio entre países de diferentes produtividades do trabalho e de composição de capital ocasionaria transferências de valor e de lucros[13].

É neste contexto que aparece o estado-nação, por um lado, como uma institucionalização historicamente específica das relações de classe e, por outro, como um mediador do conjunto mais amplo de relações de acumulação diferenciada estabelecido pelo mercado mundial. Este é o sentido em que, para Marx, o estado é "a forma de organização que a burguesia adota necessariamente para propósitos internos e externos, para a garantia mútua de sua propriedade e de seus interesses"[14]. No entanto, se a reprodução ampliada do capital exige que o estado estabeleça a base das relações de propriedade para a competição, valorização, desvalorização e internacionalização do capital, também o faz de modo mais direto, na medida em que os efeitos da competição estão parcialmente

deslocados na política. Como resultado, o estado necessariamente defende o capital que foi investido em seu domínio territorial para que tal capital, e as relações sociais que lhe dão suporte, possam ser valorizados. Isto é feito não tanto para defender um "espaço nacional" delimitado, mas sim para salvaguardar interesses capitalistas particulares tanto em sua dimensão local quanto na global. Portanto, para Marx, os imperativos da competição que tendem à equalização e à internalização do capital no mercado mundial também contribuem com uma rede diferenciada de processos de trabalho concreto, capitais em competição e estados-nação organizados hierarquicamente.

Ainda que Marx tenha identificado os imperativos da competição de acumulação do capital que formam a base para as divisões econômicas do mercado mundial, ele não propôs nenhuma teoria do imperialismo para explicar os processos competitivos ou as formas de interdependência e rivalidade entre estados que as divisões do mercado mundial geram. As teorias clássicas da economia do imperialismo que emergiram durante a Segunda Internacional, no entanto, não poderiam evitar a tentativa de definir tal teoria[15]. Iniciaram com duas teses-chave: a competição leva à monopolização e à internacionalização de circuitos específicos do capital; e as bases territoriais da competição entre as empresas são transpostas numa rivalidade inter-estatal e em um conflito entre poderes imperiais. Rosa Luxemburgo, por exemplo, argumentava que as relações sociais capitalistas restringiam a base para sua realização e, portanto, necessitavam da busca de mercados externos em sociedades pré-capitalistas. Pelo contrário, Hilferding argumentava que a competição em um "capitalismo organizado" foi caracterizada por bancos sendo fundidos com indústrias para formarem o capital financeiro que, por sua vez, exportava capital buscando mercados para investimento e comércio. Para Lênin, a exportação de capital definia o imperialismo como a fase monopolista do capitalismo, onde a competição entre empresas monopolistas rivais é transformada em conflito entre estados para o controle de mercados e território. Em oposição a Kautsky, que sugeriu que os cartéis e os estados nacionais deviam cooperar numa política de ultra-imperialismo, Lênin insistia que o desenvolvimento desigual levava a uma competição monopolista contínua e ao conflito entre estados. Foi apenas Bukharin, no entanto, que viu que a "economia mundial como um sistema de relações de produção e, de modo correspondente, de relações de troca em escala mundial" produziu não penas uma, mas duas tendências de imperialismo. Como ele assinalou, "junto com... a internacionalização do capital ocorre um processo de entrecruzamento 'nacional' de capital. Um processo de 'nacionalização' do capital"[16].

Enquanto as teorias clássicas centravam-se na competição excessiva que levava à exportação de capital e à rivalidade imperialista, o debate de um "novo imperialismo" no final da década de 60 e início dos anos 70 enfocava-se na capacidade da circulação do capital interno ao bloco imperialista, a qual mudava as capacidades competitivas relativas e reforçava novos padrões de desenvolvimento desigual[17]. Para Mandel, o predomínio dos EUA durante o período do pós-guerra foi desafiado na medida em que Japão e Alemanha (com esta última ajudada pela fusão mais ampla do capital europeu através de um estado Europeu supranacional) reestabeleceram suas capacidades produtivas para contestar o quinhão dos EUA no mercado mundial e suas exportações de capital[18]. Para Petras e Rhodes, por outro lado, a hegemonia dos EUA foi se reconsolidando por meio de seu domínio nas finanças internacionais, do acesso privilegiado aos recursos naturais, poderio militar e da fraqueza dos trabalhadores nos EUA[19]. No entanto, como outros envolvidos neste debate destacaram, o assunto em pauta não pode ser reduzido às capacidades competitivas como determinadas pelos índices de exportação de capital e às concepções clássicas de competição entre estados. As novas características da internacionalização do capital –corporações multinacionais e a expansão internacional do circuito total do capital– também postulavam os limites e conflitos sobre a organização e alocação das funções do estado na nova fase do imperialismo[20]. Na verdade, esta noção subjaz na insistência de Poulantzas de que a internacionalização do capital não devia ser entendida, como nas teorias clássicas, como uma relação quantitativa entre duas entidades externas –um estado integral e um capital estrangeiro imposto de fora buscando explorá-lo. Ao contrário, partindo de sua interpretação de que o estado não é um conjunto de instituições separadas do capital, Poulantzas observou a internacionalização do capital em termos da natureza cambiante do bloco de poder e "das transformações internalizadas do próprio estado"[21].

Estas teorias em disputa sobre a internacionalização do capital, que vieram à tona novamente com a consolidação do neoliberalismo e com a reafirmação de um imperialismo estadunidense explícito, explicam por que não há nenhuma teoria marxista do imperialismo. Para evitar continuar falando do mesmo tema, seria útil enfocar sete dimensões que tentam conceituar a economia do novo imperialismo.

(1) *Interdependência e diferenciação*. A tendência no sentido da equalização e diferenciação identificada por Marx significa que a competição entre espaços geográficos de acumulação e, portanto, o desenvolvimento desigual são inerentes ao mercado mundial capitalista. Estes processos, na medida em que criam interdependência global, simultaneamente criam

a partilha do bloco dominado pelo bloco imperialista, e também torna a diferenciação um atributo das relações inter-imperiais.

(2) *Competição internacional*. A luta competitiva entre empresas em locais de produção determinados como conseqüência da intensificação, concentração e centralização da produção e da internacionalização da circulação é um aspecto constitutivo do capitalismo. As formas locais e particulares da produção de valor estão vinculadas com os fluxos monetários abstratos e universais no mercado mundial. A competição internacional, portanto, como um aspecto central, e historicamente específico, das relações interimperialistas, parece aumentar na medida em que o capitalismo se desenvolve.

(3) *Competição entre estados*. A competição entre "muitos capitais" produz múltiplos centros de poder e sua materialização no sistema de estados. Esta foi a intuição fundamental de Bukharin: a expansão capitalista é caracterizada por processos tanto de internacionalização quanto de nacionalização (ou seja, *state-building*). Neste sentido, a competição internacional não ocorre separada ou contra os estados, mas através deles.

(4) *A "internalização" do capital estrangeiro*. Todas as tendências de intensificação, concentração e centralização do capital aumentam a escala das operações, a divisão técnica do trabalho e a complexidade territorial das empresas capitalistas. As multinacionais possuem uma "sede" na qual os agentes dominantes que possuem e alocam os recursos tem localização específica, mas também se tornam agentes importantes de acumulação nos lugares onde investem. Este processo de internacionalização tende a aprofundar a competição internacional na medida em que os locais de produção devem competir por fundos internamente alocados pelas empresas. Além disso, cada estado adquire interesse em proteger e atrair investimentos em capital fixo, uma vez que desenvolve interesse pela coordenação inter-estatal para sustentar a circulação internacional de capital. Segundo Poulantzas, o capital estrangeiro não deve ser pensado como uma imposição externa, já que em determinados pontos este forma uma "burguesia interna" dentro do bloco no poder. Neste caso, de modo contrário a uma "burguesia nacional" que organiza um espaço econômico nacional para si, o estado reproduz ativamente tanto o capital local como o externo mediante mecanismos ideológicos e políticos, e mediante o apoio à competição.

(5) *Internacionalização e os circuitos do capital*. A internacionalização do capital assume a forma da expansão dos circuitos do capital produtivo, mercantil, especulativo e monetário, cada um produz diferentes modalidades de desenvolvimento desigual, competição e interdependência. Diferentes fases de internacionalização serão dominadas por diferentes circuitos e, portanto, configura singularmente os padrões da competição internacional.

(6) *A reorganização interna dos estados*. Na medida em que os estados garantem as condições extra-econômicas necessárias para a acumulação e a reprodução social, a internacionalização do capital afetará a forma social e a organização do estado. Os aparatos internos de política econômica se tornarão crescentemente subordinados àqueles que são responsáveis pela internacionalização do capital, particularmente para assegurar a estabilidade da moeda e seu papel na circulação internacional. Assim, todo o estado estará condicionado pela competição internacional, o que Leo Panitch chamou de internacionalização e mediação da acumulação internacional pelo estado[22]. A capacidade de cada estado de mediar a competição internacional será determinada por sua capacidade administrativa e diplomática, sua posição na cadeia imperialista e suas relações de classe internas.

(7) *Contradições nas relações interimperiais*. A unidade e as contradições na circulação internacional do capital supõem que o conflito e a cooperação, a rivalidade competitiva e a interdependência, estão igualmente enraizadas no mercado mundial. Na medida em que os circuitos do capital nos estados estão internacionalizados e, portanto, dependentes do mercado mundial para sua auto-expansão e realização, estarão presentes tanto uma maior competição quanto uma interdependência internacionais. As relações interimperiais registrarão esta contradição. Todavia, apenas em momentos históricos particulares as rivalidades competitivas entre as empresas e entre os estados se tornarão uma rivalidade imperial no sentido de conflito em torno da liderança política do bloco imperialista.

RELAÇÕES INTERIMPERIALISTAS E O MERCADO MUNDIAL HOJE

Uma implicação do que acabou de ser dito é que, enquanto os imperativos gerais da competição sempre operam, os determinantes e configurações particulares das relações interimperiais variam conforme períodos específicos do capitalismo. Para reconhecer algumas das particularidades da economia

do novo imperialismo, três aspectos mais abrangentes das relações dentro do bloco capitalista avançado desde o fim do *boom* do pós-guerra precisam ser consideradas: o desenvolvimento desigual que ocorreu durante a "grande depressão" (ou mais precisamente a grande desaceleração) desde 1973; a internacionalização do capital, e especialmente do capital financeiro; e a emergência de padrões particulares de competição internacional entre as três zonas capitalistas principais.

Devemos começar recordando que os países de capitalismo avançado ainda estão no meio de uma longa fase de acumulação mais lenta que a do boom do pós-guerra[23]. As taxas de crescimento anual nos países de capitalismo avançado caíram de 4% no período de 1950 a 1973 a menos de 2% na década de 80 e estagnaram desde então, com a exceção dos EUA na segunda metade dos anos 90. Obviamente, esta exceção incentivou em muito a visão do ressurgimento do colosso econômico dos EUA, capaz de estender seu alcance imperial via modelo neoliberal. Os EUA, nesse sentido, estiveram no coração da economia mundial em ambas as fases –graças à sua capacidade de ampliar rapidamente o uso dos meios de produção "de ponta", e à flexibilidade de seu mercado de trabalho, o que permitiu a extração de mais horas de seus trabalhadores. Ainda que tanto o "*boom* do pós-guerra" como a "grande depressão" tenham sido períodos de "equiparação" aos EUA por parte da Europa e do Japão, em termos dos níveis de produtividade média e de renda *per capita* de ambos. O grau de equiparação da renda foi menos alardeado e mais desigual devido ao aumento da jornada de trabalho nos EUA e sua queda em outros lugares, mas medidas como os vários índices de desenvolvimento humano que se baseiam menos na renda mostram um processo ainda mais claro de equiparação sustentada[24]. Logo após a reconstrução do pós-guerra, os EUA não tinham par para suas capacidades produtiva e tecnológica nem na Europa nem no Japão; hoje cada uma das três maiores zonas da produção capitalista lidera em alguns setores de tecnologia, produtividade e fatias de mercado. Este desenvolvimento no longo prazo é indicado de várias maneiras: capitalização de mercado, renda total de vendas, quotas de exportação, regiões periféricas de redes terceirizadas e dependência econômica, a consolidação de moedas e zonas comerciais, e tensões comerciais entre os três blocos imperiais sobre a divisão da produção e propriedade em um conjunto de setores. O contexto competitivo e a configuração atual do mercado mundial são extremamente diferentes daqueles do domínio econômico unilateral estadunidense que definiu o sistema de Bretton Woods no pós-guerra.

Os desenvolvimentos da capacidade produtiva nas zonas chave do capitalismo avançado também foram registrados em transformações na cir-

culação de mercadorias e de moeda no mercado mundial. No período do pós-guerra, os EUA forneceram liquidez para o sistema mundial de comércio, primeiro, por meio de exportações de capital para financiar os equilíbrios comerciais das economias em reconstrução da Europa e Nordeste asiático, e depois pela emissão de dólares e empréstimos na medida em que sua própria balança de pagamentos começava a mover-se de superávits a déficits no final dos anos 60. O processo de equiparação e a valorização do dólar resultante significavam que o dólar americano eventualmente tornou-se insustentável como moeda lastro única, e, com isso, terminaria o sistema de Bretton Woods. O mercado mundial entrou em uma era muito diferente: um sistema monetário puro de crédito (em vez do sistema de lastro-ouro), taxas de câmbio flutuantes (ao invés de taxas fixas), um conjunto de moedas acumuladas, junto com ouro, em bancos centrais para equilibrar as balanças comerciais (ao invés de apenas o dólar), a liberalização dos movimentos de capital (substituindo os controles limitados), e a negociação do ajuste das principais moedas entre as três zonas econômicas emergentes (após uma fase de ação unilateral).

O impasse econômico dos anos 70 gerou um conjunto adicional de preocupações: muitos países em desenvolvimento tiveram problemas comerciais, e o crédito destinado a cobrir as diminuições no comércio exterior logo se transformou em um problema igualmente grande para cumprir com os serviços da dívida e administrar os fluxos de capital. Taxas de crescimento menores e taxas de juros mais altas fortaleceram os interesses financeiros e tornaram sistematicamente mais difícil para os governos manter equilíbrios fiscais; e o déficit da conta corrente estadunidense, combinado com os superávits asiático e europeu, mostrou-se crônico, representando uma mudança estrutural no comércio relativo e nas capacidades competitivas entre os três blocos. Emitir moeda ou títulos do governo ou corporativos para manter líquidos os equilíbrios comerciais tornou-se um aspecto crítico dos fluxos do mercado mundial: inicialmente reciclar petrodólares, depois manter os déficits da balança de pagamentos do Terceiro Mundo e finalmente cobrir o massivo déficit em conta corrente dos EUA, e a crescente dívida do setor privado e governamental. A crescente competição por fatias do mercado mundial de bens e para atrair capital monetário, em um contexto de crescimento mais lento, é acompanhada pela interdependência das diferentes zonas em busca de saídas para mercadorias nos mercados uns dos outros, a internacionalização dos fluxos e demandas de crédito, e a coordenação interestatal do G7 de suas políticas de gestão da economia internacional.

Em meados da década de 80, os ajustes da taxa de câmbio e dos fluxos de capital provaram ser tanto arenas de cooperação como fontes de tensão, incerteza e instabilidade como conseqüência de assimetrias comer-

ciais estruturais e mudanças relativas nas capacidades subjacentes das três zonas em produzir valor (esta contradição, por sua vez, estimulou uma explosão nos mercados financeiros secundários para cobrir os riscos). O FMI, o Banco Mundial e o G7 –com os EUA desempenhando um papel de liderança em cada um deles– promoveram a liberalização financeira e da conta de capital como o mecanismo de financiamento dos ajustes comerciais e fizeram com que os mercados de câmbio estrangeiros impusessem disciplina às economias nacionais. O sistema de taxas de câmbio flutuantes surgiu das assimetrias econômicas no mercado mundial e da fraqueza do dólar durante a década de 70. Mas nos anos 80, enquanto o déficit comercial dos EUA escalava novas alturas, o dólar valorizou-se cerca de 40% na medida em que afluíam capitais. Os acordos de Plaza e do Louvre de 1985 e 1987 tentaram administrar as tensões resultantes e reduzir o valor do dólar com relação ao yen e as moedas européias. Mas a grande desvalorização do dólar subseqüente em meio a um crescimento lento, não facilitou a solução dos problemas comerciais estadunidenses; e a valorização correspondente do yen e das moedas européias deram as condições para a bolha de ativos japonesa seguida de deflação, e para a estagnação européia. Nem estes realinhamentos e tensões poderiam ser contidos apenas no interior das economias "âncora". As oscilações no mercado de ações de 1993-94 e os problemas monetários da Espanha, Itália, Portugal e de um conjunto de estados do Terceiro Mundo foram "efeitos de derrame", que atuaram diretamente sobre suas economias e sua competitividade, reduzindo drasticamente a renda da classe trabalhadora e do campesinato.

As desvalorizações do início da década de 90 e a desaceleração garantiram o início de uma nova fase de intensificação da competição internacional, na medida em que o dólar atingia baixas recordes ante o marco alemão e o yen em 1994. Os japoneses começaram a tentar fazer desvalorizações competitivas para reavivar sua economia em face de uma catástrofe financeira; e para compensar o Pacto de Estabilidade e Crescimento da União Européia, que preparou o terreno para a moeda única. A União Européia, também, enxergou margem de manobra por meio de realinhamento monetário, enquanto o capital europeu buscava ativos externos para diversificar o risco. De 1995 a 2000, o dólar subiu cerca de 40% numa base de ponderação comercial, apesar disso não restaurar o alto crescimento nem na Europa nem no Japão. Além do mais, o influxo de capital resultante e o estímulo econômico que este deu à economia estadunidense gerou um período curto de crescimento de 1995 a 2000, quando o crescimento dos EUA apresentou uma média de 4% ao ano (devido em muito ao crescimento extensivo no tamanho da força e da jornada de trabalho, mas também ao crescimento acima da média

da produtividade em 2,6% obtido nos EUA de 1975 a 1995, e bem acima do lento crescimento da produtividade na Europa e no Japão). A euforia da "nova economia" alcançou seu ápice em 2000 com um crescimento de cerca de 5% e com mercados de ações apresentando cifras astronomicamente elevadas em todos os ativos.

Apesar dos aumentos na produtividade, o gasto em capital dos EUA não foi excepcional em seus níveis ou duração após este salto, e os aumentos na capacidade produtiva não foram registrados nas contas comerciais, que continuaram a apresentar déficits recorde, tornando a posição do dólar vulnerável, especialmente com o alto consumo e as fusões corporativas sendo financiadas em ultima instância pela dívida externa. Daí a fragilidade do "ciclo virtuoso" da inflação de ativos, do gasto em capital, do aumento de produtividade, e de um dólar mais forte sem maior desempenho comercial. Além do mais, sem um crescimento sustentável na Europa ou no Japão, manter tal círculo virtuoso de crescimento baseado nas finanças nos EUA provou-se impalpável. Mesmo quando o Presidente da Reserva Federal, Alan Greenspan, advertiu sobre a "exuberância irracional" da igualdade dos mercados enquanto, sem parecer ironia, também celebrava a "nova economia", a resposta estadunidense a todo choque econômico, e particularmente o da Reserva Federal, foi a de agravar os desequilíbrios estruturais. Cada crise de mercado –as crises da Ásia e da Rússia de 1997-98, o colapso dos fundos de investimentos internacionais Long Term Capital Management, e o colapso das ações da internet– teve como contrapartida injeções adicionais de liquidez para prevenir implosões posteriores dos mercados de crédito interdependentes. Isto sustentou o crescimento das outras economias afetadas bem como o dos EUA, mas a um custo progressivo de níveis irracional de ativos, uma maior carga da dívida e um equilíbrio na conta corrente cada vez mais insustentável. Com o crescimento quase nulo nos EUA após 2001, houve uma reversão desses processos. Mas o impacto da mudança dos EUA do estímulo da demanda efetiva para cortes de impostos e de crédito, em um mercado mundial diante de tendências deflacionárias, forçou uma mudança drástica na perspectiva do governo Bush.

Há, portanto, várias tensões que persistem na "interdependência desigual" das relações interimperiais na era do neoliberalismo, que podem ser rapidamente resumidas nas sete dimensões ressaltadas anteriormente:

(1) *Interdependência e diferenciação*. Desde 2000, a alternância entre crescimento e estagnação entre os três blocos após o período do neoliberalismo deu passagem a uma "equalização" de condições "diferenciadas" para um crescimento lento em todos eles[25]. Pela primeira vez desde o início da

década de 80, os países de capitalismo avançado, e uma boa parte do resto do mundo, entraram em uma recessão sincronizada, tanto com taxas de inflação como taxas de crescimento real do produto interno bruto dentro dos países de capitalismo avançado tendendo a 2% ou menos para 2003. A Alemanha tem crescido menos de 1% desde 2001 (o alto crescimento na Europa como um todo em 2000 foi fortemente impulsionado pela forte queda do Euro, que favoreceu as exportações, mas apenas temporariamente). O Banco Central Europeu cortou as taxas de juros de 4,75% para 2% no período, mas seu compromisso firme com o Pacto de Estabilidade e Crescimento demonstra que a UE continua a depender desproporcionalmente de nova demanda externa para sustentar seu lento crescimento. Uma valorização desmesurada no Euro reduzirá ainda mais as perspectivas de crescimento, e forçará a Alemanha –que tem crescido menos que o Japão desde 2000– a uma deflação. Enquanto isso, no Japão, a deflação da bolha de ativos dos anos 90 transformou-se em uma deflação econômica geral (com suas taxas de juros de curto prazo centrais em 0%). Como se espera que seu crescimento caia para menos de 1% em 2003, o Japão enfrentaria ainda mais dificuldades com qualquer fortalecimento do yen e o enfraquecimento de suas exportações. Apesar de haver sinais que o Leste asiático está desenvolvendo uma dinâmica interna de crescimento e comércio que está aprofundando a interdependência da região como um bloco econômico, este permanece dependente de exportações para zonas fora da região.

Os EUA têm sido a principal força de sustentação do mercado mundial, mas é óbvio que estes não saíram da recessão que teve início no final de 2000, e possuem seus próprios temores quanto ao crescimento das taxas de desemprego aos maiores níveis da década e a inflação continua a cair. Como os gastos de capital nunca se recuperaram ao longo dos anos 90, o aumento mais rápido do consumo que o da renda nos EUA tem sido crítico para seu crescimento. O consumo nos EUA continua a ser flexível, apesar da redução do montante de dívida e gasto adicionais que os consumidores desejam assumir (ainda que devamos lembrar que o nível de consumo japonês também se manteve alto nos primeiros anos de sua deflação de ativos, mas, o Japão nunca teve o equivalente da Reserva Federal incentivando alegremente as pessoas a emprestar mais respaldadas pelos valores crescentes de suas habitações). Uma correção nos gastos pessoais nos EUA parece inevitável: a riqueza líquida em queda; a dívida líquida em alta; poupança interna em queda; desemprego em alta. Além disso, nem a diminuição das taxas de juros realizadas pela Reserva Federal treze vezes desde o fim de 2000 ao nível mais

baixo em 45 anos, nem a queda da taxa de curto prazo da Reserva Federal, de 6,5% a apenas 1% em junho de 2003, conseguiram estimular de maneira clara o gasto de capital (ainda que expliquem boa parte da elasticidade do consumo pessoal e do mercado imobiliário). As preocupações deflacionárias foram tais que a Reserva Federal têm pressionado as taxas de juros a longo prazo dos Bônus do Tesouro, bem como dado a maior liquidez possível ao mercado. As medidas de incentivo também se expressaram na mudança de posição fiscal do governo dos EUA neste período de um superávit de 1,4% do PIB a um déficit orçamentário projetado de 4,5%. No entanto, o realinhamento monetário como o resultado do declínio do dólar e da debilidade na Europa e no Japão torna difícil de antever as prováveis fontes de demanda mundial fora dos EUA. De fato, o cenário parece pavorosamente sombrio: recessão, debilidade fiscal e ameaça de deflação nas três zonas. Isto é o que se esconde dos avisos do FMI que, como na crise da Ásia de 1997, "o risco de deflação generalizada está na ordem do dia... a situação econômica global está particularmente incerta neste momento, com o alastramento de vulnerabilidades"[26].

(2) *Competição internacional*. Ao invés de ser uma fase de transformação fundamental nos lucros corporativos, na produtividade e acumulação na "nova economia", a fase do final dos anos 90 reforçou a interdependência desigual do mercado mundial na economia e no poder dos EUA, na medida em que o resto do mundo se apoiava nos EUA como a "locomotiva" da acumulação mundial. Este período pode estar esgotado, na medida em que parece inevitável o realinhamento em algum nível entre as três maiores zonas do capitalismo, com as zonas periféricas do mercado mundial forçadas a alinhar-se a uma ou outra delas. Tal realinhamento aumentará a competição entre as zonas devido às condições de debilidade econômica. O bloco dos EUA (inclusive Canadá e México) possui uma base de ativos em deflação, imensas demandas de capital e problemas de competitividade com as taxas de câmbio atuais; o bloco da UE apresenta uma produtividade relativamente pobre, um alto desemprego, demanda interna estagnada e competitividade externa sustentada por um Euro que constumava ser mais fraco que atualmente ou do que será no futuro; e o Japão possui problemas deflacionários, demanda interna débil e superávits em conta corrente que poriam em risco qualquer valorização cambial, e, portanto, tem pouco espaço para manobra (ainda que existam forças importantes em outras partes do Leste asiático, especialmente a China, que ainda pode apresentar uma trajetória diferente à zona mais ampla se sua dependência dos superávits

de exportação para os EUA possam ser diminuídos, e os vínculos de comércio internos aprofundados).

Além da deflação japonesa, o sintoma mais visível da competição intensificada tem sido a reestruturação corporativa e os escândalos governamentais, particularmente nos EUA[27]. A fraqueza do setor corporativo se destaca por sua gravidade. Só as falências das empresas de telecomunicação nas economias centrais somaram mais que US$ 100 bilhões desde 2000, em sua maior parte ocorridas nos EUA, certamente uma dos maiores episódios de falha na coordenação do mercado já vistos. Os EUA registraram mais de US$ 382 bilhões de ativos entrando em falência em 2002, incluindo o impressionante colapso da Worldcom de US$ 104 bilhões, a maior falência da história. Espera-se que os níveis registrados do número de falências de companhias iniciadas em 2001 se mantenham e se estendam a todos os setores, além dos desastres no setor de tecnologia de informação. De acordo com a OCDE, o aumento da dívida nos anos 90, especialmente nos EUA, produziu um "excesso de capital" baseado no sobre-investimento no crescimento da demanda – "foi alocado muito capital e muito rápido"[28]. Os lucros das corporações claramente diminuíram, e foram ameaçados pela exposição ao endividamento de baixa qualidade e aos riscos. Portanto, a redução das taxas de juros para estimular a atividade econômica teve apenas um sucesso limitado nos rendimentos das ações corporativas. De modo análogo, as ofertas públicas iniciais (*initial public offerings*–IPOs) nos EUA em 2002 registraram seu pior ano desde 1991, e os novos ativos em ações de companhias já existentes não tiveram melhor desempenho. A interdependência do mercado mundial foi reforçada dela desaceleração entre suas diferentes zonas e, por sua vez, dando força à competição internacional em mercados que crescem mais lentamente.

(3) *Competição através dos estados*. Padrões desequilibrados de comércio de mercadorias entre países e assimetrias estruturais nos equilíbrios da conta corrente nacional estão se tornando os símbolos-chave do impasse no mercado mundial. A posição dos EUA de devedor líquido, que surge de seus déficits em conta corrente acumulados desde a década de 70, que estão estimados em cerca de US$ 2,7 trilhões para 2002; e seu déficit apenas para 2002 está estimado em cerca de US$ 450-500 bilhões (aproximando-se do nível de 5% do PIB que geralmente tem impulsionado crises de pagamento em outros países, uma restrição da qual os EUA estão isentos, em parte, graças ao dólar ser a principal reserva monetária). Isto é acompanhado por superávits nas outras duas zonas-

chave, e, em particular, no Leste asiático. Mesmo tendo caído cerca de 30% com relação ao Euro desde 2000, o dólar americano ainda precisa cair mais para aumentar a competitividade da indústria dos EUA (ainda que isto não necessariamente equilibre a conta corrente, na medida em que o dólar não o fez no passado. Por outro lado, uma expansão nos EUA enquanto o Japão e a Europa estejam estagnados agravará os dilemas em todas as partes)[29].

Tais desequilíbrios dão origem a duas tensões principais. Primeiro, os EUA precisam importar capital no montante de US$ 2,7 bilhões por dia para cobrir o déficit na balança de pagamentos. O restante dos credores mundiais deve aceitar a emissão de dólares destinados a cobrir a dívida (que é fixada em dólares) na esperança de eventualmente comprar, por sua vez, mercadorias dos EUA e ativos com os dólares acumulados (ou seja, na esperança de que os dólares ainda possam comprar um valor equivalente, uma perspectiva cada vez mais improvável). Não está claro, no entanto, que os credores continuem a manter este processo no mesmo grau. Na verdade, com a queda do dólar já existem sinais de menor movimento de capitais para o interior dos EUA, e de diversificação com relação aos dólares americanos. É pouco provável que o dólar, nessas circunstâncias, mantenha sua posição excepcional como um meio de pagamento internacional e, portanto, parece perder parte de sua capacidade de garantir senhoriagem (a capacidade de se apropriar de valor sem produzir valor). Os processos econômicos que diferenciam as três principais zonas avançadas continuaram, portanto, a ser refletidas no uso crescente de moedas regionais ou "centrais". Segundo, as pressões políticas do comércio movem-se em duas direções ao mesmo tempo como resultado dos desequilíbrios: por um lado, a rodada Doha da OMC, numerosos acordos bilaterais de comércio, o NAFTA e a autoridade para a promoção do comércio (*fast track*) estão aprofundando o livre comércio; por outro lado, o protecionismo do comércio está emergindo sistematicamente, especialmente por parte dos EUA, no aço, bens agriculturáveis, madeira, automóveis e outros setores. A liberalização comercial contínua pode conter estas tensões ao aprofundar as interdependências no mercado mundial, mas apenas por meio do realinhamento das rivalidades existentes e desequilíbrios que originariamente promoveram o livre comércio. No entanto, o padrão de ajuste continua sendo confuso por causa da hierarquia de poder dentro do mercado mundial[30].

(4) *A "internacionalização" do capital estrangeiro*. As corporações multinacionais são os principais agentes que organizam a internacionalização do

capital. Elas internalizam a cooperação e a competição em suas estruturas operativas pelo aumento da especialização e a intensificação do emprego de capital por meio de desenvolvimento tecnológico e comércio entre empresas. Durante a década de 90, cerca de 75% do estoque do investimento estrangeiro direto (IED) estava localizado nos países de capitalismo avançado, e tais países também eram responsáveis por cerca de 80% de todos os fluxos externos de IED e cerca de metade de todos os influxos[31]. As alianças capitalistas que as multinacionais incorporam assumem muitas formas que incluem o investimento direto, fusões e aquisições, investimentos conjuntos, relações de terceirização e a internacionalização de propriedade compartilhada. E o investimento estrangeiro direto é hoje generalizado em todos os setores e não está limitado aos bancos e às corporações industriais. Em outras palavras, a exportação de capital é, em primeiro lugar, uma questão de relações inter-imperiais.

O período do neoliberalismo transformou significativamente a natureza da interpenetração do capital. Notavelmente, após realizar mais da metade de todo IED globalmente no período do pós-guerra, os EUA hoje representam apenas cerca de um quarto dos estoques de IED, e possui um montante igual de IED residente no país. Em 2002, os EUA permaneceram como os maiores receptores de IED do mundo bem como o maior investidor[32]. Por outro lado, os IED japonês e alemão aumentaram significativamente, de cerca de 1% do IED mundial em 1960 para 11 e 9% respectivamente em 2000. Apesar do aumento, os influxos permanecem muito menores em ambos os países (com o Japão ainda recebendo menos que 1% do IED mundial). O IED interno está se tornando relativamente tão importante para os EUA como o é para a UE como um todo.

Além disso, a necessidade de financiar o déficit em conta corrente descontrolado dos EUA tem significado que os fundos ingressaram para comprar ativos financeiros de todo tipo no país. Durante o novo *boom* econômico de 1995-2000, este fluxo decorreu em parte das altas taxas de retorno dos ativos estadunidenses, da visão de que os EUA eram "um santuário seguro" e do uso de quantidades crescentes de dólares para a compra de ativos estadunidenses. Estes desenvolvimentos forçaram ainda mais os ativos líquidos dos EUA a um déficit (um processo que teve início no final dos anos 80) de cerca de US$ 1,5 trilhões e próximo a um quinto do PIB[33]. Com a desaceleração, os ativos dos EUA tornaram-se menos atrativos e o IED caiu, ainda que os investimentos em portifólio continuaram a ingressar para cobrir o déficit de pagamentos. A internacionalização do capital estrangeiro dentro de estados nacionais claramen-

te não está mais limitada à penetração dos EUA nos estados europeus, mas abarca o bloco imperialista como um todo.

(5) *Internacionalização e os circuitos do capital.* A partir dos anos 70, a desaceleração econômica e o neoliberalismo levaram a uma financiarização significativa da economia. O capital monetário agora assume diversas formas relativamente desenraizadas da economia real: investimento estrangeiro direto na forma de aquisições ao invés da construção de novas instalações produtivas; enormes mercados de crédito; mercados acionários interconectados; a circulação massiva nos mercados de dinheiro que supera amplamente os requisitos do comércio de mercadorias; e mercados financeiros secundários que multiplicam o risco. Tais desenvolvimentos, a um só tempo, estreitaram as interdependências do mercado mundial na medida em que o capital monetário e especulativo se movimenta de modo mais livre entre as diferentes zonas do mundo, e as rivalidades se tornam mais claras na medida em que as diferentes zonas de produção competem pelos fluxos financeiros e enfrentam disciplinas competitivas que contêm o potencial de ampliar em choques maiores os distúrbios econômicos. O crescimento econômico lento tem significado que os retornos ao setor financeiro têm sido maiores que no setor produtivo e, portanto, transferiu o capital para o setor financeiro e tornou o capital financeiro (mesmo dos governos, ainda que em um sentido menor) o principal alocador de crédito. Nos países do centro, estes processos significaram uma transferência dos fluxos de renda para os detentores de ativos financeiros. Nos EUA, o crescimento da dívida habitacional e corporativa e os novos déficits fiscais do governo aumentaram vastamente esta transferência[34].

As contradições são ainda mais claras para os países periféricos no mercado mundial, particularmente os mercados emergentes que foram abençoados com influxos de capital financeiro. Para considerar uma das maiores economias do "sul", o Brasil mantém reservas cambiais de apenas US$ 20-30 bilhões, deve em torno de US$ 250 bilhões em dívida acumulada (denominada em grande parte em dólares), e os bônus brasileiros têm taxas que superam em mais de 20% as dos bônus do tesouro dos EUA (comparáveis aos níveis da Argentina antes do colapso de dezembro de 2001). Isto requer esforços enormes por parte do Brasil para produzir os níveis de exportação necessários ao serviço da dívida, e ameaça o colapso do *real* causado pela fuga de *hot money* ao sinal de qualquer desordem econômica. A América Latina como um todo está numa situação similar, e ficou demonstrada a dificuldade de conter a expansão do "contágio" da crise argentina. A partir de estudos recentes, a CEPAL concluiu que a

região atravessou outra "década perdida" na qual saíram capitais da região para pagar a dívida e na qual os lucros e dividendos superaram as entradas de capital na ordem de US$ 7 bilhões anuais (aproximadamente 0,4% do PIB regional) nos anos recentes[35]. Isto só pode piorar na medida em que se prevê que o PIB regional decresça por causa da desaceleração mundial e que aumentem as dificuldades para a entrada das exportações para os EUA, por causa da queda do valor do dólar.

A deflação da bolha de ativos adiciona outra tensão entre os EUA e as outras zonas que complica qualquer caminho de ajuste no mercado mundial. Só nos EUA de 2000 à metade de 2002, uma estimativa de US$ 7 trilhões e 1000 companhias foram perdidos em valorizações do mercado (e US$ 11 trilhões no mundo todo)[36]. Isto corresponde a cerca de metade do valor total do mercado; índices de mercado mais amplos apontam quantias similares, com o índice NASDAQ, que inclui um componente importante de tecnologia, desvalorizado quase em 80%. Com a queda dos rendimentos dos bônus resultantes da redução das taxas de juros e das grandes injeções de liquidez, os principais índices de ações subiram cerca de 25% na primeira metade de 2003, alimentados mais por expectativas do que propriamente por uma recuperação econômica[37]. Levando em conta as relações entre preço-utilidade usadas para avaliar os valores de capitalização dos mercados, que mais uma vez superam amplamente os valores médios de longo prazo (levando em consideração que, após um longo *boom*, normalmente se espera um longo período de desvalorização), poder-se-ia pensar que está se formando uma nova bolha financeira. É difícil encontrar alguma base teórica ou empírica para concluir que os níveis atuais podem se manter, o que a deflação da bolha de ativos e o conseqüente "mercado vendedor" não afetarão a economia real.

Na verdade, existem várias razões para sugerir que a desarticulação da bolha levará algum tempo e estará acompanhada da queda da acumulação e de tendências deflacionárias. Primeiro, as demandas financeiras realizadas no momento do crescimento da bolha estão tipicamente baseadas em projeções de um crescimento contínuo dos ativos que são difíceis de verificar depois que a bolha estourar. As falências ocorrem quando a destruição de capital se torna necessária para restaurar a base lucrativa para a acumulação. Os gastos em capital parecem declinantes até o fim do processo (a menos que a bolha possa de alguma forma ser inflada novamente, o que joga os problemas de hoje para amanhã). Segundo, a mudança que ocorreu durante os anos 90 na medida em que as pensões deixaram de ser benefícios pré-definidos para transformar-se em planos

de contribuição individualmente dirigidos e definidos, fazendo com que os fundos se voltassem para as ações, danificaram seriamente as projeções de retorno dos fundos de pensão. No futuro, tanto empresas como indivíduos deverão incrementar suas poupanças para enfrentar as necessidades de pensão futuras. Terceiro, também deve-se prestar atenção ao peso da dívida dos particulares, qualquer que seja o impacto preciso do "efeito riqueza" originado no uso de valores inflados de ativos destinado a influir sobre o crédito, para ao menos reestabelecer os equilíbrios de poupança aos níveis tradicionais. Nos EUA, durante 2002, as amortizações dos fundos comuns de investimentos e outro tipo de instrumentos financeiros de risco foram absorvendo bilhões de dólares por mês, destinados para pagar dívidas ou para agregar "reservas de efetivo", ainda que alguns destes fundos estão retornando para o mercado de valores com a finalidade de aproveitar a bolha mais recente.

(6) *A reorganização interna dos estados*. A internacionalização do capital depende de uma intervenção constante do estado. Durante o período do neoliberalismo, o estado internalizou a competitividade internacional com um de seus objetivos para mediar a territorialização da produção de valor e a crescente dependência da circulação internacional. Portanto, um parâmetro chave da reorganização do estado foi a administração da economia nacional de um modo que as taxas de câmbio e balança de pagamentos sustentassem a internacionalização dos circuitos de capital monetário. Isto fez com que os bancos centrais "independentes" ocupassem o ápice do aparelho do estado. Mesmo com desequilíbrios financeiros sérios, a Reserva Federal, o Banco Central Europeu e o Banco do Japão continuaram a basear-se nos cortes da taxa de juros, na expansão dos empréstimos líquidos privados, nos fluxos internacionais de capital, e em uma desvalorização assimétrica do dólar com relação ao Euro (mas não ao Yen) para estimular a recuperação[38].

Uma segunda dimensão é o fornecimento pelo estado de um ambiente social e fiscal hospitaleiro para atrair novos investimentos em capital fixo e proteger os existentes, em um contexto em que a política monetária garante os fluxos internacionais de capital. Portanto, mesmo quando os estado permitem que os déficits fiscais cresçam, continuam a seguir uma estratégia redistributiva de austeridade competitiva, que torna os trabalhadores, os pobres e os serviços públicos de que estes dependem vulneráveis ao esgotamento por constantes cortes nos gastos públicos, além dos cortes em impostos regressivos que ocorrem simultaneamente. A proposta orçamentária do Governo Bush para 2003, por exemplo, pro-

jeta um déficit de US$ 400 bilhões, ao mesmo tempo em que corta cerca de US$ 350 bilhões em impostos, particularmente sobre os dividendos e taxas marginais de impostos, e reduz o gasto com saúde, educação e infraestrutura. A Alemanha, por sua vez, ainda que esteja por quebrar o limite do déficit de 3% do PIB em 2003 estabelecido no Pacto de Estabilidade e Crescimento, reduz os impostos sobre a renda e heranças e restringe os benefícios para os desempregados, as proteções dos empregos e as pensões. O Japão, por sua vez, planeja um déficit de 7% do PIB no orçamento, ao mesmo tempo em que corta impostos sobre renda e heranças e gastos correntes, e continua com a redução das proteções do mercado de trabalho[39].

Finalmente, a internacionalização do aparelho do estado no sentido de mediar a extensão e intensificação do mercado mundial também continua[40]. Por um lado, os processos de regionalização nos três blocos comerciais estão forçando, por meio da UE, negociações comerciais variadas na Área de Livre Comércio das Américas, e novos vínculos cooperativos no Leste Asiático. Por outro lado, novas áreas de liberalização comercial, em particular na agricultura e nos serviços, permanecem na agenda da OMC; e tanto o FMI quando o Bank of International Settlements continuam a financiar novas medidas para liberalizar contas de capital e reformar os requisitos para adaptação ao capital dos sistemas bancários nacionais. Nesse sentido, a reorganização do estado aponta para a intensificação da competição internacional entre estados na mesma medida em que a coordenação entre os estados continua a se aprofundar no mercado mundial.

(7) *Contradições das relações interimperiais*. A "interdependência desigual" que caracterizou as relações inter-imperiais no período do neoliberalismo torna tais relações bem distintas daquelas que existiam durante tanto o período do *boom* do pós-guerra e da crise da década de 70. Enquanto os EUA permanecem como o centro competitivo do mercado mundial em termos de capacidade produtiva, do comando dos fluxos financeiros, centralidade nas modalidades neoliberais de governança e seu papel como "importador de última instância", tornaram-se dependentes do suporte de políticas de estados em outras zonas chave para manter a internacionalização do capital e sua absorção sem precendentes da poupança mundial. A interdependência desigual se baseia em todas as oscilações da competição entre estados e na cooperação no interior do bloco capitalista. Isto produziu –e continua a reproduzir– padrões de competição e internacionalização do capital especificamente neoliberais, bem como

relações sociais domésticas e internacionais que unificaram o mercado mundial de um modo que preveniu a diferenciação entre as zonas, fenômeno derivado do conflito político para o acesso exclusivo a mercados. Durante os anos 90, a interação entre os desequilíbrios comerciais, financialização e desaceleração foram resolvidas "positivamente" na medida em que a "nova economia" dos EUA forneceu as fontes para que a demanda mundial pudesse manter a continuidade da acumulação. O ajuste dos "excessos do setor privado" agora ameaça influir "negativamente" no mercado mundial como um todo, sem que outros centros imperialistas sejam capazes de preencher o buraco[41]. Em um contexto de relativa estagnação, o neoliberalismo parece que aumenta seu controle sobre o bloco imperialista.

NEOLIBERALISMO, IMPERIALISMO E O PODER ESTADUNIDENSE

A internacionalização do capital nas últimas duas décadas não é, portanto, um "ajuste espacial" sem fim para uma crise econômica permanente tanto do bloco imperialista como um todo ou do capitalismo dos EUA em particular. Pensar nestes termos lembra a velha teoria clássica do imperialismo que entende o interesse deste último por contar com mercados para seus excedentes como uma relação externa. Esta concepção é errônea porque, por um lado, trata a particularidade da produção de valor e das relações de classe como diferente da circulação do capital no mercado mundial e, por outro lado, porque vê as relações contraditórias entre ambas como sintomas de crise mais que como traço constitutivo das novas formas de competição internacional surgidas sob o neoliberalismo. Esta concepção leva à busca de modelos de desenvolvimento nacional mais "coerentes" que possam se opor ao "modelo norte-americano", ou a previsões extremas de conflito interimperial ascendente e de crise em torno do processo de desvalorização que os EUA estão tentando impor sobre os outros países.

De fato, o neoliberalismo se consolidou como um regime global institucionalizado, que inclui formas particulares de desenvolvimento, competição internacional e "reforma" estatal. A "burguesia interna", que se tornou central para a organização do bloco no poder de cada um dos países imperialistas, possui interesse em manter o neoliberalismo. Estes últimos apostam no "modelo norte-americano", que, contrariamente ao que postulam muitos opositores do neoliberalismo, não deve ser visto como uma importação ou imposição externa que minava uma "burguesia nacional" indefesa, mas como uma matriz política que, nesta fase do imperialismo, satisfaz os interesses internos de classe do bloco no poder dentro de cada estado. Isto é em

parte uma questão de seu interesse pela redução dos rendimentos dos assalariados para buscar a competitividade internacional; em parte uma questão dos interesses individuais de alguns dos membros-chave do bloco no poder na privatização do setor público; e, em parte, fruto da necessidade de manter os circuitos internacionais de capital que tornaram o reinvestimento de capital e sua realização mais dependentes do mercado mundial.

A internacionalização de capital não supõe nem uma superação das contradições próprias das relações inter-imperiais (devida à transnacionalização dos interesses capitalistas) nem uma dependência econômica unilateral do poder dos EUA. A competição internacional assume hoje a forma da interpenetração do capital e do asseguramento do espaço econômico extranacional através da extensão do sistema de estado-nação e da formação de blocos econômicos multinacionais. O capital internacionalizado tem acesso a seu próprio estado "de origem" (e, por conseguinte, às instituições supranacionais que são produto dos estados), e também aos estados em que investe. Tanto o estado "de origem" como o "anfitrião" asseguram ativamente a reprodução ampliada do capital, promovendo mais que se opondo à competição internacional. A "interdependência desigual" que caracteriza o mercado mundial nesta fase imperialista significa que a rivalidade competitiva não culmina em conflito geomilitar (como pensava Lênin), ou em políticas expansionistas específicas sobre as quais podem se unificar os interesses de todos os capitalistas (como previa Kautsky). O mercado mundial tampouco está enfrentando uma iminente crise internacional produzida pelo aprofundamento das rivalidades competitivas que não possam continuar sendo contidas politicamente.

Por outro lado, persistem a competição internacional e as contradições entre os centros imperialistas. Em outras palavras, o período do neoliberalismo produziu formas particulares de "unidade e contradição nos circuitos internacionais de capital" que devem ser examinadas nos seus próprios termos. Na velha economia do imperialismo, as contradições nas relações inter-imperiais concentraram-se em conflitos territoriais para satisfazer as necessidades expansionistas de mercados para bens ou capitais. Na nova economia do imperialismo, a interdependência e as rivalidades competitivas entre os centros imperialistas estão concentradas no desenvolvimento desigual das condições para a circulação internacional de capital. Como vimos, os EUA forneceram a demanda global necessária para a circulação internacional, enquanto que o resto do bloco imperialista apresenta superávits comerciais e exporta capital aos EUA (uma vez que o bloco dominado, com algumas exceções no Leste asiático, é pressionado para obter superávits comerciais para cumprir com as obrigações de crédito, mas não das necessidades de desenvolvimento). Isto reflete, como argumentamos,

o declínio da superioridade relativa do capital estadunidense do período do pós-guerra (mesmo que continue sendo dominante tanto em tamanho como em capacidade); a formação assimétrica dos blocos continentais; e a interpenetração dos três blocos através da internacionalização do capital. Não está de todo claro como se resolverão estas contradições no mercado mundial, especialmente levando em conta o declínio da atividade econômica progressivamente sincronizada nos três blocos.

É possível, claro, que a economia estadunidense possa se expandir novamente com êxito e que volte a fornecer a demanda necessária para a acumulação internacional. Os EUA utilizaram ativamente tais expansões não apenas para estimular o crescimento, mas também para reforçar sua hegemonia. Utilizaram a dependência das exportações de outras zonas dos EUA para forçá-las a aprofundar sua adesão ao neoliberalismo, o qual fortaleceu a internacionalização do capital estadunidense, dando-lhe acesso a novos mercados e à compra de ativos externos. Por sua vez, a entrada de capitais nos EUA que tendem a cobrir os déficits financeiros permitiu certo grau de reestruturação do estoque de capital estadunidense, especialmente quando a acumulação se fundiu na Alemanha e Japão. Mas sem expansões paralelas na Europa e no Japão, os EUA provavelmente gerarão desequilíbrios ainda maiores nas dívidas pessoais e corporativas e nos pagamentos internacionais, e aumentarão os preços dos ativos. É muito pouco claro como se poderia dar um equilíbrio futuro que não esteja acompanhado por distúrbios significativos no mercado mundial e por alguns realinhamentos nas relações inter-imperiais, incluindo a posição do dólar como a moeda internacional quase única.

Alternativamente, recordando o início dos anos 90, o dólar estadunidense poderia continuar se ajustando, com um crescimento mais lento que permitiria correções nos balanços internos, e o resto do bloco imperial desempenhando um papel mais importante no estabelecimento da demanda mundial e absorvendo as exportações líquidas dos EUA de modo similar. Isto é o que a recessão em curso desde 2001 nos EUA deveria estar fomentando. No entanto, as mudanças no sentido da reflação e de um distanciamento da dependência de exportações que seriam requeridas da União Européia e do Leste da Ásia para esta rodada de ajustes que não foi produzida. O Japão ainda é prisioneiro de uma deflação baseada nos ativos que não foi compensada por uma década de medidas fiscais keynesianas; boa parte da Ásia ainda é subdesenvolvida e dependente das exportações, e as moedas asiáticas (especialmente a unidade monetária chinesa) foram mantidas vinculadas aos baixos valores relativos do dólar para manter a competitividade das exportações. Por sua vez, tudo isto fez com que o gasto japonês de cerca de 6 bilhões de yenes (mais de US$ 50 bilhões)

na primeira metade de 2003 impedisse a valorização do yen e minasse as esperanças de recuperação do Japão[42]. Portanto, este depende de que a Europa se torne capaz de absorver uma porção muito maior das exportações mundiais (inclusive a dos EUA), pressões que se refletem no aumento do Euro. Não está de todo claro que a União Européia seja política, organizacional ou economicamente capaz de realizar este projeto. O Pacto de Estabilidade e Crescimento e a independência e as políticas restritivas do Banco Central Europeu bloquearam o ativismo fiscal e a reflação impulsionada pelo crédito. A paralisia européia nestas áreas de política econômica, apesar das medidas de flexibilidade e competitividade dos mercados promovidas, parece destinada a perdurar.

Em nenhum destes cenários, no entanto, há razões para esperar que a modulação das relações interimperiais constitua uma ruptura com o neoliberalismo ou a centralidade do poder dos EUA. Um Euro mais forte, uma nova constituição da União Européia com a inclusão de mais membros, e movimentos no sentido de políticas de segurança e defesa comuns podem estar registrando estas modulações. Contudo, é difícil pensar que a União Européia esteja propondo alguma transformação estratégica, e não uma mudança meramente tática, que transcenda os confins das instituições existentes e dos mercados neoliberais para coordenar as relações interimperiais.

Há um terceiro cenário mais dramático que não poder ser descartado como impossível. A recessão que envolve os EUA poderia simplesmente continuar por mais tempo, e a correção dos desequilíbrios estadunidenses desembocar em um ciclo deflacionário a partir de maiores desastres com os ativos e calote de dívidas. Isto reforçaria os atuais problemas deflacionários do Japão e da Alemanha. Se fosse suficientemente brutal, esse processo de desvalorização radical poderia corrigir os desequilíbrios estadunidenses, ainda que seja impossível prever onde e como poderia terminar. Em uma fase mais inicial do imperialismo, estes processos desataram os desastres econômicos do período do entre-guerras na medida em que as rivalidades competitivas estrangularam e, então, interromperam a circulação internacional de capital. Mas hoje o bloco imperialista certamente tentaria uma resposta coordenada através das instituições internacionais existentes para frear rapidamente esta espiral econômica letal e restaurar certa estabilidade, se não todas as condições para uma rápida acumulação.

A interdependência desigual do mercado mundial durante este período de neoliberalismo serviu precisamente para evitar guerras comerciais que tendiam a "prejudicar o vizinho" e a desvalorizações agudas. Em seu lugar, produziu-se uma coordenação de políticas dentro do bloco imperialista que tende a realinhar as moedas ou a injetar liquidez em

conjunturas cruciais, a reproduzir os padrões existentes de competição internacional ao custo de pôr ainda mais capital fictício e especulativo em circulação. Se Leo Panitch e Sam Gindin têm razão ao sugerir que atualmente as relações inter-imperiais impedem que as contradições econômicas intrínsecas levem novamente aos enfrentamentos violentos do passado entre rivais imperiais, também têm razão ao alertar sobre os limites que o império norte-americano impõe –que rege através dos estados– para o desenvolvimento de uma estratégia de crescimento neoliberal coordenada, mesmo entre os países capitalistas avançados[43]. Isto é assim porque a nova economia do imperialismo não elimina a competição: tanto a competição como a unidade permanecem nos circuitos internacionais de capital. Ademais, em condições de crescimento econômico lento e capacidade inutilizada no mercado mundial, a rivalidade competitiva obriga cada zona do mundo a embarcar em um processo contínuo de inovação e redução de custos, e a internacionalizar seu capital em busca de novos mercados e para baratear sua produção.

Na verdade, a reorganização dos estados e das relações sociais tende a fomentar a competição internacional, em todas estas formas, foi um traço integral desta fase do imperialismo nos três blocos imperialistas. Os aparelhos de estado estão sendo sistematicamente reorganizados em torno de uma estratégia de "austeridade competitiva" –fortalecimento dos aparatos econômicos que predizem a internacionalização do capital enquanto reestruturam as políticas trabalhistas para efetivar a compressão dos salários, busca de austeridade fiscal para as políticas sociais enquanto os impostos são reduzidos para atrair capital internacional, e assim sucessivamente. Não obstante, a aparência "keynesiana" das medidas que tendem a reflacionar a economia e manter condições para a realização mediante a extensão do crédito privado e do retorno aos déficits governamentais (uma vez que continuam se saqueando os funcionários públicos), é a dinâmica redistributiva da austeridade da classe operária para incrementar a competitividade internacional que, sobretudo, orienta as políticas estatais. A intensificação da exploração nas relações de classe dos espaços diferenciados do mercado mundial é a outra face da internacionalização do capital e da expansão do mercado mundial nesta fase do imperialismo.

Como assinalou Alavi, o novo imperialismo demanda a incorporação de todas as zonas do mercado mundial em um sistema econômico universalizado –as regras formalmente "iguais" de troca do mercado capitalista mundial e as normas do sistema do estado-nação. No bloco imperialista, a internacionalização do capital solidificou um interesse material de manter as formas de desenvolvimento desigual e os acordos organizacionais hierárquicos do mercado mundial atual. O neoliberalismo como forma

de poder social e de relações de classe, e a competitividade internacional como sua expressão exteriorizada, é reproduzido nos capitalismos nacionais não como uma organização mais "racional" do mercado mundial, ou como uma imposição do "modelo norte-americano" sobre os modelos "europeu" ou do "Leste asiático", mas como parte do imperialismo contemporâneo. De fato, inclusive as classes dominantes no bloco dominado podem ver seus interesses –tanto em termos de acumulação de capital como do desejo de ascender na escala da cadeia imperialista– representados na circulação internacional do capital, tal como as elites coloniais e compradoras do passado fizeram no velho imperialismo. Isto é assim apesar das repugnantes ineqüidades que as políticas de ajuste estrutural neoliberais produzem e que reduzem o consumo dos pobres e dos trabalhadores nestes países para melhorar a competitividade internacional, enquanto as poupanças mundiais fluem para financiar a prodigalidade dos consumidores estadunidenses e do bloco imperialista em sua totalidade.

Como isto se sustenta? Aqui se sustenta a importância da visão de Dick Bryan no sentido de que hoje "a contradição entre o caráter internacional da acumulação e da nacionalidade de regulação estatal não se resolve mediante a subordinação da última à primeira, mas mediante a redefinição do papel do estado que faz com que a dominação dos cálculos globais se apresente como beneficiosa para todos os habitantes do país. Em particular, a classe operária em cada nação deve ser convencida de que a busca da competitividade internacional é uma agenda válida tanto para os trabalhadores como para o capital"[44]. Enquanto a velha economia do imperialismo combinada politicamente uma "aristocracia trabalhadora" com "projetos imperiais" através do nacionalismo, a nova economia do imperialismo interioriza uma lógica de competição internacional entre os trabalhadores, empresas e estados na construção de "projetos locais" e "nacionais" para manter "seu" espaço em um mundo globalizado. Para minar esta lógica, será crucial que as lutas antiimperialistas atuais desafiem a ideologia e a prática da competição internacional, tal como está universalizada em instituições como a OMC e o FMI e particularizada em estados nacionais e ambientes de trabalho locais. Neste contexto, as lutas antiglobalização contra as instituições econômicas internacionais que fomentam a internacionalização do capital foram um passo importante da esquerda. O passo seguinte que se faz necessário dar é o desenvolvimento de novas lutas pela "soberania democrática" sobre os impérios do capital, que impliquem em visões e práticas apropriadas para "uma classe diferente de estado". Estas são as únicas estratégias democráticas de saída do neoliberalismo e de sua interminável busca de competitividade; ou seja, de saída da economia do novo imperialismo.

NOTAS

1 "Imperialism Old and New", em *Socialist Register 1964*, New York: Monthly Review Press, 1964, pp. 104 e 123-4.

2 Esta idéia foi desenvolvida melhor por Harry Magdoff em seu "imperialismo sem colônias" (confira seu *Imperialism: From the Colonial Age to the Present*, New York: Monthly Review Press, 1978), e por Leo Panitch e Sam Gindin a partir de sua concepção de "império informal" (confira seu ensaio neste volume), ambos escrevem especialmente sobre o imperialismo dos EUA.

3 Veja: David Gordon, "The Global Economy: New Edifice or Crumbling Foundations?", *New Left Review*, 168, 1988; Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century*, London: Verso, 1994; e Robert Brenner, "The Economics of Global Turbulence", *New Left Review*, 229, 1998. As análises weberianas foram ainda mais insistentes sobre a crescente rivalidade, mas não chegaram perto da dinâmica de poder envolvida ou dos processos contraditórios de um desenvolvimento desigual. Veja: Jeffrey Hart, *Rival Capitalists: International Competitiveness in the United States, Japan, and Western Europe*, Ithaca: Cornell, 1992; e Robert Boyer e Jean-Pierre Durand, *After Fordism*, London: Macmillan, 1997.

4 "New US Economy Part 2: Winning Ways: Ready Bucks and a Flair for Risk", *Financial Times* (14/12/1999).

5 Michael Hardt e Antonio Negri, *Empire*, Cambridge: Harvard University Press, 2000; Leslie Sklair, *The Transnational Capitalist Class*, Oxford: Blackwell, 2001; e Stephen Gill, *Power and Resistance in the New World Order*, New York: Macmillan, 2003.

6 Peter Gowan, *The Global Gamble*, London: Verso, 1999; Leo Panitch, "The New Imperial State", *New Left Review*, 2, 2000; e Michael Hudson, *Super Imperialism: The Origin and Fundamentals of US World Dominance*, London: Pluto, 2003.

7 "Comments on Imperialism", *Radical History Review*, 57, 1993, p. 77.

8 Karl Marx, *Grundrisse*, New York: Vintage, 1973, pp. 539, 542.

9 Marx, *Grundrisse*, p. 408.

10 David Harvey, *The Limits to Capital*, Chicago: University of Chicago Press 1982.

11 Veja Aijaz Ahmad, ed., *On the National and Colonial Questions: Selected Writings of Marx and Engels*, New Delhi: Leftwords Books, 2001.

12 Karl Marx, *Capital, Volume 1*, New York, International Publishers, 1967, p. 451.

13 Karl Marx, *Capital, Volume 3,* New York, International Publishers, 1967, pp. 237-40.

14 Karl Marx, *A Contribution to the Critique of Political Economy*, New York: International Publishers, 1970, p. 80.

15 Para as revisões veja: Anthony Brewer, *Marxist Theories of Imperialism*, London: Routledge, 1980; Charles Barone, *Marxist Thought on Imperialism*, Armonk: M.E. Sharpe, 1985; e Alex Callinicos, "Marxism and Global Governance" em David Held e Anthony McGrew, eds., *Governing Globalization*, Oxford: Polity, 2002.

16 Nikolai Bukharin, *Imperialism and World Economy*, London: Merlin, 1972, pp. 25-6 e 80. Confira também: Rosa Luxemburgo, *Accumulation of Capital*, London: Routledge and Kegan Paul, 1951; Rudolf Hilferding, *Finance Capital*, London: Routledge, 1981; V.I. Lênin, *Imperialism: The Highest Stage of Capitalism*, Peking: People's Publishing House, 1964; e Karl Kautsky, "Ultra-Imperialism", *New Left Review*, 59, 1970.

17 Isto foi levado em consideração tanto pelos teóricos da dependência quanto pelos novos teóricos marxistas do imperialismo cujo enfoque estava sobre os países periféricos.

18 Ernest Mandel, *Europe versus America: Contradictions of Imperialism*, New York: Monthly Review Press, 1970; Robert Rowthorn, "Imperialism in the 1970s – Unity or Rivalry?" *New Left Review*, 69, 1971; e John Halliday e Gavan McCormack, *Japanese Imperialism Today*, New York: Monthly Review Press, 1973.

19 James Petras e Robert Rhodes, "The Reconsolidation of US Hegemony", *New Left Review*, 97, 1976; e Martin Nicolaus, "The Universal Contradiction", *New Left Review*, 59, 1970.

20 Veja Alavi, "Imperialism Old and New" como também o ensaio de Stephen Hymer, Christian Palloix e Robin Murray em Hugo Radice, ed., *International Firms and Modern Imperialism*, New York: Penguin, 1975.

21 Nicos Poulantzas, *Classes in Contemporary Capitalism*, London: New Left Books, 1974, p. 81.

22 Leo Panitch, "Globalisation and the State", em *Socialist Register 1994*, London: Merlin Press, 1994.

23 Esta seção é baseada em: Michel Beaud, *A History of Capitalism, 1500-2000*, New York: Monthly Review Press, 2001; Robert Brenner, *The Boom and the Bubble*, London: Verso, 2002; e Robert Albritton, Makoto Itoh, Richard Westra e Alan Zuege, eds., *Phases of Capitalist Development*, New York: Palgrave, 2002.

24 Angus Maddison, *The World Economy: A Millennial Perspective*, Paris: OECD, 2001, pp. 131 e seguintes.
25 FMI, *World Economic Outlook*, Abril de 2003, Washington: FMI, 2003, capítulo 1; Stephen Roach, *Deflation in the World Economy*, New York: Morgan Stanley, Novembro de 2002; e "Breaking the Deflationary Spell", *The Economist*, 28 de junho de 2003.
26 *World Economic Outlook*, p. 11.
27 Veja: "Bankruptcies Forecast to Stay Near Record", *Financial Times*, (27/02/2003); Robert Brenner, "Towards the Precipice", *London Review of Books*, 25(3), 2003; e Wynne Godley, "The US Economy: A Changing Strategic Predicament", Levy Economics Institute, 2003.
28 OECD, *Economic Outlook*, 73, Paris: OECD, 2003, pp. 10-16.
29 Fred Bergsten e John Williamson, eds., *Dollar Overvaluation and the World Economy*, Washington: Institute for International Economics, 2003; e "Washington"s Weak Dollar Policy", *Financial Times*, (20/05/2003).
30 É exatamente isso o que o Banco Internacional de Pagamentos postula em seu *Annual Report 2003*, Basel: BIS, 2003, capítulo 8.
31 UNCTAD, *World Investment Report 2002*, New York: United Nations, 2002; Peter Dicken, *Global Shift*, New York: Guilford, 1998, pp. 42-9; e Richard Kozul-Wright e Robert Rowthorn, eds., *Transnational Corporations and the Global Economy*, London: Macmillan, 1998.
32 UNCTAD, *World Investment Report* 2002, p. 37.
33 Maddison, *The World Economy*, pp. 135-7. Em contraste, Alemanha e especialmente Japão possuem superávits em seus ativos líquidos.
34 Veja: "The Debt Bomb", *Barron's*, 20 de janeiro de 2003; e "The True Cost of Hegemony: Huge Debts", *New York Times*, (20/04/2003).
35 ECLAC, *Latin America and the Caribbean in the World Economy, 2000-1*, Santiago: ECLAC, 2002.
36 Baseado no índice Wiltshire 5000 de todas as companhias que operam publicamente: veja "Hold on for a Wild Ride", *New York Times* (21/07/2002).
37 "Market Bubble Being Inflated?", *Toronto Globe and Mail*, 20 de junho 2003; e "On a Wing and a Prayer", *Financial Times* (03/07/2003).
38 BIS, *Annual Report 2003*, capítulo 4.
39 OECD, *Economic Outlook*, pp. 71-80; Paul Krugman, "Jobs, Jobs, Jobs", *New York Times* (22/05/2003); e "Schröder Urges Party to Grasp Need for Reform", *Financial Times* (24/05/2003).
40 WTO, *Annual Report 2003*, Geneva: WTO, 2003, capítulo 1.
41 Confira: "The World Economy Adjusts to a Disappointing Decade", *Financial Times*, (02/07/2003); e Alex Izurieta, "Economic Slowdown

in the US, Rehabilitation of Fiscal Policy and the Case for Co-ordinated Global Reflation", Cambridge University, CERF Paper Working Paper N. 6, 2003.

42 "Investors Place Bets on Asia Foreshadowing US Recovery", *Financial Times*, 27/06/2003.

43 Leo Panitch e Sam Gindin, "Global Capitalism and American Empire", neste volume.

44 Dick Bryan, *The Chase Across the Globe*, Boulder: Westview Press, 1995, p. 186.

socialist 2004 brasil2.indd 160 3/29/06 12:42:25 PM

VERDADES E MITOS SOBRE A INVASÃO DO IRAQUE*

NOAM CHOMSKY

A invasão do Iraque não pode ser descrita de modo sério como uma guerra contra o Iraque, pelo menos não mais que a invasão da Bélgica pelos nazistas em 1940 como sendo uma guerra contra a Bélgica. A capacidade de resistência do Iraque era tão limitada que fica difícil chamar isso de guerra. A declaração do presidente Bush, vestindo um traje de combate e de pé no *deck* do porta-aviões Abrahan Lincoln, - "os Estados Unidos e nossos aliados vencemos"- completou um mito[1] cuidadosamente construído. Por isso, é importante nos recordarmos de alguns fatos salientes.

AS RAZÕES OFICIAIS ERAM ENGANOSAS

Quando os tambores de guerra começaram a soar, Bush, Powell e os demais funcionários saíram de sua rota para se assegurar de que tivéssemos entendido as razões oficiais por meio de uma dose sustentada de autocontradição. Um dia, a "única questão" era quando o Iraque se desarmaria. Ari Fleischer, porta voz da Casa Branca, dizia: "Estamos convencidos de que eles possuem armas de destruição de massa –é disso que se tratava e

* Este ensaio foi baseado em parte nas entrevistas com V. K. Ramachandran em (03/04/2003), em *Frontline* (Índia) e com Michael Albert (13/04/2003), ambas disponíveis na Znet <www.zmag.org>.

se trata a guerra". Este foi o pretexto utilizado durante toda a farsa do desarmamento da Organização das Nações Unidas (ONU). Na verdade, a Comissão das Nações Unidas de Vigilância, Verificação e Inspeção (UNMOVIC) estava fazendo um bom trabalho para levar adiante o desarmamento do Iraque, e poderia ter continuado se esse fosse o objetivo. Mas, após Powell e outros terem afirmado solenemente que esta era a "única questão", o presidente Bush afirmou e ao mesmo tempo rejeitou este argumento anunciando que o desarmamento não era em absoluto o objetivo: mesmo que não houvesse um canivete em todo o Iraque, os EUA invadiriam de qualquer maneira, porque estavam comprometidos com a "mudança de regime". Logo escutamos que tampouco se tratava disto. Na cúpula dos Açores, onde Bush e Tony Blair lançaram seu ultimato à ONU –"Façam o que dizemos ou tornem-se 'irrelevantes'"– ficou claro que a invasão se realizaria mesmo se Saddam e sua trupe abandonassem o país. Portanto, "mudar o regime" não era suficiente: devia ser modificado para o regime correto, aquele que, pegando emprestada a terminologia britânica que costumava vigorar na região, empresta aos governantes estadunidenses uma "fachada árabe". Outras vezes escutamos que o objetivo era a "democracia" no mundo. Os pretextos dependiam da platéia e das circunstâncias. Nenhuma pessoa pensante poderia levar a sério esta piada.

Para começar, o Iraque não era uma força militar e foi amplamente desarmado durante a década de 90, enquanto a maioria da sociedade iraquiana foi levada ao limite de subsistência pelas sanções dos EUA e do Reino Unido, que usaram a ONU como disfarce. Sua economia e seus gastos militares correspondiam a cerca de um terço dos do Kuwait, que possui 10% da população do Iraque, bem menos que outros na região e ainda menos com relação à superpotência regional, Israel (nesse momento virtualmente uma base militar estrangeira dos EUA). E a força invasora não possuía apenas um poder militar indiscutivelmente superior, mas também informação ampla para orientar suas ações, oriundas de observação de satélites e sobrevôos por muitos anos, e mais recentemente caças U-2 com o pretexto do desarmamento, certamente enviando dados diretamente para Washington.

A "DEMOCRACIA" ERA TUDO MENOS O OBJETIVO

Os EUA se opuseram consistentemente à democracia no interior do Iraque, e se oporiam em qualquer outro lugar, a menos que esta estivesse dentro de limites bem estabelecidos. Sua natureza emerge com grande clareza dos registros históricos e documentais. Um proeminente acadêmico, que também participou dos programas de "promoção da democracia" no governo de Re-

agan, descreve de maneira precisa o objetivo como "maneiras de mudanças democráticas limitadas e de cima para baixo, que não ponham em risco as estruturas tradicionais de poder das quais os EUA têm sido um aliado há muito tempo"[2].

Em 1991, Saddam Hussein foi autorizado a suprimir, brutalmente, uma revolta que poderia tê-lo derrubado, mas teria deixado o país nas mãos de iraquianos que não seriam suficientemente subordinados a Washington. Isto foi muito bem compreendido por aqueles que agora fingem estar espantados pelas valas coletivas que sempre souberam existir, e agora preferem esconder a explicação que deram na época, de que era certo Washington autorizar a matança porque Saddam "oferecia ao Ocidente e à região maior esperança para a estabilidade de seu país que aqueles que sofreram sua repressão"[3]. O principal correspondente diplomático do *New York Times*, que agora escreve que as valas comuns justificam seu argumento moral para a invasão, contou uma história bem diferente quando a decisão foi tomada no sentido de impedir que os iraquianos derrubassem Saddam em 1991: "o melhor dos mundos" para Washington, explica ele, seria "uma junta iraquiana com mão de ferro sem Saddam Hussein" que governaria como Saddam. Mas como isso não era possível, teríamos que apoiar Saddam, amigo e aliado de Washington, que caiu em desgraça quando desobedecera às ordens (ou as interpretara mal) ao invadir o Kuwait em agosto de 1990, mas foi uma escolha melhor que um Iraque governado pelo povo iraquiano[4]. A reunião de Açores simplesmente reiterou esta posição doze anos depois: os iraquianos podem governar o Iraque como os amigos de Washington da América Latina podem governar o "quintal" dos EUA, ou como os iraquianos governaram o país sob a supervisão da Inglaterra depois da Primeira Guerra Mundial.

O regime de sanções assassino dos EUA e do Reino Unido dos anos seguintes devastou a sociedade iraquiana, mas fortaleceu o tirano, forçando a população a depender de seu sistema de distribuição de gêneros básicos (altamente eficiente) para sua sobrevivência. As sanções, portanto, minaram a revolta popular que teria derrubado uma série impressionante de outros monstros que foram apoiados fortemente pelos mandatários atuais em Washington: Marcos, Duvalier e Ceausescu até o fim de seu domínio sangrento, juntamente com Joseph-Désiré Mobutu, Mohamed Suharto e uma longa lista de outros, alguns deles tão tirânicos e bárbaros quanto Saddam. Se não fosse pelas sanções, Saddam continuaria muito bem como sempre, como têm assinalado os ocidentais que melhor conhecem o Iraque, Denis Halliday e Hans van Sponeck, os quais chefiaram a missão humanitária no Iraque, com uma equipe internacional de centenas de investigadores que viajavam diariamente pelo país[5].

Nos primeiros dias da invasão, Leith Kubba, uma das mais importantes vozes da oposição secular iraquiana no exterior, que está ligado ao *National Endowment for Democracy* do congresso, um organismo criado pelo Congresso dos EUA, solicitou que a ONU tivesse um papel vital após o final da guerra e descartou a possibilidade de que os EUA controlassem a reconstrução. E uma das principais figuras da oposição xiita, o líder do Conselho Supremo para a Revolução Islâmica no Iraque, Sayed Muhamed Baqer al-Hakim, declarou à imprensa durante seu exílio no Irã: "entendemos que esta guerra é uma imposição da hegemonia estadunidense no Iraque", acrescentando que percebiam os EUA como "uma força de ocupação mais que de libertação". Enfatizava que a ONU devia supervisar a eleição e clamava às "tropas estrangeiras para abandonarem o Iraque" e para deixarem os iraquianos no comando. Reiterou esta postura em seu retorno ao Iraque em 10 de maio de 2003.

Em termos gerais, é provável que a maioria xiita se una ao resto da região em busca de relações mais estreitas com o Irã, que é a última coisa que os partidários de Bush querem. Os curdos, o componente da população que o segue em número, provavelmente buscarão algum tipo de autonomia dentro de uma estrutura federal, a qual seria um anátema para a Turquia, principal base regional dos EUA. Uma democracia genuína na região produziria resultados incompatíveis com os objetivos hegemônicos norte-americanos. Estudos recentes indicam que, do Marrocos ao Líbano e ao Golfo, grande maioria da população deseja que os líderes religiosos islâmicos tenham maior protagonismo no governo e aproximadamente 95% crê que o único interesse dos EUA na região é o controle de seu petróleo e o fortalecimento de Israel.

Imaginar que Washington toleraria eleições realmente democráticas no Iraque e que respeitaria o resultado das mesmas sempre foi uma fantasia. Aqueles que desenham políticas nos EUA queriam um regime de marionetes, que seguisse as práticas vigentes no resto da região e, mais claramente, nas regiões como América Central e Caribe que estiveram sob o domínio estadunidense durante um século. Brent Scowcroft, o assessor nacional de segurança de Bush pai, recentemente repetiu o óbvio: "O que acontecerá a primeira vez que fizermos uma eleição no Iraque e ganharem os radicais? O que eles fariam? Com certeza não os deixaríamos assumir"[6].

O desprezo que o Governo Bush tem pela democracia ficou ainda mais flagrante com relação aos estados que se negaram a juntar-se à invasão. O fracasso dos assim chamados "esforços diplomáticos" –de fato, o fracasso da coerção, dos subornos e das ameaças– para ganhar o apoio destes estados deveu-se à oposição maciça da vasta maioria da população dos mesmos. O caso mais eloqüente foi o da Turquia, muito vulnerável aos castigos e ame-

aças dos EUA. No entanto, para surpresa de todos, o novo governo turco não conseguiu fazer com que o parlamento respaldasse o papel que os EUA haviam reservado ao país, descartado por 95% da população. A Turquia foi asperamente condenada por tal posição nos EUA, como também o foram França e Alemanha, já que seus governos adotaram a posição da assombrosa maioria de suas populações, enquanto que países como Itália e Espanha (e obviamente o Reino Unido) foram elogiados: seus líderes aceitaram seguir Washington apesar da oposição de uma maioria de votantes ainda mais ampla que a da velha Europa ultrajada. O critério que diferenciava a velha Europa (denunciada e castigada) da nova (elogiada e recompensada) era bastante claro: se um governo assumia a mesma posição que a vasta maioria de sua população, este pertencia à velha Europa; se seguia as ordens marciais emanadas de Crawford, Texas, e desdenhava as perspectivas da imensa maioria de sua população, era parte da excitante e promissora nova Europa, a onda do futuro na cruzada pela democracia.

Tudo isto foi acompanhado por uma ampla celebração nos meios das convicções democráticas de líderes que na realidade estavam expressando seu ódio pela democracia com claridade dramática. Se isso estivesse acontecendo em Andorra poderia ter sido engraçado, mas não era assim quando acontecia diante de nossos olhos no estado mais poderoso da história, o qual havia proclamado sua intenção de governar o mundo, pela força se necessário.

O medo e o ódio da democracia substantiva por parte das elites não são novos nem surpreendentes. Mas não recordo de nada similar a este desprezo aberto e descarado pela crença de que a voz do povo tem que ter algum papel em uma "democracia". Não apenas os funcionários governamentais adotaram esta posição como uniformidade notável; como também o fizeram muitos comentaristas, incluindo liberais como Thomas Friedman*, que nos informou que "a França, como dizem no jardim de infância, não sabe brincar com os outros" e deveria, portanto, ser substituída no Conselho de Segurança pela Índia, que é "séria", agora que está governada por um partido nacionalista de ultradireita que, como ele crê, possui mais vontade de "brincar direito" com os virtuosos de Washington. Segundo seus padrões, as populações da Europa devem estar no berçário, já que de acordo com uma pesquisa realizada naquele momento pelo Gallup, que não foi difundida, a maioria opunha-se, ainda mais fortemente que na França, à guerra de Bush e Blair. Gerou-se uma ampla literatura para explicar porque a França, Alemanha, Turquia e outros estavam tratando de

* N. da T.: Thomas Friedman é colunista para temas internacionais do *New York Times.*

minar o poderio dos EUA. Para estes comentaristas parecia inconcebível que, quando a grande maioria da população tivesse uma opinião, um governo pudesse querer prestar-lhe alguma atenção.

Este desprezo pela democracia por parte do Governo Bush e de seus partidários foi igualado por seu desprezo pelo sistema internacional. Houve inclusive pedidos para a dissolução da ONU, que havia "fracassado" (ou seja, havia fracassado em respaldar a política dos EUA). Os EUA não tentarão desmantelar a ONU, mas se assegurarão em limitar ainda mais seu papel, porque se não obedece a ordens, que utilidade possui? Como afirmava o moderado Colin Powell, a ONU pode dar autorização para que os EUA façam o que se propõem fazer ou pode "deixar de operar e ter outras discussões", mas essas são suas únicas opções: seguir ordens ou constituir-se em uma sociedade de debates. Não há nada particularmente novo nisto, como o revela a história de vetos desde que a ONU alcançou certo grau de independência nos anos 60 (com os EUA liderando amplamente, seguidos pelo Reino Unido, sem que outro país pudesse aproximar-se). Mas o caráter extremo das posições recentes tem um significado não desprezível.

O PRINCIPAL MOTIVO ERA PROMOVER UMA "AÇÃO EXEMPLAR"

Em setembro de 2002, o Governo Bush lançou sua estratégia de segurança nacional provocando o estremecimento de todo o mundo, inclusive no interior da própria elite de relações exteriores dos EUA. Ainda que existissem vários antecedentes, esta estratégia gerou uma nova marca: pela primeira vez no mundo do pós-guerra um estado poderoso anunciou, de maneira firme e clara, que tinha intenções de governar o mundo para sempre, destruindo pela força qualquer desafio potencial que pudesse perceber. Isto costuma ser definido como uma doutrina de "guerra antecipatória" [*pre-emptive*]. É um erro: está muito além da antecipação. Às vezes ela é denominada, com mais precisão, doutrina de guerra preventiva [*preventive*]", mas isto também subestima a doutrina. Nenhuma ameaça militar, por mais remota que seja, necessita ser prevenida; os desafios podem ser fabricados à vontade, e podem não envolver nenhuma outra ameaça além do próprio "desafio". Aqueles que prestam atenção na história e nos registros documentais estarão conscientes de que um "desafio bem-sucedido" foi usado freqüentemente para justificar o recurso ao uso da força no passado, às vezes sob o nome de "manutenção da credibilidade", bem ao estilo dos chefões da máfia.

Desde o início, a doutrina foi entendida como uma autorização para que o governo estadunidense recorresse à guerra contra um país que tem ou está desenvolvendo armas de destruição em massa. Talvez a conseqüência mais

importante do colapso dos argumentos dos EUA e do Reino Unido sobre as armas de destruição em massa no Iraque é a reinterpretação desta doutrina. Como Bush e os demais deixaram claro, basta que um país tenha o "potencial" para desenvolver armas de destruição em massa para que este seja eleito com alvo de ataque. O presidente anunciou que a busca destas armas foi bem-sucedida, já que foram encontrados dois "trailers" que poderiam ter sido usados com o propósito de produzir armas nucleares. De acordo com este critério, virtualmente todos os países são alvos legítimos de ataque, tanto na atualidade como em um futuro indefinido. Portanto, o alcance da doutrina torna-se bastante impressionante.

Quando uma nova doutrina é anunciada, devem ser realizadas ações que demonstrem sua seriedade, de modo tal que, nas palavras dos analistas jurídicos e acadêmicos, esta possa tornar-se uma nova "norma em matéria de relações internacionais". É importante estabelecer normas deste tipo quando se espera governar o mundo pela força durante um futuro previsível. Tal como assinalou Roger Owen, historiador de Harvard especializado no Oriente Médio, ao discutir as razões da invasão do Iraque: a ação que era necessária neste caso era uma guerra de "natureza exemplificativa"[7]. A ação exemplificativa ensina uma lição que outros devem aprender.

O alvo deve ter certas qualidades cruciais: deve ser importante –não tem sentido ilustrar a doutrina por meio da invasão de Burundi– e deve estar indefeso. O Iraque cumpria perfeitamente com ambas as condições. Sua importância é óbvia, como também a fraqueza necessária. Era então uma escolha perfeita para uma ação exemplar que estabelecesse a doutrina do domínio global pela força como uma nova "norma". Isto foi admitido logo depois que o caso teste foi declarado um sucesso. A publicação da Estratégia de Segurança Nacional dos EUA referia-se ao tema dizendo que "foi o sinal de que o Iraque seria a primeira prova, não a última". O *New York Times* informou: "o Iraque transformou-se no tubo de ensaio no qual esta política foi experimentada". Após a norma ter sido estabelecida, um alto funcionário acrescentou que "não duvidaremos de atuar sozinhos, se for necessário, para exercer nosso direito de autodefesa através da ação antecipatória". Paulatinamente, o conceito de antecipação foi reformulado para referir-se ao que o Tribunal de Nuremberg chamou de "crime supremo" de iniciar uma guerra não provocada, que é o que o Governo Bush utiliza agora para fazer o que lhe parece apropriado[8].

Era de se imaginar que a sociedade iraquiana entraria em colapso, que os soldados invadiriam e que os EUA poderiam estabelecer o regime que preferissem e erigir bases militares. Os EUA estariam em condições melhores para enfrentar os casos mais duros: Coréia do Norte, Irã e Síria, mas também há outros alvos possíveis, como, por exemplo, a região andina. Esta

possui recursos importantes, incluindo petróleo; está fora de controle, com perigosos movimentos populares independentes; e rodeada de bases militares estadunidenses, com tropas já instaladas no terreno.

O ATAQUE AO IRAQUE FAZ PARTE DA ESTRATÉGIA ELEITORAL REPUBLICANA EM VIGOR

A declaração da nova Estratégia de Segurança Nacional e a propaganda para preparar a opinião pública estadunidense para a invasão coincidiram com o início da campanha eleitoral para as eleições legislativas de novembro de 2002, em setembro do mesmo ano. Karl Rove, responsável pela campanha do Governo, já havia explicado que os republicanos deviam "avançar no tema da segurança nacional [porque os votantes] confiavam no Partido Republicano [para] proteger a América"[9]. Não é necessário ser um gênio da política para se dar conta de que o Governo Bush não teria a menor chance se os temas econômicos e sociais tivessem dominado a eleição. Portanto, era necessário inventar uma ameaça à sobrevivência nacional para que o presidente a superasse brilhantemente. A estratégia funcionou, limitadamente, para esta eleição. As pesquisas revelam que os votantes mantiveram suas preferências, mas suprimiram suas preocupações sobre o emprego, as pensões, os benefícios, etc., em favor da segurança. Como Rove explicava amavelmente, algo similar será necessário para a campanha eleitoral de 2004*. O *Wall Street Journal* esteve muito correto ao afirmar que a operação do Partido Republicano no porta-aviões Abraham Lincoln não foi a declaração do fim da guerra, mas o início da campanha presidencial de 2004, a qual, coincidentemente, estava sendo retardada por várias semanas para que se pudesse iniciar em Nova Iorque imediatamente depois do 11 de Setembro.

Tudo isto foi inerente à natureza do Governo Bush. Seus integrantes foram majoritariamente reciclados entre os setores mais reacionários das administrações de Reagan e Bush pai. Sabem que foram capazes de governar o país por doze anos e realizar programas internos com grande oposição pública recorrendo periodicamente ao botão do pânico, como havia ocorrido no caso dos líbios, que nas palavras de Reagan, tentaram "expulsar-nos do mundo"; ou no caso da base aérea em Granada, a partir da qual os russos pretendiam bombardear os EUA; ou com os nicaragüenses que apenas "a dois dias de distância de Harlingen, Texas" planejavam tomar o hemisfério; ou os criminosos negros a ponto de estuprar sua irmã (invocados por Willie Horton na campanha presidencial de 1988); e, finalmente, narcotraficantes hispâ-

* N. de T.: coisa que realmente aconteceu nas eleições presidenciais de novembro de 2004.

nicos a ponto de destruir-nos. A cada ano aparecia alguma coisa destas. Em 1985, o Governo Reagan declarou Emergência Nacional pela ameaça feita pelo governo da Nicarágua à segurança dos EUA. Virtualmente as mesmas palavras foram usadas quando o Congresso autorizou a invasão do Iraque em outubro de 2002, pouco depois de iniciada a campanha propagandística.

Se os reduzidos –e extraordinariamente corruptos– setores do poder e privilégio privados representados pelo Governo Bush levarão adiante seu programa reacionário interno passando por cima da forte oposição popular, e assegurarão que seja difícil reconstruir o que está sendo desmantelado, é necessário que os EUA se sintam sob ameaça constante. A declaração de Bush de que os estadunidenses "negam-se a viver com medo" foi precisamente o oposto do objetivo e das conseqüências da propaganda e das políticas de "segurança" interior instituídas por seu governo[10].

A MÍDIA DESEMPENHOU UM PAPEL CRUCIAL NA PROPAGANDA

O tambor de Guerra começou a soar em setembro de 2002, e a campanha de propaganda governamental na mídia foi espetacularmente bem-sucedida. A mídia transmitiu a propaganda do governo sobre a ameaça à segurança dos EUA oferecida pelo Iraque, sua participação no 11 de setembro e nos demais atos de terrorismo, etc., às vezes enfeitando-a por sua própria conta. A maioria da população rapidamente se convenceu de que o Iraque era uma ameaça iminente para a segurança dos EUA. Pouco depois, quase a metade estava convencida de que o Iraque era o responsável pelos ataques do 11 de setembro (comparada com apenas 3% que assim pensavam imediatamente após os ataques). Não surpreende que estas crenças cuidadosamente manipuladas estivessem correlacionadas com o apoio à guerra. Tratava-se de crenças que eram exclusivas dos EUA. Após setembro de 2002, os EUA converteram-se no único país do mundo em que 60% da população adulta acreditava que o Iraque representava uma ameaça iminente para sua segurança. Saddam Hussein não era temido, mas sim desprezado em países como o Kuwait e Irã, que haviam sido invadidos por ele. Kuwaitianos e iranianos sabiam perfeitamente bem que o Iraque tinha se transformado no estado mais fraco da região. No entanto, um ataque propagandístico altamente efetivo afastou o público estadunidense do espectro da opinião mundial. Isto foi um sucesso contundente daquilo que Anatol Lieven* chamou de "um programa de propaganda que, por sua hipocrisia sistemática, possui poucos paralelos na

* N. da T.: membro da Fundação Carnegie para a Paz Internacional, centro de estudos especializado em tema de paz e segurança mundiais, com sede em Washington.

democracia em tempos de paz" (ainda que, de fato não seja tão incomum). O sucesso é entendido seguramente por seus perpetradores e não deve ser ignorado por quem se preocupa pelo destino do mundo.

Como resultado destes sucessos, Bush pode inclusive proclamar, em sua extravagância a bordo do USS Abraham Lincoln, que a conquista do Iraque era uma vitória na "guerra contra o terror". Seus conselheiros e escritores de discursos (*speech-writers*) seguramente tinham consciência de que a única relação conhecida entre o Iraque e o terror ao estilo da Al-Qaeda era que a invasão levou a um abrupto "aumento do recrutamento"[11] para a Al-Qaeda e que foi "um grande retrocesso na 'guerra contra o terror'"[12], tal como observaram altos funcionários e outros especialistas, e como haviam previsto amplamente as agências de inteligência, entre outros. Mas em um sistema doutrinário bem manejado, mesmo uma declaração tão bizarra como esta pode ser anunciada com poucos temores de uma contradição significativa na corrente principal de opinião.

A discussão prévia à invasão esteve predominantemente restrita "aos temas pragmáticos". A pergunta era se o governo dos EUA seguiria adiante com seus planos pagando custos internos aceitáveis. Uma vez iniciado o ataque ao Iraque, a reportagem sobre este tornou-se, em grande medida, um exercício vergonhoso de encorajar a equipe local, espantando boa parte do resto do mundo, assim como a muitos dentro do próprio país. Contudo, o efeito do pânico induzido pela propaganda midiática do governo persistiu. Estudos divulgados em junho revelaram que 34% da população acreditava que os EUA haviam encontrado armas de destruição em massa no Iraque (outros 7% não estavam certos) e 22% acreditavam que o Iraque havia usado armas químicas ou biológicas durante a guerra (outros 9% não estavam seguros).

AS ELITES GLOBAIS ESTÃO DIVIDIDAS

Os estrategistas esperam que sua versão da globalização siga seu curso. A inteligência estadunidense prevê que a mesma levará a um "aprofundamento da brecha econômica" e a uma "volatilidade financeira crônica", aprofundando o pobre desempenho econômico que acompanhou a adesão às "reformas neoliberais". A inteligência também prevê que "o aprofundamento da recessão econômica, a instabilidade política e a alienação cultural fomentarão o extremismo étnico, ideológico e religioso, assim como a violência que costuma acompanhá-los", boa parte da qual está dirigida contra os EUA[13]. Os estrategistas militares fazem previsões similares; em parte, estes têm sido os motivos para a militarização do espaço a partir dos anos Clinton.

Claro está que o Governo Bush agrava estes problemas ao dizer ao mundo: "se vocês estão indefesos, nós nos sentimos livres para atacá-los quando quisermos; mas se vocês possuem capacidade dissuasiva, nós vamos retroceder, porque apenas atacamos alvos indefesos". Comparemos o Iraque com a Coréia do Norte. O Iraque estava indefeso e fraco. Apesar do monstro horrível que governava o país, não representava ameaça alguma para ninguém. A Coréia do Norte, pelo contrário, não foi atacada porque possui força dissuasiva. Tem artilharia voltada para Seul, e se os EUA atacarem, pode destruir grande parte da Coréia do Sul e causar um número substancial de vítimas entre as forças estadunidenses estacionadas perto da fronteira (que seriam deslocadas para o sul, o que causa uma preocupação considerável na Coréia por medo do que isto implicaria).

Assim, os EUA estão dizendo aos países do mundo que desenvolvam uma rede terrorista, armas de destruição em massa ou algum outro meio dissuasivo crível. A CIA e outras agências de inteligência, assim como muitos especialistas em assuntos internacionais e terrorismo, alertaram sobre os riscos que acompanham a nova doutrina de "guerra preventiva" dos EUA, e alguns advertiram especificamente sobre os possíveis estímulos ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa[14].

Seguramente, esta é em boa medida a razão pela qual a invasão do Iraque foi firmemente rejeitada nos principais centros do capitalismo corporativo. Em janeiro de 2003, no Fórum Econômico Mundial em Davos, a oposição foi tão forte que Powell foi praticamente vaiado quando tentou apresentar um argumento a favor da guerra. Com os últimos restos de uma ordem mundial que está sendo despedaçada, o Governo Bush está dizendo ao mundo que nada importa exceto a força. No entanto, as elites econômicas e diplomáticas estão preocupadas com a possibilidade de que outros não tolerem isto por muito tempo. Temem que o militarismo do Governo Bush possa se tornar muito caro para seus próprios interesses ou inclusive para sua sobrevivência.

Os estrategistas militares estadunidenses reconhecem perfeitamente os perigos. Isto forma parte de sua lógica para incrementar o gasto militar e para militarizar o espaço, ação que o resto do mundo tentou de impedir, sem muita esperança, enquanto o tema se mantinha fora da atenção dos estadunidenses, que têm a responsabilidade primária de detê-la. Poderiam detê-la se soubessem a seu respeito. Talvez esta seja a razão pela qual alguns fatos importantes ocorridos em outubro de 2002 não foram nem sequer dados a conhecer, entre eles a negativa dos EUA, secundada apenas por Israel, de apoiar as resoluções da ONU reafirmando o Protocolo de Genebra de 1925 que proíbe o uso de armas biológicas e reforçando o Tratado do Espaço Exterior de 1967, que proíbe o uso

do espaço para fins militares, incluindo armas ofensivas que muito bem podem levar os experimentos da biologia com a inteligência humana a um final sem glória.

A FORÇA SEM PRECEDENTES DA OPOSIÇÃO MUNDIAL

A oposição mundial à invasão do Iraque foi enorme e sem precedentes. Esteve motivada, em boa medida, não apenas pelo ataque, mas também pela estratégia geral de estabelecimento da nova "norma" da qual o ataque era um caso teste. As sondagens de opinião anteriores à guerra indicam uma oposição menor nos EUA que em qualquer outro lugar (durante e depois da guerra, estas últimas medições possuem um significado completamente diferente), mas seus resultados são enganosos. É necessário levar em contar o fator pânico, exclusivo dos EUA. Eliminado tal fator, a oposição do país provavelmente não seria muito diferente da média global, que foi assombrosa.

Freqüentemente são feitas comparações reveladoras com o Vietnam. Artigo por artigo se pergunta "onde estão aqueles que protestavam durante a era do Vietnam?". A comparação deixa claro que o nível obviamente baixo de oposição das elites à guerra do Vietnam ainda persiste, a ponto de que os fatos nem sequer são reconhecidos. Efetivamente, durante vários anos houve muito poucos protestos em geral. Os EUA atacaram o Vietnam do Sul em 1962, quando o Governo Kennedy anunciou que a força aérea estadunidense estava bombardeando o país e também começou a usar napalm e armas químicas para destruir a provisão de alimentos, a realizar operações secretas contra a resistência local e a implantar programas que levaram milhões de pessoas ao que logo se transformaria em campos de concentração. Este tipo de ação é o que consideramos crime de guerra de agressão quando é realizado por nossos inimigos. Os protestos eram virtualmente inexistentes.

E tais protestos não atingiriam uma escala substantiva, a não ser vários anos mais tarde. Nesse momento, o Vietnam do Sul havia sido devastado, centenas de milhares de soldados estadunidenses estavam em campo e Washington havia estendido a guerra ao resto da Indochina. Em 1965, anos depois da agressão, na Boston liberal, as demonstrações pacíficas eram dissolvidas por meio da força com o apoio da imprensa liberal e da rádio que denunciava as pessoas que se atreviam a protestar contra uma guerra americana. Em 1966, até mesmo reuniões em igrejas chegaram a ser atacadas por contramanifestantes.

A reação à invasão do Iraque foi dramaticamente diferente. Houve enormes protestos muito antes que começasse o ataque. Os mesmos se repetiram no dia em que este foi lançado, e não houve contrademonstrações. Esta é

uma diferença radical. E a oposição teria sido muito mais importante não fosse a espetacular campanha de propaganda midiática do governo.

Não devemos subestimar o significado desta mudança das atitudes públicas. Os protestos contra a guerra na Indochina desenvolveram-se lentamente, mas, uma vez que começaram, no marco de um ativismo de alcance mais amplo, tiveram efeitos importantes. Por volta de 1968, o Conjunto do Estado Maior (*Joint Chiefs of Staff*) estava reticente em enviar mais tropas ao Vietnam porque temia necessitá-las para controlar a população nos EUA. O Governo de Reagan adotou inicialmente o modelo de Kennedy da "guerra contra o terror" declarada na América Central, mas retrocedeu após protestos populares imprevistos e inclinou-se, então, no sentido do "terror clandestino", o que implica que a população dos EUA é mantida na ignorância enquanto todo o resto do mundo está a par. Um documento do primeiro Governo Bush que "vazou" em 1989 descrevia como os EUA deveriam travar as guerras no futuro. Dizia que nos conflitos com "inimigos muito mais fracos" (o único tipo de inimigo que é sensato enfrentar) as forças militares estadunidenses deveriam "derrotá-los decisiva e rapidamente", ou o apoio popular estaria erodido. Já não são os anos 60 nos quais uma guerra podia ser travada por anos sem qualquer oposição. O governo sabe que não pode realizar uma agressão e destruição a longo prazo como no Vietnam porque a população não toleraria tal fato. O sistema doutrinário inventou uma "síndrome de Vietnam" baseado no medo de baixas, mas este é apenas um mecanismo para ocultar as razões reais que se tornam doutrinariamente inaceitáveis: existe muito menos tolerância pública para a agressão e a violência.

A agenda do movimento contra a Guerra deve agora orientar-se no sentido de assegurar que o Iraque seja governado pelos iraquianos genuinamente representativos e independentes, e para que os EUA e o Reino Unido forneçam reparações em massa pelo que fizeram no Iraque durante 20 anos (apoiar Saddam Hussein, duas guerras, e as sanções brutais que provavelmente causaram muito mais estrago e mortes que as guerras). Se isto é pedir demais, deve-se demandar ao menos ajuda em massa para que os iraquianos a utilizem como melhor lhes pareça, ajuda que não sejam subsídios dos contribuintes estadunidenses à Halliburton e Bechtel. Também deve ser prioridade da agenda que se ponha fim às políticas extremamente perigosas anunciadas na Estratégia de Segurança Nacional e realizadas em um "tubo de ensaio". Com relação a isso, devem ser feitos sérios esforços para bloquear o próspero negócio de venda de armas que se prevê alegremente ser resultado da guerra, e que também contribuirá para tornar o mundo um lugar mais terrível e perigoso. Mas isto é apenas o princípio. O movimento contra a guerra está indissoluvelmente ligado aos movimentos pela justiça global que possuem objetivos muito mais ambiciosos.

NOTAS

1 Publicada no *Guardian* (02/05/2003).
2 Thomas Carothers, "The Reagan Years", em Abraham Lowenthal, ed., *Exporting Democracy*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1991, e *In the Name of Democracy*, Berkeley: University of California Press, 1991; referindo-se ao "quintal" na América Central e o Caribe, que nos deram as mais ricas lições ao longo de um século.
3 *New York Times* (11/04/1991).
4 Thomas Friedman, *New York Times* (04/06/1991).
5 Para um comentário recente, veja van Sponeck, "Too Much Collateral Damage", Toronto *Globe and Mail* (02/07/2002); Denis Halliday, "Scylla and Charybdis", e Hans van Sponeck, "The Policy of Punishment", *Al-Ahram Weekly* (26/12/2002).
6 Citado por Bob Herbert, "Spoils of War", *New York Times*, Op-Ed. (10/04/2003).
7 Em *Al-Ahram Weekly* (3 ao 9/04/2003).
8 David Sanger and Steven Weisman, "Bush's Aides Envision New Influence in Region", *New York Times* (10/04/2003).
9 Adam Nagourney e Richard Stevenson, "Pushing an Agenda, Far From Iraq", *New York Times* (05/04/2003).
10 Discurso do presidente Bush em Cincinnati (07/10/2002).
11 David Johnston e Don Van Natta, "U.S. Officials See Signs of Revived Al Qaeda in Several Nations," *New York Times* (17/05/2003). Sobre o crescimento abrupto, veja também Don Van Natta e Desmond Butler, "Anger on Iraq Seen as Al Qaeda Recruiting Tool," *New York Times* (16/03/2003); Scott Atran, "Who Wants to Be a Martyr," *New York Times* Op-ed. (05/05/2003).
12 Jason Burke, "Terror's Myriad Faces," *Sunday Observer* (18/05/2003).
13 National Intelligence Council, *Global Trends 2015: A Dialogue About the Future With Nongovernment Experts*, Washington (12/2000).
14 Veja, entre outros, artigos nas duas principais revistas de política externa, *Foreign Affairs* e *Foreign Policy*; um estudo incomum realizado pela American Academy of Arts and Sciences, *War in Iraq*; Kenneth Waltz em Ken Booth e Tim Dunne, eds., *World in Collision*, London: Palgrave, 2002; e o relatório da Hart-Rudman Commission sobre as ameaças terroristas aos Estados Unidos.

OS DIREITOS HUMANOS COMO ESPADAS DO IMPÉRIO

Amy Bartholomew e Jennifer Breakspear

> A transição de uma ordem mundial baseada no estado-nação a uma cosmopolita trás à baila uma mudança significativa da prioridade da lei internacional para os direitos humanos. O princípio de que *a lei internacional precede os direitos humanos* sustentado durante a primeira idade da modernidade (do estado-nação) está sendo substituído pelo princípio da (sociedade mundial) da segunda idade da modernidade, que *os direitos humanos precedem a lei internacional*. Ainda não se pensou extensamente nas conseqüências, mas estas serão revolucionárias.
>
> Ulrick Beck[1]

> É o próprio núcleo universalista da democracia e dos direitos humanos o que impede sua propagação universal através do fogo e da espada.
>
> Jürgen Habermas[2]

A guerra de agressão liderada pelos Estados Unidos (EUA) contra o Iraque mostra, pela quarta vez desde 1990 (as primeiras três ocasiões foram a Guerra do Golfo, a intervenção da OTAN em Kosovo e o ataque dos EUA ao Afeganistão), a natureza "revolucionária" dos desenvolvimentos que foram se articulando durante a transição da "primeira" para a "segunda" idade da modernidade. Qualquer transformação que possa estar ocorrendo não é nem uma necessidade histórica nem um corte claro com o passado. Porém,

está-se conformando como um conjunto contraditório e conflitivo de processos, dado que a política da "primeira idade da modernidade" entrelaça-se com a política que está emergindo nesta "segunda idade". Ao enfatizar que o cosmopolitismo trouxe consigo o "humanismo militar ocidental", Beck via-o como "baseado em um monopólio mundial do poder e da moralidade indiscutidos". Mas ao elaborar este argumento, parecia articular três posturas sobre a relação entre a lei internacional e os direitos humanos: não intervencionismo, cosmopolitismo e o que apenas pode ser chamado de imperialismo (ainda que seja "benigno") –isto é, uma situação na qual um poder hegemônico autoproclamado "defende" os direitos humanos no exterior mediante seu compromisso com um "humanismo militar".

Gostaríamos de sugerir que as justificativas para a mais recente guerra do Golfo se localizam predominantemente na terceira categoria, baseando-se em um compromisso *retórico* predatório com uma concepção cosmopolita dos direitos humanos que, de fato, é manejada a serviço de um projeto imperialista, ao invés do que Jürgen Habermas denomina como "universalismo igualitário"[3]. Os perigos que as pessoas enfrentam sob estas condições são, obviamente, "assimétricos" –*quem* enfrenta *quais* perigos é profundamente importante. O uso da concepção cosmopolita dos direitos humanos como cobertura ideológica para a política imperialista mundial também supõe riscos universalistas, já que mina não apenas a norma de não intervenção tão central para a arquitetura legal internacional da "primeira idade da modernidade", mas também o nascente desenvolvimento das concepções cosmopolitas da lei e dos direitos humanos da "segunda idade".

Nesse sentido, merece destaque que não apenas os falcões neoconservadores do Governo Bush e os *think tanks* de direita justificam esta guerra contra o Iraque referindo-se em parte à liberdade, à democracia e aos direitos humanos para todos, mas que também o fazem liberais como Jean Bethke Elstain, Christopher Hitchens e Paul Berman entre muitos outros[4]. Estes "falcões liberais" têm argumentado que a guerra "antecipatória" e a "mudança de regime" são legítimos, na medida em que a guerra se orienta no sentido de conter ameaças reais à vida e à liberdade humana e que, ainda pela força, a busca unilateral da "mudança de regime" pode ser uma obrigação daqueles que desfrutam da liberdade. Mas para eles, este objetivo cosmopolita é uma obrigação que recai principalmente sobre os EUA.

Este ensaio se pergunta como é que os liberais justificam o humanismo militar em nome da proteção da liberdade, dos direitos humanos e da democracia, mesmo quando um poder imperialista autoproclamado como tal os persiga de maneira unilateral. Centrar-nos-emos nas justificativas que apresenta Michael Ignatieff, o diretor do Centro Carr de Políticas de Direitos Humanos da Universidade de Harvard, cujos artigos no *New York Ti-*

mes Magazine durante a escalada para a guerra e durante a própria guerra exemplificam o "humanismo militar" de que fala Beck[5]. Em seu respaldo ao "humanismo militar", atualmente apoiado por muitos defensores dos direitos humanos, e da política imperialista estadunidense, Ignatieff revela de maneira óbvia e clara os perigos associados com as concepções *nacionalistas liberais* da política mundial e dos direitos humanos quando as mesmas são articuladas por um poder hegemônico autoproclamado como tal. Enquanto as justificativas cosmopolitas da intervenção militar possam ter desempenhado um papel proeminente em outros lugares (especialmente na Europa durante a Guerra de Kosovo e, talvez de modo mais geral, nas organizações de direitos humanos), nos EUA, os liberais estão acostumados a apelar para um humanismo militar cosmopolita em apoio a um nacionalismo republicano imperialista. Este ponto é importante porque as implicações das justificativas dos falcões liberais para a guerra no Iraque liderada pelos EUA, tanto como as de suas contrapartes neoconservadores, são profundamente *inconsistentes* com os princípios cosmopolitas em termos de dimensões cruciais de moralidade, legalidade e política; porque ameaçam minar instituições multilaterais como a ONU e legitimar a "mudança de regime" e a "guerra antecipatória" por parte de um poder imperial. Argumentaremos que *mesmo que* os EUA pudessem ser vistos como um império republicano com motivações morais para difundir a democracia e os direitos humanos no exterior, *não poderiam fazê-lo moralmente, sem minar o desenvolvimento da lei internacional em uma direção cosmopolita, e sem fortalecer ainda mais o imperialismo*, que hoje se erige como um os maiores impeditivos para os direitos humanos e a democracia.

Nossa análise se baseia em um "cosmopolitismo crítico" que consideramos necessário para sustentar qualquer respeito universal, e proteção, pelos direitos humanos e a soberania popular. Contudo, esta posição é profundamente suspeita aos olhos de muitos dentro da esquerda marxista, como pode ser visto por exemplo nos escritos recentes de Tariq Ali, Perry Anderson e Peter Gowan. Ainda que apoiemos suas críticas ao "humanismo militar" dos poderes imperialistas, na segunda parte deste ensaio, sugeriremos que o desenvolvimento de uma política antiimperialista e democrática em favor dos direitos humanos não exige que desprezemos a lei e as instituições internacionais. E, para que possamos desenvolver um cosmopolitismo crítico deste tipo, também necessitamos evitar o "instrumentalismo" que fica evidente nas críticas da esquerda à ONU e aos direitos humanos. Assim, os direitos humanos e as instituições transnacionais como a ONU podem ser arenas cruciais de luta –tal como costumavam dizer os marxistas– que se tornaram mais ou menos pertinentes a partir da emergência de um poder imperialista disposto à autolegitimação e à afirmação unilateral em qualquer instância que lhe convenha.

INTERROGANDO OS "EU NÃO SEI" DE IGNATIEFF

> A ONU jazia deitada como um cão diante do fogo, feliz por ignorar Saddam, até que um presidente estadunidense a pegou pelo pescoço e a fez ladrar. As soluções multilaterais aos problemas do mundo estão muito bem, mas não possuem força a menos que os EUA mostrem seus punhos... O império do século XXI é uma nova invenção nos anais da ciência política, um império *light*, uma hegemonia global, cujas notas distintivas são os mercados livres, os direitos humanos e a democracia, respaldados pelo poder militar mais imponente que o mundo já conheceu[6].
>
> Quem quer viver em um mundo onde não há regras estáveis para o uso da força por parte dos estados? Eu não. Quem quer viver em um mundo regido pelo poder militar do forte? Eu não. Como obrigaremos a hegemonia militar estadunidense a "respeitar a opinião da humanidade? *Não sei*. Quando a fumaça da batalha se eleva, aqueles que apóiam a guerra contemplarão uma zona de batalha que incluirá as ruínas da ordem política multilateral criada em 1945 [...] Apoiar a guerra supõe um compromisso de reconstruir essa ordem sobre novas bases[7].

Amplamente catalogado como um liberal de esquerda principista, Michael Ignatieff "optou" –um termo que tomo emprestado de Isaiah Berlin– pelo ataque ao Iraque, justamente antes de que este fosse iniciado. Após a angústia, e contra seus amigos (incluindo esses "esquerdistas que vêem o império estadunidense como a raiz de todo o mal")[8], Ignatieff saiu em apoio à guerra, insistindo que isto não o convertia, nem a nenhum outro, em um "apologista do imperialismo estadunidense" e afirmando o que para ele era o princípio chave: "O problema não é que derrubar Saddam pela força seja "moralmente injusto". Quem acredita seriamente que 25 milhões de iraquianos não estariam melhor se Saddam fosse derrubado?". Ignatieff argumentou que a justificativa "pela conseqüência" de que 25 milhões de iraquianos libertados superam claramente o argumento "deontológico" que postula que as "boas conseqüências não podem justificar a matança de pessoas". Assim é como Ignatieff acredita que deve ser respondido o problema moral –a mudança de regime realizada, de modo unilateral, pelos governos dos EUA e da Grã Bretanha, justifica-se moralmente pelo propósito cosmopolita de libertar o povo iraquiano[9]. Todavia, como se reconhecesse que a justificativa moral para a guerra não é tão simples como havia afirmado inicialmente, continuou argumentando que ainda que fosse desafortunado que o debate sobre os direitos humanos dos povos oprimidos, os fatos do 11 de setembro haviam alterado fundamentalmente as ameaças à segurança às quais o mundo deve responder; e que aqueles que não reconhecessem isto estariam "desejando" cegamente

"poder viver na estabilidade e segurança coletiva do mundo que havia existido antes do 11 de setembro"[10]. Argumentando contra o movimento mundial contra a guerra e a opinião pública mundial, sugeriu que ainda que o fato de que o mundo não apoiasse a guerra liderada pelos EUA apresentava um problema, um princípio não é errado porque as pessoas estão em desacordo com ele (nem é correto porque estão de acordo)[11]. Tendo afirmado, então, a retidão moral desta guerra, sugeria que a única pergunta pendente fosse se os riscos valem a pena, se trata-se de um movimento prudente. Por implicação, dado que ele apoiava a guerra, a resposta tem que ser sim.

Este argumento se parece bastante com a posição que Ignatieff sempre teve de que na época contemporânea as considerações sobre os direitos humanos fizeram que os juízos a respeito da guerra e o uso da força se tornassem complicados. Isto pode ser visto em seu apoio às intervenções militares na Bósnia e Kosovo bem como em sua insistência em que estas intervenções demandavam uma reformulação radical na linha do cosmopolitismo. Ao repetir muitas vezes a frase banal de que Saddam "é realmente terrível" e ao afirmar depois que seu regime não apenas tinha "o pior recorde da terra em matéria de direitos humanos" como ademais que "possuía armas de destruição em massa"[12], também postulava a pergunta cosmopolita: em função de que autoridade moral um regime brutal reclama soberania ilimitada? Ignatieff reiterou o argumento a favor do império estadunidense como a melhor esperança para instalar a estabilidade, construir a nação, e fomentar os direitos humanos, os mercados livres e a democracia ao redor do mundo. De outro ponto de vista, sua admissão cândida de que esta guerra seria levada adiante ao custo de deixar a ordem multilateral em ruínas parecia contradizer de maneira flagrante seu apoio prévio ao humanismo militar baseado no multilateralismo. No ano 2000. Ignatieff havia afirmado incondicionalmente que o Conselho de Segurança "deve continuar sendo a fonte última de legitimidade para o uso da força militar" –ainda que isto exija uma "força aplastante" por parte de "guerreiros capazes de combater sob fortes regras de compromisso" dirigida por "uma linha de comando a um governo nacional ou aliança regional"[13]. E em 2002, havia afirmado que os EUA devem respeitar as normas legais internacionais com relação a qualquer ação militar e "devem aceitar a prestação internacional de contas por suas ações"[14]. Mas a concepção "muscular" dos direitos humanos de Ignatieff[15] pareceu preparar o caminho para seu apoio inequívoco à guerra e para sua insistência em que as contínuas violações das resoluções do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas por parte do Iraque significavam que toda a comunidade internacional devia "percorrer o caminho" junto com o império estadunidense[16].

Ignatieff admitiu muito antes da Guerra que a idéia da obrigação de um império, o funcionamento do poder imperial estadunidense inspirado pelo que ele vê como "a ideologia moral oficial do império –os direitos humanos"– estava muito longe da que havia sido buscada pelos ativistas e advogados liberais cosmopolitas dos direitos humanos "que haviam tido a esperança de ver o poder estadunidense integrado dentro de uma ordem legal e econômica transnacional organizada ao redor da ONU... [Por sua vez] está surgindo uma nova ordem internacional, mas está se formando para se conformar aos objetivos imperiais estadunidenses"[17]. Também reconheceu que, enquanto a Europa se inclinava mais na direção de uma ordem multilateral que poderia ter a esperança de limitar o poder dos EUA, "o império não estará atado como Gulliver por mil laços legais"[18]. E assim, ele "optou" em favor do império norte-americano, mostrando com cada novo artigo maior confiança no projeto imperial dos EUA, ao qual define, citando Melville, como um império que carrega "a arca das liberdades do mundo"[19].

Este projeto reconhecidamente imperial exigirá uma verdadeira estabilização das "zonas fronteiriças" –e isto deve ser feito, insiste Ignatieff, "sem negar aos povos locais seu direito *a certo grau* de autodeterminação"[20]. Deste modo, o reconhecimento realista de Ignatieff de que "o império light" continua sendo um império (isto é, que "o poder real nestas zonas [fronteiriças] continuará a estar em Washington" e implicará a proteção dos "interesses vitais estadunidenses") se combina com sua insistência em que o sucesso na obtenção dos direitos humanos se baseia na obrigação republicana, a qual exige o império como parteira: "o argumento em favor do império é que este se converteu, em um lugar como o Iraque, na última esperança de democracia e estabilidade"[21].

Como devemos avaliar esta posição? Por um lado, Ignatieff reconhece a *realpolitik* da situação –os horrores sofridos pelo povo iraquiano com Saddam Hussein, a manipulação, as debilidades e a cumplicidade do sistema da ONU, o enorme poder dos EUA, *e* o fato de que a invasão estadunidense estaria orientada para os interesses estadunidenses. Por outro lado, demonstrou um desprezo chamativo pela falta de evidência, mesmo antes da guerra, da existência de armas de destruição em massa ou de algum vínculo entre o regime iraquiano e a Al-Qaeda. Não discutiu, até onde sabemos, o problema dos direitos humanos associados à existência de vítimas civis. Tampouco analisou os temas relacionados com a contaminação ambiental e outros efeitos "colaterais" cruéis que a guerra produziria. Seguramente, um intelectual liberal preocupado com os direitos humanos que está a favor da guerra dever ter se ocupado destes temas. O máximo que se pode dizer é que Ignatieff baseou-se em sua posição filosófica com relação a qual devemos atuar em função do "mal menor"[22]. Mas ainda assim, não analisou seriamente algumas

questões cruciais para calibrar esta equação nem levou em conta o requisito de "proporcionalidade" no uso da força na teoria da "guerra justa", nem o enorme problema normativo postulado pela guerra assimétrica (pela qual entendemos a responsabilidade que deve levar o poder a produzir "comoção e espanto" ou, como diz o próprio Ignatieff, o uso da "força esmagadora" contra um "inimigo" com um poder militar muito inferior).

Mesmo meses depois de que tivesse sido declarado o fim da guerra oficialmente, não foram encontrados nem armas de destruição em massa nem vínculos com a Al-Qaeda. No entanto, a insegurança e a instabilidade do mundo certamente aumentaram, tal como reconhecem os comentaristas lúcidos de todo o espectro político, não apenas pelo aumento do ódio pelo poder e arrogância ocidentais (e particularmente estadunidenses), mas também pelas bombas em cacho, deixadas para que as crianças iraquianas encontrem, a contaminação das cidades e da água potável iraquiana, o atual desenvolvimento da guerrilha, entre outras razões. Adicione-se a isto que as vítimas civis produzidas durante a guerra "oficial" oscilam entre cinco e dez mil segundo estimativas de grupos de especialistas independentes dos EUA e britânicos, enquanto o porta-voz do Departamento de Defesa dos EUA diz que o Pentágono não se preocupou com a questão das vítimas civis porque estava concentrado em "derrotar as forças inimigas, mais que em prestar atenção aos civis"[23]. E agora Paul Wolfowitz admite que o argumento das armas de destruição em massa foi "decidido" pelo governo estadunidense "por razões burocráticas", enquanto Donald Rumsfeld confessa que as armas de destruição em massa possam nunca ser encontradas[24]. Finalmente, em uma notória ruptura com sua conduta diplomática usual, Hans Blix admitiu que os "bastardos" no governo estadunidense viam a ONU com um "poder alheio"[25] e "pressionaram" os inspetores de armas para produzir mais informes condenatórios enquanto iniciavam uma campanha de desprestígio contra ela[26].

Mas além de tudo isso, que para qualquer observador crítico da guerra e de suas seqüelas dificilmente necessitaria de prova, necessitamos considerar as implicações que possui a justificativa da guerra por parte dos falcões liberais em termos das categorias de moralidade e legalidade. Que fazemos diante de um intelectual liberal da estatura de Ignatieff que recomenda passar por cima, e potencialmente minar, normas fundamentais da lei internacional, e que baseia seu apoio de maneira tão direta no argumento moral a favor da guerra realizada por um império republicano "moral"? Mesmo se assumíssemos que as ações dos EUA estavam genuinamente motivadas e orientadas para alcançar a libertação do povo iraquiano da opressão, o pretenso argumento moral para a intervenção unilateral falha em duas questões cruciais.

Primeiro, como reconhece Ignatieff, o imperialismo ameaça o republicanismo. Quando um poder imperial assume o papel de polícia global, enfatizando o poder militar, policial e de espionagem, corre maior risco de, tal como afirma Habermas, "pôr em risco sua própria missão de melhorar o mundo de acordo com as idéias liberais"[27]. Isto é óbvio a partir de fatos tais como a detenção ilegal dos "combatentes inimigos" na Baía de Guantânamo (e a recusa da Corte Suprema dos EUA em considerar a inconstitucionalidade desta detenção), a detenção de "estrangeiros ilegais", o maltrato de cidadãos estadunidenses suspeitos de possuir vínculos com grupos terroristas, e o tratamento dos prisioneiros no Afeganistão e nas redondezas do aeroporto de Bagdá. Segundo, como também admite Ignatieff, seguindo Thomas Jefferson e a Declaração de Independência, a moralidade requer que mostremos "decente respeito às opiniões da humanidade". O argumento moral de Ignatieff –quem poderia acreditar que 25 milhões de iraquianos não estariam melhor sem Saddam Hussein?– implica um direito universal de ser livre da opressão, e alguma versão disto pode de fato ser defendida como um princípio moral universal[28]. No entanto, o problema não é apenas que o imperialismo o viola, o que de fato faz ao minar o compromisso republicano com o império da lei, tanto no país como fora dele, mas também que o princípio moral fundamental e o núcleo universalista dos direitos humanos não devem "ser confundidos", como acontece aqui, com a "demanda imperial de que a forma de vida política e a cultura de uma democracia *particular*... sejam exemplares para todas as outras sociedades"[29]. De novo, enquanto Ignatieff é cuidadoso em evitar o "narcisismo" dos impérios anteriores –por exemplo, a falsa crença dos impérios de que seus colonizados aspiravam a ser apenas "versões locais deles próprios"[30]– seu apoio a *esta* guerra sob *estas* condições unilaterais não pode evitar o "narcisismo" ou, dito mais diretamente, uma imposição imperialista de um falso universalismo[31].

Prestar "o devido respeito às opiniões da humanidade" exige um universalismo igualitário que rompa com a concepção nacionalista liberal de republicanismo e um veículo imperial para sua expansão. Isto é assim por muitas razões, mas a principal razão moral é que nenhum imperialismo "republicano" –mesmo o da "república" estadunidense– pode romper com esta perspectiva provinciana e particular. Por outro lado, um universalismo igualitário, como diz Habermas, "insiste na descentralização de cada perspectiva específica; requer relativizar a própria postura interpretativa do ponto de vista de um Outro autônomo"[32]. É apenas desta forma que mesmo "um bom poder hegemônico" poderia saber se as ações que justifica em função do interesse de outros são de fato igualmente "boas para todos".

Podemos resumir o problema moral do seguinte modo: o problema é que uma parte, mesmo um "bom poder hegemônico", não pode assumir

moralmente uma obrigação moral unilateralmente. "Optar" pela guerra sem levar em conta as vozes de todos aqueles outros que também possuem interesses em jogo é imoral. Assumir *moralmente* uma obrigação moral requer que os afetados estejam genuinamente envolvidos no traçado dos contornos da resposta à opressão, mutua e reciprocamente. Fazê-lo exigiria, no mínimo, esferas públicas políticas globais orientadas no sentido de formular uma resposta que leve em consideração o ponto de vista de todos em conseqüência, mesmo um "bom poder hegemônico" basearia sua justificativa (como Ignatieff admite) no terreno etnocêntrico do nacionalismo liberal –cujo objetivo é garantir a segurança dos EUA, possivelmente às custas de outros e, o que é muito importante, difundindo no exterior a interpretação *particular* estadunidense dos direitos humanos e da democracia. É por isso que o unilateralismo é moralmente inaceitável. Pela mesma razão, como diz Habermas, a "formulação multilateral de um propósito comum não é uma opção entre outras –especialmente não em matéria de relações internacionais"[33].

Isto sugere porque a posição de "falcão liberal" de Ignatieff em apoio ao unilateralismo supõe um perigo moral. Todavia, também supõe graves perigos para a lei internacional e o futuro dos direitos humanos. A afirmação de Ignatieff implica que a guerra poderia ser legal, na medida em que sugere que as contínuas violações das resoluções do Conselho de Segurança por parte do Iraque legitimam a guerra. Esta afirmação contradiz as visões de um grande número de respeitados intelectuais do direito, incluindo a Comissão Internacional de Juristas, que condenou a invasão do Iraque como uma guerra ilegal de agressão, argumentando que não existe "base legal plausível para o ataque"[34]. A recente guerra no Iraque ilustrou uma vez mais a facilidade com que se pode desenvolver uma guerra ilegal, ameaçando as normas legais que as nações haviam combinado aceitar. Isto coloca riscos importantes para a lei internacional, tanto em sua orientação característica da "primeira idade da modernidade" como em seu desenvolvimento para uma ordem cosmopolita na "segunda idade".

Ao apoiar esta guerra e, mais especificamente, ao reconhecer que a guerra poderia ser travada sobre as "ruínas da ordem política multilateral", Ignatieff também parece sugerir que as normas legais internacionais de não intervenção e soberania nacional da etapa que sucedeu a Segunda Guerra Mundial, a "primeira idade da modernidade", cumpriram seu ciclo[35]. Isto supõe uma revogação perigosa do princípio de não intervenção porque viola a regra que postula que a autoridade legítima para decidir se o Iraque estava violando os acordos a ponto de justificar a intervenção é o Conselho de Segurança, e não o poder hegemônico. Ao prescindir da autoridade legitimadora da ONU, Ignatieff parece não ver nenhuma alternativa razoável ao poder soberano de um poder imperial hegemônico que busca, como ele

admite, o nacionalismo liberal, o interesse próprio e uma concepção norte-americana dos direitos humanos. Tal virada não apenas viola o princípio de não-intervenção, como também respalda a doutrina Bush do direito de lançar uma "guerra antecipatória" contra qualquer um que os EUA considerem como hostil a seus interesses –uma doutrina que ameaça minar não apenas as normas de não intervenção, mas também o desenvolvimento das normas de universalismo igualitário.

Ignatieff vê claramente o caminho traçado à nossa frente, mas mostra pouca preocupação com seus perigos: "[uma] nova ordem [legal] internacional está emergindo, mas está sendo construída à medida dos objetivos imperiais estadunidenses. O império subscreve aquelas peças da ordem legal transnacional que convêm a seus propósitos... enquanto ignora ou inclusive sabota aquelas partes... que não"[36]. O autor afirma que não está nem fazendo uma apologia nem racionalizando, mas sim sublinhando a realidade da lei internacional na era do império. O império estadunidense não deve ser constrangido por preocupações multilaterais. As instituições multilaterais que podem ser controladas e comandadas devem ser mantidas, as que exigiriam um marco igualitário e não podem garantir o domínio estadunidense devem ser descartadas. Essencialmente, Ignatieff não oferece fundamento jurídico algum para o humanismo militar, senão meramente aprova como uma obviedade a obrigação que os EUA dizem possuir –a obrigação de quebrar as trivialidades legais que molestam em defesa dos direitos humanos e das liberdades. "Os estadunidenses são multilaterais quando convêm aos EUA e unilaterais quando não lhes convêm e podem fazer as suas. Nesta visão, a ordem mundial é garantida pelo poder, pela força e influência do superpoder, oposto à influência extensiva da lei internacional"[37]. Isto serve como uma boa descrição da política exterior estadunidense, mas se Ignatieff é um crítico desta perspectiva, o leitor pode ser desculpado por não tê-lo notado.

A lei internacional falhou na etapa preparatória da invasão do Iraque. Falhou a liderança imperial estadunidense que tentou usar as normas legais internacionais para enquadrar sua tentativa em uma racionalidade legalmente justificável. Fracassaram os líderes na França, Alemanha e Rússia que julgaram segundo as velhas regras enquanto outros reescreviam o manual de procedimentos. Falhou o povo do Iraque que não tinha poder para enfrentar aos agressores a partir de dentro e de fora. E falhou o protesto internacional de cidadãos do mundo que, preocupados, marcharam em oposição a uma guerra injusta de modo desafiante e pacífico em um número nunca antes visto. Tudo isso é assim porque as normas legais internacionais da "primeira idade da modernidade" não puderam evitar que um poder imperial determinado e suficientemente forte, nos termos de Habermas, "rompesse os

laços civilizatórios que, com boas razões, a Carta das Nações Unidas estabeleceu sobre o processo para alcançar objetivos"[38].

Habermas sustenta que os neoconservadores associados com a Doutrina Bush confrontam a lei internacional "com uma perspectiva bastante revolucionária [afirmando que] [...] quando a lei internacional falha, a imposição hegemônica bem-sucedida de uma ordem mundial liberal é moralmente justificável..." mesmo quando é formalmente ilegal[39]. É necessário destacar, tal como já assinalamos, que esta perspectiva é característica dos falcões liberais como Ignatieff, e dos neoconservadores estadunidenses. Ainda assim, é assombrosa. Por que alguém comprometido com os direitos humanos e a democracia, como seguramente está Ignatieff, distintamente de Bush e companhia, reconhece que não leva em conta as "conseqüências revolucionárias" associadas a esta guerra orientada para a antecipação e para a "mudança de regime" e ameaça a instituição internacional que, por mais falhas que possua, é a única que existe atualmente para enfrentar estes desafios? Com a ratificação da Carta das Nações Unidas após a Segunda Guerra Mundial, os estados concordaram formalmente em "renunciar a seu direito soberano de ir à guerra"[40]. A partir do momento em que esta guerra se baseia no restabelecimento deste direito, talvez seria melhor referir-se a isto como uma "restauração" mais que uma "revolução". Os falcões liberais, de modo não muito diferente dos neoconservadores, apoiaram uma guerra que não apenas é injusta e ilegal, como também ameaça imbricar normas regressivas na lei internacional. Neste sentido, Michael Glenndon assinalou, com relação à intervenção da OTAN em Kosovo, que se "o poder é usado para fazer justiça, será seguido pela lei"[41]. No entanto, esta lógica também funciona no sentido contrário: se o poder é usado para a injustiça, será seguido pela lei injusta.

Necessitamos dizer que esta não parece haver sido uma "única" guerra? Muitos comentaristas deixaram bem claro que esta é a *primeira* de uma série destas guerras –como implica o argumento de Ignatieff quando assinala que a "crueldade imperial requer otimismo como um ato de vontade contínuo"[42]. O império deve permanecer vigilante contra tudo o que se oponha a seu avanço. A crueldade imperial parecer exigir também um vilão elusivo (pode-se escolher entre Osama bin Laden ou Saddam Hussein) a que se possa cercar e caçar através das fronteiras. Uma maquinaria de relações públicas bem azeitada, repleta de políticos que garantam credibilidade e prestação de contas, jornalistas complacentes que somam "integridade" e intelectuais públicos que lhe agreguem peso, realiza o trabalho preparatório para a guerra sem fim.

Não queremos sugerir que a aprovação da força militar multilateral por parte do Conselho de Segurança tivesse podido resolver completamente a falta de legitimidade da intervenção. Reconhecemos a natureza antidemo-

crática, para não dizer a falta de deliberação, do Conselho de Segurança, e vemos que a intimidação e o suborno do Governo Bush minam ainda mais qualquer possibilidade de atingir uma decisão legítima tomada por iguais. Mas ao "optar" pela guerra unilateral, Ignatieff também estava optando *por* formas futuras de unilateralismo, e optando *contra* o multilateralismo na lei e nas instituições internacionais, fundamentalmente na ONU. Um unilateralismo hegemônico se prepara para intervir no vazio que se produz entre as formas de "primeira idade da modernidade" descartadas e as (ainda por definir) normas e instituições da "segunda idade". A questão chave é se uma justificativa legal internacional para a guerra deve ser substituída pela "lei do império", oferecida pela "política unilateral global de um poder hegemônico que atribui poder a si próprio"[43]. Pensamos que a resposta é claramente negativa. Como nota Hobsbawm: "poucas coisas são mais perigosas que os impérios impulsionando seus próprios interesses crendo que o estão fazendo em favor da humanidade"[44].

O ARGUMENTO EM FAVOR DE UM COSMOPOLITISMO CRÍTICO

Habermas, portanto, tem razão –não há nenhuma alternativa aceitável para o desenvolvimento de uma ordem legal cosmopolita onde todas as vozes recebam reconhecimento igual e recíproco[45]. Também tem razão ao afirmar que os países da "velha Europa" e outros que enfrentaram a pressão impressionante dos EUA antes da guerra não minaram a ONU nem a relegaram à insignificância, como postulavam muitos comentaristas estadunidenses[46]. Ao contrário, é este tipo de resistência o que pode salvar a arquitetura legal internacional. Obviamente, resistir à dominação estadunidense, salvar e depois transformar instituições internacionais como a ONU será uma façanha não menor no contexto do imperialismo norte-americano. A capitulação unânime do Conselho de Segurança aos EUA na era da "reconstrução" revela esta dificuldade de maneira extremamente clara[47].

Obviamente, não existem respostas claras ou fáceis para as perguntas de como resistir à dominação estadunidense, de como manter as instituições internacionais e de como resistir à perversão das normas cosmopolitas nascentes e das instituições transnacionais capazes de cumpri-las. A Europa pode contribuir para contrabalancear determinado imperialismo estadunidense? A esfera pública global, que está surgindo, como pode ser visto, por exemplo, no Fórum Social Mundial e no movimento massivo contra a guerra, pode fazê-lo? *Não sabemos*. Claramente, todos estes são campos para as lutas antiimperialistas. No entanto, acreditamos que também é necessário que se desenvolva um cosmopolitismo crítico, o qual por sua vez requer enfrentar

a pergunta crucial: como podemos pensar, para não falar em crer, os compromissos e instituições cosmopolitas sob as condições que impõe o imperialismo? Para colocar nos termos de Habermas, como podemos mediar de modo democrático e progressivo entre "fatos e normas" –entre os fatos do poder imperial e a demanda normativa de um sistema cosmopolita de governabilidade, que inclua o compromisso com os direitos humanos e que possa permitir o desenvolvimento de um universalismo igualitário no lugar de um imperialista?

Uma coisa é clara. Isto não pode ser conseguido mediante posições como a de Ignatieff nem mediante a cumplicidade de intelectuais e funcionários da Europa e de outros lugares que, tendo resistido à guerra, voltaram-se para as "relações transatlânticas" após a ela e começaram a falar de tentar influir sobre os EUA a partir de dentro do império. Ao contrário, devemos assumir como mínimo uma defesa preliminar do tipo de orientação cosmopolita crítica que segundo cremos deve se desenvolver, respondendo às críticas que o cosmopolitismo e as instituições legais internacionais receberam de algumas das vozes mais fortes da esquerda. O cosmopolitismo é, portanto, um território em disputa –tanto interna quanto externamente– e não queremos falar em nome da maioria de suas versões. Vemos o projeto de desenvolver um cosmopolitismo *crítico* como uma diferenciação significativa com relação a outras versões, particularmente aquelas que Peter Gowan chamou de "novo cosmopolitismo liberal", sem mencionar análises como a de Ignatieff[48]. Antes de entrar em uma revisão dos prolongados debates sobre o cosmopolitismo, queremos nos centrar no tratamento destes críticos da ONU, na norma legal internacional de não-intervenção, e nos direitos humanos.

Tariq Ali é um dos principais autores que questiona o tipo de instituições, fundamentalmente a ONU, que segundo a crença dos cosmopolitas não devem ser arrasadas mas sim reformadas. Ali vê a ONU como as "Nações Unidas da América", um "instrumento descartável" do poder e da polícia estadunidenses[49]. Citando com exatidão pungente, ainda que com excessiva generalização, o modo de ação da ONU durante o período do pós-guerra nas "mãos dos EUA", Ali sugere que apelar para a ONU para restringir os EUA é como "esperar que o mordomo despeça o amo". Mesmo reconhecendo a profunda divisão entre os EUA e muitos de seus aliados usuais durante a última guerra no Iraque, Ali não vê razões para apelar à ONU. Argumenta que qualquer projeto antiimperialista deve olhar para outro lado –para as lutas dentro do próprio Oriente Médio, à resistência no Iraque e no coração do império estadunidense e para a luta antiimperialista global– citando o Fórum Social Mundial como um espaço para o desenvolvimento de campanhas para, por exemplo, fechar as bases militares estadunidenses[50]. A partir

da guerra, argumenta Ali, o Conselho de Segurança da ONU reconheceu a ocupação do Iraque, aprovada sua "recolonização" por parte dos EUA e "dando respaldo retrospectivo ao ataque preventivo". Estamos de acordo com este último ponto. Mas estamos consternadas com as implicações de seu argumento de que a Liga das Nações pelo menos "havia tido a decência de entrar em colapso logo após que sua carta fora seriamente violada"[51].

Perry Anderson apresenta uma análise similar. Diz que os oponentes à guerra exigem princípios para oporem-se a ela, não apenas razões prudentes, mas sugere que as razões de princípios costumeiras oferecidas para avaliar a ONU e a lei internacional não o farão porque as tratam como se fossem um "bálsamo contra o Governo Bush". Anderson argumenta que isto é ineficiente, que necessitamos de uma posição alternativa que, entre outras coisas, reconheça que a ONU não é imparcial (com um argumento parecido ao de Ali de que se trata de um mero "mordomo"), que sua estrutura é "politicamente indefensável" e que, ao menos desde o fim da guerra fria, funcionou como uma "tela para a vontade estadunidense"[52] e como uma arma do Departamento de Estado, do mesmo modo que o FMI é uma arma do Tesouro dos EUA[53]. Anderson reconhece que alguns elementos da ONU –seus "afiliados secundários"– fazem um bom trabalho, enquanto que a Assembléia geral "não causa muito dano". Ainda assim, argumenta que o Conselho de Segurança não possui perspectivas de reforma e sugere que "o mundo estará melhor –uma arena de estado mais honesta e igual– sem ele"[54]. Finalmente, o que é muito importante, sugere que os direitos humanos são "o palanque para forçar a porta da soberania nacional"[55].

Gowan retoma boa parte destes argumentos, mas vai mais além em sua avaliação crítica das justificativas cosmopolitas para o intervencionismo. Gowan caracteriza as instituições de governança global como "instrumentos ligeiramente dissimulados da política dos EUA" e cita a ONU como "destacável neste sentido"[56]. Também realiza uma crítica convincente dos "novos liberais cosmopolitas" que se negam a prestar atenção a dominação global dos EUA, que aplaudem os EUA como se fossem uma parte da "comunidade internacional" com a capacidade de lutar pela justiça global e que insistem em assinalar que este se despojou de seu "interesse nacional egoísta"[57]. Critica-os por apoiar a intervenção militar em defesa dos direitos humanos como modo de realizar os princípios liberais sobre o poder. Em síntese, Gowan argumenta que as intervenções humanitárias que inspiraram os liberais cosmopolitas, e por sua vez foram inspiradas por seus argumentos sobre a justiça cosmopolita, fornecem, pelo contrário, "um modelo de projeção de poder que virtualmente inverte esta descrição". E observa corretamente que o novo cosmopolitismo liberal está fixado dentro de uma "armadura liberal-individualista [que] não enquadra o mundo

tal como ele é: falha em situar o poder estadunidense dentro de seu prognóstico de uma ordem supra-estatal"[58]. Finalmente, Gowan argumenta que com intervenções humanitárias, assim como com outras formas de globalização, estamos sendo testemunhas de um "padrão assimétrico de mudança no campo da soberania estatal" no qual a soberania da maioria dos estados é erodida em favor das "prerrogativas excepcionais" dos EUA[59].

Em boa medida, estamos de acordo com esta análise, começando pelo reconhecimento de que o Conselho de Segurança da ONU não é um árbitro imparcial. Como já colocamos, este funciona em um contexto de hegemonia e imperialismo estadunidenses que tem conseqüências enormes para sua capacidade de operar de maneira independente. Também estamos de acordo com a crítica aos "novos liberais cosmopolitas" que não distinguem entre um universalismo imperialista e um igualitário. Mas há três perguntas que desejamos fazer: o que acontece com as leis internacionais e as normas de não intervenção? E com os direitos humanos? E por que não considerar o desenvolvimento de normas legais e de justiça cosmopolitas como parte de uma luta antiimperialista de longo prazo contra o poder e a dominação dos EUA e a favor de que se absorvam os problemas da ONU, o multilateralismo e os direitos humanos, em lugar de relegá-los ao "lixeiro da história" ou deixá-los de lado, como parecem ter feito tais análises?

A norma de não-intervenção, tão central para a arquitetura jurídica internacional da "primeira idade da modernidade", recebe tratamentos conflitantes nestas análises. Por um lado, Anderson e Ali estão de acordo de que se trata de uma norma fundamental à qual se deve aderir com o objetivo de resistir à soberania assimétrica e imperial associada à missão militar justificada pelas concepções cosmopolitas dos direitos humanos[60]. Por outro lado, também argumentam que, dado o caráter instrumental do Conselho de Segurança em particular, e talvez da ONU em geral, estaríamos melhor sem ela. No entanto, aceitar seu colapso em nome de uma "maior honestidade" é um erro grave. Este problema fica claramente revelado pelo uso cínico que Alan Dershowitz fez deste argumento ao apoiar, nos EUA, a criação de "ordens judiciais de tortura". A argumentação de Dershowitz não é que devemos incentivar a tortura, mas postula que, nos casos em que os estados a usem, o qual, sendo realista, reconhece que o farão, devem usá-la "honesta" e abertamente. Anderson e Ali sem dúvida rejeitam isso, mas sua noção de que sem o Conselho de Segurança a política internacional poderia formar uma "arena de estados mais igualitária" ameaça claramente nos levar à guerra de todos contra todos hobbesiana, levando-nos de volta à etapa prévia à "primeira idade da modernidade". O colapso do Conselho de Segurança significará o colapso

da única instituição formalmente encarregada de fazer cumprir as regras da Carta da ONU, a qual nos dias de hoje encarna primordialmente a norma de não-intervenção e o princípio de soberania estatal igualitária.

Quando Robert Cooper, o assessor de Tony Blair, e Michael Ignatieff estão de acordo em que devemos aceitar um novo imperialismo baseado no unilateralismo, no qual os estados hegemônicos tenham a liberdade de ignorar a lei internacional, e decidir sobre a necessidade de usar a força militar em nome da segurança, da construção da nação e dos direitos humanos por fora do sistema das Nações Unidas quando seja conveniente para eles[61]; e quando isto aparece para reiterar os principais temas da Estratégia do Conselho de Segurança da ONU; então sugerimos que é tempo de reconsiderar a crítica da esquerda ao cosmopolitismo[62]. Seu desdém pelo fortalecimento institucional da lei internacional da "primeira idade da modernidade" justifica efetivamente a eliminação dos limites legais contra a intervenção. Isto não é apenas extremamente imprudente, como também contradiz o compromisso destes críticos com a não-intervenção.

A não-intervenção é vista por estes autores com um antídoto para a manipulação imperialista dos direitos humanos. Eles querem evitar o assalto à igualdade soberana dos estados que, em sua visão, perpetram aqueles que argumentam a favor da intervenção militar em nome dos direitos humanos. Portanto, para Anderson, a guerra contra o terrorismo é vista meramente como um "desvio temporário do caminho real que leva 'aos direitos humanos e às liberdades' ao redor do mundo". Estes formam os "possíveis ideais permanentes que uma hegemonia necessita". Os direitos humanos não são apenas um "degrau para forçar a porta da soberania nacional", mas também uma ideologia que mascara a força, formando uma base para o consenso com, e uma direção de, um projeto imperialista. Assim, Anderson condena os direitos humanos, nestas condições, como parte da "arrogância da 'comunidade internacional'"[63]. Estamos de acordo que os direitos humanos possam ser ideologicamente mobilizados como parte de um projeto hegemônico. Contudo, a posição que adotaram Anderson e Ali avança muito longe e pode ameaçar o próprio núcleo dos direitos humanos[64].

É crucial manter a norma de não-intervenção que busca proteger não apenas a paz, mas também a própria soberania dos estados-nação, uma vez que reconhece a proteção dos direitos humanos com outra norma chave surgida na "segunda idade da modernidade". Um cosmopolitismo crítico deve desenvolver uma posição que vincula o compromisso de não-intervenção com o compromisso com os direitos humanos e tornar as exceções ao princípio de não-intervenção meios de revogar o direito à igualdade soberana dos abusadores sistemáticos dos direitos humanos. Logo, estamos de acordo que a igualdade soberana é violada quando um estado hegemônico

se atribui o poder de intervir. Esse é o coração de nossa crítica aos "falcões liberais". No entanto, se um julgamento justo fosse realizado do ponto de vista dos procedimentos e das condições multilaterais orientadas para o universalismo igualitário, a "expansão da justiça internacional" não aboliria a lei internacional. Aqueles que pensam que, se o fizessem, estariam cometendo o erro de rejeitar o princípio de universalismo igualitário estariam equiparando a lei internacional a uma concepção defeituosa, *uma concepção meramente formal*, da igualdade soberana. Em outros termos, o respeito pela igualdade soberana não deve ser estendido aos estados julgados mediante processos justos de violação massiva dos direitos humanos. A concepção meramente formal da igualdade soberana possui a virtude de evitar os problemas reais das políticas "aparentemente" cosmopolitas (principalmente, o "humanismo militar" subscrito por, e no interesse de, um poder imperial), mas suporia desconsiderar não apenas os direitos humanos, mas também a *soberania popular*. Significaria que qualquer estado, apenas por ser um estado, merece o mesmo reconhecimento. A esquerda democrática deve rejeitar esta posição. Ainda mais, esta posição viola o princípio de "autodeterminação dos povos". E, em última instância, uma visão meramente formal da soberania igualitária violaria o significado normativo da lei internacional, que se refere à "lei do povo".

Assim como questionamos a crítica da esquerda do cosmopolitismo, questionamos os cosmopolitas: o princípio de não intervenção não pode se manter como inquestionável. Contudo, rejeitamos a posição dos "falcões liberais" que, na verdade, baseiam-se em um imperialismo republicano, e também a dos "novos liberais cosmopolitas", que em última instância fazem o mesmo. Também queremos questionar, portanto, o tipo de posição cosmopolita que sugere que a intervenção humanitária não deva ser uma prerrogativa da ONU, dado que esta não é confiável –ou dito mais diretamente, que é uma "prerrogativa do Ocidente"[65]. Como é de se supor, rejeitamos esta visão, porque a determinação de atacar um princípio moral não pode ser moralmente realizada mediante um único conjunto de interesses, não apenas porque quebra a lei internacional, mas também porque ameaça desenvolver novos princípios regressivos em matéria de lei internacional e porque fomenta o imperialismo. Não é que não seja moral ou legal. É, mais propriamente, um universalismo imperialista.

Os cosmopolitas são usualmente acusados de ser perigosamente utópicos ou militaristas. Cremos que algumas análises que se localizam sob o rótulo do cosmopolitismo ou próximos a esta posição são perigosos e também estamos de acordo que muitos são utópicos. No entanto, isto não é uma característica exclusiva dos cosmopolitas. Nós também estamos profundamente preocupados com a descrição da necessidade de "guerreiros

capazes de combater" e a "letalidade" em nome dos direitos humanos (descrições que nos remetem às imagens de Arnold Schwarzenegger mais que às da Senhora Liberdade) e compartilhamos a posição dos críticos de esquerda de que o humanismo militar, tal como é praticado atualmente, não restringe o imperialismo (um dos principais inimigos dos direitos humanos), mas sim o expande, por acaso os crítico pensam realmente que não devem ser feitos julgamentos internacionais e que as forças multilaterais não devam ser usadas nunca, por exemplo em Ruanda ou no Congo? Trata-se de um antiutopismo e um antimilitarismo esclarecido ou é a negligência que evita discutir o que fazer em situações nas quais literalmente milhões de pessoas estão morrendo? Não é suficiente dar um passo atrás e criticar a cumplicidade e responsabilidade do Ocidente e particularmente dos EUA em fomentar estas guerras. As guerras civis e a violência étnica também são grandes inimigos dos direitos humanos e, como afirma Daniele Archibugi, a simples reafirmação da soberania e da não intervenção "não faz nada para proteger as vítimas da violência dentro dos estados"[66]. As intervenções baseadas nos direitos humanos devem ser consideradas como um tema legítimo e urgente para a esquerda quando as mesmas possam orientar-se no sentido de evitar intensos abusos dos direitos humanos na escala de um genocídio e de preparar o terreno para um futuro no qual sejam possíveis procedimentos de solução de problemas mais pacíficos e deliberativos[67].

No entanto, um cosmopolitismo crítico poderia, obviamente, implicar outras alternativas também –alternativas destinadas a *evitar* a intervenção militar, incluindo o desenvolvimento da supervisão internacional, os tribunais internacionais, etc., cujo objetivo seja, como no caso da intervenção, o universalismo igualitário mais que um projeto imperialista de expandir a "justiça ocidental". Poder sequer imaginar estas possibilidades exige que a esquerda tenha uma orientação diferente da que discutíamos mais acima.

Assim, torna-se crucial a última pergunta que fazíamos sobre a possibilidade de que, com parte de uma estratégia antiimperialista, se desenvolvam normas e instituições cosmopolitas que em parte respondam aos problemas da ONU, do multilateralismo e dos direitos humanos, em vez de rejeitá-los. Não temos a intenção de cair em um utopismo ingênuo que não leve em conta o poder. Reconhecemos plenamente a importância da distinção que faz Peter Gowan entre dois tipos de cosmopolitismo, o "novo cosmopolitismo liberal" e o "cosmopolitismo democrático" (do tipo que se encontra no trabalho de Daniele Archibugi) que possui a virtude de tentar vislumbrar uma "polis global" capaz de colocar a "minoria rica de estados e grupos sociais" sob o controle da maioria global. Também reconhecemos, com Gowan, que inclusive as posições "cosmopolitas democráticas" sofrerão debilidades significativas enquanto limitarem sua

atenção às instituições da política e aos princípios para sua reforma e não prestem atenção à "hercúlea ação popular" que seria necessária para realizar estes objetivos. Gowan tem razão: qualquer tentativa de constituir uma solidariedade cosmopolita terá de "enfrentar as relações sociais e econômicas do capitalismo atualmente existente", particularmente quando um "cosmopolitismo complacente" não se enfrenta com o projeto imperialista real do qual a hegemonia dos EUA é parte central[68].

Este é o ponto de início de um cosmopolitismo crítico. Contudo, abordar o problema da agência significa *evitar as concepções instrumentalistas da arquitetura política da governança internacional*. Tratar a ONU (como uma característica chave da governança global) como um "instrumento" –um "mordomo" do "amo" (Ali), uma "arma do Departamento do Estado dos EUA" (Anderson), ou "um instrumento levemente dissimulado da política dos EUA" (Gowan)– pode ser suficiente para a polêmica, mas não o é para a análise política. Este tratamento trai uma concepção do poder inadequada e pouco teorizada, na qual as instituições internacionais são vistas como capturadas pelo poder capitalista e militar ao ponto que funcionam meramente como um "instrumento descartável", frágil e submisso. Para serem claras, as análises cosmopolitas democráticas freqüentemente mostram certo instrumentalismo na medida em que vêem as instituições internacionais como "instrumentos neutros" que podem ser reformados em qualquer sentido e que não levam em conta os obstáculos tanto internos as próprias instituições como externos para a realização deste tipo de projeto[69].

Sugerimos que para evitar estes erros instrumentais devemos desenvolver uma análise cosmopolita *relacional* das organizações internacionais e da esfera pública global, utilizando conceitos baseados nas lições aprendidas nos debates marxistas anteriores sobre a teoria do estado para analisar os limites e possibilidades das lutas transformadoras no contexto do novo imperialismo[70]. Estas teorias deverão ser retrabalhadas para dar conta das relações de gênero e raça, do novo contexto de globalização e imperialismo e dos modos nos quais as instituições internacionais diferem das instituições estatais capitalistas. Mas para podermos diminuir a brecha entre os "fatos" do poder imperial e as condições para a geração de "normas legítimas", podemos muito bem começar por desenvolver uma análise mais matizada das instituições internacionais, das esferas políticas públicas globais e dos princípios cosmopolitas com o dos direitos humanos. A análise deve ser realizada em termos relacionais porque apenas assim é possível ver estes âmbitos como "arenas de luta" –que expressam uma materialidade institucional baseada na assimetria entre as classes assim como em um amplo espectro de movimentos populares e progressistas. Esta reorientação analítica pode ser capaz de revelar, além da materialidade dos interesses estatais e imperialistas sedimentada nestas

instituições e esferas públicas, fissuras que possam representar aberturas para lutas políticas transnacionais democráticas e transformadoras. Deste modo, também podemos começar a abordar as condições para esta "ação popular hercúlea", cuja necessidade enfatiza Gowan, uma vez que podemos abrir a análise para confrontar os obstáculos impostos pelas relações sociais capitalistas e pelo imperialismo.

Este tipo de análise deverá avaliar as possibilidades de luta que tendem a democratizar as instituições internacionais tais como a ONU[71]. E prestar atenção às lutas que sejam necessárias para transformar os estados nacionais –inclusive o estado imperial– de modo tal que estas lutas se vinculem a uma esfera pública global que está emergindo para produzir transformações no nível internacional. Esta reorientação analítica pode nos permitir, finalmente, *valorizar* a lei internacional ao mesmo tempo em que criticamos e lutamos contra suas limitações, e expressar *criticamente* e não apenas retoricamente a indignação frente à violação imperialista da mesma. O ponto é a *recuperação* da política de direitos humanos como parte de um projeto cosmopolita crítico, explicitamente antiimperialista, mas também favorável ao fortalecimento da relação entre os direitos humanos e a soberania popular. Somente dessa maneira podemos começar a confrontar os direitos humanos com o império.

NOTAS

1 Ulrich Beck, "The Cosmopolitan Perspective: Sociology of the Second Age of Modernity", *British Journal of Sociology*, 51(1), p. 83.

2 Jürgen Habermas, "What Does the Felling of the Monument Mean?", <http://slash.autonomedia.org/analysis/03/05/12/1342259.htm> Esta é uma tradução de "Was bedeutet der Denkmalsturz?" no Frankfurter Allgemeine Zeitung (17/04/2003).

3 Sobre o universalismo igualitário, veja Habermas, "What Does the Felling of the Monument Mean?" Aqui desenvolvemos a distinção entre um nacionalismo liberal imperialista e um cosmopolitismo que Habermas propôs e aplicou à sua análise dos falções liberais. Veja ibid., e Habermas, "Letter to America", *The Nation* (16/12/2002) <http://www.thenation.com/ doc.mhtml?i=20021216&s=habermas>

4 Veja Jean Bethke Elstain, *Just War Against Terror: The Burden of American power in a Violent World,* New York: Basic Books, 2003; Paul Berman, *Terror and Liberalism,* New York: WW Norton, 2003; e de modo mais geral, Kate Zernike, "Liberals for War: Some of the Intellectual Left"s Longtime Doves Taking on Role of Hawks", *New York Times*

(14/03/2003), e George Packer, "The Liberal Quandary over Iraq", *The New York Times Magazine* (08/12/2002).

5 Veja especialmente Michael Ignatieff, "The Burden", *The New York Times Magazine* (05/01/2003) e "I am Iraq", *The New York Times Magazine* (23/03/2003).

6 Ignatieff, "The Burden", p. 24.

7 Ignatieff, "Friends Disunited", *Guardian* (24/03/2003), com a devida ênfase dada.

8 Ignatieff, "The Burden", p. 26.

9 Ignatieff, "I am Iraq".

10 Ignatieff, "Friends Disunited".

11 "A Debate on American Power and the Crisis in Iraq", moderado por Steve Wasserman, com: Christopher Hitchens, Michael Ignatieff, Mark Danner, e Robert Scheer. Transmitido pela Radio Nation, (19 ao 25/03/2003), <http://archive.webactive.com/radionation/rn20030319.html> (acessado em 10/06/2003).

12 Veja Michael Ignatieff, "Time to Walk the Walk", *National Post* (14/02/2003); e sua citação em Zernike, "Liberals for War".

13 Michael Ignatieff, "A Bungling UN Undermines Itself", *The New York Times* (15/05/2000).

14 Michael Ignatieff, "Human Rights, the Laws of War, and Terrorism", *Social Research,* 69(4), pp. 1145, 2002.

15 Foi este o termo cunhado por Doris Buss para caracterizar a posição dos falcões no debate Anti-Guerra da Carleton University (24/03/2003).

16 Ignatieff, "Time to Walk the Walk".

17 Michael Ignatieff, "Barbarians at the Gate?", *The New York Review of Books*, 49(3) (28/02/2002).

18 Ignatieff, "The Burden", p. 50.

19 Ibid., p. 24.

20 Ibid., p. 50, dada a devida ênfase. Note como esta análise das "zonas de fronteira" ecoa o que disse o neoconservador Thomas Barnett da Escola de Guerra da Marinha que enfatiza os riscos para os EUA de países que estão "desconectados" da globalização econômica e da necessidade de diminuir essa "brecha". Veja Thomas P.M. Barnett, "The Pentagon's New Map: It Explains Why We're Going to War and Why We'll Keep Going to War", *Esquire* (03/2003) <http://www.nwc.navy.mil/newrules/ThePentagonsNewMap.htm> Veja também, Jim Lobe, "Pentagon Moving Swiftly to Become "GloboCop" *Inter Press Service* (11/06/2003).

21 Ignatieff, "The Burden", p. 54.

22 Michael Ignatieff, "Mission Possible", *The New York Review of Books* (19/12/2002).
23 Simon Jeffrey, "The War May have Killed 10,000 Civilians, Researchers Say", *Guardian* (13/06/2003).
24 David Usborne, "WMD Just a Convenient Excuse for War, Admits Wolfowitz", *Independent* (30/05/2003). Veja também Paul Krugman que sugere no *New York Times* que se a alegação de que Saddam "constituia uma ameaça imanente… fosse fraudulenta, a preparação da Guerra poderia ser considerada como o pior escândalo na história política dos EUA …". "Standard Operating Procedure", *New York Times* (03/06/2003). A única coisa surpreendente sobre o argumento do senador Robert Byrd de que "fomos ameaçados por uma alta dose de sentenças sobre a ameaça direta à nossa liberdade por parte de Saddam Hussein" e como poucos dentro do Congresso parecem estar escandalizados. "The Truth Will Emerge" <http://byrd.senate.gov/byrd_speeches/byrd_speeches_2003may/2.html>
25 John O'Farrell, "Hans off the UN", *Guardian* (13/06/2003).
26 Helena Smith, "Blix: I was Smeared by the Pentagon", *Guardian* (11/06/2003).
27 Habermas, "What does the Felling of the Monument Mean?" parágrafo 36.
28 Para uma brilhante, e ampla, articulação desta idéia como um direito moral básico de justificação, veja Rainer Forst, "The Basic Right to Justification: Toward a Constructivist Conception of Human Rights", *Constellations* 6(1), 1999, pp. 35-60 e para uma extensão para o transnacionalismo veja Forst, "Towards a Critical Theory of Transnational Justice", em Thomas W. Pogge, ed., *Global Justice*, Oxford: Blackwell Publishers, 2001, pp. 169-87.
29 Habermas, "What does the Felling of the Monument Mean?", parágrafo 41, dada a devida ênfase.
30 Ignatieff, "The Burden", p. 53.
31 Sobre este assunto, veja Amy Bartholomew "Human Rights and Post-Imperialism", *Buffalo Human Rights Law Review*, a ser publicado em 2003, e "Toward a Deliberative Legitimation of Human Rights", *Warwick-Sussex Papers in Social Theory*, 6, 2001.
32 Habermas, "What Does the Felling of the Monument Mean?", parágrafo 43.
33 *Ibid.*, parágrafo 47.
34 Veja a International Commission of Jurists, "Iraq–This War Must be Conducted Lawfully",

<http://www.icj.org/news.php3?id_article=2774&lang=en> (acessado 09/06/2003). Veja também The Center for Economic and Social Rights Emergency Campaign no Iraque, "Tearing up the Rules: The Illegality of Invading Iraq" (03/2003) <www.cesr.org/iraq/docs/tearinguptherules.pdf> (acessado 31/05/2003), Michael Ratner, "War Crime Not Self-Defense: The Unlawful War Against Iraq", <http://www.ccr-ny.org/v2/print_ page.asp?ObjID=BMreedARu7&Content=107> (acessado 12/06/2003) e Phyliss Bennis, "Understanding the U.S.-Iraq Crisis: The World's Response, the UN and International Law", panfleto do Institute for Policy Studies (01/2003).

35 Ignatieff, "Friends Disunited".

36 Ignatieff, "Barbarians at the Gate?".

37 Ignatieff, "Time to Walk the Walk".

38 Habermas, "What Does the Felling of the Monument Mean?", parágrafo 10.

39 Ibid., p. 8. Habermas dirige sua visão das diferenças entre a intervenção da OTAN em Kosovo e a Guerra do Golfo em 1991, ambas apoiadas por ele, e a mais recente Guerra contra o Iraque, à qual ele é profundamente crítico, em "Letter to America". Sobre Kosovo, veja também Habermas, "Bestiality and Humanity: A War on the Border between Legality and Morality", *Constellations*, 6(3), 1999.

40 David Chandler cita Louis Henkin sobre este ponto. Veja "International Justice", *New Left Review*, 6, p. 59.

41 Citado em Danilo Zolo, *Invoking Humanity: War, Law and Global Order*, Londres: Continuum Press, 2002, p. 67.

42 Ignatieff, "Barbarians at the Gate?", p. 6.

43 Habermas, "What Does the Felling of the Monument Mean?", p. 34. Tomamos emprestada a caracterização desta como "lei do império" dos comentários de Trevor Purvis no debate anti-guerra realizado na Carleton University (24/03/2003).

44 Eric Hobsbawm, "America's Imperial Delusion", *Guardian* (14/06/2003).

45 Isto não implica uma necessidade para o "governo mundial" no fim da soberania do estado. Veja Jürgen Habermas, *The Postnational Constellation: Political Essays*, Traduzido por Max Pensky, Cambridge, MA: MIT Press, 2001; John S. Dryzek, *Deliberative Democracy and Beyond*, Oxford: Oxford University Press, 2000; e Daniele Archibugi, "Cosmopolitical Democracy", *New left Review*, 4, 2000.

46 É, uma análise muito melhor sobre o assunto está presente em Habermas, "What Does the Felling of the Monument Mean" e Marc Lynch, "Irrelevance Lost", *Middle East Report Online*, 20/03/2003, www.merip.

org/mero/ mero032003.html, (acessado em 29/05/2003) bem como em Arundhati Roy, "Instant-Mix Imperial Democracy (Buy One, Get One Free)" que enfatiza como as nações "resistentes" se endividaram continuamente em nome dos EUA <http://www.wagingpeace.org/articles/03.05/0513roy_instantmix.htm> (acessado em 20/05/2003).

47 Tanto em termos do fracasso em passar algo semelhante a uma declaração de "União pela Paz" e em termos da capitulação do Conselho de Segurança à demanda dos EUA para uma administração do pós-guerra dos EUA, veja Tariq Ali, "Business As Usual: The UN has Capitulated. Now let the North's Plunder of the South Begin", *Guardian* (24/05/2003).

48 Peter Gowan, "Neoliberal Cosmopolitanism", *New Left Review*, 11, 2001, p. 84. Alguns situariam Ignatieff nesta categoria, mas acreditamos que a posição de Ignatieff é melhor definida como um imperialismo republicano, ainda que ela possa exibir muitas das características que Gowan atribui aos "novos cosmopolitas liberais".

49 Ali, "Re-colonizing Iraq", *New Left Review*, 21, p. 15.

50 Ibid., pp. 16-18.

51 Ali, "Business As Usual".

52 Perry Anderson, "Casuistries of Peace and War", *London Review of Books*, 25(5) (06/03/2003).

53 Perry Anderson, "Force and Consent", *New Left Review*, 17, p. 8.

54 Anderson, "Casuistries of Peace and War".

55 Anderson, "Force and Consent", p. 9.

56 Peter Gowan, "Neoliberal Cosmopolitanism", *New Left Review*, 11, p. 84.

57 Ibid., p. 81.

58 Ibid., p. 91.

59 Ibid., p. 85. A "Justiça Internacional de David Chandler desenvolve o tema da erosão da igualdade soberana e apresenta um extensa crítica do assalto que o cosmopolitismo dos direitos humanos perpetraram nas normas de não-intervenção e de soberania dos estados que forneciam a âncora jurídica, ainda que raramente substantiva, para a "primeira idade da modernidade".

60 Nisto, ecoam Chandler em "International Justice".

61 Para esta análise de Blair, veja David Chandler, "Imperialism May be Out, But Aggressive Wars and Colonial Protectorates are Back", *Observer* (14/04/2002) <www.observer.co.uk/worldview/story/0,11581,684308,00.html> (acessado em 18/04/2003).

62 "The National Security Strategy of the United States of America", "A estratégia de segurança nacional dos EUA estará baseada em um internacionalismo distinto dos EUA que reflete a união de nossos valores e nossos interesses nacionais. O objetivo desta estratégia é ajudar a tornar o mundo não apenas mais seguro, mas melhor" (10/2002), p. 1 <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf> (acessado em 30/05/2003).

63 Anderson, "Force and Consent", pp. 29-30.

64 Isto também ameaça nos levar de volta aos debates estéreis sobre os direitos e os direitos humanos entre a esquerda nos anos 70 e 80, sobre quando a esquerda deveria ser "a favor" ou "contra" direitos constitucionais e humanos e o império da lei. Veja Amy Bartholomew, "Should A Marxist believe in Marx on Rights?", *Socialist Register 1990*, Londres: Merlin, 1990.

65 Chandler, "International Justice", p. 61. Veja, também, Gowan, "Neoliberal Cosmopolitanism", p. 91.

66 Daniele Archibugi, "Demos and Cosmopolis", *New Left Review,* 13, 2002, p. 35.

67 veja Karl-Otto Apel "On the Relationship Between Ethics, International Law and Politico-Military Strategy in Our Time: A Philosophical Retrospective on the Kosovo Conflict", *European Journal of Social Theory* 4(1). Este artigo também assinala nosso desacordo com a assertiva de Gopal Balakrishnan o "novo Habermas" é "essencialmente um filósofo do *establishment*" e que a "virada na direção do discurso da ética cria um eufemismo mistificante que cobre a enormidade do imperialismo contemporâneo". "Overcoming Emancipation", *New Left Review*, 19, 2003, p. 124.

68 Gowan, "Neoliberal Cosmopolitanism", p. 93. A idéia de "cosmopolitismo complacente" é atribuida a Timothy Brennan, "Cosmopolitanism and Internationalism", *New Left Review*, 7, 2001.

69 Estas limitações analíticas são refletidas, na mesma medida, nas respectivas posições sobre os direitos humanos.

70 veja por exemplo, Nicos Poulantzas, *State, Power, Socialism*, traduzido por Patrick Camiller, Londres: Verso, 1978; Stuart Hall, *Drifting into a Law and Order Society*, Amersham: The Cobden Trust, 1980; Stuart Hall, "Nicos Poulantzas: State, Power, Socialism", *New Left Review*, 119, 1980; Ralph Miliband, "Poulantzas and the Capitalist State", *New Left Review*, 82, 1973; Leo Panitch, "The New Imperial State", *New Left Review*, 2, 2000 e "The Role and Nature of the Canadian State", em Leo Panitch, ed., *The Canadian State: Political Economy and Political Power*, Toronto: University of Toronto Press, 1977.

71 Dryzek, *Deliberative Democracy and Beyond*.

socialist 2004 brasil2.indd 200 3/29/06 12:42:41 PM

SANGUE POR PETRÓLEO: A ESTRATÉGIA ENERGÉTICA DE BUSH E CHENEY

Michael T. Klare

Disseram-nos que o petróleo não tem nada a ver com os motivos de Washington para a invasão estadunidense do Iraque em março de 2003. Segundo afirmava Ari Fleischer, o porta-voz da Casa Branca, no final de 2002[1], o único interesse que os Estados Unidos (EUA) possuem na região é a causa da paz e da estabilidade, sem importar a capacidade [do Iraque] de gerar petróleo. Mas uma observação mais atenta ao planejamento da guerra por parte do governo Bush mostra um quadro muito diferente. Segundo uma informação relativa aos planos de proteger os poços de petróleo iraquianos em caso de guerra que se tornou de conhecimento em janeiro de 2003 por meio de um relatório de um "alto funcionário da Defesa" anônimo, os líderes do Pentágono revelaram que o general Tommy Franks e sua equipe "delinearam estratégias que nos permitirão assegurar e proteger esses poços o mais rápido possível com a finalidade de preservá-los da destruição, para não ter de entrar e limpá-los depois"[2] Se estas suspeitas são certas, e se o novo regime de Bagdá abre seu território à exploração por parte de empresas estrangeiras, o Iraque poderia converter-se em um dos principais fornecedores de petróleo dos EUA na próxima década[3].

Para apreciar cabalmente os interesses estratégicos dos EUA no Iraque é necessário voltar aos primeiros meses do Governo Bush. Ao assumir como presidente no início de 2001, a prioridade da política externa de George Bush não era prevenir o terrorismo nem pôr freio na difusão de armas de

destruição em massa (nem nenhum outro dos objetivos de política exterior que auspiciou após o 11 de setembro). Mas sim, tratava-se de aumentar o fornecimento de petróleo por parte dos provedores estrangeiros aos mercados estadunidenses. Durante o ano anterior havia ocorrido uma severa escassez de petróleo e gás natural em muitas partes dos EUA, acompanhada por apagões periódicos na Califórnia. Além disso, as importações de petróleo dos EUA haviam crescido mais de 50% do total consumido no país pela primeira vez em sua história, provocando grande ansiedade com relação ao fornecimento de energia no longo prazo. Por essas e outras razões, Bush afirmou nesse momento que abordar a crise energética da nação seria sua tarefa mais importante como presidente[4].

Por diversas razões, Bush e seus assessores consideravam que a resposta à crise energética era um tema crítico. Para começar, a abundância de energia é essencial para a saúde e rentabilidade de muitos dos setores líderes dos EUA, entre eles a indústria automotiva, a aeronáutica, a construção, a petroquímica e a agricultura. Conseqüentemente, qualquer escassez de petróleo é especialmente crítica para a economia estadunidense porque constitui a fonte de dois quintos da provisão total de energia do país –superando qualquer outra fonte– e porque fornece a maior parte do combustível para o transporte. Além disso, é absolutamente essencial para a segurança nacional dos EUA, já que move a vasta frota de tanques, aviões, helicópteros e barcos que constituem a coluna vertebral de sua maquinaria de guerra[5].

Dadas estas realidades, não surpreende que o iniciante Governo Bush visse com grande preocupação a escassez de energia de 2000-2001. Neste sentido, o Secretário de Energia, Spencer Abraham, afirmava diante da Conferência Nacional de Energia (*National Energy Summit*) que "os EUA enfrentarão uma grande crise energética durante as próximas duas décadas", e seguia dizendo que "o fracasso diante deste desafio ameaçará a prosperidade de nossa nação, comprometerá nossa segurança nacional e literalmente alterará nosso estilo de vida"[6].

Para enfrentar este desafio, o presidente Bush criou o Grupo Nacional de Desenvolvimento de Políticas de Energia (*National Energy Policy Development Group*–NEPDG) integrado por altos funcionários públicos, que teria a responsabilidade de desenvolver um plano de longo alcance que tenderia em satisfazer os requisitos energéticos da nação. "Há algo certo", Bush afirmou diante do grupo em março de 2001, "não há soluções de curto prazo... a solução para nossa escassez de energia requer pensar no longo prazo e implementar planos que tardarão em dar frutos"[7]. Para liderar o NEPDG e para supervisionar este processo de longo prazo, Bush escolheu seu assessor político mais próximo, o vice-presidente Dick Cheney. Membro do Partido Republicano e ex-secretário de Defesa, Cheney havia sido presidente e

CEO da Halliburton Co., uma empresa de serviços petrolíferos, antes de se juntar à campanha de Bush em 2000. Cheney, por sua vez, buscou o assessoramento e as recomendações de altos funcionários das empresas energéticas dos EUA, incluindo a Enron[8].

Já no início da revisão da política energética dos EUA por parte do NEPDG, viu-se que os EUA estavam diante da alternativa crítica de escolher entre possibilidades de desenvolvimento energético muito díspares: podia continuar no mesmo caminho, consumindo quantidades cada vez maiores de petróleo, e dada a irreversível queda de sua própria produção tornar-se mais dependente dos insumos importados, ou podia escolher uma rota alternativa, que supunha uma dependência muito maior de fontes de energia renovável e uma redução gradual do uso do petróleo. A existência dessas duas opções e a necessidade de decidir qual delas escolher eram temas amplamente conhecidos pelos especialistas na matéria. No entanto, foi justo com a criação do NEPDG que esta opção crítica converteu-se em objeto de análise nos níveis mais altos.

Claramente, o resultado desta decisão teria conseqüências profundas para a sociedade estadunidense, a economia e a segurança da nação. A decisão de continuar pelo caminho do consumo crescente de petróleo ataria os EUA ainda mais firmemente aos fornecedores do Golfo Pérsico e a outros países produtores de petróleo, com o conseqüente impacto na política de segurança do país. Por outro lado, a decisão de desenvolver uma estratégia alternativa exigiria enormes investimentos em novas tecnologias de geração de energia e de transporte, o que geraria a queda de ramos industriais inteiros. De qualquer forma, os EUA sofreriam o impacto de sua escolha em sua vida cotidiana e na dinâmica da economia em sua totalidade. Ninguém, nem nos EUA nem em qualquer outra parte, ficaria completamente a salvo das conseqüências da decisão com relação a que estratégia energética seguir[9].

O NEPDG analisou essas opções durante os primeiros meses de 2001 e terminou seu relatório no início de maio. Após um cuidadoso exame por parte da Casa Branca, o relatório foi consagrado como a Política Nacional de Energia (*National Energy Policy*–NEP), e dado a conhecer publicamente pelo presidente Bush em 17 de maio de 2001[10]. À primeira vista, a NEP –ou o "Relatório Cheney", como ficou conhecido– parecia rejeitar a opção de crescente dependência com relação ao petróleo importado e optar pela conservação, a energia renovável e a melhora da eficiência energética. Em 17 de maio o presidente declarou que o novo plano "reduz a demanda promovendo a inovação e a tecnologia para nos convertermos no líder mundial em eficiência e conservação". Também assinalava que o mesmo "assegurará a pesquisa e desenvolvimento em tecnologias de redução no consumo de energia. Exigirá que os fabricantes produzam artefatos mais eficientes no uso

de energia"[11]. No entanto, apesar de toda esta retórica sobre a conservação, a NEP não propõe uma redução do consumo geral de petróleo dos EUA, mas uma desaceleração do crescimento de sua dependência com relação ao petróleo importado mediante o aumento da produção própria através do uso de métodos de perfuração mais eficientes e da exploração de reservas não exploradas em áreas naturais protegidas.

Como se sabe, o passo mais importante proposto pela NEP para aumentar a produção foi o início da perfuração no Refúgio da Vida Silvestre no *Artic National Wildlife Refuge* (ANWR), uma área natural virgem no noroeste do Alasca de grande extensão. Esta proposta foi elogiada por muitos republicanos e por interesses privados que favorecem o crescente uso das terras federais para o desenvolvimento energético, mas foi totalmente condenada pelos ambientalistas que deploram a destruição de uma área natural antiga. O desacordo foi tão agudo que o debate sobre a ANWR monopolizou a discussão da NEP. Contudo, enquanto o debate da ANWR permitiu que a Casa Branca sugerisse que o governo estava totalmente comprometido com uma política de independência energética, um exame mais cuidadoso do relatório Cheney leva a uma conclusão inteiramente diferente. Além da proposta da ANWR, não há virtualmente nada na NEP que contribua para uma queda significativa da dependência estadunidense com relação ao petróleo importado. De fato, acontece o contrário: o objetivo básico do plano de Cheney é incrementar a provisão de petróleo por parte dos fornecedores estrangeiros.

Em conclusão, o presidente Bush tomou uma decisão clara sobre a futura conduta energética estadunidense. A decisão não foi reduzir a dependência do petróleo importado –como sugeriu a retórica da Casa Branca– mas o contrário. Sabendo que nada pode reverter o declínio da produção de petróleo do país a longo prazo, e buscando saciar a sempre crescente sede dos EUA pelos derivados do petróleo, o Governo escolheu seguir pela senda de acrescentar a dependência com relação ao petróleo estrangeiro.

O fato de que o plano estratégico de Bush prevê uma dependência crescente mais que declinante com relação ao petróleo importado não é imediatamente visível no comentário do presidente sobre a NEP nem nos primeiros sete capítulos do relatório Cheney. É justamente no oitavo e último capítulo, "Fortalecendo as Alianças Globais", que o verdadeiro propósito da política da administração –crescente dependência com relação ao petróleo importado– torna-se claramente visível. Aqui o tom do relatório muda notoriamente, passando da preocupação pela conservação e pela eficiência energética para uma ênfase explícita em assegurar mais petróleo de fontes externas. O capítulo 8 começa dizendo que "a segurança energética nacional dos EUA depende do fornecimento de energia que seja suficien-

te para apoiar o crescimento econômico estadunidense e global". Como os EUA não podem obter o petróleo exigido de suas próprias reservas, devem depender de fontes estrangeiras. "Podemos fortalecer nossa segurança energética e a prosperidade da economia global" trabalhando com outros países para incrementar a produção global de energia. Para este fim, o relatório Cheney deu instruções ao presidente e seus subalternos de maior calibre de "converter a segurança energética em uma prioridade de nosso comércio e política exterior"[12].

No entanto, uma vez que reconhece a necessidade de incrementar a provisão de petróleo importado, o relatório Cheney é muito circunspecto sobre a quantidade de petróleo estrangeiro que será necessária. A única chave fornecida pelo relatório é um quadro com o consumo e a produção líquidos históricos dos EUA. De acordo com este quadro, a produção de petróleo estadunidense declinará de 8,5 milhões de barris por dia (mbd) em 2002 a 7 mbd em 2020, enquanto que o consumo saltará de 19,5 mbd para 25,5 mbd, o que significa que as importações totais deverão subir de 11 mbd a 18,5 mbd[13]. A maioria das recomendações do capítulo 8 se orientam rumo á procura deste incremento do petróleo importado –aproximadamente 7,5 mbd, ou o equivalente do consuma atual total da China e da Índia somadas.

Para facilitar o acesso dos EUA às fontes externas de petróleo, o relatório Cheney faz 35 recomendações de políticas –exatamente um terço das recomendações de todo o relatório. Apesar de muitas dessas propostas referirem-se especificamente a regiões ou países, há uma ênfase geral na remoção dos obstáculos –políticos, econômicos, legais e logísticos– que dificultam o incremento da provisão de petróleo estrangeiro aos EUA. Para dar apenas um exemplo, a NEP convoca os Secretários de Energia, Comércio e Estado "para aprofundar seu diálogo comercial com o Cazaquistão, Azerbaijão e outros estados do Cáspio, com a finalidade de manter um clima de negócios energéticos e de infra-estrutura energética forte, transparente e estável"[14]. Fazem-se recomendações similares referentes a outras regiões do mundo que são vistas como futuras fontes de petróleo importantes para os EUA.

A ênfase do relatório Cheney na obtenção de fontes cada vez maiores de energia importada para satisfazer a crescente demanda dos EUA terá um impacto importante na política exterior do país nos próximos anos. Os funcionários norte-americanos não apenas terão de negociar o acesso a estas fontes externas e dispor do tipo de investimentos que tornará possível o aumento da produção e da exportação, mas também deverão dar os passos necessários para que o fornecimento externo de petróleo aos EUA não seja obstaculizado por guerras, revoluções ou desordens civis. Estes imperativos conduzirão a política estadunidense para todas as regiões provedoras de

energia, especialmente a área do Golfo Pérsico, a bacia do Mar Cáspio, a África e a América Latina. Como se verá a seguir, a implementação do plano energético de Cheney também estava destinada a ter implicações significativas para a política de segurança estadunidense e para o envio e uso efetivo das forças militares estadunidenses. Isto se da dessa maneira porque a maioria dos países que se espera que forneçam mais petróleo aos EUA nos próximos anos estão violentamente divididos por conflitos internos, guardam fortes sentimentos antiestadunidenses, estão situados em regiões perigosas, ou exibem alguma combinação das três características anteriores. Isto significa que os esforços estadunidenses para procurar mais petróleo de fontes estrangeiras quase certamente enfrentarão desordens violentas e resistência nas áreas produtoras-chave. E enquanto os funcionários estadunidenses podem preferir evitar o uso da força em tais situações, têm toda a razão em concluir que o único caminho para assegurar o fluxo contínuo de energia é proteger as reservas petrolíferas e os oleodutos com soldados estadunidenses.

Para complicar o dilema de Washington, o próprio envio dessas forças estadunidenses para as áreas produtoras de petróleo provavelmente agita o ressentimento por parte dos habitantes destas áreas, que temem o ressurgimento do colonialismo ou que objetam algumas das políticas estadunidenses (por exemplo, o apoio de Washington a Israel). Como resultado, os esforços dos EUA para salvaguardar o fluxo de petróleo podem muito bem acabar na intensificação mais que na diminuição das desordens e na violência locais. Claramente, isto possui o caráter de uma escalada: quanto mais os EUA dependerem de petróleo importado, maior será a probabilidade de que tenham participação militar nas áreas produtoras chave e maior é o risco de que isto leve à violência antinorte-americana[15].

Para apreciar em sua totalidade as múltiplas conseqüências do plano energético do Governo Bush sobre a política exterior e militar dos EUA, é útil examinar os interesses e condutas estadunidenses em cada uma das regiões consideradas em Washington como as principais fontes de petróleo importado nos próximos anos. Nossa revisão das áreas começa com o Golfo Pérsico –o principal fornecedor de petróleo mundial– e depois centra-se sucessivamente na bacia do Mar Cáspio, na costa ocidental da África e na América Latina.

O GOLFO PÉRSICO

A área do Golfo Pérsico foi e continuará sendo um foco central de preocupação para a política exterior e militar estadunidense porque está situada sobre a maior reserva mundial de petróleo inexplorado. De acordo com a British Petroleum, os principais produtores petrolíferos do Golfo possuem conjuntamente cerca de 680 bilhões de barris de petróleo, ou aproximada-

mente dois terços das reservas mundiais conhecidas. Os países do Golfo também lideram a produção mundial diária, representando aproximadamente 22 milhões de barris diários em 2000, o que constitui cerca de 30% da produção mundial[16]. A maioria dos analistas assume que a participação do Golfo na produção mundial total de petróleo crescerá significativamente, já que a produção em outras áreas, incluindo os EUA, o México, o Mar do Norte, a China e a Indonésia, experimenta um declínio irreversível[17].

Apesar dos EUA atualmente obterem no Golfo Pérsico apenas 18% do total do petróleo que importam, Washington percebe um interesse estratégico significativo na estabilidade da produção energética do Golfo porque seus principais aliados, incluindo o Japão e os países da Europa ocidental, dependem de importações da região, e porque o alto nível de exportações do Golfo ajudou a manter os preços mundiais do petróleo, beneficiando assim a economia estadunidense, a qual é dependente do petróleo. Com sua produção interna em decadência, os EUA se tornarão mais dependentes das importações do Golfo. Por esta razão, a NEP afirma que "esta região continuará sendo vital para os interesses dos EUA"[18].

Obviamente, os EUA desempenharam um papel significativo nos assuntos do Golfo Pérsico por longo tempo. Durante a Segunda Guerra Mundial, o presidente Franklin D. Roosevelt se encontrou com Abdul-Aziz Ibn Saud, o fundador da moderna dinastia saudita, e com ele chegou a um acordo com ele pelo qual os EUA aceitaram proteger a família real contra seus inimigos internos e externos em troca do acesso privilegiado ao petróleo saudita. Nos anos seguintes, os EUA também aceitaram fornecer assistência para a segurança do Xá do Irã e aos líderes do Kuwait, Bahrein e dos Emirados Árabes Unidos (EAU). Os acordos levaram ao fornecimento de enormes quantidades de armas e munições estadunidenses a esses países e, em alguns casos, ao envio de forças de combate estadunidenses[19] (os vínculos de segurança entre os EUA e o Irã, no entanto, foram cortados em janeiro de 1980, quando o Xá foi deposto por forças islâmicas militantes).

A política estadunidense para proteger o fornecimento de energia do Golfo Pérsico é precisa: quando surgir uma ameaça, os EUA utilizarão todos os meios necessários, incluindo a força militar, para assegurar a continuidade do fluxo de petróleo. Este princípio foi articulado inicialmente pelo presidente Jimmy Carter em janeiro de 1980, após a invasão soviética do Afeganistão e a queda do Xá, e deste então continuou sendo a política estadunidense. De acordo com este princípio –conhecido desde os anos 80 como a "Doutrina Carter"– os EUA usaram a força em várias ocasiões: primeiro em 1987-88 para proteger os tanques petrolíferos do Kuwait dos mísseis iranianos e dos ataques navais (Operação Earnest Will), e depois em 1990-91, para retirar as forças iraquianas do Kuwait (Operação Tempestade no Deserto)[20].

Ao explicar a necessidade de usar a força nestas ocasiões, os funcionários estadunidenses ressaltaram reiteradamente a importância que o petróleo do Golfo Pérsico possui para a estabilidade e prosperidade da economia estadunidense. Em 11 de setembro de 1990, cinco semanas depois da invasão iraquiana ao Kuwait, o Secretário de Defesa Dick Cheney dizia diante do Comitê das Forças Armadas do Senado; "penso que nosso interesse estratégico na região do Golfo Pérsico é bem conhecido, mas convém repeti-lo". Continuava dizendo que, além dos vínculos de segurança entre os EUA e a Arábia Saudita na área, "obviamente, nós temos também um interesse significativo na energia que está em jogo no Golfo". O Iraque tinha 10% das reservas de petróleo do mundo e, tomando o Kuwait, adquiriu outros 10%; a ocupação do Kuwait também colocou as forças iraquianas a poucas centenas de quilômetros de outros 25%, na província ocidental da Arábia Saudita: "Uma vez que [Hussein] se apropriou do Kuwait e enviou seu grande exército, ficou claramente em uma posição na qual podia ditar o futuro da política energética mundial, e isto lhe deu um domínio total sobre nossa economia, assim como também sobre a maioria das nações do mundo". Foi por esta razão, insistiu Cheney, que os EUA não tiveram outra opção a não ser empregar a força militar na defesa da Arábia Saudita e outros estados amigos na área[21].

Uma vez que as forças iraquianas foram expulsas do Kuwait, os EUA adotaram uma política de "contenção" do Iraque tendendo a debilitar o regime de Hussein e a prevenir qualquer novo ataque ao Kuwait e Arábia Saudita, que consistiu no emprego de diversas sanções econômicas, além da delimitação de uma zona vedada aos vôos no norte e no sul do Iraque. Ao mesmo tempo, Washington expandiu substancialmente sua presença militar e sua estrutura de base na área do Golfo Pérsico com o objetivo de facilitar futuras operações militares estadunidenses na região. Mais importante ainda, o Departamento de Defesa "pré-posicionou" vastas quantidades de armas e munições no Kuwait e Qatar de tal modo que as tropas estadunidenses pudessem ser enviadas à região e entrar em combate sem ter de esperar durante semanas ou meses o envio do equipamento pesado dos EUA[22].

No início da primavera de 2002, o Governo Bush havia chegado à conclusão de que a política de contenção não era suficiente para eliminar a ameaça que Saddam Hussein representava para os interesses estadunidenses no Golfo, e de que seriam necessárias ações mais agressivas. Mesmo que a suposta existência de armas de destruição em massa no Iraque tenha sido invocada como razão principal para agir dessa maneira, é instrutivo notar que Dick Cheney –agora vice-presidente– empregou virtualmente o mesmo argumento que usava em setembro de 1990 para justificar o uso da força. "Se as ambições [de Hussein de adquirir armas de destruição em massa] se

concretizarem, as implicações serão enormes para o Oriente Médio e para os EUA", dizia Cheney diante da convenção anual de Veteranos de Guerra em 26 de agosto de 2002. "Armado com um arsenal destas armas de terror e sentado sobre dez por cento das reservas petrolíferas do mundo, Saddam Hussein poderia esperar alcançar o domínio de todo o Oriente Médio, tomar o controle de uma grande porção dos recursos energéticos mundiais [e] ameaçar diretamente os amigos dos EUA na região"[23].

Com o êxito de sua invasão ao Iraque, parece que os EUA têm agora firme controle da área do Golfo Pérsico e de suas reservas de petróleo. No entanto, uma avaliação realista da situação do Golfo sugeriria que não se pode assegurar a estabilidade a longo prazo. Olhando para o futuro, é evidente que os *policy-makers* estadunidenses enfrentam dois desafios críticos: primeiro, assegurar que a Arábia Saudita e outros produtores do Golfo aumentem a produção de petróleo na medida necessária pela crescente demanda estadunidense (e internacional); e segundo, proteger o regime saudita contra o mal-estar e a insurreição interna.

A necessidade de aumentar a produção saudita é particularmente aguda. Possuindo um quarto das reservas de petróleo conhecidas no mundo –cerca de 265 bilhões de barris– a Arábia Saudita é o único país com a capacidade de satisfazer a crescente demanda estadunidense e internacional de petróleo. De acordo com o Departamento de Energia, a produção de petróleo da Arábia Saudita deve aumentar em 113% durante os próximos 25 anos, isto é, passar de 10,2 mbd em 2001 para 23,8 mbd em 2025, para satisfazer as necessidades mundiais previstas (estimadas em 119 mbd) no final do período[24]. No entanto, expandir a capacidade em 13,6 mbd –o equivalente à produção total anual dos EUA e do México– custará bilhões de dólares e produzirá enormes desafios técnicos e logísticos. A melhor forma de obter esta expansão, segundo acreditam os analistas estadunidenses, é persuadir a Arábia Saudita para que abra seu setor petrolífero aos investimentos das empresas estadunidenses. De fato, isso é exatamente o que postula o relatório Cheney[25]. Não obstante, qualquer esforço de Washington para pressionar Riad para que permita maiores investimentos petrolíferos estadunidenses no reino provavelmente irá encontrar resistências importantes por parte da família real, a qual nacionalizou as posses petrolíferas estadunidenses nos anos 70 e teme ser vista como excessivamente subordinada às ordens dos EUA.

O governo enfrenta outro problema na Arábia Saudita: a longa relação entre os EUA e o regime saudita em matéria de segurança se tornou uma fonte de grande tensão no país, na medida em que um número cada vez maior de jovens sauditas se volta contra os EUA, devido a seus laços com Israel e ao que pode ser visto como preconceitos antiislâmicos por parte destes. Foi neste meio hostil aos EUA que Osama bin Laden recrutou muitos de seus segui-

dores no final dos anos 90 e obteve boa parte de seu apoio financeiro. Após o 11 de setembro, o governo saudita tomou medidas energéticas contra algumas dessas forças, mas a oposição subterrânea à cooperação econômica e militar com Washington persiste. Justamente dez dias depois que o presidente Bush declarou a "vitória" no Iraque, uma série de intensas explosões sacudiram os subúrbios do noroeste de Riad, destruindo vários complexos ocupados por empresas e residentes ocidentais[25]. Encontrar um modo de erradicar esta oposição enquanto ao mesmo tempo se persuade Riad para que aumente o fornecimento de petróleo para os EUA será um dos desafios mais difíceis que enfrentarão os *policy-makers* estadunidenses durante os próximos anos[26].

Os Estados Unidos também enfrentam um impasse contínuo no Irã. Ainda que após o 11 de setembro os líderes iranianos expressaram sua simpatia pelos EUA e forneceram uma modesta assistência às forças estadunidenses durante a campanha no Afeganistão, as relações entre os dois países permanecem tensas. O Irã estava, obviamente, incluído entre os três membros do "eixo do mal" no discurso do presidente Bush sobre o Estado da União de janeiro de 2002, o qual levou muitos em Teerã a temerem que a vitória estadunidense no Iraque fosse seguida por uma invasão ao Irã. Estes medos foram agravados pela acusação estadunidense de que o Irã está desenvolvendo armas nucleares. E mesmo que estas preocupações não levem ao estouro de uma guerra entre os dois países, é provável que as tensões entre ambos se mantenham em um nível elevado por um futuro previsível[27].

Ainda que os Estados Unidos permaneçam dependentes do petróleo do Golfo Pérsico por um longo tempo, os funcionários estadunidenses procuram minimizar esta dependência na medida do possível ao diversificar as fontes de energia importadas do país. "Diversidade é importante, não apenas para a segurança energética, mas também para a segurança nacional", declarou o Presidente Bush em 17 de maio de 2001. "A dependência excessiva com relação a qualquer fonte de energia, especialmente uma fonte estrangeira, nos torna vulneráveis aos choques dos preços, às interrupções no fornecimento e, no pior dos casos, à chantagem"[28]. Para prevenir isto, o plano energético do governo demanda um esforço substancial dos EUA para estimular a produção em um conjunto de áreas fora do Golfo, incluindo a bacia do Mar Cáspio, a costa ocidental da África e a América Latina.

A BACIA DO MAR CÁSPIO

Entre as áreas mencionadas, a bacia do Mar Cáspio que compreende o Azerbaijão, a Geórgia, o Cazaquistão, o Quirguistão, Turcomenistão, Tajiquistão e Uzbequistão junto com áreas adjacentes do Irã e da Rússia, é a que talvez receba maior atenção por parte dos *policy-makers* estadunidenses. De acordo com o Departamento de Energia, esta área alberga reservas comprovadas

(definidas com probabilidade de 90%) em uma faixa entre 17 e 33 bilhões de barris de petróleo e reservas possíveis (definidas com uma probabilidade de 50%) de 233 bilhões de barris –uma quantidade que, se for confirmada, transformará a região no segundo lugar de reservas inexploradas após o Golfo Pérsico[29]. Para assegurar que boa parte deste petróleo chegue aos consumidores ocidentais, o governo estadunidense fez um esforço extremo para desenvolver a infra-estrutura e o sistema de distribuição de petróleo. Como o Mar Cáspio está rodeado de terra, o petróleo e o gás da região devem ser transportados por meio de oleodutos e gasodutos; qualquer esforço para explorar as vastas reservas energéticas do Mar Cáspio deve, portanto, contemplar a construção de linhas de exportação de longa distância.

Durante o Governo Clinton, os EUA buscaram ganhar acesso às vastas reservas de petróleo do Mar Cáspio pela primeira vez. Até esse momento, os estados do Cáspio (exceto o Irã) tinham sido parte da União Soviética, e, portanto, o acesso externo a suas reservas energéticas estava firmemente restringido. Uma vez que esses estados tornaram-se independentes, Washington desenvolveu uma intensa campanha diplomática para abrir seus poços para o investimento de empresas petrolíferas ocidentais e para permitir a construção de novos oleodutos para a exportação. O próprio presidente Clinton desempenhou um papel chave neste esforço, ligando reiteradamente para os líderes dos países do Mar Cáspio e convidando-os a visitar periodicamente a Casa Branca[30]. Estes esforços eram essenciais, disse Clinton ao presidente do Azerbaijão Heydar Aliyev em 1997, para "diversificar nossas fontes de energia e fortalecer a segurança de nossa nação"[31].

O objetivo principal do Governo Clinton durante este período foi o de assegurar a aprovação das novas rotas de exportação do Mar Cáspio para os mercados ocidentais. Como o governo relutava que o petróleo do Cáspio fosse transportado para a Europa Ocidental através da Rússia (dando assim a Moscou um grau de controle sobre a provisão de energia do Ocidente), e dado que o transporte através do Irã estava proibido pela legislação estadunidense (por seu desenvolvimento de armas de destruição em massa), o presidente Clinton deu seu apoio a um plano para transportar petróleo e gás de Baku, no Azerbaijão, a Ceyhan, na Turquia, através de Tblisi, na antiga República Soviética da Geórgia. Antes de deixar seu cargo, Clinton voou para a Turquia para presidir a cerimônia de assinatura de um acordo regional que autorizava a construção do oleoduto Baku-Tblisi-Ceyhan (BTC) de US$ 3 bilhões[32].

Uma vez que se concentrava nos aspectos legais e logísticos necessários para obter a energia do Cáspio, o Governo Clinton também buscava enfrentar a ameaça que a instabilidade e o conflito na região representavam para o fornecimento de petróleo no futuro. Muitos dos estados nos quais os EUA esperavam apoiar-se para aumentar a provisão de petróleo ou para transportar

a energia do Cáspio estavam destruídos por conflitos étnicos e separatistas. Com isto em mente, o governo iniciou um conjunto de programas de assistência militar que visavam a fortalecer as capacidades internas de segurança dos estados amigos da região. Isto supunha, entre outras coisas, o fornecimento de armas e treinamento militar para suas forças, junto com a realização de exercícios militares conjuntos. No mais notório destes exercícios, a Operação CENTRAZBAT 97, cerca de 500 pára-quedistas da 82ª Divisão *Airborne* do Exército foram transportados 7.700 milhas do Fort Bragg na Carolina do Norte para Shymkent no Cazaquistão para participar de manobras conjuntas com tropas daquele país, mais o Quirguistão e o Uzbequistão[33].

Sobre a base dos esforços do presidente Clinton, o Governo Bush busca acelerar a expansão das instalações de produção e os oleodutos no Cáspio. "Os investidores estrangeiros e a tecnologia são críticos para o rápido desenvolvimento de novas rotas de exportação comercialmente viáveis", afirma o relatório Cheney. "Tais desenvolvimentos assegurarão que a crescente produção petrolífera do Cáspio se integre efetivamente ao comércio petrolífero mundial". O relatório coloca ênfase particular na conclusão do oleoduto BTC e no aumento da participação de empresas estadunidenses nos projetos energéticos do Cáspio. Olhando mais à frente, o governo busca também construir ductos para transportar petróleo e gás que vão do Cazaquistão e Turcomenistão, na costa leste do Cáspio, até Baku, na costa oeste, o que permitirá que a energia da Ásia central seja transportada para o oeste através do sistema de oleodutos BTC[34].

Até o 11 de setembro, a participação dos EUA na bacia do Mar Cáspio e na Ásia Central havia estado restrita aos esforços econômicos e diplomáticos, acompanhados por certo número de acordos de assistência militar. No entanto, para combater os talibãs e a Al-Qaeda no Afeganistão, o Departamento de Defesa enviou centenas de milhares de tropas de combate para a região e estabeleceu bases militares no Quirguistão e Uzbequistão. Algumas destas tropas retornaram aos EUA, mas parecia que o Departamento de Defesa planejava conservar suas bases na Ásia Central. De fato, há sinais de que os EUA desejam manter uma presença militar permanente e fortalecer seus laços com os regimes amigos da área[35]. Esta presença supostamente se orienta no sentido de fornecer assistência na guerra contra o terrorismo, mas é claro que também se orienta para salvaguardar o fluxo de petróleo. O mais notório, neste sentido, é a decisão dos EUA de enviar instrutores militares para a Geórgia, que estarão destinados a dar treinamento sobre contra-insurgência às unidades especiais que eventualmente devam proteger o segmento georgiano do oleoduto BTC[36].

Ainda que o Governo Bush possua grandes esperanças no desenvolvimento do fornecimento de energia do Mar Cáspio, é evidente que existem

muitos obstáculos que limitam o aumento da exportação de petróleo da região. Alguns deles são logísticos: até que se possam construir novos oleodutos, será difícil transportar grandes quantidades de petróleo do Mar Cáspio ao Ocidente. Outros obstáculos são políticos e legais: os regimes autoritários que atualmente controlam a maioria das ex-repúblicas soviéticas estão assolados pela corrupção e são relutantes em adotar as reformas legais e impositivas necessárias para atrair investimentos ocidentais em grande escala. Com efeito, o maior problema que os EUA enfrentam na sua tentativa de contar com a bacia do Cáspio não é mais estável que o Golfo e, por conseguinte, qualquer esforço para garantir a segurança da recepção de energia implicará o mesmo tipo de compromissos militares que os EUA têm selado com seus principais fornecedores de energia no Golfo[37].

ÁFRICA OCIDENTAL

Outra área que o Governo Bush vê como uma promissora fonte de petróleo é a África Ocidental. Ainda que os estados africanos representem apenas cerca de 10% da produção global de petróleo em 2000, o Departamento de Energia prevê que sua participação crescerá para 13% em 2020 –agregando, ao processo, outros 8,3 mbd à oferta global[38]. Isto é uma boa notícia para Washington. "Espera-se que a África Ocidental seja uma das fontes de gás e petróleo para o mercado estadunidense que irá crescer mais rapidamente", informava o relatório Cheney. E mais, "o petróleo africano tende a ser de alta qualidade e com baixos níveis de enxofre", o que o torna especialmente atrativo para as refinarias estadunidenses[39].

O governo espera concentrar seus esforços em dois países: Nigéria e Angola. A Nigéria produz atualmente cerca de 2,2 mbd, e espera-se que duplique sua capacidade em 2020 –e que boa parte deste excedente se destine aos EUA. No entanto, a Nigéria carece de recursos para financiar esta expansão por si própria, e seu sistema legal atual –para não mencionar a corrupção generalizada e o conflito étnico– tende a desestimular os investimentos de empresas estrangeiras[40]. O relatório Cheney solicita, portanto, que as Secretarias de Comércio e Energia trabalhem com os funcionários nigerianos "para melhorar o clima para o comércio, o investimento e a operação estadunidense de petróleo e gás". Um enfoque similar inspira a postura do governo em Angola. Com investimentos estrangeiros suficientes, afirma o relatório Cheney, Angola "teria potencial para duplicar suas exportações durante os próximos dez anos"[41]. Mas aqui também, a corrupção endêmica e a atmosfera jurídica pouco atrativo desestimularam os investimentos substanciais por parte das empresas estrangeiras[42].

De modo semelhante ao que acontece na região do Cáspio, o conflito político e as guerras étnicas poderiam frustrar os esforços estadunidenses para

obter mais petróleo na África. De fato, boa parte da produção da Nigéria foi paralisada durante a primavera de 2003 devido à violência étnica na região do Delta, onde se encontra boa parte do petróleo do interior da Nigéria. Ademais, ativistas locais –muitas delas mulheres– ocuparam as instalações petrolíferas marítimas na tentativa de obter fundos adicionais para projetos comunitários. O crime e o vandalismo também dificultaram os esforços da Nigéria para incrementar a produção de petróleo[43].

É improvável que os EUA respondam a este desafio enviando tropas para a área –isto indubitavelmente evocaria imagens de colonialismo e, portanto, provocaria forte oposição interna e externa. Mas Washington quer aumentar a ajuda militar aos regimes amigos da região. A assistência estadunidense a Angola e Nigéria –os dois países de maior interesse para Washington– totalizou cerca de US$ 300 milhões durante os anos fiscais de 2002-2004, o que representa um aumento significativo com relação ao triênio anterior. Além disso, segundo o orçamento estadunidense do ano fiscal de 2004, Angola e Nigéria são elegíveis para receber os excedentes de armamento dos EUA, segundo o Programa de Artefatos de Defesa do Pentágono (*Pentagon's Excess Defense Articles*–EDA)[44] (além dos mencionados, outros países africanos produtores de petróleo, entre eles Camarões, Chade, Gabão e Congo-Brazzaville, também receberão armas estadunidenses no marco deste programa). E enquanto o envio de tropas militares estadunidenses na região não parece provável no curto prazo, o Departamento de Defesa começou a explorar locais potenciais para instalar bases –principalmente nas ilhas de São Tomé e Príncipe– com a expectativa de que possa ser considerado necessário no futuro[45].

AMÉRICA LATINA

Finalmente, o plano de Cheney busca incrementar significativamente as importações de petróleo da América Latina. Atualmente, os EUA importam destes países grande parte do petróleo que consome –a Venezuela é atualmente o terceiro fornecedor de petróleo dos EUA (depois do Canadá e da Arábia Saudita), o México é o quarto e a Colômbia é o sétimo– e Washington espera contar em maior medida com o petróleo da região no futuro. Como indicava o secretário de Energia, Spencer Abraham, "o presidente Bush reconhece não apenas a necessidade de aumentar a provisão de energia, mas também o papel crítico que o hemisfério desempenhará na política energética do governo"[46].

Ao apresentar tais aspirações aos governos da região, os funcionários estadunidenses reiteram seu desejo de estabelecer um marco comum de cooperação para o desenvolvimento energético. "Ao olhar para o futuro, nós

queremos destacar o enorme potencial para uma maior cooperação regional em matéria de energia", disse Abraham na Quinta Conferência Hemisférica Ministerial sobre Iniciativas Energéticas na cidade do México em 8 de março de 2001. "Nosso objetivo [é] construir relações entre vizinhos que contribuam para nossa segurança energética comum; ao acesso à energia adequado, confiável, ambientalmente confiável e alcançável"[47]. Mas, além de sua sinceridade, estes comentários negligenciam a realidade fundamental: toda esta "cooperação" está destinada essencialmente para que quantidades de petróleo cada vez maiores obtidas na região sejam canalizadas para os EUA.

O plano energético de Bush enfatiza particularmente a aquisição de mais petróleo no México e na Venezuela. "O México é uma fonte líder e confiável de petróleo importado", observa o relatório Cheney. "Sua grande base de reservas, aproximadamente 25% maiores que as nossas reservas comprovadas, transforma o México na provável fonte da maior produção de petróleo durante a próxima década"[48]. A Venezuela é considerada vital para os planos energéticos estadunidenses porque possui grandes reservas de petróleo convencional, e porque abrange uma grande quantidade do chamado petróleo pesado –um material que parece lodo e que pode ser convertido em petróleo convencional mediante um custoso processo de refinamento. De acordo com a NEP, "o sucesso que a Venezuela teve em fazer com que o petróleo pesado se tornasse comercialmente viável sugere que o país contribuirá substancialmente para diversificar o fornecimento global de energia e fazer com que nossa própria provisão de energia combine diversas fontes no médio e longo prazo"[49].

Mas o propósito de utilizar a abundante oferta de energia do México e da Venezuela encontrará uma grande dificuldade: devido à longa história de depredação colonial e imperial, ambos os países têm mantido suas reservas de energia sob o controle estatal e estabeleceram fortes barreiras legais e constitucionais para a participação estrangeira na produção petrolífera nacional. Assim, mesmo que estes países tratem de capitalizar os benefícios econômicos do aumento das exportações de petróleo aos EUA, provavelmente resistirão tanto ao aumento da participação estadunidense em sua indústria energética como também a qualquer aumento significativo na extração de petróleo. Esta resistência será sem dúvida frustrante para os funcionários estadunidenses, que buscam exatamente estes fins. A NEP pede para que as Secretarias de Comércio, Energia e Estado exerçam influência sobre suas contrapartidas latino-americanas para eliminar ou mitigar as barreiras ao crescimento dos investimentos petrolíferos estadunidenses.

É provável que estas tentativas encontrem resistências particularmente fortes na Venezuela, onde a produção de petróleo esteve por muito tempo nas mãos do estado. Uma nova constituição adotada em 1999 proíbe os

investimentos estrangeiros no setor petrolífero, e o presidente Chávez deu outros passos para impedir tais investimentos. Após uma prolongada greve geral organizada por seus opositores no final de 2002 e início de 2003, Chávez tomou o controle efetivo da empresa petrolífera estatal, Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) e despediu os gerentes considerados mais suscetíveis a vincularem-se com as empresas estrangeiras[50] (ainda que não se saiba que os EUA tiveram uma participação direta na greve, muitos de seus líderes haviam sido recebidos calidamente em Washington e tinham recebido sinais de simpatia para sua causa por parte do governo). Na medida em que Chávez permaneça no poder, é improvável que Washington avance muito em sua tentativa de aumentar os investimentos estadunidenses na indústria petrolífera da Venezuela.

As considerações sobre a energia também poderão ser prioritárias nas relações dos EUA com a Colômbia. Ainda que a Colômbia seja famosa por seu papel de fornecedora de drogas ilegais, também é uma importante provedora de petróleo aos EUA. Os esforços para aumentar a produção petrolífera da Colômbia foram obstaculizados por freqüentes ataques a instalações e oleodutos por parte de grupos guerrilheiros contrários ao governo[51]. Argumentando que estes grupos também fornecem proteção aos traficantes de drogas, os EUA estão ajudando o exército e a polícia colombianos em seus esforços para suprimir a guerrilha. E mais, sob uma apropriação especial outorgada pelo congresso em 2002, instrutores militares estadunidenses estão fornecendo treinamento de contra-insurgência para as forças colombianas designadas para proteger as 500 milhas do oleoduto Caño Limón, que liga as áreas petrolíferas do interior com as refinarias e instalações para a exportação na costa do Caribe[52]. Assim, os EUA provavelmente se envolverão crescentemente na guerra civil na Colômbia em busca de fontes de energia adicionais.

O NEXO ENERGIA-SEGURANÇA: OS VÍNCULOS ENTRE O PLANO ENERGÉTICO DE BUSH E SEU PLANO MILITAR

As conseqüências de tudo o que se viu acima são inequívocas: em sua tentativa de aumentar as importações de petróleo, os EUA estão se imiscuindo cada vez mais profundamente nos assuntos internos das nações provedoras de petróleo e, neste processo, estão se expondo a um risco crescente de se envolverem em situações de conflito local e regional. Esta realidade já influenciou as relações dos EUA com as principais nações petrolíferas e certamente terá maior impacto no futuro. E, como vimos, a crescente dependência estadunidense com relação a estes países provavelmente será acompanhada pela maior presença das forças militares estadunidenses nos mesmos.

No entanto, a NEP não reconhece em nenhum momento esta realidade fundamental. Pelo contrário, o plano de Cheney está centrado nas dimensões econômicas e diplomáticas da política energética dos EUA –sugerindo que os dilemas energéticos do país possam de algum modo ser superados desta forma. Mas os arquitetos da política Bush/Cheney sabem: um plano energético que supõe a maior dependência com relação aos países do Golfo Pérsico e de outros fornecedores situados em áreas de conflito recorrente não poderá se limitar a usar mecanismos econômicos e diplomáticos para vencer toda ameaça imaginável aos interesses energéticos estadunidenses. Em algum momento, poderia se tornar impossível garantir o acesso a determinadas fontes de petróleo sem o uso da força militar.

É nesse sentido que nada mais pode ser feito que ficar surpreso pelos claros paralelismos entre a política energética da administração e sua estratégia militar preferida. Para apreciar em toda sua magnitude a sobreposição entre as políticas energética e de segurança do Governo Bush, é necessário conhecer primeiro algo sobre o tipo de capacidades que os EUA poderiam possuir para assegurar o acesso às fontes estrangeiras de petróleo em um momento de crise ou conflito. Essencialmente, tal ação exigiria contar com forças bem equipadas e versáteis que pudessem ser enviadas a áreas distantes para proteger um fornecedor vital contra um ataque inimigo ou uma desordem interna, ou para restabelecer o controle em uma área produtora de petróleo que ficasse sob controle de um poder hostil. Estas forças também poderiam ser convocadas para proteger os oleodutos, portos, refinarias e outras instalações contra sabotagens ou ataques.

No jargão militar estadunidense, as formações destinadas a este tipo de atividades geralmente são identificadas como forças de "projeção de poder"; isto significa forças que possam ser transportadas de bases nos EUA e Europa para zonas de combate distantes e depois possam abrir caminho na área (se não existirem bases amigas disponíveis) ou acudir em auxílio de um aliado assediado. Tipicamente, afirma-se que as forças de projeção de poder devem incluir tanto unidades de combate terrestre como áreas destinadas à penetração em território inimigo, mais barcos e aviões que transportem estas unidades à zona de batalha. As forças de projeção de poder também incluem bombardeiros de longo alcance e plataformas navais –porta-aviões, navios de superfície e submarinos– usados para lançar aviões ou mísseis contra alvos em terra.

É precisamente este tipo de forças as que têm tido prioridade nos planos militares do Governo Bush. Durante sua primeira campanha presidencial, George Bush prometeu que ao assumir a presidência realizaria uma ampla revisão da política militar estadunidense e iniciaria a "transformação" das

forças estadunidenses, de modo que estas estivessem melhor equipadas para enfrentar os perigos do século XXI. Como estes perigos podem surgir em qualquer ponto da terra, em 23 de setembro de 1999, Bush explicou, em seu discurso na academia militar *The Citadel*, que "no próximo século nossas forças devem ser ágeis, letais, de rápido envio, e exigir o mínimo de apoio logístico". Em particular, nossas forças terrestres "devem ser mais leves [e] mais letais; nossas forças navais devem ser capazes de destruir "objetivos de grandes distâncias", e nossas forças aéreas "devem ser capazes de atacar de qualquer lugar do mundo com grande precisão"[53].

Estas prioridades dominaram o planejamento militar dos EUA durante os primeiros meses do Governo Bush e estabeleceram o ponto de partida para as demandas do futuro orçamento militar. De uma perspectiva estratégica, a expressão mais significativa desta visão estava contida no relatório de Revisão Quadrienal de Defesa (*Quadriennial Defense Review*–QDR), difundido em setembro de 2001. Muitos aspectos da política militar estadunidense estão incluídos no QDR, incluindo a segurança interna, a defesa missilística nacional, a guerra de informação e o antiterrorismo. No entanto, de modo similar ao discurso de Bush em *Citadel*, coloca-se maior ênfase em reafirmar a capacidade dos EUA para projetar seu poder militar em campos de batalha distantes. Segundo afirma o relatório, "os EUA devem reter a capacidade de enviar forças bem armadas e com apoio logístico a pontos críticos ao redor do planeta, mesmo diante da oposição inimiga"[54].

Portanto, até o fim do segundo ano de governo a Casa Branca tinha conseguido incorporar muitos de seus objetivos estratégicos à doutrina militar formal. Conforme vimos, estes objetivos enfatizam a melhora constante na capacidade estadunidense para projetar seu poder militar em áreas de distúrbios –isto é, para fortalecer o acesso à fontes de petróleo externas. Não se pode comprovar neste momento que isto tenha sido produto de uma vinculação consciente entre as políticas de energia e segurança; o inegável é que o presidente Bush deu prioridade à melhora das capacidades de projeção de poder estadunidense exatamente no mesmo momento em que respaldava uma estratégia de energia que supõe maior dependência com relação do petróleo de áreas de crise e conflito recorrentes.

O que temos, portanto, é uma estratégia articulada em torno de dois eixos que governa efetivamente a política estadunidense para a maioria do mundo. Ainda que surjam de dois tipos diferentes de preocupação –uma ligada à energia e outra ligada à segurança– estes dois princípios estratégicos fundiram-se em um desenho único e integrado para a dominação mundial estadunidense no século XXI. Qualquer das duas preocu-

pações pode desempenhar o papel principal em uma situação particular, mas a combinação de ambas é o que dará tom à conduta internacional dos EUA nas próximas décadas.

Claramente, esta não é uma estratégia reativa, mas sim requer a ação decidida por parte dos EUA para satisfazer suas crescentes necessidades de energia. Conforme a dependência estadunidense do petróleo proveniente do Golfo Pérsico, da bacia do Mar Cáspio, da África Ocidental e da América Latina for crescendo, Washington se verá mais profundamente envolvido nos assuntos políticos e econômicos dos estados produtores chave nestas regiões. Isto irá pressupor ao menos laços estreitos com os regimes amigos de tais áreas, e a presença conspícua de empresas petrolíferas estadunidenses. Em muitos casos, também implicará o envio de armas e assistência militar a regimes amigos. E nos casos em que houver uma ameaça direta ao fluxo de petróleo, podemos esperar uma intervenção militar aberta.

Este padrão ficou amplamente evidente na área do Golfo Pérsico. Os EUA declararam pela primeira vez seu propósito de empregar a força para proteger o petróleo do Golfo Pérsico em 1980, mediante a Doutrina Carter, e aplicou este princípio pela primeira vez em 1987, com o "re-embandeiramento" dos tanques petrolíferos do Kuwait (equipando-os com bandeiras estadunidenses com a finalidade de permitir sua defesa por parte das forças navais deste país). A guerra do Golfo de 1990-91 foi outra aplicação deste princípio e o mesmo aconteceu com a invasão estadunidense ao Iraque em 2003. Assistimos agora à extensão deste princípio a outras áreas do mundo das quais os EUA se tornaram dependentes para abastecerem-se de petróleo, inclusive do Mar Cáspio e a Colômbia. Se a experiência estadunidense no Golfo fornece alguma chave, esta estará no envio e no uso das forças militares norte-americanas nestas áreas.

Não se pode prever onde e quando será posto em prova este princípio. O que se pode afirmar, no entanto, é que a estratégia articulada em torno dos dois eixos estratégicos de energia e segurança adotados pelo Governo Bush em 2001-2002 levará quase com certeza à maior intervenção militar dos EUA nas principais áreas produtoras de petróleo. Essa intervenção não necessariamente deve ser descrita como uma "guerra por petróleo", mas a lógica subjacente da estratégia de Bush será evidente para todos aqueles que acompanharam seu desenvolvimento durante os últimos anos. De fato, "sangue por petróleo" tornou-se a característica dominante da política militar do Governo Bush.

NOTAS

1 Citado em Serge Schmemann, "Controlling Iraq's Oil Wouldn't Be Simple", *The New York Times* (03/11/2002).
2 Extraído da transcrição do resumo de notícias do Departamento de Defesa, Pentágono (24/01/2003) <www.defenselink.mil> (acessado em 27/01/2003).
3 Departamento de Energia dos EUA, Energy Information Administration, "Iraq", Country Analysis Brief,<www.eia.doe/gov/cabs/iraq.html> (acessado 23/10/2002).
4 Para mais informações sobre a crise energética de 2000-2001 e os remedios considerados pelo governo Bush no momento, Robert L. Bamberger, *Energy Policy: Setting the Stage for the Current Debate*, CRS Issue Brief for Congress, Washington, D.C.: Congressional Research Service, U.S. Library of Congress (13/08/2001).
5 Para mais informações sobre a crise energética de 2000-2001 e suas implicações para a economia dos EUA e para sua segurança, veja Ibid.,Robert L. Bamberger.
6 Spencer Abraham, "A National Report on America's Energy Crisis", comentários ante a Conferência Nacional de Energia (19/03/2001) <www.energy.gov> (acessado em 24/04/2001).
7 "Remarks by the President in Photo Opportunity after Meeting with National Energy Policy Development Group", Casa Branca (19/03/2001) <www.whitehouse.gov> (acessado em 05/03/2003).
8 Veja Richard A. Oppel, Jr., "White House Acknowledges More Contacts with Enron", *The New York Times* (23/05/2003).
9 Para mais informações e uma discussão sobre estas escolhas, *veja Strategic Energy Policy Challenges for the 21st Century*, Relatório de uma Força Tarefa Independente Financiada pelo Instituto de Políticas Publicas James A. Baker III da Rice University e pelo Conselhos de Relações Exteriores, Edward L. Morse, Chair (04/2001) <www.bakerinstitute.org> (acessado em 21/10/2002).
10 National Energy Policy Development Group, *National Energy Policy*, Washington, D.C.: Casa Branca (05/2001). (daqui em diante citado como NEPDG, NEP 2001.)
11 Extraído do manuscrito do pronunciamento de Bush no River Centre Convention Center, St. Paul, Minn. (17/05/2001), como publicado no *The New York Times* (18/05/2001).
12 NEPDG, NEP 2001, cap. 8, pp. 1, 3-4.
13 Ibid., Figura 2, p. x.
14 Ibid., cap. 8, p. 13.

15 Para uma maior elaboração deste ponto, veja Klare, "The Deadly Nexus: Oil, Terrorism, and America's National Security", *Current History* (12/2002), pp. 414-20.
16 BP, *Statistical Review of World Energy 2002*, pp. 4, 6.
17 Veja as projeções para a produção de petróleo até 2025 no Departamento de Energia dos EUA (DoE), Energy Information Administration (EIA), *International Energy Outlook* 2003, Tabela D4, p. 238. (daqui em diante citado como DoE/EIA, IEO 2003.)
18 NEPDG, NEP 2001, cap. 8, p. 4.
19 Para mais informações, veja Michael A. Palmer, *Guardians of the Gulf*, New York: The Free Press, 1992. Veja também: Michael Klare, *Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict*, New York: Metropolitan Books, 2001, pp. 51-80.
20 Veja Palmer, *Guardians of the Gulf* (op.cit.) pp. 102-242.
21 US Congress, Senate, Comitee on Armed Servicies, *Crisis in the Persian Gulf Region: U.S. Policy Options and Implications*, Hearing. 101st Congresso, 2nd Session, Washington, D.C.: US Government Printing Office, 1990, pp. 10-13.
22 Para mais detalhes, veja Klare, *Resource Wars*, pp. 62-68.
23 Da transcrição do pronunciamento de Cheney, ver *The New York Times* (27/08/2002).
24 DoE/EIA, IEO 2003, Tabela D1, p. 235.
25 Neil MacFarquhar, "Explosions Rock Western Enclaves in Saudi Capital", *The New York Times* (13/05/2003). Para mais informações sobre o mal-estar politico na Arábia Saudita, veja Craig S. Smith, "Saudi Arabia Seems Calm, But, Many Say, Is Seething", *The New York Times*, (24/03/2003); Douglas Jehl, "U.S. and Saudis Sensed Attacks Were Imminent", *The New York Times* (14/05/2003).
26 Para mais informações sobre esses assuntos, veja Alfred B. Prados, *Saudi Arabia: Current Issues and U.S. Relations*, Issue Brief for Congress, Washington, D.C.: Congressional Research Service, Library of Congress (03/04/2003).
27 Para mais informações e discussão, veja Kenneth Katzman, *Iran: Current Developments and U.S. Policy*, Issue Brief for Congress, Washington, D.C.: Congressional Research Service, Library of Congress (13/03/2003). Veja também David S. Cloud, "U.S., Iran, Stall on Road to Rapprochement", *Wall Street Journal* (12/05/2003).
28 Da transcrição do pronunciamento de Bush de 17/05/2001, ver *The New York Times* (18/05/2001).
29 US Department of Energy, Energy Information Administration, "Caspian Sea Region", Country Analysis Brief (02/2002) <http://www.eia.doe.gov/cabs/caspian.html> (acessado 22/02/2002).

30 Para mais informações, veja Klare, *Resource Wars*, pp. 84-92.
31 "Visit of President Heydar Aliyev of Azerbaijan", declaração do Secretário de Imprensa, Casa Branca (01/08/1997) <www.library.whitehouse.gov> (acessado 02/03/1998).
32 Para mais informações e discussão, veja Klare, *Resource Wars*, pp. 88-92, 100-4.
33 Veja R. Jeffrey Smith, "U.S. Leads Peacekeeping Drill in Kazakhstan", *Washington Post* (15 /09/1997). Veja também Klare, *Resource Wars*, pp. 1-5.
34 NEPDG, NEP 2001, cap. 8, pp. 12-13.
35 Veja "The Yankees Are Coming", *The Economist* (19/01/2002) p. 37; Jean-Christophe Peuch, "Central Asia: U.S. Military Buildup Shifts Spheres of Influence", Radio Free Europe/Radio Liberty, Praga (11/01/2002).
36 Veja Chip Cummins, "U.S. Plans to Send Military Advisers to Georgia Republic", *Wall Street Journal* (27/02/2002); *Oil and Gas Journal Online*, "Azerbaijan, Georgia Address Security Threats to BTC Pipeline" (23/01/2003) <www.ogj.pennnet> (acessado 24/01/2003).
37 Para discussão, veja Jim Nichol, *Central Asia's New States: Political Developments and Implications for U.S. Interests*, Issue Brief for Congress, Washington, D.C.: Congressional Research Service, Library of Congress, (01/04/2003). Veja também Martha Brill Olcott, "The Caspian's False Promise", *Foreign Policy*, verão 1998, pp. 95-113.
38 DoE/EIA, IEO 2002, Tabela D1, p. 239.
39 NEPDG, NEP 2001, cap. 8, p. 11. Veja também "Black Gold", *The Economist* (26/10/2002), pp. 59-60; James Dao, "In Quietly Courting Africa, White House Likes Dowry", *The New York Times* (19/09/2002).
40 Veja Departamento de Energia dos EUA, Energy Information Administration, "Nigeria", Country Analysis Brief (01/2002) <www.eia.doe.gov/emeu/cabs/nigeria.html> (acessado 21/10/2002).
41 NEPDG, NEP 2001, cap. 8, p. 11.
42 US Department of Energy, Energy Information Administration, "Angola", Country Analysis Brief (11/2002) <www.eia.doe.gov/emeu/cabs/angola.html> (acessado 02/12/2002).
43 Veja "Nigerian Women, in Peaceful Protest, Shut Down Oil Plant", *The New York Times* (14/07/2002); "Nigerian Troops Move Into Delta to Put Down Ethnic Riots", *The New York Times* (20/03/2003); Sarah Moore, "Nigeria's New Challenge for Big Oil", *Wall Street Journal* (26/07/2002); Norimitsu Onishi, "As Oil Riches Flow, Poor Village Cries Out", *The New York Times* (22/12/2002); Somini Sengupta, "Ni-

gerian Strife, Little Noted, Is Latest Threat to Flow of Oil", *The New York Times* (22/03/2003).

44 US Department of State, *Congressional Budget Justification: Foreign Operations, Fiscal Year 2004* (02/2003) <www.fas.org> (acessado 27/02/2003).

45 Veja Antony Goldman e James Lamont, "Nigeria and Angola to Discuss U.S. Plan for Regional Military Base", *Financial Times* (04/10/2001); "U.S. Naval Base to Protect Sao Tome Oil", BBC News World Edition, (22/08/2002) <news.bbc/co.uk> (acessado 6/03/2003).

46 Spencer Abraham, comentários ante a Quinta Conferência Ministerial Hemisférica de iniciativa Energética, Cidade do México (08/03/2001) <www.energy.gov/HQ/Docs/speeches/2001/marss/mexico_v.html> (acessado 24/04/2001).

47 Ibid.

48 NEPDG, NEP 2001, cap. 8, p. 9.

49 Ibid., cap. 8, p. 10.

50 Veja "Venezuela Oil Woes Are Long Term", *Wall Street Journal* (14/02/2003); Juan Forero, "Venezuelan Oilman: Rebel with a New Cause", *The New York Times* (09/02/2003). Para mais informações sobre a indústria petrolífera da Venezuela, veja US Department of Energy, Energy Information Administration, "Venezuela", Country Analysis Brief (12/2002) <www.eia.doe.gov/cabs/venez.html> (acessado 20/12/2002).

51 Para mais informações sobre a indústria petrolífera Colombiana, veja US Department of Energy, Energy Information Administration, "Colombia", Country Analysis Brief (05/2002) <www.eia.doe.gov/cabs/colombia.html> (acessado 29/05/2002).

52 Veja Juan Forero, "New Role for U.S. in Colombia: Protecting a Vital Oil Pipeline", *The New York Times* (04/10/2002).

53 Discurso do governador George W. Bush em The Citadel, Charleston, Carolina del Sur (23/09/1999) <www.georgewbush.com> (acessado 02/12/1999).

54 US Department of Defense, *Quadrennial Defense Review Report*, Washington. D.C.: DoD (30/09/2001) p. 43.

socialist 2004 brasil2.indd 224 3/29/06 12:42:51 PM

IMPERIALISMO ECOLÓGICO: A MALDIÇÃO DO CAPITALISMO

John Bellamy Foster e Brett Clark

Na primavera de 2003, os Estados Unidos (EUA), com o apoio da Grã-Bretanha, invadiram o Iraque, o país com a segunda maior reserva de petróleo do mundo. Os EUA estão tentando hoje de expandir a produção de petróleo iraquiano enquanto asseguram para si uma posição dominante no controle mundial deste recurso decisivo para sua estratégia geopolítica e econômica mais geral. Anteriormente, o mesmo governo dos EUA que invadiu o Iraque retirou-se do Protocolo de Kyoto, que tinha sido concebido para limitar o crescimento das emissões de dióxido de carbono e outros gases tóxicos (*greenhouse gases*) responsáveis pelo aquecimento global –um fenômeno que ameaça todas as formas de vida tal como as conhecemos. Não surpreende, portanto, que nos últimos anos tenha aumentado a preocupação pelo imperialismo ecológico, o qual se tornou tão importante como as forças culturais, políticas e econômicas do imperialismo com que está vinculado.

Em 1986, Alfred Crosby publicou um livro intitulado *Ecological Imperialism: The Biological Expansion of Europe, 900-1900*, no qual descrevia a destruição –geralmente inadvertida– do meio-ambiente indígena através da colonização européia de grande parte do resto do mundo[1]. A introdução da flora e da fauna do Velho Mundo no meio-ambiente do Novo Mundo produziu explosões demográficas com efeitos negativos sobre as espécies nativas. Mas ao tratar principalmente a questão da "expansão biológica" sem nenhuma vinculação direta com o imperialismo como fenômeno político-econômico, a análise his-

tórica de Crosby não levava em conta o modo específico com que a ecologia se relaciona com a dominação do centro da economia mundial capitalista sobre a periferia, ou com as rivalidades entre as potências capitalistas. Como as doenças infecciosas que mataram dezenas de milhões de indígenas depois da chegada de Colombo à América, o imperialismo ecológico funcionava, na leitura de Crosby, como uma força puramente biológica, como se fosse um simples "encontro" entre regiões do mundo que tinham estado até então separadas geograficamente. As relações sociais de produção estavam fundamentalmente ausentes nesta interpretação histórica.

A questão ecológica dentro do capitalismo é complexa e exige uma análise em nível global. A degradação ecológica neste nível universal está intimamente relacionada com as divisões dentro do sistema capitalista mundial, o qual se deduz do fato de que a economia mundial está dividida em numerosos estados nacionais que competem entre si diretamente e através de suas corporações. O sistema capitalista também está dividido hierarquicamente entre um centro e uma periferia de nações que ocupam posições fundamentalmente diferentes na divisão internacional do trabalho, e em um sistema mundial de dominação e dependência.

Tudo isso faz com que a análise do imperialismo ecológico seja suficientemente complicada. Mas a falta de desenvolvimento de um materialismo ecológico como método de análise do capitalismo dentro da teoria marxista como um todo também dificultou sua compreensão[2]. Apesar disto, por muito tempo foi quase uma obviedade –como Marx afirmava em sua própria obra– que as transferências de valor econômico são acompanhadas de maneira complexa por fluxos "ecológico-materiais" reais que transformam as relações entre o campo e a cidade, e entre as metrópoles globais e a periferia[3]. O controle de tais fluxos é uma parte vital da competição entre os centros industriais e financeiros rivais. Portanto, o imperialismo ecológico apresenta-se de diversas maneiras, mediante o saque de recursos de certos países por outros e pela conseqüente transformação de ecossistemas inteiros dos quais estados e nações dependem; movimentos massivos de trabalho e população vinculados à extração e transferência de recursos; a exploração das vulnerabilidades ecológicas de certas sociedades para promover um maior controle imperialista; a descarga de dejetos ecológicos que amplia a fenda entre centro e periferia; e em conjunto, a criação de uma "descontinuidade metabólica" global que caracteriza a relação do capitalismo com o meio-ambiente ao mesmo tempo em que limita o desenvolvimento capitalista.

A "FISSURA METABÓLICA"

As principais contradições ecológicas do capitalismo associadas ao imperialismo ecológico já eram bastante evidentes nos escritos de Marx. A acumulação de capital é em certo sentido um processo autopropulsor, já que o ex-

cedente acumulado em uma fase converte-se em um fundo de investimento para a seguinte. Portanto, uma das questões centrais da economia política clássica era estabelecer de onde provinha o capital primitivo que havia posto em marcha a dinâmica de acumulação característica do fim do século XIX e início do século XX. Daí surgiu a questão da acumulação "primitiva".

Tomando a Grã-Bretanha com caso típico, Marx identificou três aspectos da acumulação primitiva. Primeiro, a expropriação de terras camponesas mediante os cercamentos e a abolição dos usos consagrados e dos direitos coletivos sobre a terra de modo que os camponeses já não tivessem acesso direto ou controle sobre os meios materiais de produção. Segundo, a conseqüente criação de uma massa pauperizada de trabalhadores sem terra que emigrou para as cidades em busca de trabalho assalariado produziu um proletariado industrial para o capitalismo. Terceiro, uma enorme concentração e centralização da riqueza (graças ao controle da terra e dos meios de produção) foi progressivamente monopolizada por cada vez menos indivíduos, e o excedente disponível transferido aos centros industriais. Os novos proletários ficaram à disposição para ser explorados enquanto as camadas de contingentes de desocupados mantinham o salário baixo, tornando assim a produção mais rentável.

Todo o processo de acumulação primitiva –incluindo, nas palavras de Marx, "a expropriação sangrenta das terras do povo", e em termos de Malthus a "varredura" destes para a cidade– teve profundas implicações ecológicas[4]. Já sob a forma de propriedade feudal, a terra tinha sido transformada no "corpo inorgânico de seus senhores". No capitalismo, com a conseqüente alienação da terra (e da natureza), o domínio do homem sobre o homem estendeu-se. "A terra como o homem", assinalava Marx, tinha se reduzido "ao nível de um objeto venal"[5].

O conceito de "fissura metabólica" de Marx foi desenvolvido no contexto de alarme crescente feito pelos químicos agrários e os agrônomos da Alemanha, Grã-Bretanha, França e EUA com relação à perda de certos nutrientes da terra –como nitrogênio, fósforo e potássio –devido à exportação de comida e fibras às cidades. Em vez de serem devolvidos à terra, como na produção agrícola tradicional, estes nutrientes essenciais eram transportados a centenas e inclusive a milhares de quilômetros, e terminava como dejetos contaminadores nas cidades. Para o químico alemão Justus von Liebig, até a forma mais avançada de produção agrícola capitalista de então, a agricultura britânica, baseada em tecnologias mais complexas e sofisticadas, não era mais que um "sistema de roubo", dados seus efeitos sobre a terra[6].

Como bom estudante de Liebig e de outros especialistas, Marx viu este antagonismo entre os homens e a terra como um problema fundamental. O capitalismo havia criado, segundo ele, uma "fissura irreparável" na "inte-

ração metabólica" entre os seres humanos e a terra. E se tornou necessária uma "restauração sistêmica" desta interação metabólica imprescindível como uma "lei reguladora da produção social", Marx entendia que dentro do capitalismo o crescimento da indústria agrícola em grande escala e do comércio de longa distância tendia (e ainda tende) a intensificar e estender tal fissura metabólica. Além disso, a outra face de tanto desperdício dos nutrientes da terra seria a contaminação das cidades[7].

Marx entendia que tanto a acumulação primitiva como a fissura metabólica implicavam aspectos globais fundamentais para compreender o desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial. Em suas célebres palavras:

> A descoberta de ouro e prata na América, a cruzada de extermínio, escravização e sepultamento nas minas da população indígena, o começo da conquista e o saque das Índias Orientais, a conversão do continente africano em um campo de caça de escravos negros; são todos fatos que caracterizam o amanhecer da era de produção capitalista. Estes processos idílicos representam outros tantos fatores fundamentais no movimento da acumulação primitiva[8].

O genocídio das populações indígenas ocorreu de mãos dadas com a apropriação da riqueza do Novo Mundo. "Os tesouros capturados fora da Europa mediante o saque não dissimulado, a escravização e os assassinatos, regressavam à pátria-mãe e se transformavam ali em capital". Foram construídas grandes fortunas graças ao roubo da riqueza natural da periferia e à exploração de seus recursos ecológicos. Na Índia, "os monopólios do sal, do ópio, do betel e de outras mercadorias eram minas inesgotáveis de riqueza"[9]. Em seu célebre discurso sobre o livre comércio em 1848, Marx observava:

> Talvez os cavalheiros creiam, que a produção de café e açúcar é o destino natural das Índias Ocidentais. Dois séculos atrás, a natureza, que não se preocupava com assuntos comerciais, não havia plantado nem cana de açúcar nem árvores de café ali[10].

A criação de tais monoculturas para a exportação de culturas destinadas à Europa –e as populações trabalhadoras escravizadas ou semi-escravizadas que nelas trabalhavam– era produto do desenvolvimento da economia mundial capitalista, em que se roubava abertamente a periferia em benefício dos países centrais. No termos de Eduardo Galeano em seu *Veias Abertas da América Latina*,

> as plantações de monocultura constituíam uma rede para esvaziar a riqueza natural...Cada região, uma vez integrada ao mercado mundial, experimenta um ciclo dinâmico; logo depois decai pela competição dos produtos substitutos,

> pelo esgotamento da terra, ou pelo desenvolvimento de outras áreas onde as condições são melhores. O impulso produtivo inicial se desvanece com o passar dos anos e deriva em uma cultura de pobreza, subsistência econômica e letargia... Quanto mais se deseja um produto no mercado mundial, maior é a miséria que leva aos povos latino-americanos cujo sacrifício o gera[11].

No entanto, a monocultura tropical não era a única forma de imperialismo ecológico presente no século XIX. A agricultura britânica, baseada em tecnologias mais complexas e sofisticadas –ou a agricultura precocemente industrializada– esgotou os nutrientes das terras inglesas e logo após buscou compensar isto roubando de outros países os meios necessários para restituí-los. Marx estava muito consciente disto. Seguindo Liebig, Marx afirmava que a agricultura britânica na realidade estava importando terra de outros países ao transportar os nutrientes e outros fertilizantes naturais desses países para a Inglaterra. Com efeito, a agricultura britânica havia se tornado dependente da importação de guano.

Isto ilustra precisamente a "fissura" no metabolismo natural que Marx identificou, como observa Jason Moore:

> Com a transição para o capitalismo, tomou forma uma nova divisão do trabalho entre campo e cidade –a escala mundial e regional– por meio da qual os produtos do campo (especialmente, mas não apenas nas periferias) fluíram para as cidades, as quais não tinham nenhuma obrigação de retornar os dejetos ao ponto de produção. Assim, os nutrientes eram extraídos de um ecossistema na periferia e eram transferidos para outro no centro. Essencialmente, a terra se degradava progressivamente até que seu esgotamento relativo obstaculizava a rentabilidade. Neste ponto, a contração econômica forçou o capital a buscar e desenvolver novas formas de explorar territórios que até então haviam estado à margem da lei do valor [12].

DA MALDIÇÃO DOS NITRATOS PARA A MALDIÇÃO DO PETRÓLEO

Como observava Galeano, os produtos têxteis britânicos eram trocados não apenas pelos couros do Rio da Prata, pelo cobre do Chile, pelo açúcar de Cuba e pelo café do Brasil, mas também pelo guano e pelo nitrato do Peru[13]. Em 1840, o mesmo ano em que Liebig havia advertido pela primeira vez sobre a perda de nutrientes da terra, um cientista francês, Alexandre Cochet, descobriu que numerosas quantidades de nitrato de sódio podiam ser extraídas do guano e do nitrato (nitro), os quais abundavam no Peru. Em 1841, pouco tempo depois que os resultados da pesquisa de Cochet foram publi-

cados, deu-se início a uma corrida internacional pelo guano na medida em que os agricultores europeus (especialmente britânicos) e norte-americanos buscavam o tão apreciado fertilizante para compensar a perda de nutrientes de suas próprias terras. No início dos anos 1850, um oficial britânico relatou ter visto, em apenas uma ilha da costa do Peru, o carregamento simultâneo de guano em barcos dos seguintes países: 44 barcos dos EUA, 40 da Inglaterra, cinco da França, dois da Holanda, um da Itália, um da Bélgica, um da Noruega, um da Suécia, um da Rússia, um da Armênia, e três do Peru. Carregar o guano nos barcos exigia escavar valas profundas de excremento que cobriam as ilhas rochosas e suportar um pó irritante que penetrava nos olhos, no nariz e na boca dos trabalhadores, sem mencionar o odor espantoso que tinha. Por isso, após a abolição da escravatura em 1854, contrataram-se dezenas de milhares de carregadores (*coolies*) chineses através de Macau e Hong Kong. Até 1875, aproximadamente 80 mil operários trabalhavam no deserto e nas ilhas do Peru sob condições de semi-escravidão[14].

Então, em 1853, descobriu-se um processo para minar de modo mais eficiente os campos de nitrato no deserto peruano de Tarapacá, e pouco tempo depois encontraram-se também grandes quantidades na província boliviana adjacente à Atacama. Até 1860, ao se reduzir a disponibilidade de guano, estes campos de nitrato converteram-se em uma fonte ainda mais importante de fertilizantes. A alta demanda de nitrato, por sua vez, não era apenas para fertilizantes, mas também para o TNT recém-descoberto e outros explosivos chave para a expansão das indústrias armamentistas dos estados capitalistas industrializados[15]. Até 1875, o investimento total da Inglaterra na indústria do nitrato no Peru chegou a um milhão de libras.

Graças ao comércio de guano e às minas de nitrato, a classe dominante peruana enriqueceu-se enormemente. No entanto, exceto pela construção de estradas de ferro, esta riqueza não se traduziu em desenvolvimento econômico. Daí que para o resto da população o recurso do nitrato logo se converteu em uma maldição. O Peru endividou-se profundamente com os investidores britânicos, hipotecando a futuro a exportação de guano. Em 1875, em uma tentativa de sair da armadilha de sua dívida, impôs um monopólio do estado sobre as zonas de nitrato em Tarapacá e expropriou as propriedades dos investidores privados (muitos dos quais eram estrangeiros, particularmente britânicos), a troco das quais ofereceu bônus do governo. Logo em seguida, o governo peruano tentou regular a extração de guano e nitrato para que não competissem entre si.

Isto levou à Guerra do Pacífico (também conhecida como a Guerra do Nitrato) que se iniciou quatro anos depois das expropriações do governo peruano, justamente quando a Bolívia, violando um tratado anterior, tentou aumentar os impostos sobre as exportações de sua província de Atacama

aos intermediários chilenos. O Chile, respaldado pelos investidores britânicos, declarou guerra à Bolívia e a seu aliado, o Peru. Com um exército muito mais moderno (uma frota marítima construída na Inglaterra e uma armada treinada na França), o Chile conseguiu se apoderar rapidamente da província boliviana de Atacama e do deserto peruano de Tarapacá, de onde nunca mais saiu. Antes da guerra, o Chile praticamente não possuía campos de nitrato nem depósitos de guano. Até o fim da guerra em 1883, tinha se apoderado de todas as zonas de nitrato da Bolívia e do Peru e da maior parte dos depósitos costeiros de guano do Peru[16]. Antes da guerra, os britânicos controlavam 13% da indústria de nitrato do Tarapacá peruano, e imediatamente depois da guerra –graças à posse chilena da região– passou a controlar 34%, e até 1890, 70%[17]. Durante a investigação realizada pelo congresso dos EUA para esclarecer o papel de tal país no conflito, o ex-secretário de estado norte-americano, James G. Blaine, definiu a guerra sobre o guano e o nitrato como "nada mais que isso... Uma guerra inglesa no Peru, onde o Chile foi apenas um instrumento... O Chile nunca teria entrado na guerra se não fosse respaldado pelo capital britânico, e nunca nada foi tão descaradamente explícito como quando estes dividiram o botim e os despojos"[18].

Tendo perdido suas duas fontes principais de exportação, a economia peruana entrou em colapso imediatamente depois da guerra. Como observava o grande marxista peruano José Carlos Mariátegui, a derrota na Guerra do Pacífico aumentou a dependência peruana com relação ao capital britânico. "Pouco depois da guerra, o grupo capitalista que tinha se formado durante o período de produção de guano e nitrato reiniciou suas atividades e retornou ao poder. O contrato com a empresa Grace, que aquele grupo negociou, ratificou a dominação britânica no Peru ao entregar as estradas de ferro estatais aos banqueiros ingleses que até então haviam financiado a república e suas extravagâncias"[19]. Agora que o governo peruano já não contava com os mesmos recursos para explorar, não restou outro remédio que pagar a dívida externa que ainda o abatia cedendo as estradas de ferro aos investidores britânicos que tinham apoiado clandestinamente a apropriação de boa parte do território peruano e de seus recursos naturais mais valiosos. Segundo Bruce Farcau, os depósitos de guano e nitrato no Peru "como o toque de Midas, acabaram por se tornar uma maldição disfarçada de bendição", primeiro ao criar uma economia estruturada sobre a dívida, e depois por dar lugar a uma guerra e a conseqüente perda destes recursos[20].

Como resultado da apropriação dos territórios de nitrato na Guerra do Pacífico, o Chile tinha de ficar com a maldição do nitrato nas décadas seguintes. A Europa ainda necessitava de guano e nitrato em grandes quantidades para manter sua produção agrícola, e pretendia controlar este comércio de maneira imperialista com a finalidade de beneficiar seus próprios capitalistas, exploran-

do tais recursos ecológicos até o seu limite e transferindo a granel a riqueza econômica gerada por eles. Em 1888, o presidente do Chile, José Manuel Balmaceda, que tinha levado adiante uma série de reformas modernizadoras que incluíam obras públicas e subsídios para a educação, anunciou que as zonas de nitrato chilenas deviam ser nacionalizadas mediante a formação de empresas chilenas, e assim bloqueou a venda dos campos de nitrato estatais aos ingleses. Três anos depois estourou uma guerra civil na qual os investidores ingleses e estrangeiros apoiaram e financiaram os oponentes de Balmaceda com dinheiro e armamento. A imprensa de Londres caracterizou Balmaceda (em um tom muito familiar ao de nossos dias) como "um ditador da pior espécie". Quando o derrotado Balmaceda se suicidou em 1891, o embaixador britânico escreveu à chancelaria: "A comunidade britânica não esconde sua satisfação pela queda de Balmaceda, cuja vitória eventual teria implicado sérios danos aos interesses comerciais britânicos". Após a guerra civil, o controle estatal das indústrias e da infra-estrutura econômica chilena extinguiu-se rapidamente na medida em que os britânicos aumentaram seus investimentos.

No início dos anos 1890, o Chile entregava três quartos de suas exportações totais para a Inglaterra enquanto obtinha apenas a metade de suas importações desta, criando assim uma dependência comercial com a Inglaterra maior que a da Índia nesse momento. Quando estourou a Primeira Guerra Mundial, dois terços da receita nacional do Chile eram oriundos das exportações de nitrato, principalmente para a Inglaterra e Alemanha. O monopólio britânico sobre o comércio de nitrato chileno colocou a Alemanha em uma situação de desvantagem, dado que o nitrato era necessário para fabricar tanto explosivos como fertilizante. Ainda que a Alemanha tenha colaborado, na mesma medida que a Inglaterra, para derrubar Balmaceda, o Chile permaneceu majoritariamente sob o controle dos ingleses criando sérios problemas para a Alemanha. Logo antes da Primeira Guerra Mundial, no entanto, o químico e nacionalista alemão Fritz Haber inventou um processo para produzir nitratos a partir do nitrogênio do ar. O resultado em poucos anos foi a destruição quase completa do valor do nitrato chileno, criando uma grave crise na economia desse país[21].

No entanto, a maldição do nitrato (e do nitrogênio) não terminou aí, mas sim transferiu-se para todo o mundo, incluindo os próprios países ricos. Os fertilizantes de nitrogênio, utilizados em escala crescente (aproximadamente 100 milhões de toneladas anuais) para manter a produtividade agrícola, contaminam cada vez mais a água da terra, os lagos e rios de todo o planeta, dando lugar a um dos problemas ecológicos mais importantes que o mundo enfrenta hoje[22].

Fora da América Latina, hoje a maldição do nitrato foi esquecida. Contudo, a história moderna da maldição do petróleo, repleta de paralelos com aquela história anterior, está ainda em curso. Como assinalou o *New York Times* em

seu exemplar de 7 de junho de 2003 em um artigo intitulado "Striking it Poor: Oil as a Curse", "por mais de uma década, os estudos acadêmicos têm advertido consistentemente sobre o que se conhece como a maldição de um recurso dado: que os países em desenvolvimento cujas economias dependem da exportação de petróleo, gás ou materiais de extração tendem a ser pobres, autoritários, corruptos e sacudidos por guerras civis". O argumento predominante atribui esta "maldição" persistente aos maus governos nos países pobres, os quais supostamente carecem da capacidade de aproveitar os benefícios econômicos que tais recursos geram de uma maneira produtiva.

No entanto, o que explica a "maldição do petróleo", não menos que a do nitrato, é o imperialismo ecológico. Michael Perelman afirmava convincentemente que,

> A origem da maldição do petróleo não está radicada em suas propriedades físicas, mas sim na estrutura social do mundo... Uma base de recursos naturais tão rica converte os países pobres, especialmente aos relativamente mais impotentes, em uma alvo atrativo –política e militarmente– para as nações dominantes. No caso do petróleo, as nações poderosas não vão arriscar que um recurso tão valioso esteja sob o controle de um governo independente, especialmente um que poderia buscar políticas que não coincidam com os interesses econômicos das grandes corporações transnacionais. Portanto, governos que exibem uma independência excessiva logo são derrubados, mesmo quando seus sucessores sustentam um ambiente de corrupção e instabilidade política[23].

Hoje em dia, a maldição do petróleo assombra também os países ricos –seu meio-ambiente e suas economias– na forma de aquecimento global ou do que poderíamos chamar de uma fissura planetária na relação do homem com os espaços comuns globais –a atmosfera e os oceanos. Esta fissura ecológica planetária, que surgiu com o próprio funcionamento do sistema capitalista e seu acompanhante necessário, o imperialismo, ainda que tenha resultados diversos em regiões específicas, conduziu a uma degradação ecológica em escala tal que ameaça destruir todos os ecossistemas e espécies existentes (incluindo a espécie humana).

A DÍVIDA ECOLÓGICA

A mobilização de oposição ao imperialismo ecológico está ocupando terreno crescentemente por meio do conceito de "dívida ecológica". A Acción Ecológica, a organização equatoriana que lidera a campanha referente à dívida ecológica, define-a em termos gerais como "a dívida acumulada pelos

países industrializados do Norte com relação aos países do Terceiro Mundo em termos de saque de recursos, danos ambientais e a ocupação deliberada de espaços ambientais para depositar dejetos tais como os 'gases tóxicos' (*greenhouse gases*) dos países industriais"[24]. Levar em conta a dívida ecológica inverte radicalmente a pergunta: "quem deve a quem?"

Neste ponto é fundamental analisar como o imperialismo ecológico articula as interações sociais entre a natureza e a sociedade. A história do saque e super-exploração do povos pode ser vista como parte de uma dívida ecológica mais ampla. O capital continua sendo o eixo central, já que os padrões de produção e consumo dos países capitalistas centrais são os responsáveis pela deterioração ecológica do planeta[25]. Os críticos do Terceiro Mundo sustentam que uma ampla gama de atividades contribui para a dívida ecológica: a extração de recursos naturais; termos desiguais de comércio; a degradação da terra e do solo para cultivos de exportação; outros danos ambientais e contaminação não reconhecidos causados por processo extrativos e produtivos; apropriação de conhecimento ancestral; perda de biodiversidade; contaminação da atmosfera e dos oceanos; introdução de produtos químicos tóxicos e armas perigosas; e a descarga de detritos perigosos na periferia[26].

Dentro da discussão em torno da dívida ecológica há duas dimensões principais: (1) a destruição e exploração sócio-ecológica que ocorre nas nações que estão sob influência do imperialismo ecológico; e (2) a apropriação imperialista dos patrimônios globais e o uso desigual (exploração) da capacidade de absorção destes patrimônios.

Em seu livro *Hungry Planet*, publicado pela primeira vez em 1965, Georg Borgstrom introduziu o conceito de "acres fantasmas" para ilustar a dependência britânica de comida e matérias-primas das zonas coloniais (ou neocoloniais) com a finalidade de manter suas operações produtivas, comerciais e de consumo. O desenvolvimento do capital aumentou o nível de demandas impostas ao mundo inteiro. O "rastro ecológico" das nações centrais continua se expandindo na medida em que se esgotam suas próprias reservas materiais e energéticas assim como as de outras nações[27]. Os ciclos da dívida e das intervenções militares mantêm as desigualdades globais na medida em que o Sul continua subsidiando o Norte em termos de trabalho, bens e recursos naturais. A extração de matérias-primas para a produção de mercadorias está organizada em função de dar satisfação às demandas dos países do Norte, onde vivem aproximadamente 25% da população mundial, mas que consome 75% dos recursos globais[28]. Durante séculos, os países centrais dependeram de matérias-primas e mão-de-obra baratas da periferia. O volume de valor material e econômico que foge do Sul cresce progressivamente (o volume de exportações da América Latina

aumentou em 245% entre 1980 e 1995)[29] e, no entanto, a dívida financeira destas nações cresce sem parar, exacerbadamente, pelo aumento arbitrário nas taxas de juros. Ao mesmo tempo, o capital monopolista que domina o mercado mundial tende a supervalorizar os produtos de exportação de alto valor agregado das indústrias do Norte, desequilibrando ainda mais o comércio internacional[30].

As forças imperialistas impõem regimes de produção sócio-ecológicos no mundo, aprofundando assim a divisão antagônica entre o campo e a cidade, por um lado, e entre o Norte e o Sul, por outro. Os ecossistemas agrários (de trabalho e natureza) se reestruturam e "reformam sistemática e racionalmente a fim de intensificar não apenas a produção de comida e fibra, mas também de riqueza" da burguesia compradora e do capital monopolista[31]. Como assinalava Josué de Castro em seu estudo clássico de 1952, "é em função da vantagem do imperialismo econômico e do comércio internacional, ambos controlados por minorias que apenas buscam lucros, que a produção, distribuição e consumo de bens alimentícios é puramente considerada como um assunto de negócios e não como um fenômeno da mais alta importância para a sociedade em seu conjunto"[32].

No nível planetário, o imperialismo ecológico resultou na apropriação do patrimônio global (ou seja, da atmosfera dos oceanos) e da conseqüente erosão da capacidade de absorção de carbono da atmosfera, principalmente em benefício de um número relativamente pequeno de países no centro da economia mundial capitalista[33]. Os países do Norte aumentam sua riqueza e poder devido em parte ao alto consumo de combustível fóssil, o que está hoje derivando em uma crise climática pela grande quantidade de dejetos ecológicos lançados na atmosfera. Já estão ocorrendo graves mudanças climáticas produzidas pelas crescentes concentrações de dióxido de carbono e outros "gases tóxicos" (*greenhouse gases*) menores, que aqueceram o planeta 0,6º C durante os últimos cem anos.

A dívida ecológica ressignifica a questão do imperialismo ecológico em todas as suas dimensões, ainda que tome taticamente a dívida de carbono como base empírica mais concreta –aproveitando a necessidade urgente de resolver este problema. As nações do Norte que causam uma quantidade desproporcionada de emissões devido às indústrias, aos automóveis e ao estilo de vida em geral são as principais responsáveis pelas mudanças climáticas na medida em que "as economias de combustível fóssil emitem dejetos mais rapidamente do que o ecossistema pode absorver"[34]. O Painel Intergovernamental de Mudança Climática espera atualmente um aumento de temperatura entre 1,5 a 6,0º C durante este século. "Um aumento de 4º C poderia criar o maior aquecimento da terra dos últimos 40 milhões de anos", afetando potencialmente as capacidades da civilização humana de sobreviver[35].

Os padrões climáticos extremos (furacões, inundações, secas, etc.) nas últimas décadas, que afetam desproporcionalmente as nações do Sul, podem ser em parte o resultado da acumulação de gases tóxicos (*greenhouse gases*) na atmosfera. O aquecimento global faz com que a massa oceânica cresça, ameaçando muitas ilhas densamente povoadas e deixando eventualmente em baixo d'água países inteiros como Bangladesh.

Dado que ninguém é dono da atmosfera ou dos oceanos, calcular a dívida de carbono é uma tentativa de medir quão insustentável é a produção e o consumo de uma economia em relação às demais. Em termos muito simples, se uma nação utiliza mais combustível fóssil do que o índice estabelecido, acumula dívida de carbono, fazendo assim um uso desproporcional do espaço ambiental que corresponde ao patrimônio comum para dispor das emissões de carbono.

Ao determinar como calcular este índice de emissões, devemos levar em conta várias coisas. Já em 1996, lançaram-se na atmosfera aproximadamente 7 bilhões de toneladas métricas de carbono, das quais mais que 50% correspondem aos EUA e à Europa. Em segundo lugar, as emissões de carbono atuais superam a quantidade que o meio-ambiente pode absorver. O PICC estimou que é necessária uma redução de pelo menos 60% nas emissões de carbono referentes aos níveis de 1990 (até 2,8 bilhões de toneladas métricas) para estabilizar ou reduzir o risco de mudança climática.

Por todas estas razões, deduz-se que as nações ricas industrializadas, cujo produto excede por si próprio a quantidade aceitável, deveriam –do ponto de vista moral– reduzir seu índice de emissões. Como sugeriam Agarwal e Narain em 1991, qualquer perspectiva justa e razoável para determinar quanto carbono uma nação pode emitir sem acumular dívida de carbono deve estar baseada em um cálculo de emissões *per capita* de população[36]. Andrew Simms e seus colegas calcularam que "com base no objetivo da estabilização climática de 1990, todos no mundo teriam um índice de uso permitido de carbono de 0,4 tonelada por ano *per capita*"[37]. No entanto, na medida em que o tempo passa e a emissão e acumulação de gases continua, esse índice do permitido diminui. Nesse ritmo, o nível permitido de uso de carbono será de apenas 0,2 tonelada por ano. Neste sentido, a falta de ação cria uma situação cada vez mais difícil para o futuro. De fato, se as tendências atuais continuarem, o aquecimento global poderia estar fora de controle, ameaçando seriamente a sustentabilidade da vida na terra. Uma "fissura ecológica" pode ocorrer inesperadamente com apenas alguns poucos, se é que haja algum, sinais de alerta imediata[38].

Se traduzirmos em dólares o excesso atual de emissões de carbono dos países do Norte, "levamos em conta a estreita correlação histórica entre índices básicos de atividade econômica, o Produto Nacional Bruto

(PNB) e as emissões de carbono", a dívida ecológica destes para com o Sul apenas em termos de emissões de carbono alcança uma estimativa de US$ 13 trilhões por ano[39]. Calcula-se que a dívida ecológica anual que o Norte deve ao Sul, sem contar o impacto acumulativo, é de no mínimo três vezes a dívida financeira que o Sul atualmente "deve" ao Norte. Pagar esta dívida implicaria cancelar todos os empréstimos que aprisionaram as nações do Terceiro Mundo, e lhes permitiria também adotar tecnologias mais eficientes do ponto de vista do uso do combustível.

No entanto, o pagamento desta dívida e o uso de novas tecnologias não resolverão em si a crise do carbono se a produção capitalista no Sul continuar a ser feita da mesma forma em que se dá no Norte. Os que propõem esta dívida ecológica defendem, portanto, um processo de contração e convergência. Neste cenário, as nações ricas do Norte reduziriam suas emissões de carbono (e outros gases tóxicos) até os níveis recomendados pelo PICC, enquanto as nações pobres do Sul estariam autorizadas a aumentar gradualmente suas emissões em função do desenvolvimento social e econômico. Assim, as nações do mundo convergiriam em sua "partilha eqüitativa, ainda que menor, *per capita*"[40]. Podem existir certas variações na partilha dadas certas diferenças climáticas, mas as emissões *per capita* do mundo inteiro estariam dentro de padrões aceitáveis.

Avaliar a degradação ecológica e as condições da desigualdade internacional em função do aquecimento global é apenas o primeiro passo para acessar a dívida ecológica que se deve ao Sul. O oceano, outro patrimônio da humanidade, foi por muito tempo depositário de tóxicos e dejetos perigosos, e sua capacidade para absorver carbono está diminuindo. Além do mais, a depredação de espécies inteiras de peixes ameaça alterar as relações metabólicas dentro do ecossistema oceânico. Na verdade, é impossível levar em conta toda a extensão dos danos causados pelo imperialismo ecológico, sobretudo se levamos em consideração o saque histórico realizado durante séculos sobre a periferia mundial como resultado da expansão econômica dos estados capitalistas centrais.

O movimento da dívida ecológica hoje luta pela restauração e renovação da natureza em termos globais. E dado que a sustentabilidade ecológica é impossível sem um equilíbrio social e econômico, os ativistas da dívida ecológica enfrentam-se cada vez mais com as forças da expansão capitalista e questionam a legitimidade da ordem global. A concentração da riqueza está explicitamente vinculada ao empobrecimento e exploração dos povos e da natureza através do mundo. Um sistema de acumulação incessante e em escala crescente como nunca antes visto –e de consumo sem limites– bem pode ser reconhecido como uma tendência ao suicídio. Deter a destruição causada pelo imperialismo ecológico é a única solução para este problema global. É necessário, então, transformar as relações sócio-ecológicas de produção. Os espaços verdes globais, onde os dejetos deviam ser absorvidos, estão sobrecarregados e totalmente transbordados.

Para desafiar o imperialismo ecológico, a Acción Ecológica insiste em que "é hora de fechar a torneira" para evitar a "fuga de energia, recursos naturais, comida, mão-de-obra barata e recursos financeiros do Sul até o Norte"[41].

A LUTA CONTRA O IMPERIALISMO ECOLÓGICO HOJE

Claramente, o problema principal da campanha pela dívida ecológica é que, dadas as relações de força mundiais, ela não pode triunfar. Isto é evidente no alto nível de resistência por parte do capital posto em evidência pela retirada dos EUA do Protocolo de Kyoto e pela declaração vitoriosa da Coalizão do Clima Global –que representa muitas das principais corporações monopolistas globais– ante o efetivo colapso do protocolo. Como afirmam em sua página na web:

> A Coalizão do Clima Global foi desativada. A voz da indústria com relação à mudança climática cumpriu seu propósito de contribuir para um novo enfoque nacional para o problema do aquecimento global.
>
> O governo Bush anunciará uma política climática que dependerá do desenvolvimento de novas tecnologias que tendem a reduzir as emissões de gás tóxico, um conceito fortemente apoiado pela CCG.
>
> A Coalizão também opôs-se à ratificação do Protocolo de Kyoto por parte do Senado, a qual teria estabelecido objetivos tão rígidos para reduzir as emissões de gases tóxicos que o crescimento econômico dos EUA teria sido seriamente interrompido e os preços do consumo de energia teriam chegado às nuvens. A CCG também se opôs ao tratado porque não é necessário que os principais países em desenvolvimento façam cortes em suas emissões. Neste ponto, tanto o congresso como o governo concordam que os EUA não devem aceitar cortes obrigatórios nas emissões exigidas pelo protocolo[42].

Se o aquecimento global é um problema, o governo Bush afirmou que não representava uma ameaça imediata aos EUA; daí que qualquer ação para resolvê-lo que implique altos custos econômicos deve ser evitada. Melhor confiar em tecnologias futurísticas de "seqüestro de carbono" e outros meios similares. No entanto, para a maioria das ilhas e nações pobres que vêem crescer os níveis do mar na medida em que as geleiras do ártico derretem, tal postura é um caso extremo de imperialismo ecológico. Enquanto se espera que as nações pobres da periferia continuem pagando suas dívidas financeiras aos bancos das nações ricas do centro, a enorme dívida ecológica contraída por estes últimos não é nem sequer reconhecida –e todo o problema planetário piora a cada ano. Por isso é provável que a luta se intensifique.

A luta pela dívida ecológica, organizada em torno da degradação dos patrimônios globais –particularmente o aquecimento da atmosfera– causada desproporcionalmente pelos países ricos, deu um novo sentido prático ao conceito de imperialismo ecológico. Esta antiga luta está associada hoje a uma forma organizada de resistência centrada na necessidade de contrapor a dívida ecológica dos países ricos à dívida financeira dos países pobres. Além disso, esta luta imediata coloca em evidência a maldição ecológica mais ampla do capitalismo. O desenvolvimento econômico do capitalismo sempre acarretou a degradação social e ecológica como sua contrapartida: como afirmava Marx, a degradação do trabalho é acompanhada pela degradação do planeta. Ademais, o imperialismo ecológico implicou que as piores formas de destruição das relações sustentáveis com a terra, e o despejo de dejetos, caiam muito mais na periferia que nos países centrais. Esta relação não mudou em nada ao longo dos séculos como demonstram as guerras do guano e do nitrato no final do século XIX e as guerras do petróleo (e do poder geopolítico obtido mediante o controle do petróleo) do final do XX e começo do XXI.

Por sua própria natureza, este processo tende a piorar. O capital do final do século XX e início do XXI esbarra em barreiras ecológicas no nível da biosfera que não podem ser superados, como acontecia anteriormente, mediante o "ajuste espacial" da exploração e expansão geográficas. O imperialismo ecológico –o crescimento do centro do sistema a taxas insustentáveis mediante a contínua degradação ecológica da periferia– está gerando um conjunto de contradições ecológicas em escala planetária que põe em risco a biosfera em sua totalidade. Apenas uma solução social revolucionária que resolva a fissura entre as relações ecológicas em escala mundial e sua relação com as estruturas globais do imperialismo e a desigualdade pode oferecer alguma esperança genuína de transcender essas contradições. Hoje mais do que nunca, o mundo necessita daquilo por que os primeiros pensadores socialistas, incluindo Marx, lutavam: a organização racional do metabolismo do homem com a natureza por meio de produtores associados livremente. A maldição fundamental a ser exorcizada é o próprio capitalismo.

NOTAS

1 Alfred W. Crosby, *Ecological Imperialism: The Biological Expansion of Europe*, Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

2 A importância do materialismo ecológico foi enfatizada em John Bellamy Foster, *Marx's Ecology: Materialism and Nature*, New York: Monthly Review Press, 2000.

3 Para uma análise detalhada da relação entre os fluxos material e ecológico (normalmente expressos em termos de valor de uso) e fluxos de valor na análise de Marx, veja Paul Burkett, *Marx and Nature*, New York: St. Martin's Press, 1999.
4 Karl Marx, *Capital*, Volume 1, New York: Vintage, 1976, p. 896; Malthus a Ricardo, 17/08/1817, em David Ricardo, *Works and Correspondence*, Cambridge: Cambridge University Press, 1952, Volume 7, p. 175.
5 Karl Marx, *Early Writings*, New York: Vintage, 1974, pp. 318-19.
6 Para uma elaboração do argumento de Liebig e sua influência sobre Marx, veja John Bellamy Foster, "The Communist Manifesto and the Environment", *Socialist Register 1999*, London: Merlin, 1999, p. 179.
7 Com base nestas observações, Marx desenvolveu a visão de uma relação sustentável entre o homem e a natureza (que fosse além da questão da terra) –uma relação que devia ser governada pelo princípio da manutenção (e melhoramento) do meio-ambiente para o bem-estar das gerações futuras. Como expressou na famosa passagem: "From the standpoint of a higher socio-economic formation, the private property of particular individuals in the earth will appear just as absurd as the private property of one man in other men. Even an entire society, a nation, or all simultaneously existing societies taken together, are not the owners of the earth. They are simply its possessors, its beneficiaries, and have to bequeath it in an improved state to succeeding generations as *boni patres familias* [good heads of the household]" (*Capital*, Volume 1, London: Penguin Books, 1976, pp. 636-38; Volume 3, pp. 949-50 e 911).
8 Marx, *Capital*, Volume 1, p. 915.
9 Ibid., pp. 914-30.
10 Karl Marx, *The Poverty of Philosophy*, New York: International Publishers, 1963, p. 223.
11 Eduardo Galeano, *Las venas abiertas de América Latina*, Buenos Aires: Catálogo, 2002.
12 Jason W. Moore, "Environmental Crises and the Metabolic Rift in World-Historical Perspective", *Organization & Environment*, 13(2), 2000, p. 124.
13 Galeano, *Las venas abiertas de América Latina*.
14 Bruce W. Farcau, *The Ten Cents War: Chile, Peru and Bolivia in the War of the Pacific, 1879-1884*, Westport, Connecticut: Praeger, 2000, pp. 8-10; William Jefferson Davis, *Tacna and Arica*, New Haven: Yale University Press, 1931, pp. 27, 34-37.
15 Farcau, *The Ten Cents War*, p. 10.
16 Veja Dennis, *Tacna and Arica*; Farcau, *The Ten Cents War;* John Mayo, *British Merchants and Chilean Development, 1851-1886*, Boulder: Westview

Press, 1987, pp. 157-87; William F. Sater, *Chile and the War of the Pacific*, Lincoln: University of Nebraska Press, 1986; Dr. I. Alzamora (ex-vice presidente do Peru), *Peru and Chile*, panfleto (editor desconhecido), sem data (por volta de 1908); Harold Blakemore, *British Nitrates and Chilean Politics, 1886-1896: Balmaceda and North*, London: University of London, 1974, pp. 14-22; Michael Montéon, *Chile in the Nitrate Era*, Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1982, pp. 19-20, 27; Henry Clay Evans, *Chile and its Relations with the United States*, Durham, North Carolina: Duke University Press, 1927, pp. 97-119.

17 John Mayo, *British Merchants and Chilean Development*, p. 181.

18 US House of Representatives, 47th Congress, 1st Session, House Reports, Relatório N° 1790, *Chili-Peru*, pp. 217-18. Veja também Perry Belmont, *An American Democrat*, New York: Columbia University Press, 1941, pp. 255-62. A afirmação de Blaine sobre o papel clandestino da Inglaterra em fomentar a guerra no Pacífico foi rejeitada por Victor Kiernan, que, baseando-se nos arquivos do British Foreign Office, chegou ao veredicto de "inocente". O argumento de Kiernan, no entanto, fundamentou-se no argumento contrário de que não havia nenhuma evidência da participação direta do British Foreign Office no surgimento da guerra. O apoio dos investidores e do governo Britânico para o Chile na própria Guerra não está em questão, como também não a divisão do botim durante e após a guerra (como foi fortemente enfatizado por Blaine). Kiernan também indica que a influência Britânica foi exercida de modo mais direto de Valparaiso e Santiago, ao invés de diretamente do Foreign Office em Londres. O único ponto factual no argumento de Kiernan é sua insistência em que não houve restrições à aquisição peruana de armamento britânico. Os representantes tanto do governo chileno como do norte-americano afirmaram o contrário. Veja V.G. Kiernan, "Foreign Interests in the War of the Pacific", *Hispanic American Historical Review*, 35(1), 1955, pp. 14-36.

19 José Carlos Mariátegui, *Seven Interpretive Essays on Peruvian Reality*, Austin: University of Texas Press, 1971, pp. 9-13; Paul Gootenberg, *Imagining Development: Economic Ideas in Peru's "Fictitious Prosperity" of Guano, 1840-1880*, Berkeley: University of California Press, 1993, pp. 183-84.

20 Farcau, *The Ten Cents War*, p. 14.

21 Galeano, *Las venas abiertas de América Latina*; Blakemore, *British Nitrates and Chilean Politics;* Andre Gunder Frank, *The Development of Underdevelopment in Latin America*, New York: Monthly Review Press, 1969, pp. 73-93; Evans, *Chile and its Relations with the United States*; Montéon, *Chile in the Nitrate Era*; J.R. McNeill, *Something New Under the Sun*, New York: W.W. Norton, 2000, pp. 24-25. Durante os eventos que levaram à

Guerra civil no Chile, a política externa dos EUA, chefiada por Blaine, que novamente era Secretário de Estado, foi simpática à Balmaceda, cujo nacionalismo era tido como uma restrição ao poder Britânico.

22 Veja John Bellamy Foster e Fred Magdoff, "Liebig, Marx, and the Depletion of Soil Fertility: Relevance for Today's Agriculture", em Fred Magdoff, John Bellamy Foster e Frederick H. Buttel, eds., *Hungry for Profit*, New York: Monthly Review Press, 2000, p. 54; National Public Radio, "The Tragedy of Fritz Haber" (11/07/2002) <www.npr.org/programs/morning/features/2002/jul/fritzhaber> (acessado 17/06/2003).

23 Michael Perelman, "Myths of the Market: Economics and the Environment", *Organization & Environment*, 16(2), 2003, pp. 199-202.

24 Acción Ecológica, "Ecological Debt: South Tells North 'Time to Pay Up'" (06/03/2003) <www.cosmovisiones.com/ DeudaEcologica/a_timetopay.html> 2003.

25 Aurora Donoso, "Who Owes Who?: Collecting the Ecological Debt" (06/03/2003) <www.Brisbane.foe.org.au/eco_debt.htm> 2003.

26 Acción Ecológica, "No More Plunder, They Owe Us the Ecological Debt!" (06/03/2003) <www.cosmovisiones.com/ DeudaEcologica/a_averde78in.html> 1999.

27 Georg Borgstrom, *The Hungry Planet*, New York: The Macmillan Company, 1965; Mathis Wackernagel e William Rees, *Our Ecological Footprint*, Gabriola Island, British Columbia: New Society, 1996; Richard York, Eugene A. Rosa e Thomas Dietz, "Footprints on the Earth", *American Sociological Review*, 68 (Abril) 2003, pp. 279-300.

28 Donoso, "Who Owes Who?".

29 Aurora Donoso, "No More Looting!: Third World Owed an Ecological Debt" (06/03/2003) <www.cosmovisiones.com/DeudaEcologica/a_looting.html> 2000. O aumento é medido em ternos do volume e não do preço, porque a tendência dos preços das mercadorias do Sul é de queda.

30 Paul A. Baran e Paul Sweezy, *Monopoly Capital: An Essay on the American Economic and Social Order*, New York: Monthly Review Press, 1966.

31 Donald Worster, "Transformations of the Earth: Toward an Agroecological Perspective in History", *The Journal of American History*, 76(4), 1990, pp. 1087-1106.

32 Josué de Castro, *The Geography of Hunger*, Boston: Little, Brown and Company, 1952, pp. 7, 212.

33 Para uma discussão sobre as propriedades comunais e as lutas para manter o espaço ambiental livre da intrusão capitalista, veja The Ecologist, *Whose Common Future? Reclaiming the Commons*, Philadelphia: New Society Publishers, 1993.

34 Andrew Simms, Aubrey Meyer, e Nick Robins, *Who Owes Who? Climate Change, Debt, Equity and Survival* (06/03/2003) <www.jubilee2000uk.org/ecological_debt/Reports/Who_owes_who.htm> 1999.

35 John Bellamy Foster, *Ecology Against Capitalism*, New York: Monthly Review Press, 2002, pp. 21, 64.

36 Acción Ecológica, "Trade, Climate Change and the Ecological Debt" (06/03/2003) <www.cosmovisiones.com/DeudaEcologica/a_averde-trade.html> 2000; Anil Agarwal e Sunita Narain, *Global Warming in an Unequal World: A Case of Environmental Colonialism*, New Delhi: Centre for Science and Environment, 1991. Enquanto a eficiência varia entre os estados, as nações mais pobres são os usuários mais eficientes de energia em termos de PIB. Veja Simms, Meyer, e Robins, *Who Owes Who?* e Tom Athanasiou e Paul Baer, *Dead Heat: Global Justice and Global Warming*, New York: Seven Stories Press, 2002.

37 Simms, Meyer, and Robins, *Who Owes Who?*

38 Veja Marten Scheffer, Steve Carpenter, Jonathan A. Foley, Carl Folke, e Brian Walker, "Catastrophic Shifts in Ecosystems", *Nature*, 403, 2001, pp. 591-596 e Roldan Muradian, "Ecological Thresholds: A Survey", *Ecological Economics*, 38, 2001, pp. 7-24.

39 Uma relação tal foi estabelecida que US$ 3,000 do PIB produz em média uma tonelada de emissões de carbono. Veja Simms, Meyer, e Robins, *Who Owes Who?* e Acción Ecológica, "Trade, Climate Change and the Ecological Debt".

40 Athanasiou e Baer, *Dead Heat*, p. 84. Veja também Andrew Simms, *An Environmental War Economy: The Lessons of Ecological Debt and Global Warming*, London: New Economics Foundation, 2001 e Acción Ecológica, "Ecological Debt".

41 Acción Ecológica, "No More Plunder".

42 <www.globalclimate.org> (acessado 12/06/2003).

socialist 2004 brasil2.indd 244 3/29/06 12:42:59 PM

GLOBALIZAÇÃO, IMPERIALISMO, DESENVOLVIMENTO: FALSAS DICOTOMIAS E SOLUÇÕES RADICAIS

John S. Saul

A expansão global do capitalismo europeu e a conquista imperial dos povos que ficam fora dos centros de acumulação de capital ocidentais e do norte constituem uma dimensão crucial dos últimos séculos da história mundial[1]. Além disso, na época atual, na qual sobreposições dicotômicas como "ocidente e o resto", ou "Norte" versus "Sul", continuam tendo um impacto muito significativo em termos de poder e preconceito sobre o destino de milhares de pessoas, especialmente das mais pobres. A preocupação central deste artigo é como conceber melhor, e, portanto, poder intervir sobre, o problema contemporâneo da desigualdade global que tem estado tão estreitamente ligado, ainda que de maneira complexa, à história mundial do imperialismo capitalista. Apesar de todas as complexidades, no entanto, há algo sobre o que não restam dúvidas: a desigualdade assombrosa e a escalada crescente e desproporcional da pobreza caracterizam a maior parte do cenário global atual. De fato, em um mundo mais justo e humano isto seria percebido claramente pelo que é: simplesmente o fato mais escandaloso da etapa atual da história da humanidade.

Obviamente, não se pode deixar de sentir um tanto assustado pelas cifras que indicam que "a crescente divisão entre os que têm e os que não têm deixou na terrível miséria grande quantidade de pessoas do Terceiro Mundo, vivendo com menos de um dólar por dia", ou que "apesar das repetidas promessas de reduzir a pobreza que foram feitas ao

longo da última década do século XX, o... número de pessoas vivendo na pobreza na realidade cresceu mais de 100 milhões [com relação a um estimado de 2,8 bilhões vivendo com menos de dois dólares diários em 1998]"[2]. Do mesmo modo, é difícil não registrar a importância das descobertas (da OMC) segundo as quais o norte-americano médio ganhou "5.500% a mais que o etíope médio... uma distância que no ritmo atual vai duplicar em um século e meio"[3]. Ou (as da ONU) que "os três homens mais ricos do mundo possuem mais ativos que o PNB combinado dos 48 países mais pobres do mundo" e "os 225 homens mais ricos do mundo possuem uma riqueza combinada de mais de 1 trilhão de dólares –o equivalente a receita de 47% da população mais pobre do mundo, algo em torno de 2,5 bilhões de pessoas"[4]. Não obstante, na esquerda, ao menos, sabemos que deveríamos estar fazendo algo drástico para descobrir e corrigir tais desigualdades.

Mas fazer o quê? A fim de aclarar o caminho e lançar luz sobre como seria uma resposta apropriada para esta pergunta, nosso artigo buscará explorar várias questões de relevância teórica. Iniciaremos por uma reflexão crítica em torno da tendência comum de oferecer diagnósticos da desigualdade global em ternos de oposições dicotômicas falsas –ou o "geográfico" versus o "social", "globalização" versus "estado" (o mesmo que "globalização" versus "imperialismo"), "desenvolvimento" versus "antidesenvolvimento" – ao mesmo tempo em que poremos manifesta a inutilidade destas na hora de estabelecer objetivos específicos contra os quais dirigir a luta progressista. Logo depois, o ensaio questiona se, na medida em que visualizamos mais claramente contra o que estamos lutando, podemos também começar a definir de forma mais pertinente pelo que estamos lutando em nosso esforço para superar a pobreza e a exploração no Terceiro Mundo. A palavra "socialismo" nos vem à mente aqui (não surpreende muito dado que, de fato, lutamos contra o capitalismo), mas quão longe nos leva? Porque, como veremos mais adiante, mesmo que a natureza limitada e contraditória das alternativas reformistas presentes na agenda global nos impulsione a adotar uma postura mais revolucionária, fica muito difícil estabelecer o significado preciso de uma "revolução" no mundo contemporâneo. Um inventário e uma avaliação minuciosa das resistências em todo o mundo já são objeto de estudo de uma literatura crescente[5] e escapam aos limites deste trabalho. É suficiente identificar algumas das categorias com que tal inventário e avaliação poderiam ser levados adiante mais adequadamente, a fim de sugerir de que modo uma maior claridade com relação à questões como agência (*agency*), espaço (*site*) e imaginário apropriado (*appropriate imaginary*) poderiam contribuir para facilitar a construção e a manutenção de um projeto revolucionário de dimensões mundiais.

I. DIAGNÓSTICOS: FALSAS DICOTOMIAS

1. "O geográfico" versus "o social"

Em primeiro lugar, como ligar analiticamente o fato do imperialismo como fenômeno histórico com o da desigualdade global total como fenômeno contemporâneo de maneira cabal? A conexão causal entre um Norte rico e um Sul empobrecido, que alguma vez estruturara o sentido comum e o entendimento tanto da esquerda como os círculos liberais, foi criticamente posta em questão nos últimos anos. Por exemplo, também seria necessário dar conta das visíveis diferenças de riqueza e poder *dentro* dos países tanto do Norte como do Sul. Além disso, os países do Sul parecem ser agora muito mais heterogêneos economicamente do que se supunha antes. De fato, como agora se diz que a divisão Norte/Sul de desigualdades é muito mais difícil de traçar de forma direta, uma teórica do desenvolvimento de primeira linha como Hoogvelt chegou a sugerir que as coordenadas da desigualdade global são muito mais "sociais" que "geográficas": "A conhecida pirâmide da hierarquia centro-periferia já não constitui uma divisão geográfica, mas sim social da economia mundial", assegura[6]. No entanto, como Arrighi e Silver assinalaram[7], o uso do termo "social" por parte de Hoogvelt é enganoso: a hierarquia geográfica de nações que eles próprios continuam utilizando é também, de fato, uma relação social. De todos os modos, o que Hoogvelt sublinha é importante: para ela, a divisão global do trabalho, mais do que nunca definida em termos de classe e crescente exclusão social ao longo das fronteiras nacionais, criou tanto no Norte como no Sul uma classe dominante capitalista transnacional e um amplo círculo de pessoas menos privilegiadas ao redor. Segundo ela, este modelo permite compreender melhor tanto a diversidade do Terceiro Mundo (estirando o conceito dos Novos Países industrializados–NICs até as zonas mais pobres da África) como as desigualdades crescentes dentro de países tomados individualmente –estes últimos produzindo por sua vez "distúrbios caóticos, violência e conflito na periferia [social]".

No entanto, é possível nos desfazermos tão rapidamente das coordenadas geográficas da desigualdade? Giovanni Arrighi documentou à exaustão que ainda boa parte da hierarquia global continua estando definida espacialmente e ao longo de linhas que são por sua vez "principalmente o legado das expansões territoriais e industriais do Ocidente desde 1800". Assim, em um artigo de 1992 sobre "a crescente desigualdade da distribuição global de renda", demonstrava que havia "um maior alargamento da grande brecha de rendas que já faz cinqüenta anos separa os povos do Sul com relação aos do centro orgânico da economia mundial capitalista". Sua

conclusão: "as nações do mundo... estão situadas diferencialmente dentro de uma rígida hierarquia de riquezas na qual a ascensão eventual de uma ou duas nações deixa o resto do mundo mais estancado que nunca"[8], e deixa evidente uma "aparente 'lei de ferro' da hierarquia global que se mantém em seu lugar independentemente do que façam ou deixem de fazer os governos do escalão mais baixo". Dada a ausência de autocorretivos, a "riqueza oligárquica" alcançada pelo Ocidente sempre tende a concentrar o volume de atividade capitalista, e, portanto, a ampliar a brecha. Ao atualizar seu argumento em 2003[9], Arrighi também chamava a atenção para o grau em que as agressivas políticas neoliberais do Norte tenderam a reforçar deliberadamente tal hierarquia quando, nos anos setenta, as coisas pareciam ter-se tornado levemente favoráveis ao Sul. Assim, o autor chegava à mesma conclusão de uma década antes com relação à persistência de uma hierarquia de rendas Norte/Sul –apesar de (ou graças a) que se tenha dado efetivamente certo grau de convergência industrial.

Deve-se ter presente, ainda que seja superficialmente, que as implicações do quadro que Arrighi esboça o levaram a dar respostas muito diferentes ao longo da última década. Assim, no início dos anos noventa, Arrighi via a polarização geográfica da riqueza global em marcha ligada ao "caos sistêmico", à "escalada... contínua de conflitos no Sul e no Oriente" e "aos problemas de regulação, crescentemente incontroláveis, do sistema-mundo para o Ocidente". Nesse momento, só punha suas esperanças na perspectiva de que "os socialistas ocidentais unam forças com seus associados do Sul e do Leste" para facilitar o surgimento de um "governo socialista mundial"[10]. No entanto, até a mudança do milênio, qualquer eco de socialismo como avanço da "riqueza democrática" contra a riqueza oligárquica desapareceu de seus escritos. Agora, em sua opinião, "para entender o presente e o futuro da hierarquia global (e para afrontar sua 'subversão'), talvez o mais importante seja a expansão econômica da China continental"[11]. De acordo com Arrighi e seus coautores, este é, de fato, o único desenvolvimento que pode ter algum potencial (ainda que não especificado) para quebrar significativamente o *status quo* mundial. Contudo, deve-se notar que este desenvolvimento apenas é possível estritamente *dentro* do capitalismo global.

Obviamente, existem muitos que não querem descartar tão rapidamente a possibilidade de um desenlace não-capitalista. Mais adiante retomaremos este ponto. No momento, é suficiente rejeitar qualquer contradição implícita entre as dimensões "sociais" (leia-se: classe e exclusão de classe) e "geográficas" de desigualdade global que as oposições binárias de Hoogvelt e Arrighi parecem forçar-nos a aceitar –e registrar, pelo contrário, sua irredutível simultaneidade. O próprio Arrighi parece não ter problemas na

hora de reconhecer a diversidade de capitalismos no Sul ou, por exemplo, as evidências da desigualdade de renda interna tanto dentro do Sul como do Norte. Todavia, a ênfase contínua nas coordenadas espaciais sugere que termos como "Terceiro Mundo", "Sul Global", "apartheid global" ou inclusive "pós-colonial" ainda conservam certa eficácia para identificar as deficiências da desigualdade global. Autores como Smith e Cooper assinalaram que tais noções podem também ser parte de uma linguagem que promova no Sul uma aposta progressiva para mobilizar demandas globais –inclusive se ao mesmo tempo possam impulsionar um tipo de "terceiro-mundismo" que (especialmente quando é manipulado pelas elites locais em seu próprio interesse) torne opacas as contradições mundiais de natureza inerentemente capitalista de classe[12]. Ademais, nenhum movimento que pretenda unir as lutas anticapitalistas, no Norte e no Sul, pode ignorar o grau em que as pessoas do Norte se beneficiram da "riqueza oligárquica" e foram seduzidas pelas premissas racistas engendradas pelo projeto imperial do Ocidente. Se as demandas legítimas dos povos do Sul por uma redistribuição global da renda, direitos migratórios e liberdade com relação as incursões militares arbitrárias, devem ser alcançadas e mantidas por aliados potenciais do Norte e do Sul, estes últimos terão que entender mais claramente tudo aquilo relacionado à constituição e persistência de tal hierarquia geográfica.

2. "Globalização" versus "estado", "globalização" versus "imperialismo"

A tentação de resolver falsamente a dicotomia do "geográfico" versus "social" em favor de um pólo ou de outro está estreitamente ligada a outro par de oposições que distorcem com a mesma facilidade a teoria e a prática da desigualdade global: "globalização" versus "imperialismo" (potencialmente, "Império" versus "império") e política centrada na escala "global" versus política centrada na escala do "estado-nação". Neste sentido, não é casual que a preferência de Hoogvelt em interpretar a desigualdade global em termos "sociais" mais que "geográficos" esteja tão fortemente influenciada pela obra de Manuel Castells. Castells está entre os que argumentaram mais decididamente sobre a novidade do momento histórico atual do capitalismo global, a época da "sociedade de redes" (*network society*), do "tempo sem tempo" (*timeless time*) e do "espaço de fluxos" (*space of flows*) (mais que de lugares)[13]. Em tal visão de mundo, os capitais, especialmente os mais dominantes, parecem ter se liberado das ataduras que antes os estados nacionais impunham para ditar políticas que agora se apresentam mais abertamente como de interesse global. Trata-se do mundo do *Império*[14] de Hardt e Negri, da agora predominante classe capitalista *global* de Sklair[15], e da situação segundo a qual, nos termos fortes de Teeple, "o capital se moveu decisivamente para

além de sua carapaça política histórica, o estado-nação... quando este perdeu crescentes margens de soberania nacional sobre as políticas de governo e de reforma social em benefício dos imperativos do mercado global"[16].

Como foram evidenciados recentemente milhares de protestos contra o custo desumano da globalização capitalista nas ruas de Seattle, Quebec, Gênova, e tantos outros lugares do mundo, há algo de certo nesta concepção. Mas ao mesmo tempo, muitos críticos assinalaram que esta visão particular da globalização tem algo de esmerado demais –para começar, é muito apolítica. Os globalistas de direita e esquerda sublinharam a proeminência de instituições políticas emergentes em escala global –o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e outros similares– enquanto que os críticos de esquerda assinalaram rapidamente que o sistema do capitalismo global não funciona de maneira tão direta. Ainda que os capitalistas (e seus políticos) se vejam atraídos para algum tipo de "estado" global, os estados reais ainda se encarregam de boa parte do trabalho sujo de que o capital precisa. De fato, este é o caso para autores como James Petras, que argumenta que na verdade nada mudou muito e que o que ainda temos é em boa medida o imperialismo –ocidental– de sempre[17]: efetivamente, mais do conhecido imperialismo histórico ("império") que do "Império" sem centro de Hardt e Negri. Certamente, as recentes ações dos Estados Unidos (e de seu exército) como autoproclamados polícia global –agora mais ativos que nunca após o 11 de setembro e com as invasões ao Afeganistão e ao Iraque– parecem demonstrar este tipo de realidade. Os manifestantes antiglobalização de um lado, e os que se opõem à guerra e ao imperialismo de outro, têm que trabalhar horas extras para encontrar uma linguagem comum efetiva que possa unificar com mais precisão suas causas obviamente inter-relacionadas.

Por sua vez, Leo Panitch ressaltou o papel do estado e criticou a maior parte da literatura sobre a globalização por sua "tendência a ignorar o grau em que a globalização atual é tanto uma autoria do estado como fundamentalmente um processo de re-organização e não de atravessamento do estado"[18]. Ao argumentar isso, Panitch busca eliminar "qualquer dicotomia falsa entre lutas nacionais e internacionais". No entanto, esta leitura também poderia ser questionada, dado que em certo ponto pode ser compreendida como um argumento complementar da primazia da "globalização". Portanto, o papel que Panitch parece atribuir ao estado é o de agente necessário para a estabilização dos parâmetros de integração uniforme dos países comprometidos na economia global capitalista –incluindo, dentro dos momentos mais decisivos de tal estado, atuar como agentes de promoção das aspirações globais de seus próprios "capitais nacionais" que decidi-

ram operar "transnacionalmente" (como por exemplo, o caso canadense). Ao mesmo tempo, o argumento de Panitch guarda uma distância considerável com relação às formas mais extremas de pensamento –como as de Hirst e Thompson– que insistem em ver o estado com o mesmo agente ativo de sempre dentro da economia global.

Descartando a maior parte da literatura sobre a globalização, estes autores descrevem o estado em seu papel ativo apenas em termos de promoção da "competitividade" global de certos setores nacionais de uma economia determinada –"refutando" assim a hipótese da globalização e, ironicamente, tornando-se eco da posição dos arqui-globalistas, especialmente Teeple, em suas implicações para o Terceiro Mundo. Porque ainda que estes autores sugiram que o possível surgimento de diversos "mecanismos e estratégias institucionais [para] assegurar um mínimo de governança (*governance*) econômica internacional, ao menos em benefício dos países mais avançados", não obstante, argumentam que "tal governança (*governance*) [global] não pode alterar as desigualdades extremas entre essas nações e o resto, em termos de comércio e investimento, renda e bem-estar". Para eles, de fato, "a questão central não é tanto como a economia mundial será governável através de objetivos ambiciosos como a promoção da justiça social, da igualdade entre as nações ou um maior controle democrático por parte do grosso da população mundial, mas sim como pode ser governável de algum modo"[19].

Se este é o caso para o "grosso da população mundial", onde isto coloca os estados que estão além do eixo de "países capitalistas avançados"? Para nossos fins, podemos assumir junto com Panitch que os estados no capitalismo avançado têm de fato mais liberdade de manobra econômica do que as teorias da globalização parecem inferir. E também podemos reconhecer na atualidade a importância de um estado em particular, dado que seria muito ingênuo não dar um peso maior aos EUA para compreender o funcionamento atual da hierarquia global. Não obstante, a debilidade das perspectivas centradas no estado se torna mais evidente quando prestamos atenção nos estados do Sul. Neste contexto, há razões consideráveis para ser cético com relação ao papel potencial de tal estado como agente ativo da promoção da economia nacional. Esta realidade foi habilmente capturada por um observador com Leys, que, em sua revisão global da teoria contemporânea do desenvolvimento, afirmara que, especialmente no Terceiro Mundo, "a era das economias nacionais e das estratégias nacionais já passou"[20].

Obviamente, este argumento nos coloca frente novamente à questão da diversidade do Terceiro Mundo, da Ásia passando pela América Latina até a África. Talvez não seja casualidade que o principal ponto de referência de Leys seja a África, de onde ele pode delinear um conjunto de medidas que

em teoria poderiam ser adotadas internacionalmente com o fim de tirar de cima da África o injusto peso da economia global e facilitar o desenvolvimento mesmo, não obstante, concluindo que:

> O problema com tais idéias é que as mesmas não são atrativas para aqueles que atualmente possuem a dívida africana, compram exportações africanas ou estão encarregados da ajuda oficial financeira a estes países. Tais idéias poderiam parecer racionais apenas em um mundo em que a ideologia atualmente predominante de mercado encontre-se rejeitada. Ainda que este mundo deva chegar, ainda não chegou a se materializar e, enquanto isso, a tragédia africana continuará se desenvolvendo[21].

E mesmo que a África apresente o pior cenário de marginalização e exploração não transformável do capitalismo global, é também certo que, em geral, especialmente depois da crise financeira asiática e da queda livre de boa parte das economias latino-americanas, a narrativa da teoria do desenvolvimento que alguma vez se sustentou na premissa de estratégias viáveis de capitalismo nacional para realizar uma forma expansiva de desenvolvimento, soa bastante antiquada[22]. Nos termos de Bill Graf, "o estado do Terceiro Mundo está diminuído e mais subordinado que nunca desde o período colonial. Suas elites estão mais voltadas para o exterior e sua influência sobre a soberania nacional é mais tênue que nunca"[23].

Quais as variantes mais à esquerda do estado desenvolvimentista restantes? O desaparecimento da maior parte dos socialismos do Terceiro Mundo (a "recolonização" de Moçambique, por exemplo, que foi descrita tão bem por David Plank[24]) e a aparente facilidade com que o Brasil de Lula ou a África do Sul de Nelson Mandela e Mbeki foram inseridos nas redes do capitalismo global, não representam augúrios muito bons. Por acaso, isto nos empurra necessariamente para uma "política global" como chave para destravar o futuro do Sul? Nem todos argumentariam a favor disto. Este é o caso, por exemplo, da forte reivindicação de Bienefield a favor de uma continuada primazia dentro das práticas de esquerda de uma política centrada no estado-nação. Em suas próprias palavras, dada "a total incapacidade de conceber, se falar na de construir, um processo político significativo em escala global", a necessidade "de uma gestão global do processo competitivo, ou de uma economia socialista, deve ser construída nas unidades sub-globais, isto é, nossos conhecidos 'estados nacionais'"[25]. Mais uma vez, parece difícil evitar a suspeita de que este é um argumento aparentemente mais fácil de sustentar para os países avançados do capitalismo que para aqueles que estão firmemente localizados nos escalões mais baixos da hierarquia global. Apesar disto,

em uma linha de pensamento similar, o próprio Graf conclui que apesar da avaliação negativa da natureza atual do "estado no Terceiro Mundo", apenas o estado (ainda que ainda principalmente um estado "teórico" em sua expressão),

> … pode oferecer uma *agência* factível capaz de congregar as múltiplas forças contra-hegemônicas nos estados periféricos. O poder econômico estatal no Sul é o único que possui alguma chance de enfrentar, opor-se ou negociar com o poder econômico penetrante do capital internacional... sem lugar para dúvidas, além do mais, apenas o estado, em combinação com outros estados, pode forjar projetos emancipatórios coletivos contra os poderes hegemônicos[26].

Aqui Graf faz eco explícito a Panitch, que não apenas ressaltou em seu fecundo artigo a contínua proeminência do estado como "elemento constitutivo" do capitalismo global, mas também "a necessidade da esquerda de desenvolver uma estratégia internacional apropriada"[27]. Trata-se de um argumento forte, ainda mais quando contrastada com a política mais nebulosa e sem mediações da "multidão" que Hardt e Negri celebram como o único meio capaz de impor uma lógica humana ao capital. Autores como Bienefeld e Graf nos forçam a pensar mais claramente sobre quais mecanismos, além da teatralização da manifestação, seriam capazes de produzir, de maneira sustentável e prolongada, um poder real e efetivo para fazer frente ao capital global (e ao estado imperial americano). Dessa forma, Negri e Leys tampouco estão tão equivocados: também há um domínio dos ditames do capitalismo global que através da ação das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), da OMC e das agências internacionais de investimentos móveis e compradores compulsivos de dinheiro, não pode na verdade ser domesticado por nenhum estado do Terceiro Mundo, por mais progressista que seja, nem tampouco ser reduzida a ação dos estados ocidentais, por mais importantes que tais ações sejam no geral. O fato é que "Império" (o mundo da globalização capitalista) e "império" (o mundo do imperialismo ocidental) coexistem: estruturando, ainda que não da mesma maneira, tanto as circunstâncias que geral desigualdade global (este é o objetivo a ser mudado por parte da atividade progressista) como as distintas modalidades que promovem tal atividade (este é o modo mais promissor de "dar nome ao inimigo" e construir a luta contra ele). Neste sentido, evitar dicotomias enganosas é uma das questões centrais das que a "teoria do desenvolvimento" deveria se ocupar, ainda que caiamos na tendência real e não retórica de ligar o global e o nacional (sem mencionar "o local", ao que retornaremos depois) como espaços (*sites*) pertinentes de luta.

3. "Desenvolvimento" versus "antidesenvolvimento"

Teoria do desenvolvimento? Aqui confrontamos outra linguagem que se oferecia convencionalmente àqueles dispostos em lidar com tal questão: a linguagem do "desenvolvimento" (o mesmo que a dicotomia entre países "desenvolvidos" e "subdesenvolvidos", usualmente faz referência a noções totalmente diversas quanto à importância relativa do crescimento econômico, à melhora material da qualidade de vida das pessoas ou a definições mais amplas de realização humana). Dado que este termo despertou tanta fúria e polêmica tanto à esquerda quanto à direita do espectro político, merece nossa atenta consideração, especialmente levando em conta que graças a isto continua reinando a confusão.

Ainda que não sem precedentes históricos, o "projeto de desenvolvimento" foi um produto da época imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial. O mesmo apelava para "um universo intelectual e... uma comunidade moral" compartilhados ao mesmo tempo por ricos e pobres, e estava fundado na "convicção de que a mitigação da pobreza não ocorreria simplesmente por meio dos mecanismos auto-reguladores do crescimento econômico ou da transformação social, mas sim requeria uma intervenção em conjunto dos governos nacionais das nações ricas e pobres em coordenação com um corpo emergente de ajuda internacional e organizações desenvolvimentistas". Eminentemente modernista (e capitalista) em seus pressupostos, esta agenda desenvolvimentista (freqüentemente chamada como "teoria da modernização") para as "nações emergentes" era o gêmeo terceiro-mundista da agenda keynesiana, em ascensão nos centros capitalistas avançados. Por sua vez, os críticos deste modelo convencional não eram menos "modernistas" e desenvolvimentistas. Sob o termo "teoria da dependência", o grupo mais articulado destes críticos respondia que na verdade era a hierarquia existente entre países ricos e pobres o que justamente constituía o principal obstáculo estrutural para a realização de um desenlace positivo para os pobres do mundo. Havia também variantes dentro desta corrente, algumas tinham uma orientação mais reformista e outros uma mais revolucionária e abertamente socialista (ao longo de linhas tanto marxistas como populistas)[28]. Não obstante, o devir histórico logo demonstraria que o que unia a teoria da modernização com a teoria da dependência –o imperativo de transformar materialmente à vida das pessoas e à sabedoria de utilizar o estado como instrumento chave para facilitar tal transformação (seja por meio do capitalismo ou do socialismo)– era tão importante como o que as dividia.

No entanto, estas premissas compartilhadas logo seriam objeto dos ataques tanto da esquerda como da direita, um ataque simultâneo que deu lugar ao obscuro terreno em que hoje se encontra a teoria do desenvolvimento (pós-, neo-, anti-). Da direita veio a "contra-revolução"[29] neoli-

beral –ainda amplamente influente dentro dos círculos de poder– que ao aparecer se lançou tanto contra as teorias keynesianas capitalistas/desenvolvimentistas como contra qualquer teoria de esquerda. Este projeto "ultramodernizador" (como o batizaram Cooper e Packard) foi promulgado em nome da liberalização radical do mercado e da conseqüente promessa de que com apenas o ato de retirar o estado e os "desenvolvimentistas" do caminho, seriam obtidos resultados ótimos para todos. Enquanto isso, dos anos setenta em diante, a queda dos preços das matérias-primas e a elevação do preço do petróleo combinado com o novo regime americano de altas taxas de juros empurravam os países do Terceiro Mundo para um maior endividamento que os tornaria mais vulneráveis aos ditames externos. No marco triunfalista de Thatcher e Reagan, a nova ortodoxia da "liberdade" difundiu-se através das IFIs, gerando assim o chamado "Consenso de Washington" que se converteu no senso comum dominante da globalização capitalista, especialmente no Terceiro Mundo, até o final do século XX. Por "livre", não obstante, leia-se "livre-mercado", o qual também foi apresentado como a quintessência do tipo de "democracia" (melhor definida como "poliarquia" ou "democracia de baixa intensidade") que estes revolucionários capitalistas propunham. Certamente, outros tentaram substituir o discurso da "liberdade individual" dos defensores do livre mercado por um de fins mais humanos (por exemplo, Amartya Sen[30]). No entanto, para muitos dentro da esquerda, o que necessita ser reavaliado de modo mais urgente é a noção de coletividade social (noção que, por sua vez, dever ser libertada das conotações negativas e antidemocráticas que teve no passado).

A força revigorada do capital global e do estado norte-americano, como também da ideologia neoliberal que personifica seu projeto, colocou a esquerda desenvolvimentista na defensiva –também como o fracasso/derrota das alternativas socialistas como estratégias econômicas e veículos de auto-expressão democrática. Neste contexto, um ataque sobre as pretensões da teoria do desenvolvimento preexistente também pode ser encontrada na esquerda (definida em termos muito amplos), geralmente ligada às reivindicações do "pós-modernismo de oposição", o anarquismo e o ambientalismo, e questionando ao mesmo tempo as premissas "modernizantes", "ocidentalizantes" e antidemocráticas dessa ortodoxia. Este é o universo discursivo do "desenvolvimento fede", que entende o projeto de desenvolvimento como assustadoramente eurocêntrico e modernizante, e sua ênfase no crescimento e na participação em escala global como basicamente funcional aos interesses econômicos ocidentais[31]. Com este argumento, muitos céticos do desenvolvimento tenderam a sublinhar o modo com que as reivindicações das mulheres, dos oprimidos racialmente

e dos portadores de diversas culturas se diluíram nas grandes abstrações de desenvolvimentismo[32], como também o grau em que a integridade e o potencial de muitas iniciativas locais perderam especificidade em nome das grandes teorias, tirando-se assim o peso e poder de tantas outras lutas "contra-hegemônicas". Por sua vez, outros colocaram ênfase na forma em que a linguagem do desenvolvimento, com suas tendências produtivistas e sua arrogância ilustrada, tornaram opacas as preocupações ambientalistas que são de vital importância para a sobrevivência da humanidade como um todo.

No entanto, mesmo aceitando a necessidade de uma nova sensibilidade –a fim de superar a arbitrariedade das ONGs e daquelas agências ocidentalistas e, por exemplo, poder fundamentar melhor nosso entendimento das desigualdades globais dentro do marco da diversidade de demandas de distintas localidades, culturas e identidades– não é necessário abandonar toda a visão do "desenvolvimento". Sutcliffe, por exemplo, foi muito convincente com relação à necessidade de unir as preocupações ambientalistas com um agudo sentido dos problemas da desigualdade global: "O conflito entre os pobres de hoje e os que ainda não nasceram é tão extremo que a possibilidade de reduzir o impacto ambiental negativo que produzem os ricos de hoje não é nem sequer contemplada... Portanto, o desenvolvimento humano corre o risco de tornar-se insustentável a menos que haja a redistribuição; e o desenvolvimento sustentável corre o perigo de se tornar anti-humano a menos que seja acompanhado pela redistribuição"[33]. Mas esta perspectiva, por sua vez, levou Sutcliffe mais longe em favor da possibilidade de vislumbrar (ainda que com prudência e não apologeticamente) um desenvolvimentismo de esquerda. Em seus próprios termos,

> A crítica com relação ao modelo padrão de desenvolvimento é em alguns momentos absoluta demais. Devido a seu antigo destino, o qual é experimentado diariamente no Ocidente, tornou-se tão pouco satisfatória, há toda uma tendência de rejeitar os aspectos deste modelo em sua totalidade. Junto com o consumismo se depreciam a ciência, a tecnologia, a urbanização, a medicina moderna e assim por diante. Às vezes, inclusive, apresenta-se junto de um pós-desenvolvimentismo nostálgico e conservador. Em todo projeto existe o perigo de perder o bebê com a água do banho. Neste caso, o bebê são as condições materiais, econômicas e produtivas em que qualquer utopia se pode, citando as sugestivas palavras de Vincent Tucker, imaginar negociar democraticamente entre os habitantes da terra... Um modo de reformular todas estas preocupações seria afirmar que, na prática, o desenvolvimento e a globalização experimentam-se em condições profundamente díspares de bem-estar e poder tanto entre nações (imperialismo) como entre classes

> e sexos (exploração capitalista de classe e patriarcado). É necessário então distinguir quais dos aspectos rejeitados do desenvolvimento e da globalização são inerentes a tais conceitos e quais surgem devido às circunstâncias desiguais em que os experimentamos. Se os rejeitamos completamente pela forma em que se manifestam, estaremos sempre lutando contra o inimigo errado[34].

Esta é uma posição que, de acordo com minha experiência, ressoa em muitos ativistas da justiça social no Sul e em teóricos como Cooper e Packard para quem "a maravilhosa ambigüidade do termo desenvolvimento" sugere que "o que em determinado nível parece um discurso de controle, em outro é um discurso de autorização, um modo de capturar o imaginário público nacional relacionado às demandas de igualdade e decência"[35]. De maneira similar, Frans Schuurman, que diz ser "particularmente não muito sensível às críticas postuladas pelo pós-modernismo contra o conceito de emancipação pelo simples fato de ser uma noção do Iluminismo", argumentou que "uma noção universal, mesmo contextualizada, de justiça ainda é muito mais atrativa para reivindicar os estudos de desenvolvimento como um âmbito normativo e politicamente progressista que qualquer tentativa pós-moderna nessa direção":

> A essência mesma dos estudos de desenvolvimento é a preocupação normativa pelos povos pobres, explorados e marginalizados do Sul. Neste sentido, é a *desigualdade* mais que a *diversidade* ou a *diferença* a que deveria constituir a coordenada central dos estudos de desenvolvimento: desigualdade de acesso ao poder, aos recursos, à existência humana –em resumo, desigualdade de emancipação. Sem deixar lugar à dúvida, há uma diversidade de formas, experiências e estratégias para cobrir a desigualdade que merece fazer parte integralmente do âmbito dos estudos de desenvolvimento. Tampouco cabem dúvidas de que a globalização vai trazer novas formas de desigualdade e novas formas de resistência. Não obstante, é a desigualdade como tal que deveria constituir a categoria explicativa central dos estudos de desenvolvimento[36].

Somente precisamos completar esta visão com a perspectiva mais explicitamente anticapitalista de Leys –reticulada na conclusão de seu impressionante estudo sobre o estado atual da teorização sobre o desenvolvimento citado anteriormente– a fim de refundar um desenvolvimentismo de esquerda revolucionário mais promissor. Como ele argumenta, devemos "reavivar a teoria do desenvolvimento, não como um ramo das ciências sociais orientada para as políticas públicas que se situam dentro dos parâmetros de uma ordem capitalista não questionada, mas como um árbitro de questionamento de tal ordem". Além do mais, continua, "se, como temo, não parece haver muita

margem para que ocorra uma mudança –especialmente nos países pequenos e terrivelmente subdesenvolvidos– se não é através de uma subordinação radical do capital ao controle democrático, a teoria do desenvolvimento... deverá ocupar-se disto e dos agentes capazes de realizá-lo"[37].

II. RESOLUÇÕES

1. As variantes limitadas de "reforma"

"Uma subordinação radical [do capital] ao controle democrático": isto pode ser entendido como um chamado à revolução socialista, um tema ao que retornaremos na conclusão. No entanto, devemos notar que ficou evidente para todo o mundo, inclusive para aqueles que vêem favoravelmente o capitalismo como um sistema aceitável e defensível, que sua articulação neoliberal não funciona tão bem como se esperava, especialmente para os mais pobres. O terreno da "reforma" global proposta para este sistema foi incisivamente examinado por Patrick Bond em vários de seus artigos[38]. Em resumo, simplesmente farei referência a três respostas "reformistas" que diferem entre si, mas que possuem particular ressonância global. O primeiro grupo têm a ver com o mal-estar social (o "caos sistêmico" de Arrighi) que este sistema falido produziu na "periferia" –os fundamentalismos e xenofobias, o caos interno e eventualmente ditadores imprevisíveis–, o qual tem uma tendência a redefinir os problemas resultantes principalmente em termos de "interesses de segurança" (especialmente os interesses de segurança do estado estadunidense). É óbvio que os que estão situados dentro desta perspectiva não vêem o problema como um fracasso do sistema capitalista. Pelo contrário, os partidários desta doutrina neoconservadora de segurança (como o exemplifica a equipe atual de Bush) são na verdade fiéis devotos das virtudes do capitalismo; seus vínculos com seus setores do capital associados ao petróleo, o exército e a construção são bem conhecidos.

Além disso, quando seus próprios intelectuais conceituam o império dentro da linguagem da segurança, fazem invariavelmente uma referência cordial às virtudes da "globalização" –assumindo com isto que a economia capitalista global, enquanto categoria residual, antes de tudo distribui com benevolência, e que sua generosidade poderia muito bem se realizar plenamente se as irracionalidades da política do Terceiro Mundo fossem tiradas do caminho. Para eles, são as pessoas do Sul que fizeram fracassar o capitalismo e não o inverso. Às vezes, esta leitura é entendida em termos quase racistas, como na aclamada obra de Robert Kaplan[39]. No entanto, qualquer que seja o argumento, a necessidade de impor ordem é o essencial, e a projeção desta tarefa geralmente alcança proporções impressionantes. Desta maneira, para o conselheiro de segurança dos EUA, Thomas Barnett, "desconectar-se

[da globalização] define uma situação de perigo: o regime globalizado, suas regras, normas e todos aqueles laços que unem os países em mútua dependência". Em resumo, o perigo está na "Brecha de não Integração" (*Non-Integrating Gap*), em toda essa parte do mundo que está fora do "centro" e que simplesmente "não está funcionando"[40] –e por isso a guerra contra esses países não apenas é necessária e inevitável, mas também um bem desejável". Em termos gerais, afirma Barnett,

> Há uma regra de segurança básica: o potencial de um país que justifique a resposta militar dos EUA é inversamente proporcional a sua conexão com a globalização... Sempre é possível cair do trem da chamada globalização. Se cais, vem o derramamento de sangue. Se tens sorte, também virão as tropas norte-americanas.

Deve-se levar em conta, contudo, que não seria muito prudente ver as atitudes que tomam estes pró-cônsules e ideólogos do "império" como emulações diretas da lógica do capital. *Raison d'etat* e moral religiosa são elementos importantes, e por si próprios ajudam a compreender que o tipo de globalização defendido por Bush e seus sequazes –neoliberalismo selvagem– vem, em boa medida, do cano de uma arma.

Um segundo grupo de "reformadores", que poderíamos descrever como habitantes do "Império" mundial mais que do "império" (ainda que suas políticas também sejam muito influenciadas pelas pressões do estado norte-americano e pelos interesses que estão por trás dele), são mais corretos e menos tendentes a usar a força abertamente. Na prática, certamente, têm estado igualmente preocupados em remover a mínima tendência de corrupção nos estados do Terceiro Mundo que pudesse introduzir desvios e formas rentistas (*rent-seeking*) no mercado. No entanto, para eles –da mesma forma que para os setores financeiros, industriais e tecnológicos do capital que estão menos contentes com as políticas duras do império– a disciplina funcional do capital deve fluir principalmente da "mão invisível" do mercado (obviamente, um sistema de poder bastante efetivo por si próprio). Muito foi alcançado com o distanciamento das IFIs com relação às formas mais extremas do messianismo de livre mercado, ainda que mais por parte do Banco Mundial que do FMI e da OMC. E pode-se efetivamente rastrear a importância crescente de certas aquisições não econômicas no discurso escolhido pelo Banco Mundial como "alívio da pobreza", "*empowerment* local", "capital social"[41] e "boa governança" (este último conceito, por exemplo, busca invocar as virtudes de um "estado capacitado" mais eficientemente para promover a atividade capitalista)[42]. Esta bateria de notas de rodapé do neoliberalismo é muito atrativa para alguns, especialmente dentro do mundo das ONGs tanto

do Norte como do Sul. Contudo, definitivamente, estas notas de rodapé contribuem muito pouco para explicar o grau em que as IFIs, ainda baseadas no "Consenso de Washington, continuam vendo o desenvolvimento no Terceiro Mundo como condicional ao pagamento da divida, à adoção de "vantagens comparativas" como fornecedores de produtos primários e uma gama limitada de produtos industriais, assim como também ao fato de abrir-se o mais atrativamente possível ao investimento estrangeiro.

Nesse caso, que diferença há entre Bush e o Banco Mundial se, de modo definitivo, nenhum possui uma visão voltada a produzir um capitalismo menos parasitário, ou mais positivamente transformador das condições materiais da vasta maioria da população do Sul? Dentro do campo do "Império" há, no entanto, um terceiro grupo que promove uma perspectiva mais factível de reformas, e que tal como as ofertas edulcoradas do Banco Mundial estão primariamente formuladas em termos mais economicistas que em termos de segurança. Não é que este grupo seja indiferente às irracionalidades políticas que hoje cercam o mundo falido do capitalismo ou o aprofundamento da pobreza global. Mas estão mais preocupados com as contradições do processo de acumulação capitalista que o Consenso de Washington (esteja ele vestido em equipamentos militares ou em trajes de negócios) hoje ameaça exacerbar. Os membros deste grupo se perguntam em voz alta se as políticas provenientes de tal consenso são realmente capazes de maximizar a tendência do sistema a constituir-se como o motor de transformação da reprodução ampliada (e, no largo prazo, ainda mais rentável). Da esquerda, Robert Biel argumentou que o problema está centrado na tensão existente entre os lucros de curto prazo e "as condições de longo prazo –a reprodução social e econômica do trabalho". Portanto, o fato de que da década de setenta em diante os protagonistas do neoliberalismo usaram estrategicamente a "dívida" como mecanismo de ruptura das resistências no Sul para poder assim ajustar essas regiões às demandas do novo sistema de acumulação, deixa em aberto uma pergunta: [os programas de ajuste estrutural] podem ter sido efetivos em destruir o velho, mas isto não implicou necessariamente que se gerassem as bases estruturais para uma auto-reprodução estável dentro dos marcos do regime atual de acumulação"[43]. O que é chave aqui é a virtual impossibilidade do sistema atual –hoje mais do que nunca veiculado pela atividade especulativa dos proprietários do capital financeiro mais do que pelo "investimento produtivo"– de atuar "racionalmente" no nível agregado.

Dentro do mundo atual, nosso terceiro grupo expressa interesses similares com relação ao estado atual das coisas. Um exemplo é o gênio da especulação global da moeda, George Soros[44], como também Paul Krugman,

que advertiu sobre a atual proeminência de uma "economia da depressão" (*depression economics*), na qual precisamente por razões ideológicas (leia-se: neoliberais) foram descartados os meios necessários para planejar mundialmente as intervenções criteriosas dos mercados financeiros e outras esferas que facilitariam a reprodução ampliada[45]. Também podem ser escutadas de vez em quando vozes de advertência dentro das próprias IFIs com relação ao futuro obscuro das economias mais pobres ante tanta pressão e especulação de mercado. Neste sentido, foram muito significativas as leituras de Joseph Stiglitz[46]. Ravi Kanbyr e Dani Rodrik (ainda que também devamos prestar atenção para a rapidez com que estas figuras foram deixadas de lado uma vez que foram marcadas com a letra escarlate de dissidentes). No entanto, mesmo se aceitássemos por um momento o potencial abstrato destes modelos de capitalismo disciplinado que defendem tais pensadores, seria necessário perguntar quais as probabilidades reais de que esta invocação ao quase keynesianismo seja efetivamente considerada. Suspeita-se que não muitas. Porque não parece haver muitas perspectivas de que se desenvolvam mecanismos políticos capazes de impor (em teoria) a lógica expansiva do capital sobre as atividades principalmente destrutivas (do ponto de vista do pobre) dos múltiplos capitalistas no mundo real da competição. De fato, no futuro previsível, a realização de qualquer forma de "keynesianismo global" parece muito mais utópica que a globalização realmente existente da mais ínfima aspiração socialista: como disse uma vez Przeworski, o capitalismo atual é profundamente "irracional"[47].

Por sua vez, obviamente, as elites do Terceiro Mundo operam com as margens destas divisões intra-establishment, mantendo "o exemplo do Sul" a fim de obter algum grau de perdão de suas dívidas, invocando o Norte a respeitar seus próprios princípios de "livre mercado" (ironicamente, as barreiras tarifárias neste último são geralmente concebidas para frear e não para incentivar a entrada de produtos do Terceiro Mundo) e tratando de incentivar uma ainda menos provável transformação econômica baseada em mais investimento estrangeiro direto. A resposta da OMC na cúpula de Doha em 2001 ou na do G-8 em Evian, França, em 2003, por exemplo, foi escassa inclusive para os esforços de reforma mais moderados do Terceiro Mundo. Também o foram outras questões como o apoio simbólico do Norte às Iniciativas dos Países Pobres Fortemente Endividados. E, no entanto, além desse recorde, iniciativas capitalistas como a da Nova Associação Africana para o Desenvolvimento Africano (NAADA) realizadas por líderes africanos como Thabo Mbeki (além das objeções de vários de seus compatriotas dentro da "sociedade civil") continuam no auge[48].

É certo que habitualmente o progressismo moderado de programas como o NAADA se parecem mais com estratagemas que disfarçam a incorporação

de tais elites (e seus próprios interesses de classe) dentro do "círculo interno" da hierarquia social de Hoogvelt em vez de representar uma tentativa real de satisfazer as necessidades das massas populares dos países prejudicados. De todos os modos, muitos teóricos e agências de desenvolvimento se alinharam com esperança atrás de tais iniciativas e elites (um exemplo é a virada à direta da OXFAM-Internacional). Com certo ar de *realismo*, estas agências buscam alcançar um arranjo melhor para a região global do Sul dentro do que, ao que parece, se converteu na única via possível. Nesse caso, uma sinistra e pouco promissora eleição para fazer.

2. Os desafios da "revolução"

Em resumo, não há nenhuma evidência que indique que o sistema capitalista global possa ou vá ser reformado com a finalidade de corrigir a expansão crescente da desigualdade global ou permitir o mais ínfimo desenvolvimento significativo para a grande maioria da população mundial: muito pelo contrário, parece estar destinado por muito tempo a produzir lucros apenas para uns poucos, junto com uma pobreza lacerante para o resto. Tampouco há algo inevitável sobre o declínio deste sistema. De fato, na medida em que se multiplicam os sintomas mórbidos de seu poder desenfreado (os que se manifestam, por exemplo, em várias formas de fundamentalismos e xenofobias no Sul), é analiticamente mais provável ver no futuro previsível um desenlace de capitalismo com barbárie que de socialismo com desenvolvimento ao redor do mundo. Considerando isso, é tarefa da esquerda facilitar a compreensão deste lamentável trânsito que ocorreu no mundo sob a égide do capitalismo e convertê-lo num elemento de sentido comum popular tanto quanto seja possível. E também devemos nos perguntar que tipo de contrapoderes poderiam ainda manter na agenda as lutas para transformar o sistema existente do capitalismo virulento.

Talvez possamos extrair alguns delineamentos dos escritos de Robert Biel, cujo ponto de partida nesta questão está próximo do meu[49]. Sua premissa central é compreender o sistema global atual como uma busca deliberada por estabelecer no Terceiro Mundo o imperativo da acumulação do capital sobre a base de um domínio sem mediações do capital global. De acordo com o autor, trata-se de um sistema em que as políticas se reduzem "à questão de 'adaptar' um país do Sul ao sistema global criando as condições locais necessárias (por exemplo, reduzindo a interferência dos burocratas locais) para que o capital se desloque sem obstáculos"[50]. Para Biel, no entanto, este sistema novo criou ao mesmo tempo um problema fundamental para "o Norte" ao colocar a legitimidade dos estados do Terceiro Mundo sob tanta pressão: "A 'economia nacional' é um dos melhores incentivos do capitalismo para exercer o controle social e as

novas formas de domínio que eu caracterizo como 'pós-neo-coloniais' são, portanto, muito arriscadas". Continuando, o autor elabora mais extensamente esta questão,

> A nova visão pode parecer viável para as elites na medida em que apresenta o Norte e o Sul unidos por um modelo econômico único de livre mercado (em contraposição com a divisão do regime de pós-guerra entre Norte keynesiano e um Sul desenvolvimentista). Mas, na verdade, o livre mercado é a expressão de relações de poder profundamente desiguais, e a conseqüência prática de tudo isto é muito óbvia para as massas: para dar apenas um exemplo, [o livre mercado] leva a um virtual monopólio do Norte sobre o consumo massivo[51].

"Demasiado óbvio para as massas": oxalá as coisas fossem assim tão simples. Tampouco lhes escapa muito, considerando o alto nível de oposição e mobilização mundial.

Nas seções prévias deste artigo, e em outra literatura pertinente citada anteriormente, aparecem alguns indícios com relação à natureza específica desta oposição[52]. Aqui me limitarei simplesmente a sugerir algumas das questões mais urgentes relacionadas com o espaço, a agência e o imaginário dentro das que se pode definir e promover uma resistência radical e efetiva ao capitalismo. No que se refere ao *espaço* (global, nacional, local) mais apropriado de luta, por exemplo, já discutimos algumas das tensões aparentemente inevitáveis entre o global e o nacional, especialmente no Terceiro Mundo. Atualmente, no entanto, a ênfase é um pouco diferente. O *slogan* liberal de esquerda "Pense globalmente, atue localmente" demonstrou ser bastante atrativo para aqueles que buscam desafiar mais radicalmente o sistema global. Suas lutas se definem em termos locais contra as formas mais imediatas de depredação por parte das companhias globais, dos estados imperiais e seus intermediários locais –por exemplo, contra a exploração e as violações ambientais mais ferozes: o levantamento zapatista; a resistência dos Ogoni no delta do Níger contra a Shell–, as quais capturaram boa parte do imaginário radical dos últimos anos[53].

Foi dito que tais ações –nos termos de David Harvey, "particularismos militantes"– constituem as bases das afirmações globais mais efetivas. No entanto, mesmo se fosse este o caso, não é menos certo que a ênfase nas virtudes do local também foi uma marca registrada do Banco Mundial e cia. como parte de sua agenda altamente suspeita contra o estado. Ao mesmo tempo, os interesses localistas podem às vezes servir tanto a versões extremas de antidesenvolvimentismo de esquerda como minar formas de ação anticapitalistas potencialmente hegemônicas por ter uma escala maior no nível

local. Uma vez mais, devemos evitar as falsas dicotomias e refletir sobre as formas mais efetivas de ligar as ações locais com os projetos nacionais. Nesta última questão, o líder ativista do movimento social da África do Sul, Trevor Ngwane, por exemplo, poderia muito bem estar citando Bienefeld, Graf ou Panitch quando com base em sua própria experiência, afirma que:

> ... a questão do poder político é crucial. Alguns atacam a idéia de tomar o poder estatal –o argumento de que a globalização minava o papel do estado-nação converteu-se em uma desculpa para não lutar contra suas próprias burguesias. Mas nós, na África do Sul, não podemos enfrentar Mbeki e o Congresso Nacional Africano (ANC). Os ativistas norte-americanos não podem confrontar Bush. A liderança do Congresso dos Sindicatos Sul-africanos (COSATU), o Partido Comunista (SACP), contenta-se com lutar contra o imperialismo em qualquer lado menos em casa. É bom se mobilizar contra as cúpulas de Seattle, Gênova ou Doha, mas temos sérios problemas para perseguir a elite global ao redor do mundo –não é algo que a gente pobre possa fazer... O ponto, então, é que temos que construir da posição onde estamos[54].

E além do próprio estado-nação há outras esferas sub-globais, potencialmente viáveis para a ação progressista, onde se concentram resistências de escala regional (por exemplo, o Fórum Social Africano e outras organizações paralelas na Ásia) ou inclusive ao longo de todo o Sul.

Em relação à questão da *agência*, aqueles que dramatizaram mais a natureza estritamente globalizadora do momento capitalista atual são ao mesmo tempo os que estiveram mais inclinados em ressaltar exclusivamente a pura diversidade de resistências –Castells de maneira muito eclética e pouco sistemática, e Hardt e Negri em termos de uma inovação poética ao despertar da força da "multidão". Outros encaram a questão mais sobriamente e enfocam igualmente o amplo espectro em que identidades (em termos de raça, gênero, etnonacionalismo e religião) e localidades são afetadas negativamente pela desigualdade global, ao mesmo tempo que são capazes de enfrentá-la na medida em que se chocam sob a forma de exploração, exclusão e mercantilização das necessidades básicas. Costuma-se dizer que esta humilhante diversidade de situações se expressa efetivamente em uma rica diversidade de "movimentos sociais", os quais compõem o que Naomi Klein denominou como "movimento de movimentos": um ator coletivo difuso que apareceu em Porto Alegre e Seattle, concentrando reivindicações mais globais em torno da água, saúde, e endividamento e coisas neste estilo[55]. Sem dúvida há algo interessante sobre isto e, como apontei em outra parte, os marxistas e os socialistas teriam

que prestar muito mais atenção da que geralmente prestam às vozes da diversidade e das definições locais de necessidades, formas de ação e integridade cultural[56].

No entanto, por outro lado, a celebração da diversidade e da espontaneidade (a revolta não apenas contra a opressão, mas também contra as práticas políticas antidemocráticas que deixaram a esquerda e vários "socialismos do Terceiro Mundo")[57] não deveria enclausurar a necessidade de adotar um nível maior de organização efetiva e claridade ideológica na hora de enfrentar um sistema tão poderoso –especialmente quando tal sistema conta em todos os seus níveis (local, nacional e global), quando lhe é necessário, com estados poderosos que reforçam as irracionalidades do mercado. Portanto, é importante resgatar o argumento de Leys sobre o necessário surgimento de projetos "unificados" e hegemônicos, *qua* agentes:

> À primeira vista, trata-se necessariamente de uma multiplicidade de projetos, [representando] as aspirações de distintos grupos, movimentos e pessoas em diferentes setores, nações e regiões. Não obstante, a menos que estes se unam para enfrentar o poder político e econômico dos estados e das transnacionais, em última instância, vão fracassar... Como mínimo, necessitam-se movimentos amplamente nacionais e/ou partidos capazes de exercer poder estatal que se façam sentir nas instituições supranacionais[58].

Tanta ênfase na diversidade tampouco deveria tornar opaca a importância crucial que têm a análise de classe, atual e potencial[59], destas agências, dado o papel chave que os operários do Sul e seus sindicatos tiveram ao manter vigentes as questões anticapitalistas e antiimperialistas dentro da confusa mescla de resistências globais[60]. Mas também deveríamos evitar cair no abuso de categorias marxistas que incorporam os desempregados e marginalizados do Sul dentro do conceito de "exército de reserva" com o fim de preservar a hipótese da "revolução proletária" e os movimentos emergentes de vocação necessariamente socialista. Como já assinalamos, tais populações resistem com uma variada gama de identidades e reivindicações (inclusive os que, movidos pelo desespero e pela falta de alternativas mais progressistas, tendem a mobilizar o fundamentalismo mais autodestrutivo e ideologias xenófobas). De todo modo, alguma forma de consciência de classe na maioria da população do Sul pode ser encontrada ainda na definição expansiva de classe que Post e Wright defendiam uns anos atrás:

> O funcionamento do capitalismo em algumas zonas periféricas não apenas prepara para a revolução socialista uma minoria operária, mas também os camponeses e outras classes trabalhadoras, as mulheres, os jovens e outras

> minorias, inclusive quando a manifestação política destas forças não tome no início a forma de um movimento socialista. No caso daqueles que *não* são assalariados (a classe tradicionalmente associada a essa ordem), como o capitalismo permeou tanto as relações sociais que determinam sua existência –inclusive se não seguiram o padrão de "libertação" da força de trabalho da Europa ocidental– sua única salvação será libertar-se deste... A necessidade objetiva do socialismo para estes setores não é menor que a do operário preso na fábrica e disciplinado pela chibata do desemprego... Encontrar outro caminho se converteu... em uma necessidade urgente se a alternativa do contínuo e crescente barbarismo deve ser evitada[61].

No entanto, deve-se notar que o tipo de "consciência de classe" que se deduz deste parágrafo é algo que deve ser conquistado politicamente e não simplesmente assumido.

E o que há, finalmente, do "imaginário" e dos termos em que as lutas em marcha podem ser melhor concebidas e defendidas? A ênfase nas "forças díspares" e nos "particularismos múltiplos", a partir de onde se constróem cada vez mais lutas radicais, colocou a questão da "democracia" na agenda da esquerda contemporânea. Com isto, geralmente busca-se deliberadamente sublinhar o contraste com as práticas do passado, arraigadas ostensivamente nos partidos da classe operária e nos movimentos revolucionários nacionais. Além disso, o imaginário democrático pode ser especialmente atrativo para todos aqueles que devem confrontar, como é o caso no Terceiro Mundo, a realidade imediata da opressão autoritária do estado (sem mencionar a falta de transparência da maioria das instituições globais cujas decisões têm um impacto tão marcado no destino das pessoas). O imaginário democrático é, então, uma linguagem de *empowerment* potencial que vale bem a pena retirar de todos aqueles que, especialmente no Norte, manipulam-no sem escrúpulos. Ao mesmo tempo, creio que deve ter forte resistência qualquer tentação por parte da esquerda de desenvolver seu projeto de resistência à opressão exclusivamente nesses termos –no estilo da "democracia radical" de Laclau[62]. Porque, por mais importante que essa ênfase possa ser, e por mais receptivo à diversidade que qualquer movimento de mudança radical deva ser, um projeto definido apenas em termos de reivindicações democráticas (por mais radicais que estas sejam) é arriscado: promove um ecletismo difuso e torna difusos os objetivos de luta contra o capitalismo, a exploração global e a mercantilização, e o assalto imperialista militar e cultural que, como sabemos, é fundamental para a desigualdade global e o subdesenvolvimento. Além da democracia, "nomear o inimigo", no mínimo, em termos firmemente anticapitalistas, oferece um imaginário que é preciso e está em muitos

casos, implícito ou explícito, em muitas das práticas do Sul. Tem, por sua vez, o potencial de poder abarcar um número crescente de movimentos que se consolidam em sua luta contra a mercantilização, a exploração e a exclusão, e operam simultaneamente em vários lugares e escalas: "Para todos menos para um punhado, o capitalismo fracassou. Para o resto de nós, o anticapitalismo é nossa única esperança"[63].

No entanto, o que pode significar isto em termos mais positivos tanto como uma visão quanto como uma promessa? Alguns apontaram a necessidade de combinar o "anticapitalismo" com uma demanda militante de "justiça social"[64] por exemplo. Para concluir, sugeriria um imaginário socialista –seja como ponto de referência crível para as lutas contra a globalização capitalista e o império ou como prática emancipatória possível que promova demandas do Sul contra a desigualdade e por um desenvolvimento genuíno. O que é certo é que a proeminência que alguma vez teve este projeto foi desvalorizada aos olhos de muitos pela debilidade interna que demonstrou e as derrotas e/ou fracassos que sofreu nas últimas décadas. Nesse sentido, seria pouco prudente para os radicais no Sul (de fato, em qualquer parte) recusarem-se a adotar como guia para o futuro a promessa daquilo que Greg Albo denominara "socialismo realista" –um projeto que, em sua discussão sobre os parâmetros atuais e as perspectivas futuras da economia política global, o autor contrastou eficazmente com as demandas do que chama de "capitalismo utópico"[65]. É óbvio que o programa deste "socialismo realista" não seria desenvolvido instantaneamente à maneira de um "big-bang" revolucionário, como usualmente se acredita retórica e abstratamente na esquerda[66]. Terá de ser especificado –global, nacional e localmente– não em termos de um esboço já existente, mas pelas forças sociais que se mobilizam e lutam para instalar demandas mais progressistas dentro da agenda. E, é claro, isto não acontecerá até que uma maior quantidade de pessoas, tanto no Sul quanto no Norte, leve em consideração que a atual ordem global dominada pelo mercado –conduzida por "uma classe minoritária que extrai sua riqueza e poder de uma forma específica de produção– é (nos termos de Albo) "contingente, desequilibrada, exploradora e substituível". Não obstante, a premissa geral de Albo –que um desenlace positivo "somente pode ser realizado rearticulando local e nacionalmente as relações de produção e o capital financeiro em espaços econômicos organizados democraticamente sobre a base da solidariedade internacional e fóruns de cooperação democrática"[67]– parece-nos um ponto de partida necessário.

NOTAS

1 Ainda que nos livros de história mais canônicos não se tenha dado a este processo a proeminência que lhe corresponde, ele foi eficazmente aproveitado por destacados historiadores ocidentais que convenientemente souberam dar a seus livros toda uma variedade de títulos irônicos. Veja Eric Wolf, *Europe and the People without History*, Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1982; V.G. Kiernan, *The Lords of Human Kind: Yellow Man, Black Man and White Man in the Age of Empire*, Boston: Little Brown, 1969; Sven Lindqvist, *"Exterminate all the Brutes"*, New York: The New Press, 1998; Richard Drinnon, *Facing West: The Metaphysics of Indian-Hating and Empire-Building*, New York: New American Library, 1980. Obviamente, isto também foi feito por acadêmicos do "Terceiro Mundo" (que tendem a ter um dom similar de ir direto ao ponto na hora de intitular): Chinweizu, *The West and the Rest of Us*, New York: Vintage Books, 1975; Walter Rodney, *How Europe Underdeveloped Africa*, London: Bogle-L'Ouverture, 1972; Eduardo Galeano, *The Open Veins of Latin America: Five Centuries of the Pillage of a Continent*, New York: Monthly Review Press, 1973 [edição em espanhol: *Las venas abiertas de América Latina*, Buenos Aires: Catálogo, 2002]; e Edward Said, *Orientalism*, New York: Pantheon Books, 1978; há também, mais recentemente, Sophie Bessis, *Western Supremacy: Triumph of an Idea?*, London: Zed Books, 2003. Infelizmente, esta tendência corre o risco de ser apropriada e reciclada a fim de racionalizar o impulso próprio dos EUA para consolidar sua legitimidade. Um exemplo particularmente lamentável é o livro de Niall Ferguson's *Empire: The Rise and Demise of the British World Order and the Lessons for Global Power*, London: Allen Lane, 2002, associado a uma bem-sucedida série de televisão.

2 Joseph E. Stiglitz, *Globalization and its Discontents*, New York: W.W. Norton, 2002, p. 5.

3 Do relatório da OMC de 1999, *Trade, Income Policy and Poverty*, apud. David McNally, *Another World Is Possible: Globalization and Anti-capitalism*, Winnipeg: Arbeiter Ring, 2002, p. 92.

4 "Três homens possuem mais do que possuem 48 países", *Mail and Guardian* (Johanesburgo) 23/09/1998, informando sobre o Relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, o qual diz: "Estima-se que o custo adicional de alcançar e manter o acesso universal à educação básica para todos, à saúde básica para todos, à saúde reprodutiva para todas as mulheres, alimentação adequada, água potável e condições sanitárias para todos, é de aproximadamente US$ 40 bilhões ao ano. Isto é menos que 4% da riqueza combinada das 225 pessoas mais ricas do mundo".

5 Para revisões literárias, veja "Afterword" (intitulado "Sustaining global apartheid" em Patrick Bond, *Against Global Apartheid: South Africa Meets the World Bank, IMF and International Finance,* Second Edition, London: Zed Press, 2003, Peter Waterman, "The Global Justice and Solidarity Movement" (manuscrito: no prelo) e para uma gama de diversos exemplos de lutas concretas, McNally, *Another World* e Philip McMichael, *Development and Social Change: A Global Perspective*, Second Edition, Thousand Oaks: Pine Forge Press, 2000, especialmente cap. 7, "The Globalization Project and its Counter-Movements". Veja também Stephen Gill, *Power and Resistance in the New World Order*, New York: Palgrave Macmillan, 2003.

6 Ankie Hoogvelt, *Globalization and the Post-Colonial World: The New Political Economy of Development*, Second Edition, London: Palgrave, 2001, p. xiv.

7 Beverley J. Silver e Giovanni Arrighi, "Workers North and South", em *Socialist Register 2001*, London: Merlin Press, 2000, pp. 56-7.

8 Giovanni Arrighi, "World Income Inequalities and the Future of Socialism", *New Left Review*, 189, 1991.

9 Giovanni Arrighi, Beverley J. Silver e Benjamin D. Brewer, "Industrial Convergence, Globalization and the Persistence of the North-South Divide", *Studies in Comparative International Development*, 38(1), 2003; o mesmo número dessa revista inclui um debate entre Alice Amsden com os autores deste que serve, ao meu ver, para reforçar o último caso.

10 Arrighi, "World Income Inequalities", p. 65.

11 Arrighi, Silver e Brewer, "Industrial Convergence", p. 26; uma quebra similar, mesmo que não marcada em um período de tempo tão extenso, separa o prognóstico de Arrighi sobre a África na década de sessenta, quando afirmava que "a construção socialista é um meio necessário para o desenvolvimento na África" (em Giovanni Arrighi e John S. Saul, *Essays on the Political Economy of Africa*, New York: Monthly Review Press, 1973) e as possibilidades muito mais limitadas de transformação no continente que Arrighi concebe atualmente em seu "The African Crisis", *New Left Review*, 15 , 2002.

12 Veja o importante texto de Brian S. Smith, *Understanding Third World Politics*, Bloomington: Indiana University Press, 1996, cap. 1, "The Idea of the "Third World""; John Toye, *Dilemmas of Development: Reflections on the Counter-Revolution in Development Economics*, Second Edition, Oxford: Blackwell, 1993, cap. 1, "Is the Third World Still There?"; e Fred Cooper e Randall Packer, eds., *International Development and the Social Scientists*, Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1997, "Introdução".

13 Manuel Castells, *The Information Age: Economy, Society and Culture*, em três volumes, Malden e Oxford: Blackwell, 1996, 1997, 1998.
14 Michael Hardt e Antonio Negri, *Empire*, Cambridge: Harvard University Press, 2000.
15 Leslie Sklair, *The Transnational Capitalist Class*, Oxford: Blackwell, 2001.
16 Gary Teeple, *Globalization and the Decline of Social Reform*, Aurora: Garamond Press, 2000.
17 James Petras e Henry Veltmeyer, *Globalization Unmasked: Imperialism in the 21st Century*, Halifax: Fernwood Books, 2001.
18 Leo Panitch, "Globalisation and the State", *Socialist Register 1994*, London: Merlin Press, 1994, p. 63, e muitos de seus escritos subseqüentes.
19 Paul Hirst e Grahame Thompson, *Globalization in Question*, London: Polity Press, 1996, p. 189.
20 Colin Leys, *The Rise and Fall of Development Theory*, London: James Currey, 1996, p. 23.
21 Colin Leys, "Africa's Tragedy", *New Left Review*, 204, 1994, p. 46.
22 O trabalho mais sintomático nessa linha foi escrito por Peter Evans, como, por exemplo, seu *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*, Princeton: Princeton University Press, 1995, e outros numerosos artigos.
23 William Graf, "The State in the Third World", *Socialist Register 1995*, London: Merlin Press, 1995, p. 159.
24 David Plank, "Aid, Debt and the End of Sovereignty: Mozambique and Its Donors", *Journal of Modern African Studies*, 31(3), 1993.
25 Manfred Bienefeld, "Nation State in the Dog Days of the Twentieth Century", *Socialist Register 1994*, London: Merlin Press, 1994, pp. 122-3.
26 Graf, "The State in the Third World", p. 159.
27 Panitch, "Globalisation and the State", p. 63.
28 Havia também outros teóricos marxistas do "subdesenvolvimento", obviamente, alguns deles escolheram ver –em termos clássicos– um processo de desenvolvimento capitalista global como a condição necessária para produzir lutas de base proletária genuínas no longo prazo (Bill Warren's "Chicago Marxism", é, como disse Fred Bienefeld um ponto de referência central nessa discussão).
29 Esta "contra-revolução" (tanto ao "Keynesianismo" quanto ao "desenvolvimentismo estruturalista" ortodoxo) foi muito bem descrito em John Toye, *Dilemmas of Development*, onde ele descreve habilmente os papéis desempenhados por pessoas como Harry Johnson, Peter Bauer, Deepak Lal, Ian Little e Bela Belassa.
30 Amartya Sen, *Development as Freedom*, New York: Anchor Books, 1999.

31 Veja, *inter alia*, Jonathan Crush, ed., *Power of Development*, London e New York: Routledge, 1995, especialmente cap. 11 por Arturo Escobar, intitulado "Imagining a Post-Development Era".

32 Para um argumento sobre a fraqueza da maioria das teorias do desenvolvimento na questão de gênero, veja Catherine V. Scott, *Gender and Development: Rethinking Modernization and Dependency Theory*, Boulder: Lynne Rienner, 1995; veja também Chandra Mohanty, "Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses" em C.T. Mohanty, A. Russo e L. Torres, eds., *Third World Women and the Politics of Feminism,* Bloomington: Indiana University Press, 1991 e a maioria da literature subseqüente.

33 Bob Sutcliffe, "Development after Ecology", em V. Bhaskar e A. Glyn, eds., *The North, the South and the Environment: Ecological Constraints and the Global Economy*, London: St. Martin's Press, 1995.

34 Bob Sutcliffe, "The Place of Development in Theories of Imperialism and Globalization", em Ronaldo Munck e Denis O'Hearn, eds., *Critical Development Theory: Contributions to a New Paradigm*, London and New York: Zed, 1999, pp. 150-2.

35 Cooper and Packard, *International Development*, p. 4.

36 Frans J. Schuurman, "Paradigms Lost, Paradigms Regained? Development Studies in the Twenty-First Century", *Third World Quarterly*, 21(1), 2000, p. 14. Veja também Gillian Hart, "Development Critiques in the 1990s: *Culs de Sac* and Promising Paths", *Progress in Human Geography* 25(4), 2001.

37 Leys, *The Rise and Fall of Development Theory*, p. 43.

38 Veja, *inter alia*, Patrick Bond, *Against Global Apartheid* e Walden Bello, *Deglobalization*, London: Zed Books, 2002.

39 Originado em seu artigo, "The Coming Anarchy", *The Atlantic Monthly*, Fevereiro de 1994 e que deu origem a vários livros posteriormente.

40 Thomas P.M. Barnett, "The Pentagon's New Map: It Explains Why We're Going to War, and Why We'll Keep Going to War", *Esquire*, março de 2003. Mas este artigo popular é simplesmente a face mais publica do laborioso Doutor Strangelove do Colégio de Guerra da Marinha, cuja carreira como consultor dos *policy*-makers pode ser rastreada através de seu website <http://www.nwc.navy.mil/newrules/ThePentagonsNewMap.htm>

41 Ben Fine, "The Development State Is Dead: Long Live Social Capital?" *Development and Change*, 30, 1999.

42 Veja Gerald Schmitz, "Democratization and Demystification: Deconstructing 'Governance' as Development Discourse", em D.B. Moore e G. Schmitz, eds., *Debating Development Discourse: Institutional and Popular*

Perspectives, New York: St. Martin's Press, 1995 e David Moore, "'Sail on, O Ship of State': Neo-Liberalism, Globalisation and the Governance of Africa", *The Journal Of Peasant Studies*, 27(1), 1999. Os estados freqüentemente autoritários e corruptos do Terceiro Mundo são, obviamente, um problema; mas é que este é apenas o tipo de problema que as IFI preferem não enxergar.

43 Robert Biel, *The New Imperialism: Crisis and Contradiction in North/South Relations*, London: Zed, 2000, especialmente o capítulo 11, "Permanent Subordination? Structural Adjustment as Control", pp. 231-2.

44 George Soros, *The Crisis of Global Capitalism*, New York: Public Affairs, 1998 e "The Capitalist Threat", *The Atlantic Monthly*, 279, 1997, p. 48, onde afirma a existência de uma "ameaça capitalista" que está causando "instabilidades e desigualdades intoleráveis". De fato, o autor escreve que "a menos que [a doutrina do *laissez*-faire] seja moderada com base no reconhecimento de um interesse comum que possa sobrepor os interesses particulares, nosso sistema atual... está condenado ao fracasso".

45 Paul Krugman, *The Return of Depression Economics*, New York: Norton, 1999.

46 Veja Stiglitz, *Globalization and its Discontents*, e para um melhor argumento sobre a necessidade de "começar do princípio" a reconstruir instituições financeiras globais mais democráticas e efetivas, ver o relatório sobre a visão de Stiglitz no *Financial Times*, 21/08/2002.

47 Obviamente Przeworski (em seu *Capitalism and the Market*, Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p. 122) vai além ao adicionar o argumento de que "o capitalismo é irracional" à reflexão pessimista de que "o socialismo é inviável, no mundo real as pessoas morrem de fome... as conclusões a que temos chegado não são alentadoras!"

48 Para uma análise crítica do NAADA, e do papel da nova elite política da África do Sul que o promove, veja Patrick Bond, ed., *Fanon's Warning: A Civil Society Reader on the New Partnership for Africa's Development*, Trenton e Cape Town: Africa World Press e AIDC, 2002.

49 Biel, *The New Imperialism*; O argumento de Biel para uma análise mais detalhada das perspectivas possíveis da revolução na África foi analisado em meu artigo "Africa: The Next Liberation Struggle", *Review of African Political Economy*, 96, 2003.

50 Ibid., pp. 232-3.

51 Ibid., pp. 242-3.

52 Veja, *inter alia*, os títulos citados na nota número 5, acima.

53 Para um exemplo de até onde a ênfase excessive no local pode levar um teórico do desenvolvimento, ver as "Conclusões" de Hoogvelt, *Globalization and the Post-Colonial World*; mas compare-as com a debilidade (e

possível cooptação) de tal tendência em Giles Mohan e Kristian Stokke "Participatory Development and Empowerment: The Dangers of Localism", *Third World Quarterly*, 21(2), 2000.

54 Trevor Ngwane, "Sparks in the Township", *New Left Review*, 22, 2003.

55 Veja Naomi Klein, *Fences and Windows: Dispatches from the Front Lines of the Globalization Debate*, Toronto: Vintage Canada, 2002.

56 John S. Saul, "Identifying Class, Classifying Difference", *Socialist Register 2003*, London: Merlin Press, 2002.

57 Cf. John S. Saul, "What is to be Learned? The Failure of African Socialisms and their Future", em Robert Albritton, John Bell, Shannon Bell e Richard Westra, eds., *Beyond Market and Plan: Toward New Socialisms* (no prelo).

58 Colin Leys, "Colin Leys Replies" [resposta à Jonathan Barker, "Debating Globalization: Critique of Colin Leys"], *Southern African Report*, 12(4), 1997. Explorei com maior profundidade alguns dos assuntos levantados nesta seção do presente trabalho em meu "Africa: The Next Liberation Struggle".

59 Cf. Neil Smith, "What Happened to Class?", *Environment and Planning A*, 32, 2000.

60 Veja Ronald Munck, *Globalization and Labour: The New "Great Transformation"*, London: Zed Books, 2002; Beverley Silver, *Forces of Labour: Workers' Movements and Globalization,* Cambridge e New York: Cambridge University Press, 2003; e os vários ensaios na *Socialist Register 2001: Working Classes, Global Realities*, London: Merlin Press, 2000.

61 Ken Post e P. Wright, *Socialism and Underdevelopment*, London e New York: Routledge, 1989, pp. 151-2.

62 Elaborei esta questão em meu "Identifying Class, Classifying Difference".

63 J.C. Myers, "What is Anti-Capitalism?" em Joel Schalit, ed., *The Anti-Capitalism Reader*, New York: Akashic Books, 2002, p. 34. Sobre o "anticapitalismo" veja também McNally, *Another World*; e Amory Starr, em seu ensaio *Naming the Enemy: Anti-Corporate Movements Confront Globalization*, London: Zed Books, 2000, onde enfatiza a temática "anticorporativa" como particularmente apropriada para aprofundar os termos das lutas populares e coordenar as atividades radicais.

64 Cf. Sam Gindin, "Social Justice and Globalization: Are they Compatible?", *Monthly Review*, 54(2), 2002.

65 Greg Albo, "A World Market of Opportunities? Capitalist Obstacles and Left Economic Policies", *Socialist Register 1997*, London: Merlin Press, 1997, pp. 28-30 e 41.

66 Com base nos trabalhos de André Gorz e Boris Kagarlitzky sobre as "reformas estruturais", busquei traçar o caminho entre o "mero reformismo" e o "revolucionarismo" em meu livro *Recolonization and Resistance: Southern Africa in the 1990s*, Trenton: Africa World Press, 1993, capítulos 4 e 5.

67 Albo, "A World Market of Opportunities", p. 30; o próprio Albo sugere, em princípio, a necessidade de "estratégias econômicas mais orientadas para dentro" e a desvalorização da "escala de produção como um objetivo econômico central" (p. 28).

OUTRAS PUBLICAÇÕES DO CLACSO

- Grammont
  La construcción de la democracia
  en el campo latinoamericano
- Sotolongo Codina y Delgado Díaz
  La revolución contemporánea del saber y la complejidad social
  Hacia unas ciencias sociales de nuevo tipo
- Fernández Retamar
  Pensamiento de nuestra América
  Autorreflexiones y propuestas
- Ceceña
  Los desafíos de las emancipaciones
  en un contexto militarizado
- OSAL Nº 18
  Los movimientos sociales. De Porto Alegre a Caracas
  Dominación imperial y alternativas
  Revista del Programa del Observatorio Social
  de América Latina de CLACSO
- Sautu, Boniolo, Dalle y Elbert
  Manual de metodología
  Construcción del marco teórico, formulación
  de los objetivos y elección de la metodología
- Socialist Register 2005
  El imperio recargado
- Mato
  Cultura, política y sociedad
  Perspectivas latinoamericanas
- Ceceña
  Hegemonias e emancipações no século XXI
- Lander
  A colonialidad do saber
  Eurocentrismo e ciências sociais
- Cimadamore, Dean and Siqueira
  The poverty of the state
  Reconsidering the role of the state in the struggle against global poverty
- Hemer and Tufte
  Media and Glocal Change
  Rethinking Communication for Development

- Alvarez Leguizamón
  Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe
  Estructuras, discursos y actores
- de la Garza Toledo
  Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina
- Boron and Lechini
  Politics and Social Movements in an Hegemonic World
  Lessons from Africa, Asia and Latin America
- New Left Review Nº 32
  [Edición en español]
- OSAL Nº 16
  Revista del Programa del Observatorio Social
  de América Latina de CLACSO
- Sastre
  La Batalla de los Intelectuales
  O Nuevo Discurso de las Armas y las Letras
- CTERA, CNTE, Colegio de Profesores,
  AFUTU-FENAPES y LPP
  Las reformas educativas en los países del Cono Sur
  Un balance crítico
- Nómadas Nº 22
  Medio Ambiente: Historia y política
- Dávalos
  Pueblos indígenas, estado y democracia
- Estay y Sánchez
  El ALCA y sus peligros para América Latina
- Sousa Santos
  Reinventar la democracia. Reinventar el estado
- Estay Reyno
  La economía mundial y América Latina
  Tendencias, problemas y desafíos
- Schuster
  Explicación y predicción
  La validez del conocimiento en ciencias sociales [reedición]
- Piñeiro
  En busca de la identidad
  La Acción Colectiva en los conflictos agrarios
  de América Latina
- Giarracca y Levy
  Ruralidades latinoamericanas
  Identidades y luchas sociales

- Fernández Retamar
  Todo Caliban
- Toussaint
  La bolsa o la vida
  Las finanzas contra los pueblos
- Golbert
  ¿Hay opciones en el campo de las políticas sociales?
  El caso del Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires
- Grimson
  La cultura en las crisis latinoamericanas
- Babini y Fraga
  Bibliotecas Virtuales para las Ciencias Sociales
- Boron
  Nueva Hegemonía Mundial
  Alternativas de cambio y movimientos sociales
- Sader
  La Venganza de la Historia
  Hegemonía y contra-hegemonía en la construcción
  de un nuevo mundo posible
- Boron, Gambina y Minsburg
  Tiempos violentos
  Neoliberalismo, globalización y desigualdad
  en América Latina [reimpresión]
- Gómez
  América Latina y el (des)orden global neoliberal
  Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas
- Chiapas Nº 16
  [Edición Argentina]
- Torres Ribeiro
  El rostro urbano de América Latina
- Guerrero Cazar y Ospina Peralta
  El poder de la comunidad
  Ajuste estructural y movimiento indígena en los Andes ecuatorianos
- Riquelme
  Los sin tierra en Paraguay
  Conflictos agrarios y movimiento campesino
- Seoane
  Movimientos sociales y conflicto en América Latina
- De Barbieri
  Género en el trabajo parlamentario
  La legislatura mexicana a fines del siglo XX

- de la Garza Toledo y Salas
  Nafta y Mercosur
  Procesos de apertura económica y trabajo
- Boron
  Estado, capitalismo y democracia
  en América Latina
- Sader y Gentili
  La trama del neoliberalismo
  Mercado, crisis y exclusión social [reedición]
- Boron
  Filosofía política contemporánea
  Controversias sobre civilización, imperio y ciudadanía
- Alabarces
  Futbologías
  Fútbol, identidad y violencia en América Latina
- Ayerbe
  O Ocidente e o "Resto"
  A América Latina e o Caribe na cultura do Império
- Mollis
  Las universidades en América Latina:
  ¿reformadas o alteradas? La cosmética del poder financiero
- Gadotti, Gómez y Freire
  Lecciones de Paulo Freire
  Cruzando fronteras: experiencias que se completan
- Briceño-León
  Violencia, sociedad y justicia
  en América Latina
- Levy
  Crisis y conflicto en el capitalismo latinoamericano:
  lecturas políticas
- Schorr, Castellani, Duarte y Debrott Sánchez
  Más allá del pensamiento único
  Hacia una renovación de las ideas económicas
  en América Latina y el Caribe
- Singer
  Izquierda y derecha en el electorado brasileño:
  la identificación ideológica en las disputas
  presidenciales de 1989 y 1994
- López Maya
  Protesta y cultura en Venezuela:
  los marcos de acción colectiva en 1999

- Mato
  Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder
- Boron
  Imperio & Imperialismo
  Uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri
- Boron y de Vita
  Teoría y filosofía política
  La recuperación de los clásicos en el debate latinoamericano
- Alimonda
  Ecología política
  Naturaleza, sociedad y utopía
- Gambina
  La globalización económico-financiera
  Su impacto en América Latina
- Ceceña y Sader
  La guerra infinita
  Hegemonía y terror mundial
- Ivo
  Metamorfoses da questão democrática
  Governabilidade e pobreza
- de la Garza Toledo y Neffa
  El futuro del trabajo. El trabajo del futuro
- de la Garza Toledo
  Los sindicatos frente a los procesos de transición política
- Barrig
  El mundo al revés:
  imágenes de la mujer indígena
- Torres
  Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI
- Lanzaro
  Tipos de presidencialismo
  y coaliciones políticas en América Latina
- Mato
  Estudios latinoamericanos sobre cultura
  y transformaciones sociales en tiempos de globalización
- Mato
  Estudios latinoamericanos sobre cultura
  y transformaciones sociales en tiempos de globalización 2

Impresso no mês de março de 2006
em Cromosete Gráfica e Editora Ltda.
Rua Uhland, 307 - Vila Ema
03283-000 - São Paulo - SP, Brasil
Primeira impressão, 1.500 exemplares

Se terminó de imprimir en el mes de marzo de 2006
en los talleres de Cromosete Gráfica e Editora Ltda.
Rua Uhland, 307 - Vila Ema
03283-000 - São Paulo - SP, Brasil
Primera impresión, 1.500 ejemplares

Impresso no Brasil

socialist 2004 brasil2.indd 280 3/29/06 12:43:15 PM